

Camila Diane Silva

**(C)ELAS E ELAS:
DESCONSTRUÇÕES DE NORMATIVAS DE GÊNERO E
SEXUALIDADES NA ALA FEMININA DO PRESÍDIO
REGIONAL DE JOINVILLE (2003 – 2013)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de Mestre em História Cultural.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Janine Gomes da Silva.

Florianópolis
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Camila Diane

(C)ELAS E ELAS: : DESCONSTRUÇÕES DE NORMATIVAS DE
GÊNERO E SEXUALIDADES NA ALA FEMININA DO PRESÍDIO REGIONAL
DE JOINVILLE (2003 - 2013) / Camila Diane Silva ;
orientadora, Janine Gomes da Silva - Florianópolis, SC,
2015.

210 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Presídios . 3. Relações de Gênero. 4.
Sexualidades. I. Silva, Janine Gomes da. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
História. III. Título.

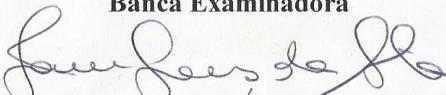
(C)Elas e elas: desconstruções de normativas de gênero e sexualidades na Ala Feminina do Presídio Regional de Joinville (2003-2013)

Camila Diane Silva

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de

MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

Banca Examinadora



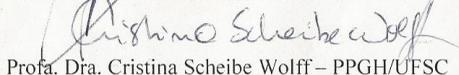
Profa. Dra. Janine Gomes da Silva (Presidente e Orientadora) – PPGH/UFSC



Profa. Dra. Marlene de Fáveri – PPGH/UEDESC



Profa. Dra. Joana Maria Pedro – PPGH/UFSC



Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff – PPGH/UFSC

Prof. Dr. Fernando Cândido da Silva (suplente interno) – PPGH/UFSC



Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari
Coordenadora do PPGH/UFSC
Florianópolis, 20 de março de 2015.

AGRADECIMENTOS

Antes mesmo de iniciar o desenvolvimento da pesquisa, a defesa do mestrado e a finalização deste ciclo com a entrega do texto final para a biblioteca, eu já pensava na escrita dos agradecimentos. Muitas vezes, no momento mais tenso da escrita eu me pegava pensando: “Ai, não posso esquecer de agradecer para tal e tal pessoa”. Parecia que esta era a parte mais bem resolvida de minha pesquisa, pois fonte e teoria era o que não faltava. Mas não foi tão simples assim e fiz aquilo que eu jamais pensei que faria, fui para a defesa de minha dissertação sem nenhuma linha de agradecimentos escrita. Tenho tantas pessoas boas e bacanas ao meu redor e tive tanto medo de esquecer de alguém, ou não ser justa com minhas palavras, que acabei não escrevendo nada. As vezes só “obrigada” bastaria...seria melhor do que ir para a banca sem nada escrito né? Mas, não foi o que aconteceu. Sim, isso foi bizarro! Então, antes de mais nada, gostaria de dizer que não sou ingrata. Mentalmente elaborei vários discursos de agradecimentos, aliás faço isso desde criança quando elaborava meu discurso ao receber um Oscar. O problema é que tudo ficou só na minha cabeça. Portanto, gostaria de dizer que este não é apenas um agradecimento atrasado, mas também um “desculpamento” por não ter dividido com vocês todos meus discursos mentais. Segue a seguir, um exercício de transpor meus agradecimentos mentais para a escrita.

Primeiramente, agradeço muitíssimo a todas as pessoas em condição de cárcere que participaram desta pesquisa, dividiram suas histórias e experiências e contribuíram para que este trabalho fosse possível. Agradeço também as redes de contatos que possibilitaram meu acesso a unidade prisional, como o Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Bráz – CDH e o Conselho Carcerário de Joinville. Agradeço principalmente a Irmã Kniess, mais conhecida como “Dona Irmã”, por ser esta figura maravilhosa e simbólica para os movimentos sociais de Joinville e por me receber tantas vezes no CDH com cafezinho e bolinho. Não poderia deixar de agradecer também ao Presídio Regional de Joinville e equipe.

Agradeço as minhas professoras divas feministas que contribuíram para minha formação acadêmica e política. Á Arselle de Andrade da Fontoura por ser minha primeira orientadora de PIBIC, por ter me apresentado os primeiros textos e discussões sobre gênero e feminismo. Á professora Cristina Scheibe Wolff pelas ótimas aulas, contribuições, discussões, indicações bibliográficas e por ter aceitado o convite para a banca. Á professora Marlene De Fáveri por ter aceitado o

convite para a banca e por todas suas valiosas contribuições. Á professora Janine Gomes da Silva por ter sido minha orientadora, desde a graduação até o mestrado. Professora, muito obrigada pela paciência, por todas as orientações, contribuições, conversas, puxões de orelha, risadas e por ter confiado em mim. Obrigada também por ter me apresentado as possibilidades do mundo acadêmico e político. Você também é responsável pelo meu feminismo. E por último, à professora Joana Maria Pedro, por ser diva – a Joana é como a Madonna com cachinhos da academia. Nós somos todas suas fãs e eu fico imensamente feliz por ter a oportunidade de ter sido sua aluna e pela sua participação em minha banca.

Gratidão imensa a todas/os minhas amigas/os de Joinville que estiveram ao meu lado e enlouqueceram comigo, choraram, riram, fizeram comidinhas (sopa, lasanhas de abóboras e muitos mexicanos), me levaram para beber, me deram inúmeras caronas, me deram muito amor, me deram casa e “sofazinhos” gostosos para dormir, assistiram séries e filmes, me convidaram para festas, corrigiram meus textos, discutiram Foucault comigo, discutiram feminismo, discutiram o novo clipe da Demi Lovato, dançaram, cantaram, me ouviram falar desesperadamente do meu tema de pesquisa e me ignoraram por um período para que eu pudesse escrever a dissertação. Vocês são lindas/os! Eu amo todos/as vocês: Fezinha, Pri, Alana, Adilsinho, Rodri, Tobler, Gus, Marcelinho, Nelson, Iggy, Carol, Wallace, Du, Mael, Isa, Ju, Manu, Cinty, Carla, Mari, Josi, Guiso, César, Feroz e Ju. Um agradecimento especial para minha amiga/irmã Nina, que além de fazer tudo isso ainda me levou para Floripa inúmeras vezes para orientações, entregas parciais e entrega final de dissertação. Nina obrigada por nosso filme da vida real: ‘Quatro amigas e uma dissertação viajante’.

Em Floripa também encontrei pessoas lindas que se tornaram amigas/os queridíssimas/os. Gi e seu filho Gabriel, que me receberam em sua casa com todo o amor e carinho. As meninas do “LEGH”, que compartilharam muitos daqueles momentos que descrevi acima, além de coisinhas extras como as reuniões riquíssimas do LEGH, as festinhas bacaninhas, a Marcha das Vadias de 2012 e os eventos e viagens de estudos que compartilhamos. Obrigada suas lindas: Lidinha, Tamy, Musa, Mari, Miriam, Day, Cintia, Josy e Gabi.

Também tive o prazer de conhecer pessoas lindas e inteligentíssimas em minha linha de mestrado “Relações de Poder e Subjetividades” como o Thiago, Mauricio e Adílio. Em especial minha amiga Gleidi que se tornou parceira para toda hora feliz e de desespero e meu amigo Igor, que infelizmente não está mais entre nós, por ter sido

uma pessoa incrível e ter confiado em mim sempre. Igor deixou saudades e um aperto no coração, mas aposto que ele está agora trocando figurinhas com Foucault.

Por último agradeço a minha linda família batalhadora que me enche de orgulho e amor: minha mãe Inês, meu pai Ederdy, minha companheira Kethlen, Toti, Risólis, Tobi e Fofão. É impossível descrever tanto amor e gratidão. Amo vocês e muito obrigada por tudo, sempre! Este trabalho é dedicado a vocês!

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo problematizar as experiências afetivas e/ou sexuais entre mulheres na Ala Feminina do Presídio Regional de Joinville e perceber como estas experiências podem desconstruir normativas de gênero e sexualidades. Além disso, tem a intenção de analisar como os discursos sobre gênero e sexualidades foram tratados nesta instituição prisional, apontando para permanências e rupturas. As fontes utilizadas foram entrevistas orais realizadas no ano de 2013, que contaram com o aporte da Metodologia de História Oral e a análise de Livros de Ocorrência da Ala Feminina que compreendiam os anos de 2003-2010. Para as análises do Livro de Ocorrências utilizei a análise do discurso como ferramenta. Além destas fontes, recortes de jornais da cidade foram utilizados de modo a complementar a pesquisa. Através das análises das fontes foi possível evidenciar o presídio como um local a possibilitar que muitas mulheres se permitissem a outras experiências em relação ao gênero e sexualidade; já que houve a possibilidade, destas se distanciarem de normas impostas culturalmente. Para algumas das entrevistadas foi, no presídio, longe das cobranças sociais que estas se permitiram romper com a posição de dona de casa e mãe, se relacionar afetivamente e/ou sexualmente com outras mulheres, adotar padrões estéticos masculinos que outrora se sentiram impelidas a negar devido ao preconceito que sofriam em seu cotidiano, entre outras rupturas, que estas atribuem ao fato de estarem vivendo em um “mundo de mulheres”. Problematizar estas experiências desencadeadas neste espaço prisional pode representar uma fissura na constituição de saberes e verdades que regulam as relações de gênero e a sexualidade. Nesse sentido vejo a importância deste trabalho ao oferecer novos subsídios para compreensão do gênero e da sexualidade, bem como contribuir com temáticas pouco exploradas pela história como a homossexualidade de mulheres.

Palavras-chave: Presídios; Relações de Gênero; Sexualidades.

ABSTRACT

This dissertation aims to problematize the affective and/or sexual experiences among women in the Female Aisle in the Regional Penitentiary of Joinville and understand how these experiences may deconstruct gender and sexuality rules. Besides, it intends to analyze how the speeches on gender and sexuality have been dealt with in this prison institution, pointing to abundance and rupture. The sources used were the oral interviews held in the year of 2013, that happened within the contribution of the Methodology of Oral History and the analysis of the Occurrences Book of the Female Aisle that corresponded to the years 2003-2010. For the analysis of the Occurrences Book I used the analysis of the speech as a tool. Besides these sources, newspaper cuts from the city were used to complement the research. Through the analysis of the sources it was possible to point out the penitentiary as a place to enable that many women allowed themselves to have other experiences regarding their own gender and sexuality; because there was a possibility, some of these women distanced themselves from the culturally imposed rules. For some of the interviewed it was in the penitentiary, away from the social demands, that they allowed themselves to disconnect from the position of housewife and mother, relate affectively and/or sexually with other women, adopt masculine beauty standards that once they felt they had to deny due to prejudice they suffered in their routines, among other ruptures, that they impute to the fact that they're living in a "women's world". Problematizing these experiences unfolded in this prison environment may represent a cleft in the constitution of knowledge and truths that regulate gender and sexuality. This way I set the importance of this piece of work in offering new aids to the understanding of gender and sexuality, as well as contribute with themes not yet much explored by history, like homosexuality among women.

Keywords: Penitentiary; Gender; Sexuality.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Indicação da localização do Presídio Regional de Joinville.

Figura 2 – Indicação da localização do Complexo Prisional de Joinville, constituído pelo PRJ e pela PIJ.

Figura 3 – Indicação da localização da Ala Feminina do PRJ.

Figura 4 – Indicação da localização da Ala Feminina do PRJ.

Figura 5 – Infográfico sobre revista íntima em presídios.

Figura 6 – Scanner corporal do PRJ.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Crescimento da população carcerária (2003-2010) da Ala Feminina do PRJ.

Gráfico 2 - Crescimento da população carcerária (2008-2010) da Ala Feminina do PRJ.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
CCJ – Conselho Carcerário de Joinville
CDH – Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Bráz
DEAP - Departamento de Administração Prisional de Santa Catarina
DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP - Instituto Geral de Perícias
IPPUJ - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville
LEP – Lei de Execuções Penais
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
OSM - Organização Mundial da Saúde
PIJ – Penitenciária Industrial de Joinville
PMJ – Prefeitura Municipal de Joinville
PRJ – Presídio Regional de Joinville

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	CAPÍTULO 1 - SOBRE CRIMES E CELAS	33
2.1	A CIDADE DE JOINVILLE	34
2.2	O PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE E A ALA FEMININA.....	37
2.3	AS MULHERES E A CRIMINALIDADE.....	51
3	CAPÍTULO 2 - ELAS E ELAS: A SEXUALIDADE EM DISCURSO NA ALA FEMININA.....	95
3.1	A EMERGÊNCIA DE DISCURSOS E PRÁTICAS	95
3.2	RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES EM REGISTROS NOS LIVROS DE OCORRÊNCIAS DA ALA.....	102
3.3	A “CAÇA” AS LÉSBICAS.....	115
4	CAPÍTULO 3 - (C)ELAS: POSSIBILIDADES DE DESCONSTRUÇÕES DE NORMATIVAS DE GÊNERO E SEXUALIDADES.....	125
4.1	UM MUNDO DE MULHERES E POSSIBILIDADES.....	125
4.1.1	A História de A.	128
4.1.2	A História de B.	137
4.1.3	A História de D. ; O. ; V.	145
4.1.4	Histórias Cruzadas	154
4.2	OS PAIZINHOS E A MASCULINIDADE.....	160
4.2.1	A História de G.	164
4.2.2	A História de GA.	170
4.2.3	A História de M.	173
4.2.4	Histórias Cruzadas	180
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
	REFERÊNCIAS.....	187
	GLOSSÁRIO	195
	APÊNDICES.....	197
	ANEXOS	209

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo principal problematizar as experiências¹ afetivas e/ou sexuais entre mulheres na Ala Feminina do Presídio Regional de Joinville – PRJ, e como estas podem desconstruir normativas de gênero e sexualidades. Propus-me trabalhar com as narrativas destas mulheres com o aporte da Metodologia de História Oral, bem como analisar o material institucional disponível. Foram realizadas e analisadas oito entrevistas com mulheres sob a condição de cárcere no ano de 2013, que viviam ou já tinham vivenciado experiências de relacionamentos com mulheres, além de considerações acerca de registros dos Livros de Ocorrência da Ala Feminina do PRJ entre os anos de 2003 a 2010. A Ala Feminina do PRJ foi criada no ano de 2001, no entanto, os registros sistematizados da ala passaram a ser feitos no ano de 2003. Desta forma, estabeleci o recorte temporal entre os anos de 2003 até o ano de 2013, disposta a perceber como estas experiências aconteciam e acontecem na instituição.

Optei por problematizar estas experiências em um espaço prisional tendo em vista o histórico das prisões e seus objetivos. De acordo com o filósofo Michel Foucault o modelo de prisão que conhecemos foi concebido como “dispositivo disciplinar” no século XIX. Um modelo que tinha como principal finalidade a privação de liberdade daqueles/as que não eram consideradas/os aptas/os a viverem em sociedade (FOUCAULT, 2009). Este isolamento seria responsável pela criação de um espaço alheio à sociedade, com sua organização própria. Apesar de entender que o presídio faz parte da mesma sociedade que vivemos e que as pessoas sob a condição de cárcere não estão totalmente isoladas, compreendo que este espaço possibilita certos distanciamentos de códigos e normas sociais. Se distanciar de certas normas e códigos é a possibilidade para que pessoas desconstruam modelos que sempre acreditaram serem as verdades que regiam seus corpos, suas práticas e seus papéis sociais. Desta forma, resolvi estudar as histórias destas mulheres que, através das mais diferentes experiências afetivas e/ou sexuais compartilhadas com outras mulheres,

¹ O conceito de experiência é trabalhado por diferentes autores como Michel Foucault, Edward Thompson e Joan Scott, por exemplo. Utilizo o conceito de experiência utilizado por Scott no que se refere à história dos sujeitos, para pensar nas histórias destas mulheres que comunicam conhecimento através de suas experiências. Mais informações em: SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Orgs.). *Falas de Gênero*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999.

em uma unidade prisional, lançaram possibilidades para desconstruir normas impostas ao gênero e sexualidades.

A importância de se estudar esta temática na história é a possibilidade de desconstruir estes modelos e normas, oferecendo novos subsídios para compreensão do gênero e da sexualidade como construções históricas. Para o filósofo Jacques Derrida, somente ao romper com a metafísica ocidental que há a possibilidade de construir novos discursos (DERRIDA, 1995). Tendo em vista que o atual sistema sexual faz parte desta construção de saberes e verdades é necessário promover uma desconstrução neste sistema, para que outros discursos possam emergir. Vejo a importância deste trabalho ao promover fissuras neste sistema de verdades através das experiências destas mulheres que no presídio se permitiram terem outras experiências em relação ao gênero e sexualidade.

Todas elas já promovem este deslocamento por serem mulheres criminosas, característica atribuída culturalmente aos homens – questão que me aprofundarei ao longo do trabalho. Além disso, foi no presídio, ao se distanciarem de papéis sociais que acreditavam ser inerentes as mulheres, como os de mães, filhas, esposas, funcionárias, religiosas e heterossexuais, que muitas destas mulheres se permitiram vivenciar outras experiências. Para algumas das entrevistadas, foi naquele espaço, longe das cobranças sociais que diziam sentir, que permitiram a si a ruptura seja na posição de dona de casa e mãe, ou ao se permitir se relacionar afetivamente e/ou sexualmente com outras mulheres, ou ainda ao adotar padrões estéticos masculinos que outrora se sentiram impelidas a negar devido ao preconceito que sofriam em seu cotidiano, entre outras rupturas atribuídas ao fato de estarem vivendo em um “mundo de mulheres”. Problematizar a instituição e as experiências desencadeadas neste espaço pode ser uma fissura no processo de desconstrução de saberes e verdades e contribuir assim para as discussões de gênero e sexualidade, tão pertinente para a contemporaneidade.

A história das mulheres por muito tempo foi silenciada. Vai ser ao longo do século XX, por conta de transformações teórico-metodológicas no campo da história com destaque para o surgimento da História Cultural e dos movimentos sociais feministas, que estas vão emergir através de diferentes abordagens. No entanto, a historiadora Cláudia Priori, em recente tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná – UFPR, questiona a produção historiográfica feminista e sua dificuldade em explorar temáticas ligadas a mulheres violentas e criminosas. A autora

defende a ideia de que por muito tempo se estudou a violência de gênero sofrida pelas mulheres, tendo em vista o contexto de nossa sociedade machista, e se esqueceu de olhar para a criminalidade feminina (PRIORI, 2012).

Nesse mesmo sentido, ao apontar as lacunas na historiografia das mulheres, a historiadora Tania Navarro-Swain defende a ideia de que houve uma política de esquecimentos em relação às mulheres lésbicas na história. Para a historiadora,

o discurso da memória humana é criado, sob a autoridade do historiador, seus valores e preconceitos, que naturalizam as divisões e hierarquias sexuadas da humanidade. Arrogante discurso de verdade, ingênuas crenças que não percebem, sob a universalização de relações sociais e práticas sexuais do presente, o rugir da diversidade. (NAVARRO-SWAIN, 2004, p.28).

Visibilizar as narrativas destas mulheres criminosas que se relacionam afetivamente e/ou sexualmente com outras mulheres contribui com novos olhares sobre a temática que segundo as historiadoras citadas acima foram pouco exploradas na historiografia. Bem como possibilita ampliar a reflexão sobre as categorias de análise: sexo e gênero.

Segundo a historiadora Joan Scott “o uso de ‘gênero’ põe ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas ele não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade” (SCOTT, 1990, p. 7). O gênero para Scott seria construído culturalmente. Utilizá-lo como categoria instrumentaria discutir as relações entre homens e mulheres na sociedade e consequentemente as relações de poder desencadeadas. Para a antropóloga Gayle Rubin, o gênero também seria uma construção cultural advindo da base biológica que seria o sexo (RUBIN, 2003).

Apropriando-se destas discussões, a filósofa Judith Butler propôs repensar algumas destas questões, que concebiam a preexistência de um sexo e a construção de um gênero culturalmente. Para Butler, o sexo não está ligado à natureza, assim como o gênero estaria para a cultura. Este seria um resultado discursivo, um efeito do gênero. O gênero é um efeito discursivo, uma performance, e o sexo seria a consequência deste (BUTLER, 2003). Utilizar a categoria de sexo e gênero apresentados por Butler abre possibilidades para pensar nas sujeitas desta pesquisa e na

forma com que estas construíram seus papéis e identidades de gênero², bem como desconstruíram estes. Estas mulheres demonstram, através de suas experiências, como os modelos que temos de sexo e gênero são ficções e podem se mostrar fluidos, dependendo do contexto em que são construídos.

A constituição de um corpo, de uma identidade e das relações de poder que se desencadeiam tem fundamento em uma construção social peculiar a cada cultura e sociedade, em um determinado tempo e espaço. A considerada “natural” atribuição binária de sexo/gênero, por exemplo, nem sempre foi uma constante. A concepção dos gregos implicava em “[...] um só corpo, para o qual se atribuiriam distintas marcas sociais ou inscrições culturais [...]” (LAQUER, 1992, p. 187). Contudo, ao longo da história ocidental, o corpo foi recebendo intervenções, novas interpretações e imposições. As intervenções de discursos como religiosos, econômicos, científicos e a instituição da modernidade³ com sua alegoria normativa contribuía para a concepção de corpos padronizados, fixos e inalterados sustentando o atual sistema sexual (FOUCAULT, 1988, 2009). No qual as identidades e papéis de gênero vão ser determinadas pelo sexo.

Problematizar o corpo na contemporaneidade implica em questionar os modelos tidos como “naturais” e essencialistas, bem como a atuação dos discursos, responsáveis pela constituição de identidades binárias e heteronormativas⁴.

As relações protagonizadas pelas sujeitas desta pesquisa, em suas mais diferentes experiências afetivas e/ou sexuais com outras mulheres, enunciam relações que rompem os arranjos heteronormativos. Gayle Rubin, já chamava atenção na década de 1980, para a necessidade da produção de uma teoria radical do sexo. Esta que deveria “produzir descrições ricas da sexualidade na forma como ela existe na sociedade e

² Sobre “identidade de gênero” compreende-se a experiência privada do papel de gênero. Enquanto o papel de gênero é a experiência pública da identidade. Sobre estes conceitos: STERLING, Anne Fausto. “Dualismos em Duelo”. In: *Cadernos PAGU*, vol.17/18. SP: Campinas, NEG/Unicamp, 2001. p. 9-79.

³ Aqui me refiro principalmente ao século XIX, que em “*História da Sexualidade I: a vontade de saber*” Foucault aponta para a proliferação de discursos sobre sexualidade. Segundo o autor, nunca havia se falado tanto sobre o assunto como neste período.

⁴ Como heteronormatividade compreendo o regime de verdade da ordem binária: masculina e feminina. Aquele sistema de verdade que oferece apenas dois modelos determinando como um homem e uma mulher devem agir. Lembrando que esta ordem se aplica a homossexuais da mesma forma, na qual se espera que um sujeito seja masculino/a e o outro seja feminina/o. Como explica Guacira Louro em LOURO, Guacira Lopes. *Teoria Queer – Uma política pós-identitária para a educação*. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, ano 9, Jul/Dez. p. 541 - 553. 2001.

na história”. (RUBIN, 2011, p. 11). Visibilizar estas relações entre mulheres é atentar para a existência destas relações, rompendo assim com a “heterossexualidade compulsória”⁵.

Estas relações podem ser evidenciadas em tantas outras experiências e lugares como chama atenção a antropóloga Natália Corazza Padovani, ao lembrar que “este movimento não é particular ao espaço carcerário, mas o cárcere se apresenta, aqui, como o ambiente onde a produção do prazer pelo poder – e vice e versa – fica mais evidenciada” (PADOVANI, 2010, p. 17). Sendo assim, iniciei a pesquisa na Ala Feminina do PRJ disposta a discutir estas questões.

A escolha da Ala Feminina do PRJ foi feita devido a pesquisas anteriores que realizei na instituição. No ano de 2007 tive o primeiro contato com os estudos de gênero ao participar do grupo de pesquisa “Gênero e Memória”, na Universidade da Região de Joinville - Univille, onde realizei minha graduação. Desta forma, iniciou-se meu interesse pelos estudos de gênero. Neste período, desenvolvi duas pesquisas de iniciação científica, entre os anos de 2008 e 2009, que tinham como objetivo problematizar as memórias de mulheres sobre a condição de cárcere⁶. Neste período conheci o PRJ por intermédio do Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Bráz – CDH e Conselho Carcerário de Joinville – CCJ. Porém, foi um contato breve, apenas para realizar entrevistas pontuais. Nesse momento não havia tratado questões relacionadas à homossexualidade no presídio, lacuna que contribuiu para a elaboração da temática desta dissertação e escolha da instituição.

No momento inicial da pesquisa procurei conversar com funcionárias/os da instituição a fim de saber como poderia estabelecer o primeiro contato com as mulheres, falar sobre a pesquisa e saber se existiam mulheres que haviam vivenciado ou vivenciavam tal experiência e se disponibilizariam falar sobre. Nesse momento, percebi a abertura das/os funcionárias/os em falar sobre homossexualidade, e foi através da psicóloga do presídio que estabeleci meus primeiros contatos para a realização de entrevistas. Esta indicou mulheres que tinham suas

⁵ Termo elaborado pela escritora feminista Adrienne Rich ao se referir à doutrinação que as mulheres sofrem em suas vidas no sentido de se sentirem obrigadas a casar com um homem, constituir família, ter filhos, entre outras cobranças. Mais informações em: RICH, A. *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*. Disponível em: http://www.cchla.ufm.br/bagoas/v04n05art01_rich.pdf. Acesso em 19/02/215.

⁶ Me refiro as pesquisas de Iniciação Científica (PIBIC) intituladas “Crimes, celas e elas: memórias de mulheres sobre a condição de cárcere na cidade de Joinville” e “Narrativas de mulheres egressas do sistema carcerário na cidade de Joinville” desenvolvidas entre os anos de 2008 e 2009, durante minha graduação do curso de História na Univille, sob orientação da Professora Doutora Janine Gomes da Silva.

relações afetivas publicamente reconhecidas no presídio, como o caso de um casal entre mulheres que oficializou união estável, mulheres que recebiam visitas de suas companheiras, além daquelas que traziam marcadores masculinizados, reconhecidas na instituição como os “paizinhos”⁷.

Estes relatos indicaram um ambiente em que se falava e se vivenciava a homossexualidade, desta forma resolvi fazer uma fala coletiva para todas as mulheres explicando sobre a pesquisa e convidando aquelas que quisessem compartilhar suas histórias. Uma das mulheres ficou responsável por anotar os nomes e encaminhar esta listagem para mim. Esta mulher, que chamarei pela inicial O. , é uma das detentas mais antigas da instituição e exercia a função de regalia na Ala Feminina, por estes motivos tem o respeito das demais mulheres, que se referem a ela como “mãe”. O. se pronunciou desde o primeiro momento para auxiliar com a lista de nomes de mulheres que estariam dispostas a falar e, quando recebi a lista, seu nome estava entre as demais, fato que acredito ter sido um facilitador, pois como ela iria falar e ficou responsável pela lista, convenceu outras mulheres a compartilharem suas histórias.

Recebi uma lista com 11 nomes, além do casal de mulheres que estabeleceram a união estável e já havia se disposto a falar. Este número cresceu conforme realizei as primeiras entrevistas, pois as histórias e memórias relacionavam outras mulheres e aos poucos eu percebi a emergência de muitos discursos e práticas homossexuais no ambiente prisional. Destes contatos e conversas, foram gravadas ao todo oito entrevistas, aproximadamente 11 horas de áudio e muitas páginas transcritas. Narrativas das mais diferentes, que serão exploradas ao longo dos próximos capítulos com o aporte da Metodologia de História Oral.

Além destas entrevistas, utilizei algumas das entrevistas realizadas em minha pesquisa de iniciação científica, entre os anos de 2008 e 2009. Teóricos reconhecidos da História Oral, como Alessandro Portelli, trazem em seus textos a importância de revistar as fontes após anos de trabalho e a riqueza de informações que um relato pode conter e não ser perceptível somente com a gravação e transcrição desta

⁷ Categoria nativa do PRJ para se referir as mulheres masculinizadas que se relacionavam com mulheres no presídio. Digo se tratar de uma categoria própria da instituição, pois na bibliografia consultada não localizei nenhuma referência aos paizinhos. Mas pude evidenciar em outros trabalhos uma série de outras categorias nativas surgidas dentro dos espaços prisionais para se referir as mulheres masculinizadas. Falei melhor sobre os paizinhos e estas categorias no último capítulo.

entrevista no momento que se faz. Partindo do pressuposto que a História Oral é um processo longo, quando chega ao seu término, a realidade para se fazer a restituição já não condiz com a realidade inicial. O que resta é a resistência da memória de alguns (PORTELLI, 1997).

A importância do uso da Metodologia de História Oral está, segundo Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira em,

esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não tem como ser entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos [...] essa característica permitiu inclusive que uma vertente na história oral se tenha constituído ligada à história dos excluídos. (AMADO & FERREIRA, 2010 p. XIV).

Difícilmente teria acesso a tantos elementos da vida destas mulheres e suas experiências se não fosse pelo intermédio do uso da História Oral. Não somente por estas serem presidiárias, mas pelo tema da pesquisa tratar de questões tão íntimas como a sexualidade destas mulheres. Essa é uma das grandes contribuições da História Oral para a História. Ao escolher esta metodologia, procurei fazer o exercício de contextualizar a vida destas sujeitas levando em conta a intersecção de outras categorias de análise, além do gênero e da sexualidade, como geração, religiosidade, classe, raça, entre outras, seguindo os conselhos da historiadora Luiza Passerini (PASSERINI, 2011). Sobre estas categorias elaborei uma tabela, como auxílio metodológico para as análises, que está disponível no apêndice deste trabalho.

Ao fazer uso desta metodologia de trabalho, antes de realizar as entrevistas, elaborei um roteiro de entrevistas e o Termo de Consentimento Livre Esclarecido - TCLE, que passaram anteriormente pela análise e aprovação do Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, obtendo a aprovação para a realização da pesquisa. Estes materiais encontram-se no apêndice deste trabalho.

Passar pelo Comitê de Ética e obter a aprovação foi algo bem importante para a pesquisa, pois além da mediação que obtive através do CDH e CCJ para a entrada no presídio, a carta de aprovação do Comitê foi a comprovação da garantia e o compromisso com a ética na realização da pesquisa, o que facilitou a entrada na instituição. No

entanto, o processo para conseguir a liberação para a realização da pesquisa foi árduo, atrasando a realização desta em um ano. Destaco ainda, a dificuldade que se tem na área de ciências humanas em passar pela avaliação de um Comitê que foi concebido para avaliar projetos de áreas que envolviam testes em seres humanos e animais.

A sistematização dos dados envolveu processos de transcrições e análise, comprometidos com a ética na preservação da identidade das entrevistadas, fato que implicou em minha escolha pelo uso da inicial da primeira letra do nome quando citados no corpo do texto. O uso das iniciais foram autorizados no momento da entrevista. Não utilizei pseudônimos, pois as mulheres escolheram serem chamadas por suas iniciais. Algumas disseram não se importar que seus nomes fossem citados, mas como compromisso com a preservação destas optei pelas iniciais.

Além destas entrevistas, analisei Livros de Ocorrências da Ala Feminina do PRJ. Esta política de registros teve início com a criação desse espaço em 2001, mas estes não eram sistematizados em um livro somente da ala, com informações tão detalhadas. Foi no ano de 2003 que passou a existir um livro para registros diários, feitos pelas/os agentes e esta prática continua até o presente. Ao olhar para estes livros percebi a possibilidade do uso destas fontes, pois estas enunciavam discursos sobre como a sexualidade e a homossexualidade vinham sendo tratados ao longo destes dez anos na ala. Através destes registros, percebi um passado de perseguição e vigilância às chamadas “lésbicas” da ala. Esta realidade se contrastava com o momento que realizei as entrevistas, onde tais práticas aconteciam livremente e contavam com o apoio jurídico.

Recorri a ferramentas lançadas pela Análise do Discurso disposta a compreender este documento, fruto da produção de homens e mulheres ligados ao PRJ, em diferentes temporalidades. Nestas anotações é importante destacar o cruzamento entre as subjetividades de quem escreve com as normas institucionais. Segundo Eni Orlandi “[...] a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”. (ORLANDI, 2009, p.15). Nesse sentido, através destes discursos, presentes do Livro de Ocorrências da instituição, foi-me possível perceber o que se falou ao longo destes dez anos na ala. É importante destacar que este não se manteve linear. Houve mudanças significativas na concepção que existia em relação a homossexualidade destas mulheres. O que vai ao encontro do que Foucault compreende

como as disputas discursivas na história, que faz horas um discurso se sobressair sobre outro e se tornar verdade (FOUCAULT, 1996). Por fim, utilizei alguns recortes de jornais, como fontes complementares, do Arquivo Histórico de Joinville – AHJ e do arquivo do CDH.

Tive algumas dificuldades no processo de escrita tendo em vista as dificuldades que se tem em trabalhar com a História Cultural e determinados temas que, como destacou a historiadora Sara Simas, beiram aos abismos por não terem as certezas das verdades positivistas. Mas abre diversas possibilidades de estudos e novas reflexões teórico-metodológicas (SIMAS, 2010).

As bibliografias sobre homossexualidades em presídios no campo das discussões históricas ainda são recentes se comparadas às produções na antropologia e sociologia, áreas com as quais dialoguei ao longo do trabalho. Sobre presídios, de forma geral encontrei trabalhos principalmente nas áreas de saúde – articulando temáticas relacionadas à prevenção e proliferação de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e AIDS em presídios, direito e serviço social – pensando políticas públicas e assistencialistas, sociologia e antropologia – pensando a instituição e os sujeitos.

No que se refere a presídios e sexualidades, destaco os trabalhos desenvolvidos pela antropóloga Suely Messeder e o grupo de estudos sobre Masculinidades em Salvador (BA), do qual uma das bolsistas integrantes mantém uma pesquisa em andamento sobre masculinidades em um presídio de mulheres. Assim como o grupo de pesquisa da psicóloga Anna Paula Uziel na Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, que há alguns anos estuda a criminalidade de mulheres e mais recentemente a homossexualidade em presídios de mulheres. Estes dois trabalhos ainda estavam em andamento na elaboração desta dissertação e não existiam trabalhos publicados. Outro trabalho importante sobre a temática é o da antropóloga Natalia Corazza Padovani (2010) da Unicamp (SP) sobre falas de poder e do prazer em uma penitenciária de São Paulo. E, o da também antropóloga Mirella Alves de Brito (2007) da UFSC.

Já na área de história destaco os trabalhos das historiadoras Raquel de Alvarenga Sena Venera (2003), Claudia Priori (2012) e Vanuza Souza Silva (2014), com temáticas centrais sobre a criminalidade feminina, porém chamam atenção para a existência da homossexualidade nas instituições. No entanto, não é a temática central do trabalho e por isso não é muito explorado pelas autoras.

Sublinho que esta é uma lacuna evidenciada na historiografia, que pouco problematizou a homossexualidade. Destaco os trabalhos de

Tania Navarro Swain ao problematizar a homossexualidade feminina (2004), além de outras discussões enriquecedoras sobre gênero. Produções recentes ligadas ao Programa de Pós-Graduação em História Cultural da UFSC que nas seleções dos anos de 2011/2012 aprovou trabalhos com temáticas ligadas a sexualidade, homossexualidade e travestilidades⁸. Tendo em vista a pertinência do tema para a contemporaneidade, julgo necessárias tais reflexões presentes nesta dissertação, organizada metodologicamente em três capítulos.

No primeiro capítulo contextualizo a cidade de Joinville através de um breve histórico, disposta a entender como surgiram os primeiros espaços prisionais da cidade até a inauguração do PRJ no ano de 1991 e dez anos depois a inauguração da Ala Feminina como um anexo desta instituição. Em seguida problematizo os motivos que levaram a construção desta ala e o crescimento de mulheres ao longo dos últimos anos. Finalizo ao discutir a criminalidade de mulheres e o empoderamento⁹ destas através do tráfico de drogas, resultando em redes de mulheres autossuficientes. Nestas redes identifiquei casais de mulheres que foram presas juntas por traficarem drogas, o que descontrói a ideia de que as mulheres participam do tráfico apenas como trabalho coadjuvante em relação a um homem.

Tendo em vista a “liberdade” com que estas mulheres exerciam sua sexualidade, seja ao ficar, namorar ou casar com suas companheiras de cela, inicio o segundo capítulo falando sobre esta emergência da sexualidade na instituição. Procurei discutir no início do capítulo o que levou a instituição a aceitar tais práticas, tendo em vista que os Livros de Ocorrência revelavam outra realidade, marcada por repressão, proibições e perseguições. As informações contidas no livro foram endossadas através das narrativas das entrevistadas, o que fez com que eu ampliasse a discussão sobre como os discursos sobre gênero e

⁸ Destaco os trabalhos do doutorando Elias Ferreira Veras, que deu início no ano de 2011 com a temática de travestilidades em Fortaleza (CE) e dos meus colegas de mestrado da turma 2012/1, que já possuem suas dissertações disponíveis para a consulta. São eles: QUEIROZ, Igor Henrique Lopes de. *As sexualidades desviantes nas páginas do jornal Diário Catarinense (1986-2006)*. Dissertação de Mestrado em História Cultural. Universidade Federal de Santa Catarina, 2014; GOMES, Maurício Pereira. *A força de uma palavra: homofobia nas páginas da Folha de São Paulo (1986-2011)*. Dissertação de Mestrado em História Cultural. Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

⁹ Segundo Teresa Kleba Lisboa o poder pode ser fonte de opressão, mas na proposta feminista de empoderamento pode ser uma forma de emancipação. Nesse sentido uso o conceito de empoderamento ao longo do texto. Mais informações em: LISBOA, Teresa Kleba. *O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais*. Disponível em: https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/6-empoderamento-teresa_kleba_lisboa_11.pdf. Acesso em: 27/01/2015.

sexualidade foram se modificando ao longo dos anos na instituição. Tendo em vista que em determinado momento a perseguição às "lésbicas" era incentivada e que no presente possibilita com que estas troquem alianças e assinem uniões estáveis. Destaco as interferências de movimentos sociais que refletem nas transformações do campo jurídico, além de ampliarem as discussões sobre a temática.

Por fim, no último capítulo apresento as narrativas destas mulheres, disposta a perceber, através de suas experiências, se estas descontrolam as normativas de gênero e sexualidade. Primeiro analiso as falas de mulheres que se entendiam como heterossexuais e no presídio se permitiram a transitar em sua sexualidade ao se relacionarem com outras mulheres. Por último analiso as narrativas dos "paizinhos", como estas vivenciam a masculinidade e suas experiências no presídio em relação às outras mulheres. Tendo em vista que os "paizinhos" já vivenciavam sua sexualidade homossexual, anterior ao presídio.

Faço uma última observação referente ao vocabulário, que muitas vezes aparece nos Livros de Ocorrência ou nas narrativas destas mulheres, peculiar à instituição prisional. Disposta a esclarecer tais palavras, elaborei um glossário ao final da dissertação onde estas podem ser consultadas.

2 CAPÍTULO 1 - SOBRE CRIMES E CELAS

A “criminalidade feminina” nacional, apesar de ter crescido 256% entre os anos 2000 e 2012, de acordo com as estatísticas do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN¹⁰ e por isso ter ganhado atenção especial no início deste século, ainda causa estranhamento se comparada a “criminalidade masculina”. Isso porque a criminalidade, a violência e a agressividade, entre outras características, não são concebidas historicamente em nossa sociedade ocidental como características femininas. As historiadoras Raquel de Alvarenga Sena Venera (2003) e Claudia Priori (2012), ao problematizarem histórias de mulheres criminosas, chamam atenção para as construções discursivas do gênero.

Sobre esta concepção, Priori alerta que “é preciso entender que se trata de uma construção discursiva do gênero, em que as imagens e representações sobre as mulheres e a feminilidade não concebem a violência, a agressividade e as práticas criminosas como atributos do feminino.” (PRIORI, 2012, p. 13). Quando as mulheres cometem crimes, estas automaticamente agem fora desta rede discursiva. Estas se deslocam dos ideais de feminilidade e assumem características tidas como masculinas, o que segundo Venera, é algo “transgressor”, pois proporciona a ruptura desta cortina rígida de discursos sobre estes corpos (VENERA, 2003).

Se as mulheres não são vistas como criminosas, automaticamente, os presídios não são concebidos historicamente como espaços femininos. Sendo assim, tão importante quanto estudar as mulheres criminosas é contextualizar estes espaços prisionais e em qual contexto estes surgem, como destaca Priori:

Tratar a questão da violência feminina e da participação ativa de mulheres no crime tem se mostrado um assunto à espera de reflexão e entendimento. Além disso, temos que pensar sobre a construção dos espaços prisionais diferenciados para as mulheres, quais argumentos foram apresentados para a criação dos mesmos, e como estes espaços de reclusão atingiram a vida delas. (PRIORI, 2012, p.26).

¹⁰ Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/07/numero-de-presidiarias-mais-que-duplicou-em-2012-segundo-depen>. Acesso em 04/02/2015.

Nesse sentido, antes de problematizar as histórias destas mulheres e as subjetividades contidas nestas, este capítulo tem como objetivo contextualizar o espaço prisional no qual estas mulheres estão detidas, em qual contexto este espaço prisional surge e quais os discursos que marcam sua criação. Desta forma dividi o capítulo metodologicamente em três partes. Na primeira, trago um breve histórico sobre a cidade de Joinville, disposta a localizar a cidade onde está o espaço prisional escolhido. Na segunda parte contextualizo o surgimento do Presídio Regional de Joinville - PRJ - e posteriormente, no ano de 2001, a inauguração da Ala Feminina nesta mesma instituição. Por último, discuto o envolvimento destas mulheres com a criminalidade e o crescimento deste nos últimos anos.

2.1 A CIDADE DE JOINVILLE

Joinville é a cidade mais populosa do Estado de Santa Catarina e a terceira do sul do Brasil, atrás de Curitiba e Porto Alegre. Está localizada na região nordeste do estado de Santa Catarina e fica a, aproximadamente, 180 quilômetros de distância da capital Florianópolis. Contava com aproximadamente 515.288 habitantes, segundo o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE¹¹ no ano de 2010. Porém, estimativas recentes realizadas no ano de 2014 pelo instituto apontam para um crescimento significativo da população, chegando a aproximadamente 554.601 habitantes¹².

A historiadora Ilanil Coelho, em recente tese publicada sobre a história da cidade, atribui o crescimento às migrações. Através de estudos comparativos de gráficos do IBGE, a autora identifica a década de 1980 como o momento em que Joinville passa a ser reconhecida como a cidade mais populosa do Estado, fato que estaria diretamente ligado às migrações ocorridas, principalmente, entre as décadas de 1970 e 1980. Neste período houve a instalação e desenvolvimento de algumas indústrias locais. Tais indústrias necessitavam de mão-de-obra para o trabalho de “chão de fábrica”, fato que gerou uma demanda estendida para outras regiões através de propagandas, impulsionando assim a vinda de famílias para a cidade, principalmente do Paraná. Estas migrações seriam responsáveis pelos reflexos no aumento populacional

¹¹Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=420910>. Acesso em: 22 ago. 2013.

¹² Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/estimativa_dou_2014.pdf. Acesso em: 07/02/2015.

nos censos das décadas seguintes, constituindo assim Joinville, uma “cidade migrante” (COELHO, 2010). Optei pelo texto de Ilanil para começar falar sobre a cidade, pois a autora possibilita pensar sobre Joinville como um espaço plural e movediço, principalmente ao denominá-la como “cidade migrante”.

Por muito tempo houve o investimento na história de Joinville como uma cidade de imigrantes, fruto da colonização europeia de meados do século XIX, com destaque para a colonização alemã. Assim como tantas outras cidades brasileiras surgidas neste período em decorrência dos fluxos de imigrantes que vieram para o Brasil com a implementação da mão-de-obra assalariada. A data oficial de 9 de março de 1851 foi escolhida como a fundação da cidade, quando imigrantes alemães, suíços e noruegueses chegaram a então conhecida Colônia Dona Francisca (TERNES, 1993). Esta história obteve a supremacia ignorando a existência de grupos e organizações estabelecidas nesta região anteriormente. O historiador Adriano Denardi chama atenção para as populações que já viviam nesta região como os indígenas, os luso-açorianos e os grupos de afro-descendentes que foram por muito tempo silenciados e esquecidos (DENARDI, 2010). Assim como futuramente iria ocorrer com os migrantes.

Segundo Ilanil, a tentativa de manutenção da cidade alemã perdurava, até mesmo na eminência das fortes correntes migratórias. “Até pelo menos a metade da década de 1990, sob o impulso dos fluxos contemporâneos – especialmente os migratórios – e na polifonia da cidade, havia vozes um pouco desafinadas, mas bastante estridentes que buscavam aclamar e identificar Joinville como cidade alemã.” (COELHO, 2010, p. 28).

A referência de origem alemã se faz presente na história da cidade, definindo os de Joinville (de origem alemã) e os de fora. Divisão presente não somente nos discursos, mas no espaço geográfico da cidade. O historiador Apolinário Ternes ao descrever o processo de formação da colônia cita duas principais ruas construídas inicialmente para ligar a região central à zona norte e outra para ligar à zona sul. O caminho para o norte, *Nordstrasse* – atual Rua Dr. João Colin, e o caminho para o sul, *Deutschstrasse* – atual Rua Visconde de Taunay, eram e ainda são um dos principais pontos de acesso que ligam o centro da cidade às zonas norte e sul. Na Zona Norte da cidade residiam os imigrantes de origem germânica, enquanto os descendentes de luso-açorianos e negros ficavam na Zona Sul. Esta divisão também se fazia presente em clubes e práticas culturais (TERNES, 1993). Desta forma, historicamente, os bairros localizados na zona norte da cidade se

construíram como os mais nobres e valorizados, enquanto a zona sul da cidade concentra a periferia, que se intensifica com a chegada dos migrantes. Os primeiros migrantes vindos na década de 1970, durante o crescimento das indústrias locais, conseguiram melhores resultados ao migrar para a “Manchester Catarinense”¹³, no entanto, migrantes seduzidos pela propaganda de outrora, que aqui chegaram nas décadas de 1990 já não encontraram o mesmo cenário. Com isso, surgem ocupações irregulares nas áreas periféricas da cidade que futuramente dão origem a novos loteamentos e bairros.

A industrialização impulsionou o crescimento da cidade, no entanto, com ele uma série de problemas sociais, decorrentes da falta de estrutura e planejamento. Estes problemas vão ser atribuídos diretamente aos “forasteiros” que aqui chegaram para abalar a “ordem da cidade”. Este discurso está presente, antes mesmo dos fluxos migratórios da década de 1970, como demonstra a historiadora Iara Andrade Costa, ao falar sobre meados do século XX e a constituição da cidade, que vai adquirindo a característica de ordeira e em contraponto tem que lidar com práticas que fogem a esta ordem como a pobreza, assaltos e a ausência de policiamento para controlar estas práticas dissidentes (COSTA, 2005).

Jornais da década de 1970 mencionam o crescimento da criminalidade na “cidade do trabalho honesto” que agora se via ameaçada com o chamado “vírus da malandragem”. Esta crise apresentada na matéria é atribuída aos migrantes como demonstra o fragmento a seguir: “[...] a fama de nossa inquestionável riqueza e produção, teria motivado a polarização para aqui de inúmeros forasteiros nem sempre bem intencionados em trazer a sua quota de trabalho ou capital.”¹⁴. Já na década de 1980 a estes “forasteiros” e criminosos é atribuído um lugar na cidade, a Zona Sul. Nesta outra matéria, na declaração do delegado Adhemar Grubba, fica evidente a segregação geográfica e a imagem de uma Zona Sul marginal ocupada por criminosos e “forasteiros”:

Efetivamente a zona sul da cidade foi sempre a região que mais registra a presença de marginais, e viciados em drogas. Acresce o fato de que sendo uma zona populacional de famílias de baixo poder

¹³ Título que a cidade recebeu nesse período fazendo menção a cidade industrial inglesa. É recorrente jornais do período trazerem esta referencia.

¹⁴ OLIVEIRA, Moacyr Gomes de. “Cidade Desprotegida”. *Jornal de Joinville*, 30 out. 1970, p. 2.

aquisitivo e com uma extensa área onde o marginal encontra possibilidade de fugir à ação policial, a grande maioria dos fora-da lei a tenham como reduto mais seguro contra a ação da polícia. Diariamente temos problemas com elementos de toda a espécie residentes aqui mesmo e na maioria, das vezes marginais que vêm de fora para ‘marcar ponto’ em nossa cidade. [...] Cerca de noventa por cento dos marginais do Itaum, Fátima, Guanabara e Nova Brasília.¹⁵

Através da notícia é possível perceber que a criminalidade passava a ter cara, nome e endereço. Medidas higienistas são tomadas para a manutenção da imagem de cidade ordeira, sendo que o planejamento urbano reforça esta ideia, acentuando a divisão entre a cidade da ordem e do trabalho e as regiões periféricas onde permanecem as pessoas e práticas indevidas, os indesejáveis. Inseridos nesse contexto está à história do PRJ, que não é por um mero acaso construído na Zona Sul da cidade.

2.2 O PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE E A ALA FEMININA

O PRJ é uma instituição relativamente recente, inaugurada no início dos anos 1990 no bairro Paranaguamirim, Zona Sul de Joinville. Anterior à inauguração do PRJ, a cidade contava com outros espaços prisionais. Disposta a localizar estas instituições anteriores e entender os motivos que implicaram na construção do PRJ recorri à historiografia regional, bem como a entrevistas e jornais. Na historiografia regional localizei poucas informações sobre as instituições prisionais da cidade. Porém, em uma passagem do livro “*Joinville: a construção da cidade*” do historiador Apolinário Ternes, o autor descrevia a localização de um destes espaços no início do século XX, provavelmente um dos primeiros espaços prisionais de Joinville. De acordo com Ternes:

Joinville dispunha, em 1926, de 1 juiz togado, para as varas Civil, Comercial e Criminal e de 1 Promotor Público. Fórum e Cadeia funcionavam no mesmo prédio, no centro da cidade, no mesmo local em que em 1993 se encontra instalado o Fórum, e que no século passado, na mesma área,

¹⁵ Marginais X Polícia: Nesse jogo, crave coluna um. Você vai acertar. *Jornal Hora H*, 16 fev. 1980, p.15.

funcionava a próspera casa comercial de Hermann Lepper. (TERNES, 1993, p.140).

O Fórum continuou a funcionar neste prédio até o ano de 1998, quando um novo prédio foi inaugurado, mas a cadeia havia deixado de funcionar há muito tempo nesta localização. Possivelmente, a cadeia tenha sido removida devido à política de higienização adotada ao longo do século XX na cidade, que tinha como objetivo afastar os “indesejáveis” e promover a manutenção da imagem de “cidade ordeira”. Apresenta-se uma das consequências da modernidade compactuadas por tantas outras cidades do Brasil. A historiadora Iara Andrade Costa sobre este período, descreve as transformações e preocupações da cidade:

A ‘modernização’ passou a ser até sinal de patriotismo, excluindo-se todo aquele que não pudesse acompanhar esse progresso. Não importava para onde se caminhavam, em que condições ou onde iriam morar, pois nesse momento o importante era a aparência do centro da cidade, que necessitava se preparar para os dias futuros de cidade empreendedora e laborista do sul do Brasil. [...] esse era o modelo instituído pela municipalidade e pelo país todo. (COSTA, 2005, p. 122).

O importante neste período era a aparência do centro da cidade, o que leva a crer que a cadeia localizada no centro passou a ser um problema, tendo que se deslocar para outro espaço que não colidisse com os ideais que a cidade buscava inserir naquele momento. A historiadora Janine Gomes da Silva ao problematizar os lugares de prostituição da cidade complementa ao discutir os efeitos da modernização e a política de higienização. Tudo indica que estas medidas:

[...] em consonância com os discursos da época, higienizar as cidades, práticas observadas em São Paulo, Rio de Janeiro ou Florianópolis, ao que tudo indica, chegaram a Joinville de maneira mais efetiva no início da década de 1960 quando o município ia, aos poucos, deixando de lado as suas feições de pequena cidade de colonização alemã para receber um investimento na

industrialização que viria, em poucas décadas, transformar este espaço urbano em uma cidade industrial. (SILVA, 2010, p. 54).

Consonante a estas transformações localizei outro espaço prisional da cidade, construído no início dos anos 1970. Através de análises de jornais encontrei informações sobre a “Cadeia do Boa Vista”, também conhecida como “Fortaleza do Boa Vista”. Localizada no Bairro Boa Vista, nas imediações onde, segundo informantes, atualmente se localiza o Instituto Geral de Perícias – IGP e fica, aproximadamente, a 2km do centro da cidade.

Até o final da década de 1980 era este o espaço prisional da cidade, uma cadeia pública que atendia somente a população masculina¹⁶. Foi uma rebelião, em 1986, reivindicando melhorias que resultou na destruição da mesma, e na transferência dos presos para outras instituições prisionais do Estado, até que os projetos de construção de um novo espaço prisional fossem consolidados. Como o exemplo, tem-se a matéria a seguir que relata as condições da cadeia: “[...] com uma estrutura arcaica, a cadeia pública construída no início dos anos 1970, não dá condições de sobrevivência”¹⁷.

Nesse período há muitas publicações nos jornais fazendo referência a rebeliões e a situação precária em que se apresentava a cadeia. Houve de fato rebeliões nesse período e a estrutura do local estava comprometida, no entanto, é possível que tenha se configurado a conveniência para a desapropriação da Cadeia do Boa Vista e construção de um novo espaço prisional significativamente distante do centro da cidade, tendo em vista o crescimento do bairro Boa Vista e com isso sua aproximação da região central, bem como a valorização imobiliária desta região. Foi assim que iniciaram os projetos de construção do PRJ no bairro Paranaguamirim.

É comum nas literaturas relacionadas a espaços prisionais, a discussão sobre segregação, presente não somente na concepção da instituição ao privar o/a interno/a do convívio social, mas à situação de estar a instituição segregada no espaço da cidade. Esta concepção ganha respaldo jurídico no Brasil com a Lei de Execuções Penais – LEP 7.210 de 1984. De acordo com o Art.90 da LEP: “A penitenciária de homens

¹⁶ Isso não quer dizer que não existiam mulheres infratoras na cidade. Membros mais antigos do CDH e CCJ disseram que o número de mulheres era muito pequeno, mas quando ocorria estas eram transferidas para outras unidades prisionais do estado.

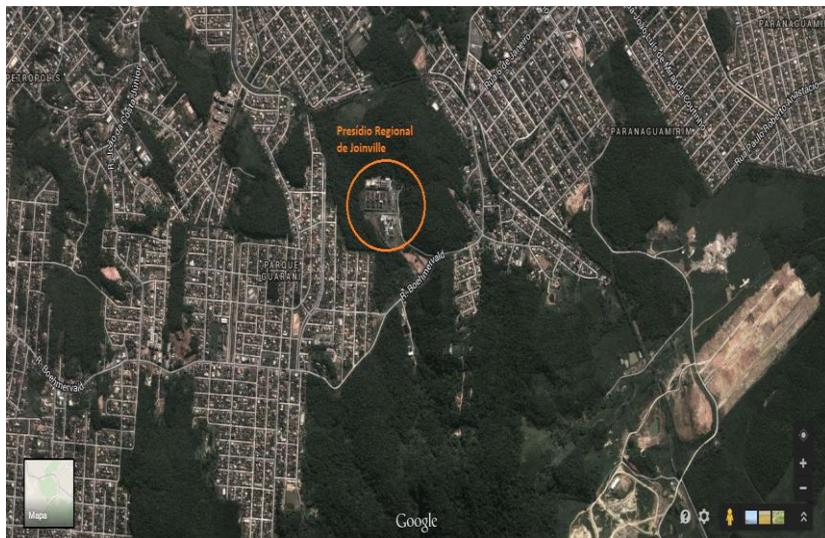
¹⁷ Zacarias, Aires. Cadeia do bairro Boa Vista não passa de um barril de pólvora. Jornal de Santa Catarina, 28 abril 1986, p. 18.

será construída em local afastado do centro urbano e a distância que não restrinja a visitação”¹⁸. A lei procurou preservar a cidade de ter que lidar cotidianamente com a presença do presídio e os possíveis riscos que ele poderia trazer como, por exemplo, em situações de rebeliões e fugas, oferecendo assim respaldo para a segregação destes espaços. No entanto, as cidades crescem e muitas vezes batem à porta dos presídios. Foi assim com a história do PRJ.

Este foi construído no final da década de 1980 e inaugurado no início da década de 1990, em uma região afastada 10km, aproximadamente, do centro da cidade. Esta região era a extensão do bairro Itaum na Zona Sul da cidade, que originou os bairros Jarivatuba, Paranaguamirim, entre outros loteamentos que atualmente são considerados bairros. O Presídio fica entre os bairros Paranaguamirim e Parque Guarani, fato que causa confusão quanto à definição exata do bairro do presídio. Em diferentes fontes consultadas há referência tanto a um como ao outro, isso porque ele está situado entre os dois bairros, em uma região que vem mudando muito ao longo do tempo, fazendo com que as histórias dos bairros ali localizados se confundam. Evidencia-se, através da figura abaixo, sua localização; na qual é possível identificar sua posição na divisa entre os bairros Paranaguamirim e Parque Guarani:

¹⁸ Lei de Execuções Penais – LEP de 1984.

Figura 1 – Indicação da localização do Presídio Regional de Joinville.



Fonte: GOOGLE MAPS. <https://www.google.com.br/maps/@-26.3545245,-48.8018939,701m/data=!3m1!1e3>. Acesso em: 09/11/2014.

O presídio aparece como uma ilha entre os dois bairros, separado apenas pelo resquício da vegetação que o circunda. Decidiu-se adotar o bairro Paranaguamirim como referência, por este aparecer com maior frequência nas fontes consultadas e constar no site do Departamento de Administração Prisional de Santa Catarina – DEAP, como o endereço oficial do PRJ.

Segundo dados de documento publicado em 2013 pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville – IPPUJ, o bairro Paranaguamirim que "durante anos abrigou um número inexpressivo de moradores, hoje é considerado um dos maiores da cidade, em número de habitantes." ¹⁹. Portanto, falar do espaço geográfico onde o PRJ está localizado atualmente, não corresponde mais ao que ele era no final da década de 1980.

A dissertação de mestrado da psicóloga Valdirene Daufemback, defendida em 2005, que também teve como lugar de pesquisa o PRJ, apresenta registros da Prefeitura Municipal de Joinville - PMJ da década

¹⁹ Disponível em: <https://ippuj.joinville.sc.gov.br/conteudo/30-Bairro+a+Bairro.html>. Acesso em: 16 ago. 2014.

de 1990, que indicam as construções de residências mais próximas ao presídio localizadas a 2 quilômetros. Já em 2004, data que ela realizou sua pesquisa, a construção mais próxima estava a 300 metros (DAUFEMBACK, 2005). Atualmente, o presídio tem vizinhos e é avistado dos novos loteamentos que por ali surgem, pois a vegetação que encobria sua torre nos anos de 2008/2009, quando realizei minhas pesquisas de iniciação científica na instituição, está cada vez mais escassa. Ou seja, em pouco mais de duas décadas a região mudou muito e a cidade chegou à porta do presídio.

Contudo, o bairro Paranaguamirim apesar de ser considerado um dos bairros mais populosos, está localizado na Zona Sul, considerada como região periférica, afastada do centro da cidade e dos bairros mais valorizados localizados na Zona Norte. Desta forma muitos/as nunca nem ouviram falar da existência e localização desta unidade.

Mas e quanto os/as vizinhos/as do presídio? Esta era uma das questões que surgiram quando retornei ao campo de pesquisa nos anos de 2012 e 2013, e percebi que cada vez mais o bairro crescia em direção ao presídio. Notei vários *outdoors* na rua principal do bairro com propagandas de vendas de lotes e apartamentos e a chamada dizia que estes eram localizados no centro do “Panágua”, como popularmente o bairro é conhecido. Chamou-me atenção o fato de o bairro possuir um centro, que claramente é identificado ao visitá-lo, pois é onde estão as melhores e principais ruas, como a rua Monsenhor Gercino que faz a conexão da região central ao bairro. Além de muitos estabelecimentos comerciais, incluindo algumas lojas e farmácias de importantes redes regionais, as melhores casas, entre outros elementos que estão em oposição à periferia do bairro.

O bairro, assim como a cidade, é cortado por linhas imaginárias que definem diferentes espaços. O antropólogo José Guilherme Cantor Magnani, referência à antropologia urbana, desenvolveu diferentes categorias de análise - disposto a problematizar os diferentes espaços da cidade. Uma destas foi a categoria “pórtico”, que segundo o autor:

Trata-se de espaços, marcos e vazios na paisagem urbana que configuram passagens. Lugares que já não pertencem à mancha de cá, mas ainda não se situam na de lá; escapam aos sistemas de classificação de uma e outra e, como tal, apresentam a ‘maldição dos vazios fronteiriços’. Terra de ninguém, lugar do perigo, preferido por figuras liminares e para a realização de rituais

mágicos – muitas vezes lugares sombrios que é preciso cruzar rapidamente, sem olhar para os lados. (MAGNANI, 2002, p.23).

Ao utilizar esta categoria para pensar sobre o bairro do presídio, pude evidenciar a existência de alguns “pórticos” que indicavam as diferentes facetas do “Panágua”. A passagem do centro do bairro para a periferia, por exemplo, era marcada pela existência de uma curva. Ao ultrapassá-la uma nova paisagem, constituída por vários loteamentos e ocupações irregulares, sem infraestrutura, onde habitam as pessoas de menor poder aquisitivo, aparecia em oposição ao centro.

O presídio fica próximo ao centro do bairro, mas não é avistado por estar protegido por pórticos que o isolam, como a existência de um trilho de trem, uma curva e o resquício da vegetação que outrora o encobria. Desta forma, a proximidade não parece interromper o progresso do bairro que cada vez mais cresce, não somente nas áreas mais carentes, mas nos loteamentos mais valorizados, próximos ao centro, logo, próximo ao presídio.

Assim como a cidade, o bairro possui sua dinâmica, suas divisões espaciais e políticas de segregações. No caso do Paranaguamirim, a região central do bairro está localizada próxima ao presídio, no entanto, a condição não determina menor valorização da região. Esta é a região mais nobre e desenvolvida, enquanto os loteamentos e ocupações periféricos são menos valorizados e, as pessoas que lá moram, muitas vezes sofrem preconceito entre os da região central. Como mencionei anteriormente, cada espaço da cidade possui sua dinâmica. Se, para a cidade de Joinville, o Paraguamirim é uma região afastada, pobre e inferior, localizada na Zona Sul, para os moradores do “Panágua” estes códigos não fazem sentido, pois estes possuem seu próprio centro, sua elite e sua periferia. Fato que foi se consolidando ao longo dos últimos anos conforme o bairro se constituiu.

Além das transformações que ocorreram em torno do PRJ, o local onde este está localizado também passou por transformações. Como o que aconteceu no ano de 2005 quando foi inaugurada a Penitenciária Industrial de Joinville - PIJ, na extensão do terreno do PRJ. Ambos passaram a compor o Complexo Prisional da cidade, como é possível visualizar na figura abaixo.

Figura 2 – Indicação da localização do Complexo Prisional de Joinville, constituído pelo PRJ e pela PIJ.



Fonte: GOOGLE MAPS. <https://www.google.com.br/maps/@-26.3545245,-48.8018939,701m/data=!3m1!1e3>. Acesso em: 09/11/2014.

A estrutura física do presídio e sua finalidade, também passaram por muitas transformações ao longo dos anos, o que é muito comum na história dos presídios nacionais. É importante lembrar que os presídios são elaborados em um determinado contexto, mas com o passar dos anos a população das cidades cresce, problemas sociais se intensificam, novos crimes são inventados e os índices de criminalidade aumentam, contribuindo assim para transformações significativas dos espaços prisionais.

Relatórios sobre a situação prisional brasileira auxiliam na compreensão da história das prisões no Brasil, esta marcada por muitos arranjos. Imagens sobre estes espaços revelam uma arquitetura de improvisos e anexos. Uma espécie de “puxadinhos” anexados à construção original que servem para atender a nova demanda ou suprir aquilo que a construção inicial não contemplou. Além disso, refletem as propostas dos diretores da instituição ao longo dos anos. No caso de Joinville, de acordo com os registros dos Livros de Ocorrências da instituição, em determinados anos houve grande rotatividade de diretores.

Supondo que cada administrador tenha iniciado determinadas obras sem que fossem concluídas, muitos projetos e obras foram iniciadas e não finalizadas pelo administrador seguinte, que poderia, a rigor de seus critérios, prosseguir ou não com os projetos da administração anterior.

Sendo assim, falar da história do presídio é falar de uma construção mutante. Ao longo dos anos, uma série de “puxadinhos” foram construídos para atender a demanda institucional. Medidas que amenizaram problemas momentâneos ao longo da história da instituição, mas que atualmente refletem em outros problemas, pois a estrutura e o projeto inicial não comportam estas ampliações, bem como o crescente número de pessoas que ali habitam. Estes problemas são exalados através dos mais diferentes odores pelo presídio, anunciando que o sistema de esgoto e encanamento não suportam mais as ampliações e número de pessoas excedentes. Além destes, outros problemas antigos não conseguem ser resolvidos, como a superlotação, pois a ampliação do espaço não consegue acompanhar e suprir o crescimento de novos/as internos/as.

A construção da Ala Feminina do PRJ é um exemplo destas medidas paliativas. Inicialmente, o PRJ foi inaugurado como um presídio masculino e tornou-se um presídio misto, composto de homens e mulheres. Proposta já presente antes mesmo de sua construção, como indica uma matéria deste período: “[...] o presídio receberá algumas modificações permitindo a detenção de menores e mulheres, coisa que antes era impossível.”²⁰ Esta matéria do ano de 1986 já denunciava através de seu título, “*A cadeia de Joinville ainda não começou a ser levantada*”, a morosidade da execução do projeto que ficou pronto apenas em 1991. Apesar da proposta, o presídio foi inaugurado sem nenhuma modificação para agregar menores ou mulheres.

Segundo membros mais antigos do CDH, a justificativa é de que o número de mulheres nesse período era muito pequeno, o que não implicava na urgência de um espaço prisional. A advogada Cynthia Maria Pinto da Luz, militante dos Direitos Humanos e advogada do CDH desde 1987, em entrevista concedida no ano de 2008, ao relembrar sobre este período disse que “há 10, 15 anos atrás, 20 anos atrás, se tivesse 1, 2, 3, 4, mulheres presas era muito. Isso não acontecia. Hoje

²⁰ A cadeia de Joinville ainda não começou a ser levantada. Jornal de Santa Catarina, 7 e 8 dezembro 1986, p. 20.

não, atualmente proporcionalmente a mulher está sendo mais presa do que o homem.”²¹

Sua fala sugere que durante o período de construção e inauguração do presídio não havia número significativo de mulheres presas, principalmente comparando com os números dos anos 2000: comparação recorrente nas falas de pessoas que já trabalhavam com o sistema carcerário de Joinville no momento da construção do PRJ. Isso não quer dizer que não existiam mulheres criminosas nos anos 1990 na cidade. Uma matéria de jornal do ano de 1992, cujo título anunciava “*Cadeia esta superlotada de mulheres*”, chamava atenção para a existência de mulheres no PRJ. O texto trazia a informação de que “15 mulheres, entre 19 e 46 anos, dividem 3 celas de 2 metros de largura por três de comprimento. [...]. Os motivos das prisões variam entre furtos de menor poder ofensivo, como roubo de litros de uísque, até latrocínio”²².

Enquanto não existia um espaço prisional na cidade, entre os anos de 1986 e 1990, as mulheres presas, assim como os homens, eram transferidas/os para outras instituições do Estado. Com a inauguração do PRJ, tudo indica que estas passaram a ocupar lugares improvisados na instituição. Fato que, aproximadamente, um ano após a inauguração do PRJ resultou na junção de um número significativo de mulheres presas, para estampar esta matéria que já anunciava estado de “superlotação”. Se comparado com a primeira década dos anos 2000, quando havia, aproximadamente, 150 mulheres presas no PRJ, o número de 15 mulheres presas em 1992 era muito pequeno. Contudo, isso não faz destas histórias inexistentes.

Já existiam mulheres no PRJ um ano após sua inauguração, porém há poucas informações sobre elas. Os registros e lembranças sobre este período parecem ter se perdido ao longo dos anos, sobrepostos pelas lembranças recentes dos anos 2000 devido ao crescimento do número de mulheres na cidade que chegou a, aproximadamente, 1000% em menos de duas décadas, tendo em vista que em 1992 havia 15 mulheres presas e que no ano de 2010 havia 150. O crescimento ao longo destes anos resultou na alteração do espaço do presídio, este que era um ambiente prisional masculino e tornou-se um presídio misto. Ao longo dos anos 1990 estas mulheres dividiam celas improvisadas no PRJ e em 2001 foi inaugurada a Ala Feminina do PRJ,

²¹ LUZ, Cynthia Maria Pinto da. *Entrevista concedida a Camila Diane Silva*. Joinville, 08 set. 2008.

²² MEYER, Roberta. *Cadeia está superlotada de mulheres*. *A Notícia*, Joinville, 29 nov. 1992.

disposta a ser um espaço específico para atender esta demanda crescente.

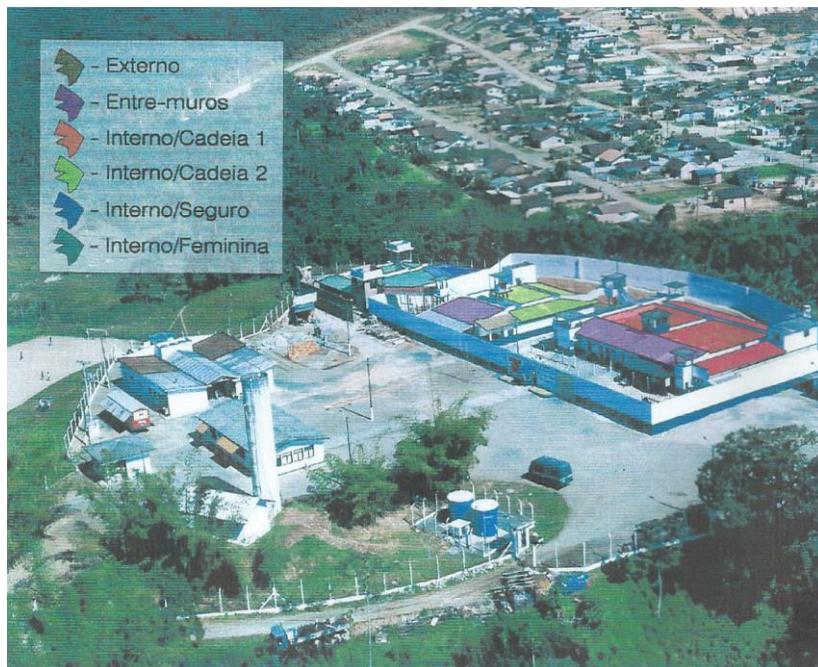
Em relatório²³ elaborado no ano de 2012 pela psicóloga da instituição Daiane Busarello encontrei informações mais detalhadas sobre a história da ala. Segundo Busarello:

Em setembro de 2001, foi inaugurado uma Galeria Feminina. Construído para atender 40 detentas, já foi inaugurada com lotação de 38 mulheres encarceradas. Pelo crescente número de detentos, as detentas foram recambiadas para um Alojamento dividido em dois ambientes distintos, em meados de 2005. A partir desta data, se via ainda um ‘início de alojamento’ para as encarceradas gestantes e que ganhavam seus bebês enquanto presas e àquelas que prestavam algum ‘serviço’ à unidade – ‘regalias’. O número de detentas foi crescendo, e em Abril de 2010, as detentas foram recambiadas a antiga Galeria Feminina, àquela inaugurada em 2001, destinada especificamente a elas. Naquele momento já se contava mais de 100 mulheres presas. Hoje o número de apenadas gira em torno de aproximadamente 140-150 mulheres, num espaço destinado a 74 vagas. (BUSARELLO, 2012).

A história da ala, assim como a do presídio, é marcada por adaptações e realocações. Estes são ambientes moveáveis, que vão se transformando de acordo com o crescimento do número de detentos/as. Na figura abaixo, do ano de 2005, é possível identificar o espaço inicial da Ala Feminina em anexo à construção inicial do PRJ, descrito por Busarello:

²³Relatório elaborado pela psicóloga Daiane Busarello sobre a Ala Feminina, com base em documentos da instituição, bem como em depoimentos de detentas e agentes mais antigas na instituição, coletados através de conversas informais, com livre transcrição da autora para a elaboração destas anotações. Este relatório encontra-se no presídio como material de consulta interno e foi gentilmente oferecido pela autora para consulta.

Figura 3 – Indicação da localização da Ala Feminina do PRJ.



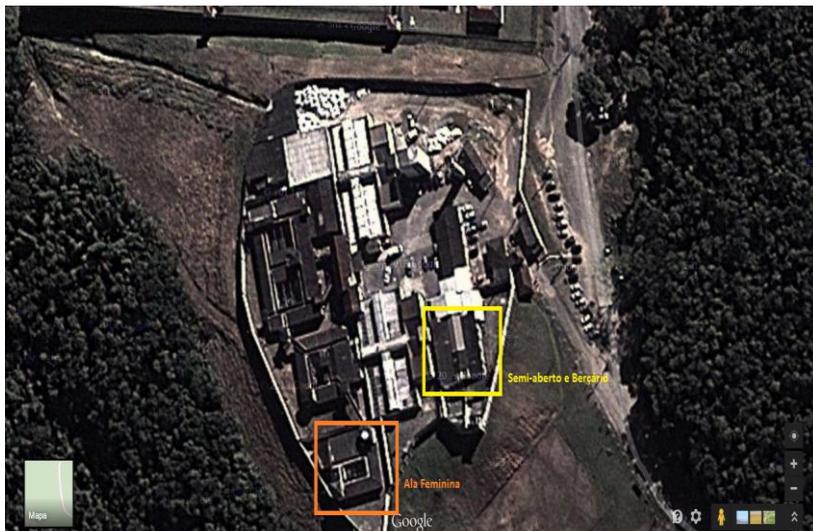
Fonte: DAUFENBACK (2005, p. 179).

A legenda em verde escuro indica a localização inicial da Ala Feminina no presídio, inaugurada no ano de 2001. Uma placa de inauguração fixada na entrada da ala sugere que este espaço foi construído com esta proposta. Contudo, no ano de 2005 devido ao crescimento do público masculino e a ausência de espaço, as mulheres foram transferidas para o prédio do “externo”, indicado na figura acima pela cor marrom, e os homens realocados para o prédio da Ala Feminina. Somente em 2010 as mulheres retornaram para o espaço da Ala Feminina e o ambiente que ocuparam do ano de 2005 até 2010, foi destinado somente para o Berçário e o Semiaberto, sendo que o número de mulheres cresceu ao longo destes anos, como indicou a psicóloga do presídio, e a Ala Feminina não era mais suficiente para todas estas mulheres.

Nesta outra figura que apresento abaixo, do ano de 2014, é possível visualizar através de outro ângulo a localização da ala em relação ao presídio, bem como o espaço destinado ao berçário e ao

semiaberto, que entre os anos de 2005 e 2010 era o ambiente provisório para as mulheres:

Figura 4 – Indicação da localização da Ala Feminina do PRJ.



Fonte: GOOGLE MAPS. <https://www.google.com.br/maps/@-26.3545245,-48.8018939,701m/data=!3m1!1e3>. Acesso em: 09/11/2014.

No espaço da Ala Feminina ficam as mulheres que estão aguardando julgamento, bem como aquelas que já foram condenadas. Já no Berçário ficam as mulheres grávidas e aquelas com filhos até os seis meses de idade²⁴ e no Semiaberto aquelas que já cumpriram tempo suficiente²⁵ de sua condenação o que lhes concede o direito de trabalhar, seja na instituição ou fora dela, e a noite retornar para a prisão.

²⁴ Importante lembrar que esta é uma regra institucional e pode variar dependendo da instituição. Há presídios no Brasil que as mães podem ficar mais ou menos tempo com seus filhos. Em Joinville, elas podem ficar até os seis meses. Depois que os bebês completam esta idade são transferidos para familiares que se encontram fora da instituição e podem se responsabilizar pelas crianças. Caso não exista ninguém da família, estes são encaminhados para o Conselho Tutelar.

²⁵ Este tempo vai depender do crime cometido e se a pessoa é ré/réu primária/o ou reincidente. Para o caso do crime de tráfico de drogas, que é um crime considerado hediondo, de acordo com a lei nº 11.464 de 2007 a pessoa poderá acessar o semiaberto assim que cumprir 2/5 de pena se primário ou 3/5 se reincidente. Disponível em:

Apesar do espaço do presídio destinado às mulheres ter sido ampliado, atualmente o espaço não é mais suficiente, como indicado anteriormente por Busarello. Se a Ala foi inaugurada em 2001 com a finalidade de atender o número de 40 mulheres e neste período já existiam 38 mulheres presas, ela já foi inaugurada lotada. Aproximadamente uma década depois este número era o triplo e a incorporação de outro espaço não foi suficiente.

Ao longo da primeira década do século XXI esta foi uma preocupação que atingiu não somente a cidade de Joinville, mas todo o sistema prisional nacional. No ano de 2008 houve a divulgação de dados do DEPEN informando resultados de pesquisas realizadas pela instituição que apontavam para os últimos oito anos (2000-2008). As pesquisas revelavam um crescimento de 75% da população penitenciária feminina no Brasil, acima da masculina, proporcionalmente²⁶. Este crescimento, que continuou a se intensificar após a divulgação destes dados, alterou a realidade das instituições prisionais, que foram concebidas inicialmente com a proposta de abrigar o público masculino, mas acabaram por criar subterfúgios para lidar com o aumento de mulheres.

Houve nesta primeira década dos anos 2000 uma significativa mudança no sistema prisional nacional com a construção de novas alas, criação de espaços improvisados, transferências para outras instituições e elaboração de projetos para a criação de novos espaços prisionais dispostos a atender esta demanda crescente de mulheres. Fruto destas transformações ocorridas, está a concepção da Ala Feminina do Presídio Regional de Joinville inaugurada no ano de 2001 para atender o crescente número de mulheres que já integrava o espaço do presídio em ambientes improvisados. Mesmo após a criação desta ala, este número continuou a crescer, fazendo desta insuficiente, o que implicou em novos projetos. Como o exemplo da divulgação do edital de licitação, lançado no ano de 2014, para a construção de um Presídio de Mulheres com 270 vagas junto ao Complexo Prisional de Joinville²⁷.

Em aproximadamente 24 anos de PRJ e 14 anos de Ala Feminina, o número de mulheres presas cresceu significativamente, não

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11464.htm. Acesso em: 16/02/2015.

²⁶ Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/inde04082008.htm>. Acesso em: 4 ago.2008.

²⁷Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2014/09/lancado-edital-para-construcao-de-presidio-feminino-em-joinville.html>. Acesso em: 15/09/2014.

somente em Joinville, mas nacionalmente. Estas transformações refletiram na estrutura do sistema carcerário que não foi pensado historicamente para atender as mulheres, assim como na forma de se pensar a criminalidade como algo que pode ser vivenciado por homens e mulheres. Nesse sentido, é importante compreender o que houve que fez com que o envolvimento destas mulheres com o crime se intensificasse nos anos 2000, refletindo nestes dados estatísticos apresentados ao longo do trabalho.

2.3 AS MULHERES E A CRIMINALIDADE

A criminalidade e a figura do criminoso estiveram associadas, ao longo da história ocidental, majoritariamente à figura masculina. Ao longo do século XIX, as transformações do estado moderno no campo da ciência, economia e política intensificaram as definições e classificações dos espaços, sujeitos sociais e suas atribuições. A historiadora Michelle Perrot, sobre esta necessidade de codificação intensificada no século XIX, entende que “as sociedades industriais, intensificando as relações entre os grupos, multiplicam normas e interdições; sob muitos aspectos constrangedoras e repressivas, elas codificam tudo e, ao mesmo tempo, fabricam delinquentes”. (PERROT, 2001, p. 236).

Uma das consequências desta multiplicidade de normas e interdições foi a cristalização da divisão binária entre o sexo masculino e feminino, e o que se esperava destes. Aos homens foram atribuídas as atividades públicas enquanto, às mulheres, o mundo privado e suas privações. Estas, segundo corroboração do discurso médico, eram por essência mães, cuidadosas e cuidadoras. Seres frágeis relegados ao lar, fato que colocava estas em um lugar distante do ambiente público e por sua vez da exposição de atos considerados criminosos.

Sobre a realidade brasileira, a historiadora Raquel Venera, em seu trabalho sobre a mulher e seu envolvimento com a criminalidade, recorre aos discursos modernos de planejamento urbano do início do período republicano, estes que reforçavam a lógica burguesa familiar e os papéis a serem seguidos por homens e mulheres, no qual “a mulher burguesa deveria exercer fielmente seu papel de esposa” (VENERA, 2003, p. 30). Papel este que correspondia ao lar, matrimônio e maternidade. Romper com esta fidelidade seria romper com a posição de mulher honrada e respeitada para a sociedade. Curiosamente, no início do século XX surgem as primeiras prisões femininas no Brasil.

Os discursos podem cristalizar um modelo, uma norma a ser seguida, porém a partir do momento que uma norma é estabelecida, os/as “anormais” passam a existir. Muitas foram as mulheres que não se viram nos modelos impostos e assumiram posições consideradas exclusivas dos homens. No entanto, estas não eram reconhecidas. Martín Paradelo Núñez em seu texto “*Mulher, Trabalho e Anarquismo*”, publicado no livro da historiadora Margareth Rago “*Gênero e História*”, ao discorrer sobre as relações de gênero e trabalho, aponta para a conveniência em negar a participação da mulher na história, garantindo assim os interesses de um sistema patriarcal que tem a finalidade de garantir “a exclusividade da atividade produtiva em mãos do homem” (NÚÑEZ, 2012, p.8). Desta forma, negar que mulheres poderiam desafiar o ambiente público, ocupar posições de trabalho, assumir comportamentos agressivos e de liderança era conveniente para a manutenção dos interesses do homem. Negar a história das mulheres e sua participação ativa em diversos setores da sociedade era uma forma de garantir a supremacia masculina.

Por muito tempo a história das mulheres foi silenciada, assim como tantos/as outros/as personagens que compartilharam junto das mulheres do “continente perdido das vidas submersas no esquecimento no qual se anula a massa da humanidade.” (PERROT, 2007, p. 16). Michelle Perrot atribui esta “invisibilidade” a uma série de fatores, mas em primeiro lugar ao fato das mulheres serem “menos vistas no espaço público, o único que, por muito tempo merecia interesse e relato”. (PERROT, 2007, p.16). Isso vai refletir na ausência de fontes tradicionais e consequentemente na ausência destas na escrita da história. É no século XX que a “história das mulheres” passa a ter uma maior visibilidade, por influências de alguns fatores como as transformações teórico-metodológicas no campo da história e os fatores políticos como o movimento feminista e suas influências.

A mudança teórico-metodológica possibilitou não somente o olhar para outros/as personagens da história, mas também ampliou as possibilidades de fontes; o que auxiliou para a emergência destas histórias. Perrot chama atenção para as fontes em arquivos de polícia e processos judiciais que fizeram com que emergissem histórias que revelavam a participação ativa de mulheres na esfera pública e também crimes cometidos por mulheres (PERROT, 2007).

Acessar estas fontes foi a possibilidade de visibilizar diferentes histórias de mulheres, assim como os diferentes papéis sociais que estas assumiram ao longo da história, sem necessariamente reproduzir padrões impostos. As mulheres que desafiavam estes padrões além de

terem suas histórias silenciadas, como as demais mulheres, eram desqualificadas perante a sociedade. Segundo a antropóloga Bruna Angotti, em sua dissertação sobre a história dos presídios femininos no Brasil – estes que datam do início do século XX, para as mulheres que não cumprissem com suas obrigações em relação ao matrimônio e maternidade, “eram atribuídos estereótipos e classificações no plano dos desvios.” (ANGOTTI, 2011, p. 108).

Logo se tratou de justificar estes desvios e patologizar tais práticas. A medicina tratou de enquadrar estas mulheres em alguma anomalia de classe hormonal que explique tal comportamento, bem como a religião tratará de demonizar estas mulheres. E para entender especificamente o caso das mulheres e seu envolvimento com o mundo do crime, os criminalistas do período passam a ter uma atenção especial para a questão, como demonstram documentos, publicações e relatórios do período.

No livro “Prisioneiras”, de autoria de Bárbara Musameci Soares e Iara Igenfritz, as autoras dialogam com estas fontes e fazem referência, principalmente, ao penitenciário brasileiro Lemos Brito como “o principal ideólogo das prisões femininas no Brasil” (SOARES & ILGENFRITZ, 2002, p.52). Angotti, citada anteriormente, em sua dissertação sobre a história do presídio feminino no Brasil também se refere a Lemos Brito e ao criminólogo italiano Cesare Lombroso como as principais referências para entender o sistema prisional do período.

Estes autores estavam imersos nas discussões do período e ajudam a entender as disputas discursivas que envolveram a criação dos primeiros presídios femininos nacionais, bem como a criminalização de certos atos cometidos pelas mulheres. O discurso médico reforçava a ideia de que a biologia masculina era diferente da feminina. As mulheres eram as únicas que ovulavam, menstruavam e geravam outra vida em seus corpos. Desta forma, uma série de características culturais são associadas aos corpos definindo o comportamento das mulheres. Estas eram vistas como menos propensas a cometerem crimes, pois seriam naturalmente mães e esposas, ou seja, seu comportamento seria “naturalmente” o de cuidadora, devido ao “amor materno”. Tendo em vista tal comportamento, o lar seria o melhor lugar para estas. Estas poderiam ter oscilações e se portar de forma mais agressiva em certos períodos, porém se tratavam apenas de hormônios desordenados. Em alguns casos mais severos de desordem emocional estas eram consideradas histéricas e viravam objeto de estudo para a psicanálise.

Desta forma, as mulheres não despertavam preocupações e cuidados no campo da criminalidade se fossem mantidas em sua

condição considerada “natural”, que seria exercer a maternidade e se manter no espaço privado como dona de casa, por exemplo. Caso elas rompessem com tal condição e desafiassem os perímetros entre a casa e a rua, seria um problema, pois ao interagir com o espaço público, as mulheres poderiam despertar alguns sentimentos e comportamentos ruins relacionados à sexualidade, à criminalidade, fofoca e vaidade. Principalmente neste momento histórico, no qual as cidades passavam por intenso processo de urbanização, as cidades brasileiras cresciam, surgiam lojas, com diferentes produtos, bem como a propaganda incentivando o consumo. Fato que contribuía para as mulheres cometerem certos crimes relacionados ao patrimônio, principalmente, aquelas das classes econômicas mais baixas, pois não podiam pagar por certas “necessidades” femininas criadas pelo capitalismo.

Além destes crimes contra o patrimônio existiam os crimes envolvendo prostituição, ou envolvimento de prostitutas com arruaças, brigas e bebedeiras. Afinal, mulheres que desafiassem o perímetro do lar estariam expostas a estes vícios do ambiente público. Contudo, as mulheres não eram vistas como grandes ameaças. A solução para estes comportamentos considerados desviantes seria o retorno para os ideais femininos e para isso não era necessário investimentos na questão da criminalidade feminina. Até o início do século XX, Cláudia Priori alerta para o fato de que,

O Estado não se interessava pela questão das instituições penais para as mulheres, devido aos baixos índices de criminalidade feminina e pouca detenção. Os reformadores das prisões e os criminólogos não se preocuparam com o tema. As casas de correção e prisões femininas ficavam, então, a cargo das ordens religiosas, e os espaços ocupados pelas mulheres eram fortemente marcados pela construção discursiva do gênero. (PRIORI, 2012, p. 39).

Somente em 1940, como consequência da reforma penal do Estado Novo, surgem as primeiras penitenciárias femininas no Brasil em grandes centros, como a cidade do Rio de Janeiro. No entanto, as mulheres continuavam não despertando grandes atenções do Estado. A construção discursiva do gênero, empregada nas instituições de ordem religiosa, continuaram a reger a orientação destas instituições, que muitas vezes eram administradas por mulheres religiosas. O objetivo principal era fazer com que as mulheres infratoras voltassem a agir com

os ideais esperados para uma mulher, como conseguir um marido, ser mãe e dona de casa. Ao alcançar estes ideais estariam recuperadas. (PRIORI, 2012).

Ao longo do século XX, a população carcerária feminina não sofreu grandes alterações. As transformações irão ocorrer efetivamente no final do século XX e início do século XXI, quando os órgãos de justiça e levantamentos de relatórios prisionais nacionais, como os dados do DEPEN citados anteriormente, vão apontar para o crescimento de mulheres no sistema carcerário nacional. Soares e Ilgenfritz em pesquisa realizada entre os anos de 1988 até 2000, já haviam constatado que nestes 12 anos havia acontecido “um aumento do número de mulheres encarceradas por envolvimento no tráfico de drogas”. (SOARES & ILGENFRITZ, 2002, p. 85).

Trabalhos recentes, como a tese de doutorado em história de Vanuza Souza Silva atribuem este crescimento de mulheres no mundo do crime ao capitalismo que oferece condições desiguais para as pessoas, bem como de certa forma ao movimento feminista que possibilitou que as mulheres se libertassem dos ambientes privados e ocupassem os ambientes públicos. Para aquelas com melhores condições financeiras, o feminismo passou a ser libertador, já para as mulheres mais pobres aprisionou (SILVA, 2014).

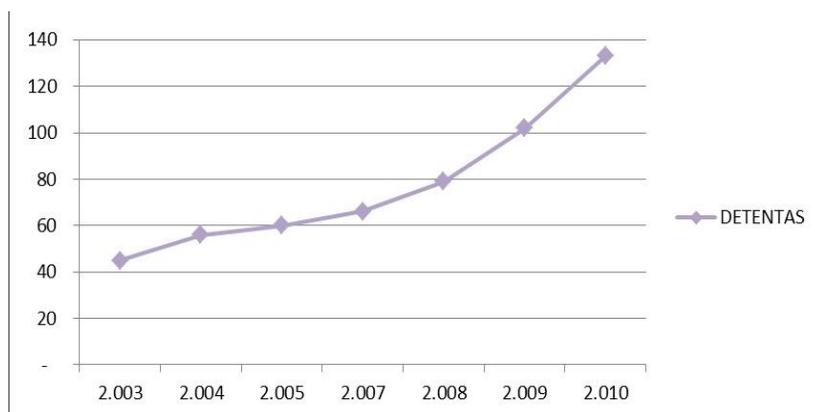
Que o sistema capitalista e as condições de desigualdades sociais causadas por este sistema são fatores que contribuem para o envolvimento de homens e mulheres com o crime é um fato. Assim como que os feminismos contribuíram para o empoderamento da mulher e a libertação de uma série de amarras sociais. Assim como é um fato o crescimento de mulheres com a criminalidade e com o envolvimento com o tráfico de drogas. Porém, acho perigosa estas associações, principalmente ao relacionar os feminismos como libertadores para algumas e aprisionadores para outras, pois facilmente pode cair em uma visão maniqueísta, mesmo muito bem justificados. Em meu ponto de vista, o feminismo só tende a libertar as mulheres: ricas ou pobres. E aqui não falo somente do feminismo acadêmico, mas do feminismo que se constrói todos os dias nas comunidades, onde mulheres de família, muito antes de serem teorizadas por pesquisadores/as, já faziam, com sua prática cotidiana, o feminismo acontecer, como evidência o trabalho da historiadora Sara Simas ao problematizar as chefes de famílias pobres na cidade de Joinville (SIMAS, 2010). Mesmo que sejam nas pequenas resistências do cotidiano, mesmo imerso em um sistema opressor, o feminismo sempre libertará. Desta forma, não concordo que o feminismo seja um dos motivos que tenham contribuído com o

crescimento da criminalidade feminina, por estas terem se libertado do espaço privado e ocupado o espaço público.

O que ocorreu foi um novo olhar para as mulheres e suas ações. Para Soares e Ilgenfritz, havia uma condescendência do Sistema de Justiça Criminal ao julgar as mulheres infratoras, mas quando estas “conquistam maior independência e se equiparam aos homens no desempenho dos papéis sociais, a condescendência em relação às práticas criminosas tende a ser cada vez menor.” (SOARES & ILGENFRITZ, 2002, p. 85). Ou seja, as mulheres passaram a ser vistas como criminosas. Sendo assim, as políticas de vigilância passaram a atuar mais fortemente nestes corpos e conseqüentemente este foi um dos fatores que contribuiu para o crescimento de mulheres no sistema carcerário nacional. Este crescimento acabou se intensificando por todo o país, como foi o caso de Joinville.

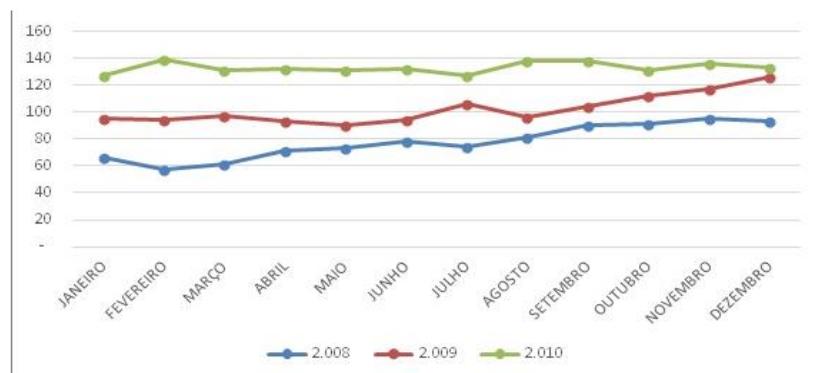
Ao analisar os Livros de Ocorrência da Ala Feminina do PRJ (2003-2010) foi possível perceber o crescimento de mulheres e seu envolvimento com o tráfico de drogas. No Livro de Ocorrências há anotações diárias das agentes prisionais, incluindo a contagem das mulheres presentes na ala no final de seu turno. Através destas anotações diárias foi possível elaborar dois gráficos, com estes dados sistematizados, onde foi possível identificar quando ocorreu este crescimento acentuado. A seguir dois gráficos apresentam dados sistematizados:

Gráfico 1 – Crescimento da população carcerária (2003-2010) da Ala Feminina do PRJ.



Fonte: Gráfico elaborado através da sistematização de dados registrados nos Livros de Ocorrências da Ala Feminina do Presídio Regional de Joinville (2003-2010)²⁸.

Gráfico 2 – Crescimento da população carcerária (2008-2010) da Ala Feminina do PRJ.



Fonte: Gráfico elaborado através da sistematização de dados registrados nos Livros de Ocorrências da Ala Feminina do Presídio Regional de Joinville (2008-2010).

²⁸ Para o ano de 2006 não foi possível inserir informações, pois este livro não estava disponível. Porém é possível identificar que não houve muita variação entre o final do ano de 2005 e o início de 2007.

O primeiro gráfico apresenta a média do número de presas por ano, entre os anos de 2003 e 2010. É possível notar que entre os anos de 2003 até 2007 há uma certa estabilidade no número de presas. Já do ano de 2007 em diante há um crescimento significativo. Assim elaborei o segundo gráfico comparando o crescimento mensal entre os anos de 2008, 2009 e 2010. Desta forma foi possível identificar que em 2008 o ano inicia com o número de 60 mulheres presas e no final do ano chega a 100. Número que em 2009 chega a 120 mulheres e em 2010 a 140. Nos anos seguintes, este número se manteve na média entre 140 e 150, permanecendo controlado e com significativa redução, segundo a psicóloga do presídio. Isso comprova o fato de que em 2008 houve um crescimento significativo do número de mulheres presas ao longo de um ano e que atualmente há uma certa estabilidade e até mesmo redução do número de mulheres presas. Recorri às outras anotações das agentes, para ver se identificava algum indicativo, ou justificativa para tal crescimento. Percebi que no livro também havia o registro das entradas de mulheres e o detalhamento dos seus crimes, sendo possível identificar quando começava a aparecer intensamente o registro de mulheres que eram presas. Fez-se crescente a onda de registros relacionados a mulheres portando drogas e/ou transportando drogas para o presídio, assim como denúncias e suspeitas.

No ano de 2004 identifiquei os primeiros registros comentados sobre as entradas e ocorrências nos turnos das agentes fazendo referência a mulheres e o porte de drogas. A princípio, os primeiros registros alertavam as demais agentes para o cuidado e policiamento na hora das revistas como demonstra o fragmento a seguir: “Foi encontrado durante a revista de bolsas vários CDs colocados no fundo de uma caixa de papelão. Suspendi a visita até que a mesma se explique com o Sargento Buss. Sugiro que seja cortada a entrada de medicamentos em caixas de papelão, onde podem ser facilmente escondidas[...]”²⁹. Neste fragmento, a agente não faz referência às drogas diretamente, mas fala sobre a entrada de produtos proibidos e a apreensão destes, bem como a permissão neste momento da entrada de caixinhas de remédios. Estas, muito provavelmente, foram usadas para transporte dos mais diferentes produtos e objetos tanto de fora para dentro como de circulação interna, como este outro exemplo demonstra: “Por volta das 15hrs, o regalia da farmácia de nome A. [nome masculino] ‘vulgo S.’ [nome feminino], foi flagrado pela agente Beti tentando repassar a detenta Ivone Gomes três

²⁹ LIVRO DE OCORRÊNCIAS DO PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE – ALA FEMININA, 25 jan. 2004.

celulares embalados em caixas de remédios”³⁰. Neste caso, esta detenta de nome S. era uma transexual presa na ala masculina do presídio, mas que nesse momento trabalhava na farmácia do presídio. A mesma mantinha assim contato com as detentas da Ala Feminina lhes fornecendo celulares através das caixinhas de remédio. Apesar do alerta registrado pela agente prisional lá no ano de 2004, no ano de 2010 estes produtos ainda entravam no presídio e serviam como transporte de mercadorias consideradas proibidas e ilegais.

Ainda no ano de 2004, há vários registros sobre a entrada de mulheres portando drogas escondidas entre objetos, assim como o uso do próprio corpo. Esta que passa a ser uma das principais estratégias utilizadas por elas para o transporte da droga, quando a entrada de vários produtos e alimentos passaram a ser controlados e proibidos. As detentas mais antigas que conversei falam que houve um tempo em que as famílias levavam comidas feitas em casa, mas por conta da entrada de produtos ilegais inseridos dentro da comida muitas coisas foram proibidas de entrar. Como esta estratégia não funcionava mais, outras estratégias foram criadas, como o uso do corpo feminino e seus diversos orifícios como demonstra o fragmento a seguir: “Foi autuada em flagrante transportando craque e maconha para o presídio ‘L.’ que trazia a droga para seu amasio ‘J.’ Foi encontrada a droga no interior da vagina e na boca. A mesma foi levada e autuada. Foi colocada no X01 e ficará um mês sem visitas conjugais”³¹. Esconder produtos dentro da vagina, boca ou ânus passou a ser uma estratégia muito utilizada pelas mulheres para fazer este tipo de transporte sem serem pegas, pois nesse período ainda não havia material de revista especializado para realizar revistas minuciosas. Esta, provavelmente, era uma estratégia utilizada há muito tempo, aproveitando esta brecha no sistema, e continuou a ser utilizada até os dias atuais, mesmo com uma série de aparatos criados pelo sistema. Este é apenas um dos tantos exemplos que seguiram ao longo dá década de 2000 sendo registrado diariamente nos livros de ocorrência. No ano de 2008 mesmo, em apenas um mês houve a entrada de 10 mulheres. O procedimento, pelo que tudo indica, era a revista minuciosa feita no corpo da/o visitante. Caso alguma coisa fosse notada de estranho esta/este já era autuada/autuado e presa/o. Não existiam muitos critérios quanto ao produto ou a quantidade.

³⁰ LIVRO DE OCORRÊNCIAS DO PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE – ALA FEMININA, 12 mai. 2010.

³¹ LIVRO DE OCORRÊNCIAS DO PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE – ALA FEMININA, 14 fev. 2004.

O procedimento comum utilizado nos presídios brasileiros consiste na revista íntima, que submete o/a visitante a exposição de seu corpo nu para a investigação minuciosa feita pelas/os agentes. Esta medida atualmente já foi motivo de muitas críticas, principalmente em relação às mulheres, pois estas têm seus corpos expostos e esquadrihados muito mais que os homens. Até mesmo porque a grande maioria que visita seus familiares nos presídios são as mulheres. Estas se expõem constantemente a revistas vexatórias para poder visitar seu familiar na instituição. Esta investigação detalhada e atenção especial ao corpo feminino, demonstrada pelo sistema carcerário, é reflexo das estratégias utilizadas pelas mulheres ao longo dos anos ao utilizarem seus corpos como resistência às proibições do presídio.

Conforme as/os agentes perceberam que o uso do corpo feminino poderia ser uma estratégia para transportar os mais diferentes produtos para dentro da instituição prisional, as formas de revistas foram se aprimorando, como revela o fragmento abaixo:

Sugestão para a agente N. resolver o problema da revista do retorno da visita. Reviste primeiro os pertences e vá colocando as bolsas revistadas para carceragem, longe do alcance das presas. Após mande todas tirar a roupa ao mesmo tempo, como se trata apenas de mulheres não há por que ter constrangimento. Não há outra forma, pois se você revistar uma no banheiro, você não poderá controlar o que esta acontecendo na carceragem³².

O livro de ocorrências servia/serve como um canal de diálogo entre as agentes, sendo possível assim, através da análise deste material, entender melhor o cotidiano do presídio naquele período. Neste fragmento, em específico, há a nítida preocupação das agentes com o controle das visitas, expressa através de uma sugestão de uma agente para outra sobre como as revistas deveriam ser feitas. Se esta era uma sugestão, ela já deveria ter aplicado em seu turno esta forma de revista que julga como a melhor forma de manter o controle despir todas as mulheres em conjunto, desconsiderando aí qualquer tipo de constrangimento na exposição destes corpos. Segundo a agente todas são mulheres, ou seja, possuem corpos iguais o que não teria o porquê ter constrangimento. É perceptível como as especificidades de cada

³² LIVRO DE OCORRÊNCIAS DO PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE – ALA FEMININA, 12 abr. 2005.

sujeito são ignoradas na lógica das instituições fechadas, pois o importante é a manutenção da ordem através do controle e a vigilância. Outra coisa importante a ser observada é que apesar de existir um código interno do presídio sobre como cada agente deve agir, nota-se que no cotidiano cada agente cria sua estratégia, seu arranjo, para lidar com as situações adversas.

Além da exposição do corpo para a revista é importante lembrar que estas mulheres tinham/têm que agachar várias vezes, depois de despidas, em cima de um espelho, tossir e fazer força. Esta ainda é por muitos considerada como a melhor forma de vigilância. Percebi isso, porque mesmo o Presídio de Joinville, no momento em que fiz o campo da pesquisa, tendo outras tecnologias de investigação, a técnica do espelho ainda é usada. Em minhas visitas ao presídio para a realização da pesquisa, presenciei as conversas de várias mulheres que vinham visitar seus companheiros. Um dia vi que uma delas comemorava por ter conseguido entrar mesmo menstruada, pois segundo a mesma as mulheres não podem entrar menstruadas. Ela para disfarçar colocou algodão na vagina para segurar a menstruação. Nesse momento fiquei sabendo que as mulheres quando estão menstruadas não podem entrar no presídio por conta dos procedimentos de revista, como o “banquinho”³³, a “raquete”³⁴ e principalmente o agachamento no espelho.

Durante as entrevistas também notei a insatisfação das mulheres ao terem visitas de familiares interrompidas devido ao constrangimento enfrentado nas revistas, que fez com que seus familiares deixassem de visitá-las. Como o exemplo abaixo:

[...] minha irmã mais velha começou a vir também, aí ela engravidou, parou de vir na visita, porque, a revista mesmo né, com uma mulher grávida é um pouco mais complicado né, sobe desce no espelho, essas coisas assim. [...] As crianças também. Eles colocam as mãozinhas no bolso né, vê se não tem nada, a partir de uma certa idade, que eu não sei bem certo qual é, tem que tirar a roupa né, pra ver se não tem nada. E o meu

³³Banco detector de metal ou outras substâncias que podem ser escondidas em partes íntimas. As mulheres sentam para a revista somente com roupas íntimas e se há algum objeto inserido no corpo este banco emite som (apito) e estas passam por outros procedimentos para revista mais detalhada.

³⁴ A raquete, assim como o banco, é utilizada para detectar metais que possam estar escondidos no corpo.

filho ficava muito bravo com isso também, de “ai mãe, botou a mão dentro do meu bolso, pra ver se não tinha nada”. E aí eles já ficam com aquela coisa de: “Ah, o que eles acham que eu posso trazer?”. (A.N.S.F.O., 2013).

Este relato é o retrato de várias outras pessoas que se encontram na mesma situação. Todo o momento de visita tornasse um momento de exposição, investigação e constrangimentos para as famílias que “puxam”³⁵ a cadeia junto com a/o condenada/o. Durante o ano de 2013 a figura que reproduzo abaixo circulou nas redes sociais através do compartilhamento de uma matéria que trazia a questão da revista vexatória no estado de São Paulo como um dos graves problemas do sistema prisional.

Figura 5 – Infográfico sobre revista íntima em presídios.



Fonte: Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/14443>. Acesso em: 24/07/2013.

Esta figura denunciava a condução das revistas íntimas realizadas nas instituições prisionais do país, e a exposição que mulheres, crianças e homens sofrem diante dos agentes e de outras famílias que estão na mesma condição. Além de terem que assistir à exposição que as

³⁵ Puxar a cadeia é um termo utilizado na linguagem do presídio se referindo ao cumprimento de sua pena. Puxar a cadeia é igual a cumprir sua sentença.

mulheres sofrem, as crianças em seguida são os alvos da revista e nem as fraldas dos bebês são poupadas.

Conversando com a psicóloga do presídio de Joinville, ela me informou sobre estes procedimentos e a necessidade destes serem realizados. Disse que caso exista algum material introduzido na vagina, ou outro orifício, a visita deve retirar o material imediatamente. Lembrando que nesse momento há uma pressão para confessar a existência do material. Após a confissão, ali mesmo é feita a retirada do material inserido, caso não consigam retirar são encaminhadas ao hospital para que seja feito este procedimento. Porém, há aquelas que negam a existência do produto, mesmo após sua identificação através dos recursos utilizados, sendo assim estas têm sua visita suspensa naquela data.

A prática da revista vexatória, longe de ser excluída do sistema carcerário brasileiro, ao longo dos anos recebeu apoio de outras tecnologias de investigação. Comparando os registros do Livro de Ocorrências do PRJ ao longo dos anos, notei o aprimoramento e investimento tecnológico atuantes na investigação do corpo das mulheres no presídio. Como citei anteriormente, no ano de 2005, as agentes estavam preocupadas como despir estas mulheres e realizar a revista de forma eficaz. Nos anos seguintes há informações que indicam que para além da revista outras tecnologias foram desenvolvidas para melhor auxiliar nesta investigação corporal. Cito alguns exemplos abaixo, retirados do Livro de Ocorrências sobre estas inovações tecnológicas aderidas pelo presídio para melhorar a vigilância e controle:

Durante a revista a visita B., **passou pelo detector de metal** [grifo meu], no qual acusou (detecta) que estava em posse de algum objeto metálico. A mesma negou-se de estar em posse de algum objeto, insistindo em entrar para a visita e desacatando as agentes. O chefe do plantão determinou após conversa com a mesma que sua visita estaria cancelada e recolheu sua carteirinha. Foi registrado Boletim de Ocorrência na 5ª DP. Esta providência foi tomada após denúncia feita ao Setor Penal que a mesma estava com a posse de 02 (dois) celulares e maconha, sendo assim, ainda inconformada, ficou rondando pelas

dependências externas do Presídio tumultuando. Inclusive, chamou a imprensa³⁶.

Foi recebido na PIJ duas **banquetas detectoras de metal**. Fomos orientadas quanto ao seu uso, que deve permanecer sempre na tomada durante o uso, devidamente regulado o grau de sensibilidade (sinais ao lado + e -). Também foi orientado a usar papel toalha a cada visita que sentar, a qual deverá estar vestida apenas de calcinha (sem assessorios detectores)³⁷.

Nestes registros feitos no ano de 2010, é possível identificar que já havia a existência de um detector de metal no presídio e houve a chegada de “banquetas detectoras”. Estes aparelhos auxiliavam no controle da entrada de produtos proibidos, principalmente os temidos aparelhos celulares que na década de 2000 se popularizaram e cada vez se tornaram mais acessíveis. Estes aparelhos, com frequência, vão ser encontrados inseridos nos corpos das mulheres, pois se assegurava uma boa estratégia para a entrada do aparelho na prisão. Desta forma, a criação de dispositivos eletrônicos que pudessem identificá-los foi a forma encontrada para agir com maior eficácia, pois somente a proibição de entrada de certos alimentos, a vigilância e exposição dos corpos e o ritual de agachamento no espelho não estava mais surtindo efeito.

Apesar deste investimento pesado em tecnologia em prol da vigilância, a entrada de drogas, celulares, entre tantos outros produtos proibidos, continuou a acontecer. Ao analisar o cotidiano do presídio, percebo a justificativa que Foucault faz para a existência do poder através da resistência (DREYFUS & RABINOW, 1982). As redes de poderes atuantes na elaboração de estratégias de controle implicam, conseqüentemente, em resistências. Afinal, quanto mais a instituição cria formas de controle e vigilância, estratégias são criadas para burlar este sistema, seja escondendo drogas em quitutes, caixas de remédios, peças de roupas íntimas, vaginas, bocas ou ânus. Quando o presídio proíbe certos alimentos, muitas recorrem às suas peças íntimas, quando as peças íntimas são vigiadas estas recorrem às vaginas e quando a

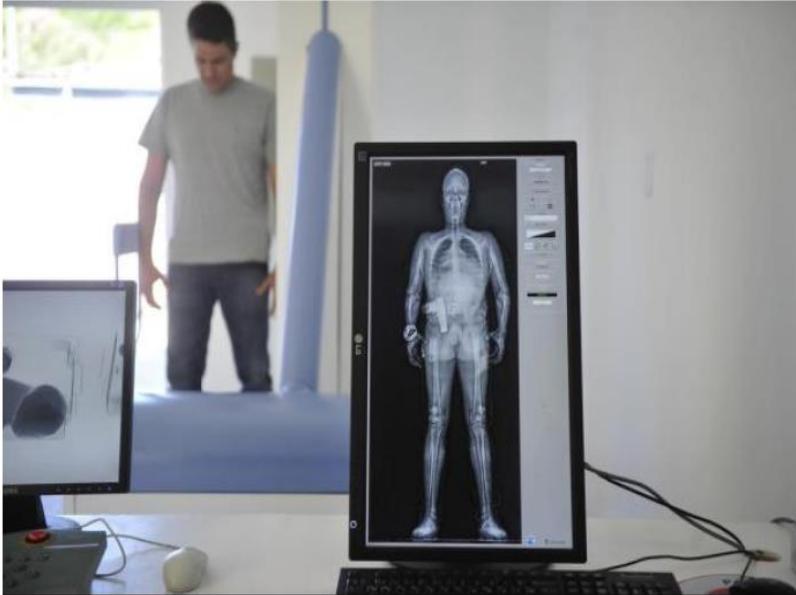
³⁶ LIVRO DE OCORRÊNCIAS DO PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE – ALA FEMININA, 04 ago. 2010.

³⁷ LIVRO DE OCORRÊNCIAS DO PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE – ALA FEMININA, 20 ago. 2010.

vagina passa a ser violada pela vigilância da instituição, ainda recorrem ao ânus como recurso. Como uma das histórias ouvidas durante o período em que foi realizada a pesquisa: uma mulher, ao ser barrada pelo detector de metais, levantou a suspeita de que havia introduzido algo no ânus. Ao verificarem, tratava-se de várias pequenas serrinhas (material cortante).

Para cada novo aparelho tecnológico criado há uma nova forma de resistir e burlar este sistema. Segundo as funcionárias do presídio, é bem comum o uso de papel alumínio e também papel carbono para embrulhar o objeto que vai ser escondido dentro do corpo, por que esta é uma forma de alterar o efeito esperado dos detectores. Outras técnicas como o uso de camisinha roxa ou algodão também são utilizados para passar pelo espelho, como citados em exemplos acima. Além das estratégias criadas no cotidiano com os próprios funcionários, que muitas vezes, fazem esta conexão entre o mundo exterior e interior. Contudo, o sistema de vigilância não para. No ano de 2013, por exemplo, uma matéria do jornal “Diário Catarinense” intitulada “*Presídio de Joinville testa scanner corporal para melhorar fiscalização*” anunciava o novo método de controle, emprestado em caráter experimental por 90 dias para o presídio. Tratava-se de um scanner corporal, que como o próprio nome já diz scanearia o corpo dos/as visitantes, conforme a figura a seguir:

Figura 6 – Scanner corporal do PRJ.



SDR pretende investir na compra do aparelho
Foto: Leo Munhoz / Agencia RBS

Fonte:

Disponível

em:

<http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2013/12/presidio-de-joinville-testa-scanner-corporal-para-melhorar-fiscalizacao-4371087.html>. Acesso em: 20/12/2013.

Mais interessante do que visualizar o funcionamento da nova tecnologia, é perceber o caráter simbólico contido na imagem. O uso deste recurso possibilita que os corpos sejam investigados tanto externamente quanto internamente. Nem as entranhas da pessoa scaneada são poupadas. Tais tecnologias possibilitam aprimoramentos de controle e vigilância das instituições fechadas, como o modelo panóptico desenvolvido por Jeremy Bentham³⁸. O modelo panóptico era aplicado em construções. No caso dos presídios, este era representado pela imagem de um edifício no qual os prisioneiros eram postos em celas frontalmente diante do poder, representado por uma torre central,

³⁸ Jeremy Bentham, 1748-1832, jurista e político britânico, defensor do liberalismo econômico e do utilitarismo. Desenvolveu o modelo do *panóptico* em 1789. Disponível em: <http://www.ucl.ac.uk/Bentham-Project/who>. Acesso em: 08/03/2012.

permanecendo em (aparente) constante vigilância, o que facilitaria sua auto-regulação (FOUCAULT, 2009). Para Foucault “o dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente.” (FOUCAULT, 2009, p.190).

Tal modelo veio sendo aprimorado e aplicado em diferentes instituições para além da prisão, como hospitais psiquiátricos, exércitos e escolas, por exemplo. Assim como vem atuando de forma subjetiva através de dispositivos de controle dos corpos, como demonstra a filósofa Beatriz Preciado com seu conceito de “farmacopoder” e “tecnopoder”. A autora, influenciada em seus escritos pelas discussões foucaultianas, discute sobre a inserção dos fármacos, como o uso contínuo e a dependência de certos medicamentos e a ação hormonal reguladora dos anticoncepcionais, bem como os usos da tecnologia na vida das pessoas. Para Preciado, tanto o uso dos fármacos como a influência da tecnologia atuam como um biopoder na regulação dos corpos (PRECIADO, 2008). Estas novas tecnologias aplicadas no presídio funcionam como panópticos, ao penetrar nos corpos dos indivíduos cumprindo brilhantemente sua função de vigilância.

Ao visualizar esta figura, por exemplo, é possível identificar como a tecnologia contribuiu para que os corpos sejam cada vez mais esquadrihados e vigiados. Dentro do modelo de prisão que temos percebe-se a importância significativa da existência de certas tecnologias que excluam a prática de revistas vexatórias, como se justifica na matéria de jornal pelo juiz da Vara de Execuções Penais de Joinville, João Marcos Buch. Porém, tal recurso demandaria o investimento de aproximadamente R\$ 400 mil reais, segundo os dados apresentados na matéria. Fato que implica em gastos que o Estado não dispõe para arcar com todas as instituições fechadas do país, bem como em lucro para empresas que se utilizam do atual modelo prisional que possuímos para desenvolver novas tecnologias dispostas a controlar mais efetivamente os corpos e esquadrihá-los.

A necessidade de controle dos indivíduos, aliada com a tecnologia, implicam em diferentes aparatos que são inseridos no cotidiano do presídio constantemente e evolutivamente, como demonstrei através dos documentos problematizados acima. Isso não quer dizer que a entrada e circulação de produtos proibidos tenham diminuído ou chegado ao fim, tampouco que algum dia chegará, pois outras estratégias sempre serão criadas. Afinal, o poder não existe sem a ação da resistência (DREYFUS & RABINOW, 1982).

O crescimento do envolvimento de mulheres com a criminalidade atribuído aos anos 2000 é o reflexo da invenção do crime do tráfico de

drogas e da figura da mulher como agente deste processo. Quanto mais se constrói um crime, conseqüentemente é construída a figura da/o criminosa/o. Conforme as agentes vão criando novas técnicas para investigar os corpos das mulheres, também vão encontrando indícios para configurar crimes. Desta forma, é o discurso que constrói o crime e o crescimento da criminalidade feminina.

A partir do momento que se constrói o discurso sobre a droga, há a necessidade de controle e punição, mas sem muitos critérios de como isso deveria ser feito. Tanto é que algumas entrevistadas dizem que portar uma pequena quantidade de droga ou grande quantidade de drogas, em muitos dos casos não fez diferença na hora da prisão. Sem falar na questão da classe social e raça que faz de uns/umas usuários/as e de outros/as criminosos/as, assim como o estigma daquelas/es que já tiveram passagem no sistema carcerário. Com todo este aparato social e jurídico atuando na construção do crime e da figura da criminosa, o crescimento das mulheres ligadas ao tráfico de drogas foi consequência. Fato que resultou na superlotação de espaços improvisados dentro do sistema carcerário para abrigar estas mulheres ao longo dos anos 2000. Entretanto, nos últimos anos de 2012, 2013 e 2014 o número de mulheres manteve-se estabilizado e, segundo o acompanhamento realizado pela psicóloga do presídio, este número caiu e vem decrescendo.

Ao questioná-la sobre o motivo do crescimento de mulheres na primeira década dos anos 2000 e agora esta diminuição, ela atribuiu ao trabalho contrário realizado por juízes, que passaram a entender as especificidades de cada caso. Não é qualquer quantidade de drogas que implicaria em uma prisão, assim como passou a ser revisto o tempo que as mulheres passavam no presídio superlotado. A liberdade provisória passou a ser instituída com maior frequência no cotidiano do presídio, fazendo com que as mulheres pudessem cumprir suas penas na rua. Ou seja, o discurso passa a ser outro e o reflexo aparece nos números do presídio. Isso não quer dizer que a mulher passou a ser menos criminosa. Quer dizer que com a mudança do discurso jurídico sobre aquilo que se qualifica como crime ou sobre o tempo de punição em regime fechado para estes atos mudou.

Por muitas vezes, quando a polícia, através de alguma ação, chegava a uma “boca”³⁹ em uma casa de família, por exemplo, a figura do homem era visada como a figura do traficante. Reconhecimento visto

³⁹ Boca é como é conhecido o ponto de tráfico. Este pode ser na própria casa da/o traficante ou em algum estabelecimento comercial, por exemplo.

também entre os/as próprios usuários/as que veem o chefe do tráfico na figura masculina, chamada de “patrão”⁴⁰, enquanto a companheira do patrão é vista como a mulher do patrão. Ser reconhecido/a como patrão e mulher do patrão é algo que concede status, e isso independente da comunidade onde este traficante esteja estabelecido. Pois não há diferença entre o status e relação de poder que um traficante exerce na boca situada na favela e o traficante que vende Extasy ou LSD na balada rica da cidade, a não ser ao fato de que um esteja mais à margem e propenso a ser preso que o outro. O que se pretende dizer com isso é que esta relação patriarcal dicotômica, define o homem como a figura chefe do tráfico, o provedor, o líder da família, enquanto a mulher não tem atuação ativa. Ela é a mulher do patrão. Isso colocava a figura da mulher como sujeito que não tinha participação no tráfico. Ou como alguém que passou a se envolver com este mundo por conta da figura masculina. Desta forma, a mulher não era o alvo, até o marido ser preso e elas continuarem com o tráfico e despertarem o interesse da polícia. Esta crescente continuidade da mulher com o tráfico, após a prisão dos companheiros, fez com que as tomadas das “bocas” começassem a acontecer de forma diferente. Chegando muitas vezes todos os membros de uma família a serem presos, como revela a fala de uma entrevistada: “Vimos, outra vez, em sete da família presos. Era meu pai, minha mãe, meu irmão, minha outra irmã, minha outra irmã, daí meu cunhado e eu.” (C.S., 2008).

Este foi um dos pontos que contribuíram para a superlotação dos presídios e crescimento do número de mulheres presas, porém estas eram consideradas como coadjuvantes no crime. Apesar de toda a família ser presa, o protagonismo do tráfico era atribuído ao homem, considerado chefe de família. A ligação das mulheres com o tráfico de drogas era vista como coadjuvante pela instituição e constatada em pesquisas sobre o tema.

A socióloga Janete Brígida Biella em sua dissertação, *“Trajetórias e rotina de prisioneiras por tráfico de drogas: autoras e coadjuvantes”*, atribuiu o envolvimento das mulheres com o tráfico de drogas como coadjuvante em relação a uma figura masculina. No entanto, percebeu a autoria destas mulheres ao se deslocarem de normativas impostas ao gênero. Mesmo estas mulheres não assumindo posições de liderança do tráfico,

⁴⁰ Entre os/as usuários de Joinville é comum utilizar esta designação para falar do traficante.

[...] as mulheres desta pesquisa demonstram certas rupturas sociais em âmbito mais abrangente, quando passam a abrir mão de comportamentos estereotipados (como domesticidade, docilidade, passividade, etc.) e quando passam a transgredir as leis e os códigos éticos e de condutas esperados. (BIELLA, 2007, p.145).

Para Biella, as mulheres ao assumirem papéis no tráfico de drogas, por mais que estes não sejam de liderança, estas rompem com normas de gênero e causam rupturas sociais. Isso por que estas não reproduzem as normas de gênero impostas a elas. De certa forma, dizer que estas são coadjuvantes, seria a garantia de que o espaço masculino de liderança no tráfico de drogas estaria garantido, não seria ameaçado pelas mulheres.

Ao serem presas, muitas narram que seu envolvimento com o tráfico se deu por conta do envolvimento do companheiro. Muitas vezes, não se viam como figuras ativas do tráfico, assim como não eram vistas pelos demais. Como mostra a entrevistada citada acima. Quando questionada sobre o envolvimento da família, ela atribui a influência do pai, o responsável pelo tráfico e por levar a família para este caminho. Justifica: “[...] pelo fato de eu e minha mãe saber o que meu pai fazia, que vendia, minha mãe acobertava ele, que nós não denunciava, por isso nós viemos junto.”. (C.S., 2008).

A princípio, classifica a família como alheia ao envolvimento com o tráfico, estes seriam apenas espectadores da atividade do pai. Esta também pode ser uma estratégia para se defender, pois no presídio é comum a reação de autodefesa, principalmente nas condições da entrevista. Mas, também percebo a ausência de reconhecimento sobre o que faziam. Como o tráfico era a atividade da família, este tinha um líder que era representado pela figura do pai. Ou seja, o tráfico de drogas segue a estrutura familiar patriarcal. Desta forma, o pai sempre era visto como o líder e as mulheres da casa possuíam outras funções, ou pelo menos se viam como representantes destas funções sem se reconhecerem como agentes do processo. Como demonstra a entrevistada em sua fala:

Eu, assim nunca me envolvi sabe, de querer assim sabe: - ah... vamos vender isso, quanto que vai dar aquilo? Eu nunca tive essa experiência, de como que era assim... buscar, onde que pegava, mas eu só via embalar e fazer as coisa sabe. Daí, eu tive

vontade de usar por ele tá mexendo, queria saber como que era a reação de experimentar, como que eu ia agir depois de ter usado. Daí, ali que eu acabei me envolvendo. [...] Daí depois, também queria vê que o dinheiro é mais fácil tudo não é...”. (C.S., 2008).

As atividades ligadas ao ambiente público, consideradas como as atividades do chefe da família no modelo patriarcal, como a negociação, os processos de compra e venda, ela nunca teve contato. Como dito, tinha apenas contato com o trabalho da confecção e embalagem do produto. Esta atividade que envolve a parte de confecção do produto é popularmente conhecida como a atividade de cozinhar. Pois, para certas drogas, como a cocaína, por exemplo, ficarem prontas para serem vendidas é necessário dominar a receita, os ingredientes que devem ser misturados, as medidas certas dos produtos, o ponto que a mistura deve ter, a quantidade exata para embalar e ser vendida ao cliente. Mesmo quando o/a traficante compra a pasta da cocaína pronta este acrescenta certa quantidade de ingredientes como aspirina, pó de giz, talco, bicarbonato, e até pó de mármore para fazer as porções renderem mais e o lucro ser maior. Este preparo, geralmente, é realizado nas cozinhas das casas, até mesmo pelo uso dos utensílios que esta pode fornecer. Fazendo deste momento um momento em que a família tem contato com parte do trabalho do tráfico de drogas. Como demonstrei através do exemplo de C. que cresceu vendo a atividade acontecer em sua casa e aos poucos passa a se envolver.

Muitas mulheres se envolvem com esta parte do trabalho com o tráfico, a da cozinha. A atividade doméstica do preparo e embalagem, muitas vezes, fica sob responsabilidade delas, enquanto o chefe da família, o homem faz a parte da negociação. Desta forma, quem tem o reconhecimento como o traficante é o homem, enquanto a mulher não se vê como parte integrante deste processo. Bem como a justiça enxerga estas como coadjuvantes e menos nocivas. Este é um dos exemplos de modelo familiar onde há a divisão do trabalho com o tráfico marcado pelo gênero. Para além destes modelos, há outras formas de organização familiar, assim como outras percepções das mulheres e de seus envolvimento com o tráfico. Nas entrevistas realizadas no ano de 2013, notei cada vez mais o empoderamento destas mulheres aparecerem em suas falas, mesmo quando estas diziam iniciar a atividade do tráfico por influência de uma figura masculina.

Das 8 mulheres que conversei no ano de 2013, 7 estavam cumprindo pena por tráfico de drogas e 1 por roubo, mas também já tinha tido ao longo da vida relação com o tráfico. Não é importante aqui promover uma análise quantitativa, até mesmo porque este não é o objetivo de análise. Esta pequena amostragem não representa a totalidade das mulheres, muito menos as subjetividades contidas em cada uma de suas histórias. Utilizo estes números para ilustrar este grupo de mulheres que conversei, que são uma pequena amostragem das mulheres presas no sistema prisional joinvilense e brasileiro. No entanto, as subjetividades contidas em suas histórias auxiliam na compreensão deste todo.

Para compreender o perfil destas mulheres e sua ligação com o tráfico de drogas, seus dados foram sistematizados em forma de uma tabela que se encontra ao final do trabalho e pode ser consultada, o que dá uma ideia geral de aspectos geracionais, de classe, escolaridade, raça, religiosidade, sexualidade, entre outras categorias analisadas ao longo do trabalho. Apresento a seguir uma compilação destes dados sobre o perfil destas mulheres para dar uma ideia geral. As mulheres que conversei tinham na faixa de 24 a 29 anos, apenas uma delas tinha 41 anos na época da entrevista. Das oito mulheres, cinco haviam concluído o Ensino Médio, uma iniciou, mas não concluiu e as outras duas tinham o Ensino Fundamental incompleto. Todas já tinham trabalhado em outras profissões antes de entrar para o tráfico, realizando trabalhos dos mais variados como estágio em período escolar, diarista, cabelereira, recepcionista de hotel, atendente de padaria, funcionária de indústria, vigilante e motoboy (como ela se denominou). Sobre a cor de pele e raça, cinco se identificavam sendo da cor branca, uma da cor negra e duas disseram se considerar parda e morena. Sobre a religião todas demonstraram pertencer a alguma religião, sendo que a maioria era evangélica ou participava dos cultos evangélicos na igreja.

Como é possível identificar, a maioria destas mulheres são jovens, identificam-se com a cor branca, são evangélicas, possuem o Ensino Médio completo, tinham profissão formal ou informal e nenhuma delas acionou a questão da classe como um fator decisivo para justificar sua entrada ao tráfico. Curiosamente, esta justificativa aparece na fala de uma entrevistada que recorre estrategicamente à questão da classe na eminência da prisão, relembra:

Então quando eu vim pra cá era só o flagrante né. Aí passa mil coisas né, ah vou dizer que eu sou, sei lá, de uma família super pobre, que peguei de

um desconhecido na rua, ele ia me pagar pra eu pagar pra um outro desconhecido e pronto. Né, assim... Só que depois de uns três meses que eu tava aqui, veio um ofício pra mim me dizendo que não, que não foi coincidência, que não foi só um flagrante, que eu já tava sendo investigada há seis meses, que eu tinha quase mil folhas de escuta telefônica, fotos, vídeos e uma lista grande de outras pessoas que estavam na escuta e aí foi o minuto do desespero né. (A.N.S.F.O., 2013).

Ao dizer ser uma pessoa “super pobre” era uma forma estratégica de não levantar suspeitas e quem sabe diminuir sua participação no crime ou torná-lo mais compreensível. Tendo em vista que no sistema carcerário brasileiro a questão de classe é extremamente relevante, pois a maior parte das pessoas presas são pobres e cumprem pena por crimes relacionados ao patrimônio e tráfico de drogas, segundo os dados do DEPEN divulgados em relatórios anuais. Estes dados se confirmam em pesquisas que analisei como é o caso do trabalho de Vanuza Souza Silva, citado anteriormente, cujo os dados apresentados apontam para o perfil da mulher encarcerada em Campina Grande na Paraíba, como pobre, analfabeta e sem acesso ao mercado de trabalho.

É claro que a criminalidade não é algo inerente às classes mais pobres. Existem pessoas criminosas em todas as classes, sejam ricas ou pobres. Mas o tipo de crime, a necessidade de cometer este crime e a forma com que a sociedade julga e pune são diferentes. No caso das mulheres presas em Joinville, a realidade é um pouco diferente. Estas possuem escolaridade de nível médio, tiveram acesso ao mercado de trabalho e não acionam o fato de serem pobres e necessitarem do crime para viver, a não ser nos casos estratégicos como mencionou uma das entrevistadas. Todas vieram de famílias humildes, mas que, como algumas das entrevistadas justificam, não passavam fome, ou não precisavam roubar para viver.

Se considerarmos que estas estão imersas em uma sociedade capitalista, na qual existe uma série de estímulos e necessidades que são criadas em nosso cotidiano, ter o alimento básico para se alimentar não é a única necessidade. Assim, aderir ao crime é uma forma de burlar este sistema classista e criar estratégias para acompanhar os padrões de classe média. Como o exemplo de uma das entrevistadas que disse ter entrado no tráfico e permanecido nesta atividade, pois o retorno financeiro era mais rápido. Este discurso se repete de forma subjetiva nas falas das entrevistadas, mas acompanhados ao sentimento de

arrependimento ou a necessidade de explicar que isso não compensa, como conta esta entrevistada: “Na verdade as pessoas se envolvem no crime só por ambição, não é? [...] É querer mais, e mais e mais e acaba, na verdade uma ilusão, né? Eu fiquei dois anos detida aqui, e daí tive a liberdade, fui pra rua, fiquei dez meses na rua, e acabei voltando pra cá de volta. (O.S.G., 2013).”.

Percebe-se a diferença entre os dois posicionamentos no sentido de que afirma ter cometido o crime por ambicionar retorno rápido, assim assume a postura de não concordar com o sistema, com a classe que ela pertencia e querer ganhar dinheiro mais rápido. É se posicionar como mulher criminosa. Já na segunda fala, existe a mesma afirmação, mas o julgamento da ação já vem contido quando ela justifica que querer ganhar mais dinheiro era ambição e isso foi algo ruim, pois ela está presa e obteve sua punição. Com esta colocação, ela não deixa de ser criminosa, no entanto é uma criminosa arrependida.

Fazer com que o/a preso/a se arrependa é uma das funções do sistema prisional. Por isso é muito comum encontrar em todas as falas uma certa moral de que o crime não compensa, bem como sinais de que a lição foi aprendida ao serem presas. Todas afirmam querer sair do presídio e construir uma vida longe do crime, cuidar de sua família e de seus filhos. Percebo que parte deste discurso é um dos tantos códigos da instituição que são assumidos pelos/as internos/as, principalmente ao se tratar de mulheres. Relembro aqui das discussões do início do século XX que já incentivavam que os presídios femininos deveriam investir na recuperação destas mulheres através do resgate da maternidade e valores familiares, pois o amor materno seria a salvação para estas mulheres que se desviaram de sua condição natural. Este objetivo, ainda que de forma subjetiva, é propagado entre as internas e muitas expressam estes desejos, assim como demonstram o arrependimento.

Levando em consideração que todas estas mulheres possuem uma base cristã, vem de famílias religiosas e a religião é a instituição que mais tem acesso⁴¹ aos presos/as, percebe-se os traços da influência religiosa nos discursos destas mulheres ao assumirem a culpa cristã por terem querido mais do que sua condição lhe oferecia, por não terem se conformado à condição social. Aliar-se a um grupo religioso, mostrar-se arrependida, manter laços familiares e possuir um plano de futuro são elementos que atribuem características positivas para as internas perante

⁴¹ Digo isso pensando na influência que os grupos religiosos têm nos presídios do Brasil. Tendo uma participação mais ativa do que o próprio atendimento jurídico. Em Joinville, por exemplo, há a celebração de cultos e atendimento das pastorais e grupos de oração das igrejas com os/as presos/as semanalmente.

a instituição contribuindo, assim, em seus processos e avaliação. Ter um bom comportamento no cárcere é um fator fundamental na hora de acessar certos benefícios como a liberdade condicional. Desta forma, a instituição sente a sensação de papel cumprido no processo de ressocialização da detenta, que por sua vez tem a sensação de ter cumprido sua dívida com o Estado.

De modo geral, as mulheres são vistas como menos culpadas e perigosas, apesar dos números terem crescido nos últimos anos. Esta é criminosa, mas ela é mãe, ela tem características femininas, ela pinta as unhas, organiza as celas, cuida de suas companheiras e tem sentimentos. Estas são características muito comumente relacionadas nos discursos midiáticos quando trazem matérias sobre presídios femininos. Os espaços do presídio também são pensados nesta lógica. Na visita de campo na Ala Feminina, realizada no ano de 2012, pude perceber cortinas de tecido cor de rosa que separavam os ambientes nas celas, que segundo membros da instituição demonstravam sua feminilidade. A Ala Feminina também é reconhecida como um espaço mais limpo, organizado e tranquilo, entre os funcionários da instituição. Em matérias de jornais analisadas, algumas traziam na capa a foto das unhas bem feitas e pintadas realçando a vaidade das mulheres, outras se referiam a concursos de beleza promovidos dentro do espaço carcerário, entre outros elementos que reforçam e naturalizam o comportamento feminino.

Estas não são vistas como grandes criminosas, até mesmo porque seus crimes, em sua maioria, estão relacionados ao tráfico de drogas, onde são reconhecidas como coadjuvantes. Como se tivessem se envolvido com o crime por influência do homem e que, não fosse esta figura em suas vidas, elas poderiam estar fora da criminalidade. O envolvimento da mulher como coadjuvante aos companheiros é atribuído a sentimentalismos. Como é o caso da matéria intitulada “Dinheiro fácil e amor levam mulheres à cadeia”. Ao relacionar “a facilidade de se obter dinheiro e a forma com que se deixam envolver emocionalmente impulsionam a mulher para o tráfico e outros crimes.”⁴². O próprio título já relaciona a mulher e seu crime ao amor. Seja amor aos filhos, amor à família ou o amor e lealdade ao seu companheiro, o importante é salientar que a mulher é um sujeito provido de amor. Aqui há um apelo às sensibilidades, o amor como uma experiência de sentidos do qual as mulheres são providas.

⁴² ZIMMERMANN, Arlei. Dinheiro fácil e amor levam mulheres à cadeia. *A Notícia*, Joinville, 08 set. 2001, p. 04.

Sentimentalismos que tornam estas mulheres suscetíveis a cometer atos ilícitos. São os mesmos sentimentos que fazem delas, seres mais facilmente recuperáveis se comparadas aos homens do sistema prisional. Esta distinção é estabelecida pelas próprias mulheres presas, como me contou uma das entrevistadas.

A história de A. de 24 anos e seu envolvimento com o tráfico foi no mínimo curiosa. Durante os dias em que fiquei na parte administrativa do presídio realizando a pesquisa documental conheci A., que no momento trabalhava no setor administrativo. Fui apresentada a ela, pois ela era casada com uma mulher do presídio e se dispôs a dar uma entrevista. Percebi que ela era muito bem articulada e logo soube que era fluente em inglês e espanhol e realizava várias atividades no setor administrativo do presídio, incluindo organização documental. Fora do presídio trabalhou em uma rede de hotéis famosa, loja de carros importados e chegou a morar fora do país. Quando perguntei sobre sua trajetória do crime ela me contou que trabalhava em uma revendedora de carros, quando recebeu ligações consecutivas de um homem que pedia para falar com sua cunhada (depois descobriu que a ligação caía na loja, pois os números eram similares, diferenciados apenas por um dígito). Mesmo se tratando de um engano, as ligações continuaram, pois o homem havia gostado da voz dela e de conversar. Após algumas ligações, ela descobriu que ele falava de dentro do presídio (preso por roubos, tráfico, assassinato, pertencia a uma facção criminosa), fato que despertou sua curiosidade. Fez união estável e depois das visitas não conseguiu mais se livrar, pois recebia ameaças se não fizesse o que era pedido. Começando com guardar malas, guardar produtos, pegar e entregar coisas, ou seja, assim começou sua ligação com o tráfico. Fazia contatos, cobrava dívidas, pois estava na rua e ele estava preso. Desta forma caiu no grampo pela polícia que já investigava a formação de quadrilha e tráfico de drogas.

Este é um dos famosos casos do presídio por se tratar do envolvimento aleatório de uma moça, com carreira promissora, que estava fora do circuito das drogas, com um homem preso. Esta visão proposital maniqueísta que descrevi é justamente a visão que me passou este caso e tantos outros. Mais uma vez a mulher passa a se envolver com o homem e por sua vez com o mundo do crime. Há uma distinção ao definir o perfil de ambos. Ela estava livre, ele preso. Ela estudou, trabalhava, falava línguas, morou fora do país. Ele estava preso por tráfico, assassinato e pertencia a facção criminosa. Ao falar sobre suas diferenças ela pontua:

Ele é de São Paulo, nasceu lá, ele é de lá, já veio da favela, já veio da raiz, dentro né, então... Porque na verdade essa facção de São Paulo, é a que comanda o país todo. Agora, a muito pouco tempo, que surgiu essa de Santa Catarina, essa que tá né [...] era o PCC, essa de São Paulo. [...] ele foi foragido de São Paulo já. Ele já veio já né, desde pequenininho... Ele saiu de São Paulo já por ter matado três, quatro rapazes no morro onde ele morava já, uma coisa já né. Acabou matando o “cabeça” de um outro grupinho lá né, aí acabou vindo pra cá. (A.N.S.F.O., 2013).

A visão de A. sobre seu ex-companheiro expressa como o crime e a figura dos criminosos é vista perante a sociedade. O crime sempre é visto como propenso a acontecer em determinados lugares, de preferência os mais pobres, sendo as favelas a personificação do habitat natural do criminoso. Joinville é vista perante seus moradores como uma cidade sem favelas, apesar de existir uma série de áreas carentes e ocupações irregulares, a imagem de cidade sem favelas é mantida até os dias atuais. Desta forma, desde o início da colonização da cidade, quando ocorria algum indício de criminalidade este era atribuído aos forasteiros. Vir de fora, ter morado em uma favela em São Paulo e ter antecedentes criminais é a personificação perfeita do bandido “de raiz”, como a entrevistada diz. Como se esta fosse a fórmula para a produção de criminosos, do verdadeiro criminoso. Ela, em comparação com este cenário, estava alheia à criminalidade, pois ambos compunham cenários extremamente opostos. Como se existisse o verdadeiro criminoso em oposição aquele/a que não teria a criminalidade como raiz.

A relação que quero estabelecer entre envolvimento de A. com seu ex-companheiro é no sentido de pensar como a mulher é vista como alheia ao processo do crime. Principalmente se comparada à importância de seu companheiro. No caso de A. ela acabou assumindo uma posição de liderança ao fazer união estável com seu ex-companheiro, tendo em vista a importância que este exercia com a facção criminosa. Como ele estava preso, era ela quem o representava fora do presídio, pois ela quem tinha a liberdade e quem fazia as atividades. Claro que esta tinha sua liberdade vigiada e controlada de dentro do presídio, mas mesmo nestas condições opressoras, era ela quem estava fora do presídio, era ela quem fazia as conexões. Percebo em sua fala que aos poucos ela vai se dando conta do poder que vai exercendo no mundo do crime. Como quando conta o momento que foi presa e chegou no presídio:

Na verdade eu fui bem recebida né, pela cadeia, porque elas me conheciam pelo nome que eu carregava né, de ser esposa dele. Que era muito respeitado pelos maridos delas [...]. Ele é respeitado, assim, a opinião dele. E eu visitava uma menina aqui também. Porque essa menina foi presa, acabou sendo presa e deixou três filhos na rua e eu fiquei sob a responsabilidade deles né, eu fiquei com a responsabilidade dessas crianças, que tem a mesma idade dos meus né, e vinha na sexta-feira trazer pra ela ver. [...] Aí eu já conhecia as meninas ali da visita, sabe. Então, quando eu vim eu fui pra cela número 7, que era muito conhecida, muito respeitada né, até as agentes falavam assim, 'ah, essa aqui é a cela Al Pacino,' né. Essa cela é onde tinha, né, é onde tinha as meninas consideradas, né. Então eu queria ir pra cela onde tava essa minha amiga e não deixaram. E me colocaram nessa cela, era uma cela bem... se perguntasse na cadeia, naquela época, hoje não porque quase todo mundo já saiu dessa cela, né, já trocou tudo, mas se perguntasse pra qualquer menina, se for pra você sair, pra você trocar, em que cela você quer ficar? No 7. [...] Eram as meninas. Tinha uma menina né, paraguaia, que era muito conhecida também, mexia com coisas de toneladas, né. [...] É, traficava assim, de coisas de quantidades enormes, né. Era paraguaia, o marido muito respeitado também. Outras duas meninas que também... era todo muito assim, pelo crime né, conhecido pelo crime, como se diz, pela caminhada, pelo certo, nunca fez nada de errado dentro da lei deles né, é sempre, visitou o marido certinho, nunca assim. E nessa cela eu fiquei um ano e meio, dentro dessa mesma cela. [...] Eu fui presa no mesmo dia eu e mais uma outra menina, e nesse dia essa menina foi jogada lá dentro, e eu não passei por essa fase. Eu fui a primeira a passar direito pelo corredor e passar pela melhor cela. Não cheguei a conhecer esse lugar quando eu cheguei sabe. (A.N.S.F.O., 2013).

Através das memórias de A. é possível perceber uma série de elementos sobre o cotidiano do presídio, bem como sobre a lógica do tráfico. Percebam que A. não se vê como agente do crime que cometeu,

ou respeitada pelo crime que cometeu, mas por ter um marido importante no mundo do tráfico. Quando ela cita o tratamento que ela recebeu diferenciado ao chegar no presídio, indo para a cela “Al Pacino”, junto com outras mulheres poderosas e reconhecidas pelos crimes que cometeram e pela sua “caminhada” nesse mundo, relaciona este reconhecimento aos maridos e o tratamento que estas mulheres tiveram com seus maridos. Isso fica evidente principalmente quando ela fala da paraguaia, muito respeitada por mexer com toneladas, fazendo referência ao tráfico, mas logo acrescenta a informação que o marido desta era muito respeitado, e, quando fala sobre a caminhada correta no mundo do crime estar relacionada ao fato das mulheres terem visitado seus maridos e procedido corretamente.

O reconhecimento para as mulheres do tráfico vem muito por associação. De fato, são vistas e reconhecidas como coadjuvantes, por mais que muitas vezes sejam elas que façam os trabalhos mais pesados. Como foi o caso de A. que ficou responsável pela entrega de produtos, comercialização da droga, mantinha a rede de contatos ativa – tanto é que foi presa por tráfico e formação de quadrilha, assim como realizava atividades consideradas femininas no mundo do tráfico, como citado anteriormente o exemplo da cozinha e o preparo da droga como uma atividade considerada feminina, percebo aqui outro elemento que é a maternidade. Ao falar das suas lembranças da ocasião em que chegou ao presídio, A. não relatou o momento como assustador ou impressionante. Foi quando ela me explicou que já conhecia a Ala Feminina, pois visitava uma mulher que pertencia à mesma organização criminal de seu marido, pois cuidava de seus filhos. Narrou ainda que no mundo do tráfico há um tratamento familiar com as pessoas envolvidas em uma mesma facção. A lógica da facção segue uma hierarquia patriarcal, sendo que alguns homens conquistam mais poder em relação a outros, e este é adquirido conforme a trajetória no mundo do crime. Como por exemplo, quanto mais traficou, as mortes pelas quais estes foram responsáveis e os lugares de onde vieram. Assim nascem os líderes das facções, a figura do “pater” reconhecido muitas vezes como o patrão, os demais homens são tratados como irmãos e as mulheres são tratadas como as mulheres dos caras. Os irmãos entre si respeitam muito a mulher do irmão e traições, por exemplo, não são toleradas. Além de outros códigos, dependendo da facção. Esta rede familiar, esta irmandade, atua no sentido de ajuda mútua. Desta forma se um dos homens ou mulheres são presos/as os/as demais tem a missão de prestar solidariedade e auxiliar nas necessidades que venham a surgir. Quando A. fala que já conhecia o presídio, pois visitava esta mulher presa que

pertencia a mesma facção que ela e que cuidava dos filhos desta mulher enquanto ela estava presa, exemplifica uma das ações que a rede assistencialista das facções presta a sua família. Estas dão conta de resolver problemas e prestar a assistência que, muitas vezes, a família consanguínea e o Estado não conseguem suprir.

A questão da maternidade, quando uma mulher vai presa, é um dos grandes problemas do sistema carcerário feminino nacional, como discute a psicóloga Rosalice Lopes (2004). Não há uma lei unificada aplicada a todas as instituições brasileiras que garanta assistência às mulheres grávidas, que têm seus filhos no presídio ou que já tinham filhos antes de serem presas. Em Joinville, a mulher quando presa, caso não tenha com quem deixar seus filhos estes são encaminhados ao Conselho Tutelar. Quando elas dão à luz a seus filhos no presídio, estes são mantidos com elas por aproximadamente 6 meses e depois são encaminhados para algum familiar ou, na falta destes, as crianças têm o mesmo destino que os outros. Neste momento, as redes familiares atuam oferecendo suporte para estas mães e seus filhos, e a rede familiar do tráfico se presta e oferece suporte significativo neste momento. Como todos/as são membros da mesma família e às mulheres é atribuída, culturalmente, a maternidade, a estas cabe o amparo aos filhos do tráfico. Como o exemplo de A. que assumiu os filhos da mulher presa e cuidou deles, bem como prestou assistência a ela.

Às mulheres é atribuída a responsabilidade do cuidado e isso não só entre as mulheres, mas destas para com os homens. Quando A. foi a primeira vez ao presídio para conhecer o homem com quem falava ao telefone, foi o momento de abertura e cooptação desta para o sistema. Conta que todas as vezes que ia visitar seu companheiro levava coisas não somente para ele, mas também para os outros, que sempre respeitaram ela. Como ela conta, seu companheiro era reconhecido e tinha muito poder e respeito no mundo do crime. Ser casada com ele era ser reconhecida da mesma forma. Era receber o respeito entre os homens e admiração entre as mulheres. Existe uma relação de poder presente nesta relação entre as mulheres que passam a se relacionar afetivamente com os líderes que lhes concede status perante a comunidade do tráfico, bem como a sociedade como um todo, pois estas mulheres podem acompanhar certos padrões sociais que, sem o dinheiro do tráfico, não conseguiriam acompanhar tão rapidamente. Entre a comunidade do tráfico, as mulheres são tratadas como 'a senhora do cara'. Ela era tratada como a senhora do seu marido. Ao mesmo tempo que isso soa extremamente machista porque o tráfico é, ao pensar na lógica deste, ser a senhora é um sinal de respeito e poder. As mulheres entre si reconhecem

o poder e representação que estas mulheres têm. Tanto é que quando A. “cai” no presídio ela logo é acolhida para a cela mais poderosa, cela que curiosamente recebia o nome de “Al Pacino”, provavelmente, fazendo a referência ao ator norte-americano que protagonizou ao longo de sua carreira vários filmes de gangsters poderosos no setor das armas como é o caso da trilogia de “O Poderoso Chefão”, traficante em “Scarface” ou assaltante a bancos em “Um Dia de Cão”, entre outros.

Isso demonstra não só o status e respeito que é concedido a estas mulheres por pertencerem a uma facção ou ser senhora de um cara importante dentro desta facção, mas também como a geografia do presídio se constrói hierarquicamente, sendo que os/as funcionários são coniventes e endossam estas relações. E mesmo que estas mulheres atribuam o poder aos seus maridos e sejam consideradas pela facção, ou pelo sistema prisional como coadjuvantes, no cotidiano é perceptível que estas exercem relações de poder e são vistas de forma diferenciada dentro da instituição prisional, bem como executam importante trabalho com o tráfico de drogas.

O tráfico de drogas também é empoderamento em algumas circunstâncias para estas mulheres, apesar de ser um mundo extremamente machista, como constatado. Entre as mais diferentes falas ouvidas na instituição, notei grupos de mulheres extremamente autossuficientes e uma rede de mulheres criada no espaço prisional, pois ali como uma das entrevistas mostrou é um “mundo de mulheres” (B.C., 2013) onde a interferência masculina é menor, fazendo com que estas mulheres se organizem em um modelo onde elas são as lideranças. Mulheres que fora do presídio se viam como coadjuvantes no tráfico e no presídio exercem poder em relação às demais mulheres. Além destes exemplos, há aquelas que ao longo do seu processo de envolvimento com o crime desconstruem com a lógica da mulher apenas como coadjuvante do crime, do tráfico. Alguns exemplos chamaram atenção como a das entrevistadas que descrevo abaixo.

O primeiro exemplo que me chamou atenção foi o de G., companheira de A. no presídio, por apresentar uma história marcada por desconstruções. Mulher de 26 anos, negra, lésbica (categoria que eu aplico a ela tendo em vista que ela me disse gostar apenas de mulheres e nunca ter tido experiência com homens), paizinho (mulher masculinizada), com segundo grau completo, fora do presídio trabalhava como estagiária em uma escola. Foi neste momento que G. aos 20 anos passou a se envolver com o tráfico. Disse ser por influência de amigos, pois via estes se dando bem e tendo retorno financeiro rápido. Achou legal e assim iniciou sua trajetória com o tráfico de drogas, mas em

nenhum momento atribuiu seu envolvimento com homens, pelo contrário, ela atribui em um dado momento a continuidade do tráfico à companheira. Abaixo um breve relato onde G. conta um pouco sobre sua trajetória:

Aí comecei a vender, vendi por três meses e vim presa, né. Daí vim presa, fiquei um ano e cinco meses e fui embora de novo. Só que nesse um ano e seis meses, eu conheci uma outra menina aqui dentro, me relacionei com ela [...] Aí, a gente começou a ter um relacionamento homoafetivo e onde que eu fui embora, mas vinha pra visitar ela. Só que eu não queria mais saber de vender, porque eu vendi dois meses e fiquei um ano e pouco na cadeia, né. Daí eu não queria mais saber de vender, e comecei a vim, na visita, pra trazer a filha dela, que ela não tinha ninguém pra visitar, né. Daí eu vinha na visita...[...]. Ai ela saiu em 2008. Dai ali, nós tivemos, começamos a ter todos os desentendimentos, por causa do dinheiro, né. Daí ela começou a falar pra que a gente né, pegasse pelo menos uma vez né, só pra levantar algum dinheiro, que depois a gente parava. Ai foi que, a gente começou a vender de novo. [...] Eu tava saindo de casa, eu tava com uma bucha no bolso. Daí a policial, P12, me atracou na rua. O dela na realidade não pegaram nada com ela, sabe... Mas ela tinha passagem já por 57, e aí, foi só uma bucha no nosso processo e nós fomos condenadas. Eu tava saindo de casa, e ela tava em casa. Ai eles me levaram até em casa, e ela...entendeu? Aí eu tinha uma bucha comigo e tinha uma bucha no chão da casa... Só que na realidade a gente já tava meio assim porque eu já não queria mais [...] bem no dia que aconteceu, a gente tinha brigado, discutido feio, eu até achei que ela tinha chamado a polícia, né. E a gente discutiu e eu falei – ‘Tu chamou a polícia pra mim?’. [...] dai essa foi ela, que queria mais dinheiro, que nós tava mal, quando nós saímos da cadeia nós saímos quebrada, né. Graças a deus que agora tem esse projeto que você consegue guardar um dinheiro, né. Por trabalho. (G.M.S, 2013).

O empoderamento de G. aparece em cada colocação que esta faz, na forma com que vê sua sexualidade, assim como seu envolvimento com a criminalidade. Quando se coloca em primeira pessoa dizendo “eu vendi”, coloca-se como agente do tráfico. O fato de se identificar com o universo masculino e suas possibilidades pode ser um fator que contribuiu para sua entrada e permanência no tráfico, porém esta não é uma regra. Segundo informantes que são clientes do tráfico, em Joinville há uma traficante que é casada com um homem, possui filhos e está inserida nos padrões de feminilidade. A família é sustentada pelo dinheiro do tráfico há anos e quem recebe o reconhecimento entre os usuários é a mulher. Estes quando ligam para negociar a compra da droga, dizem ligar para a K. (nome feminino), fato que desconstrói a ideia do tráfico como um lugar apenas masculino.

Esta desconstrução continua presente na fala de G. quando ela menciona a segunda vez que foi presa e atribui esta prisão à influência de sua companheira. Em nenhum momento fala sobre a influência, ou sobre a liderança de algum homem. Era ela e sua companheira que resolveram traficar para movimentar a economia familiar que estava abalada, para levantar dinheiro. O exemplo de G. é um dos exemplos que auxiliam na desconstrução do tráfico em sua esfera pública e de liderança como uma atividade masculina e também auxilia na desconstrução dos modelos e arranjos familiares para além da união entre um homem e uma mulher. Vejo nestes exemplos a subversão, a contestação em suas vivências cotidianas. Assim, como o exemplo de G., encontrei nas experiências vividas por “D.”, “Ga.” e “M.”, outras histórias e modelos de subversão.

No caso de D., 25 anos, branca, segundo grau incompleto, cabeleireira antes de ser presa, e bissexual (identidade utilizada tendo em vista que ela disse gostar de ter experiências com homens e mulheres), era casada com um homem que foi preso por tráfico. Aproximadamente um ano depois, ela foi presa pelo mesmo motivo, ou seja, empoderou-se e deu continuidade ao trabalho e renda familiar. No presídio conheceu uma mulher (paizinho), as duas se tornaram amigas e quando saíram foram morar juntas. Após algum tempo passaram a se relacionar homoafetivamente, enquanto o marido de D. continuava preso. Neste período as duas resolveram dar continuidade ao negócio do tráfico juntas e assim acabaram sendo presas novamente por tráfico de drogas.

Ga., 26 anos, morena (como se identificou), segundo grau, motoboy antes do presídio, reconhece-se homossexual (paizinho), também presa por tráfico. Foi presa mais de uma vez e conta que da

primeira vez foi presa por tráfico e da segunda vez veio pelo mesmo motivo junto com a sua mãe. Ambas traficavam e viviam em uma família composta apenas por mulheres (ela, sua companheira, a mãe e a avó).

E, para finalizar a história de M., 25 anos, branco, 7ª série, chegou a trabalhar como diarista, mas boa parte do tempo esteve envolvido com o crime, transhomem (identidade que atribui a ele tendo em vista sua afirmação ao dizer se identificar com gênero masculino e demonstrar vontade em mudar seu corpo, mas ao mesmo tempo reprimir tal desejo por considerar ser algo que deus condenaria) e visto como paizinho. Desde os 13, por influência do tio que fazia roubos em casas/mansões de praia fora de temporada, trocou o sonho de ser policial pelo de se tornar assaltante. Relembra que vivia comprando armas e algemas de brinquedo dizendo ser policial quando crescesse. Inicialmente, entrou no crime por influência do tio, mas logo passou a agir sozinho, sendo que em sua última “cadeia”, esta que é a 4ª, ele foi o mandante de um assalto. A namorada, que estava junto, veio presa também.

Nestas três histórias, por mais que exista a presença de um homem no início do envolvimento com o crime, estas mulheres e transhomem criam suas próprias estratégias e se tornam líderes de suas atividades criminais sem ter que depender ou estar submissa a uma figura masculina. No caso de Ga. e M., ambas são consideradas paizinhos, ou seja, são consideradas masculinizadas. E no caso de D., sua companheira também era um paizinho. Isso faz com que seja retomada a mesma discussão que levantei no caso de G. sobre o acesso ao mundo do crime ser diferente nestes casos. Novamente, percebo que este fator pode ser um facilitador para elas se perceberem como seres que podem participar de todas as esferas sociais. Elas se constituíram enquanto sujeitos mais livres dos padrões de feminilidade, permitindo-se usar certas roupas, frequentar certos lugares e assumir posturas de liderança. Isso não quer dizer que não tiveram que lidar com o preconceito e serem lembradas todo tempo que biologicamente são mulheres. Não quero dizer com isso que somente as 'paizinhos' adotam posturas de liderança na criminalidade, mas na fala das mulheres com quem conversei foram estas que se posicionaram de forma mais convicta sobre sua liderança. Vale lembrar que o recorte principal de minha pesquisa era a sexualidade, portanto todas as mulheres com quem conversei tinham tido experiências homoafetivas.

Outro ponto que chama muito atenção em um destes exemplos é a história de Ga.. Esta foi criada por uma família somente composta por

mulheres, pois ela é filha única e seu pai morreu quando ela tinha 9 meses de vida. Ela nem chegou a conhecê-lo, relembra: “É eu, minha mãe e minha vó. Meu pai é morto.” (G. C. O. G., 2013). Ela nunca se relacionou afetivamente com homens, somente com mulheres. O negócio do tráfico foi incorporado pela família, uma família de mulheres. Fato que auxilia novamente a desconstruir a composição dos modelos familiares, as figuras de liderança dentro das famílias, o trabalho e a feminilidade. Desta forma entendo a criminalidade destas mulheres como um processo libertador e também de empoderamento. O crime não deixa de ser uma forma de expressão e contestação das minorias. Dentro da lógica masculinista do tráfico de drogas, são perceptíveis redes autônomas de mulheres sendo criadas. Principalmente se pensar na lógica da Ala Feminina.

Quando comecei a fazer a pesquisa com as mulheres em condição de cárcere notei que muitas destas não recebiam visitas de figuras masculinas. Durante semanas, fui ao presídio por volta das 8 horas da manhã e passei manhãs inteiras na área administrativa da instituição fazendo análise dos Livros de Ocorrências, conversando com pessoas que trabalhavam na instituição e realizando as entrevistas com as mulheres na Ala Feminina. Entre minha chegada às 8 horas e saída, por volta do meio dia, via filas enormes compostas quase que inteiramente por mulheres. Para dizer a verdade, que eu me lembre, nunca notei a presença masculina na fila. Isso não quer dizer que não existia nenhum homem, mas a supremacia feminina fez com que a presença masculina não fosse notada por mim. Sempre quando conversava com pessoas mais experientes que trabalhavam já há anos com o sistema, estas me informaram que quem visita os presídios são as mulheres. São elas que acordam cedo, pegam ônibus carregadas de sacolas com refrigerantes e outros poucos produtos permitidos, enfrentam filas para terem seus corpos revistados minuciosamente para poder visitar seus maridos, irmãos, filhos e netos.

Na Ala Feminina não é diferente. Quem visita as mulheres são as próprias mulheres. São mães visitando suas filhas, filhas visitando mães, vós visitando netas, netas visitando vós, irmãs visitando irmãs, amigas visitando amigas, namoradas visitando suas namoradas, mulheres visitando mulheres. Elas criam uma rede de solidariedade e atendem, muitas vezes, não somente os membros de sua família, mas estendem esta rede às demais mulheres do cárcere.

Muitas destas mulheres, ao serem presas, recebem apoio de sua família consanguínea, seja na realização de visitas, oferecendo apoio sentimental e/ou financeiro. Além dos cuidados dentro do cárcere há o

apoio fora dele, principalmente no cuidado com os filhos/as destas mulheres. Para aquelas casadas, geralmente quando são presas o marido já está preso e a criança não tem com quem ficar. Nesta hora entra em ação a rede familiares que assumem os cuidados enquanto as mães estão presas. Como a história de B., que ao ser presa juntamente com seu ex-marido não tinha com quem deixar seus filhos. Sua tia e a companheira da tia assumiram a criança, conta:

Na verdade, assim, o meu filho mais velho, ele agora tá sendo criado pelas minhas duas tias, que são casadas. Só que assim, aquele menino, ele já sabe que eu fiquei com mulher, só que ele não me perguntou nada. No caso foi minhas tias, que disseram que tavam conversando, elas e minha irmã e ele escutou, sabe? Só que pra ele é normal, quando eu falei pra ele: 'eu não quero mais ficar, vou me separar do teu pai' - ele: 'ainda bem né mãe que tu parou de ser burra!' [RISOS]. (B.C., 2013).

Considero este exemplo extremamente interessante tendo em vista que os familiares de B. eram muito conservadores, um dos motivos que fizeram com que ela somente tivesse coragem de se relacionar com mulheres no presídio, apesar de sempre ter tido vontade. Estes mesmos parentes conservadores, tiveram que lidar com o fato da família de mulheres composta pela tia e sua companheira serem as pessoas que assumiram os cuidados com o filho de B. . Outro ponto interessante é a percepção do filho ao lidar com a separação dos pais. Para ele não era um fator de relevância a mãe ter se relacionado com uma mulher no presídio, o importante era esta ter se desvinculado de seu pai.

Outro exemplo é o de V. que foi presa no mesmo momento que seu ex-marido. Não tendo com quem deixar seu filho, conta:

O meu filho, no dia, ele foi pro Conselho, né! Daí depois a minha mãe foi pegar. Daí como a minha mãe, né... Era muito ruim pra ela ficar com meu menino, daí foi pra casa da mãe dele. [...] Ele era um bebezinho. Ele ia fazer uma aninho dia vinte e quatro de abril, e eu caí dia seis. [...] Ele, na verdade... O meu filho não me conhece, né! Por que ele tinha onze meizinhos. Agora ele já tem 5. Agora ele já entende. Já conhece, né! Então eu vou ter que ter todo aquele processo, né! De

conquistar ele, né! De ele me conhecer e saber que eu sou a mãe dele. Eu vou ter que passar por tudo isso. [...] A minha mãe falou que eles não falam muito assim, sabe? A vó dele, assim, não fala muito de mim, entendeu? Eu fico bem sentida assim, com isso, né! Por que eu queria que ela falasse, que ela mostrasse foto. Mas ela não fala. Ela não fala. (V. G. F. , 2013).

Se não fosse a rede de avós materna e paterna assumirem os cuidados com a criança, provavelmente esta teria permanecido no Conselho Tutelar e seria oferecida para adoção. Pois este é o procedimento adotado para os casos que mulheres que são presas e não têm com quem deixar seus filhos/as. Ainda que V. esteja afastada, sem ver seu filho e tema pelo reencontro dos dois tendo em vista que ele pouco sabe sobre ela, a detenta pode considerar que seu filho esteja bem cuidado já que ele permaneceu em contato com a família e está sendo criado pela avó. Ao falar de seus filhos/as estas mulheres se enchem de esperança e contam sobre seus mais diferentes planos para o momento da saída do presídio e estes sempre envolve sonhos de (re)construção de um modelo familiar que muitas vezes nunca chegaram a ter. No caso de V., no momento da entrevista, ela já estava casada há 4 anos com O., mulher reconhecida entre as presas como a mãe do presídio. Juntas faziam planos de saírem do presídio, continuarem casadas e constituírem uma grande família, unindo seus filhos em uma mesma casa.

No presídio já ensaiavam este modelo familiar tendo em vista que O. era vista entre as demais presas como a mãe do presídio e uma, de seus 6 filhos, estava presa junto com elas. Sua filha é D. que também me concedeu entrevista, pois também já havia se relacionado com mulheres no presídio. Segundo ela:

Elas tão felizes, tão bem, as duas! Também, a mulher dela é bem minha amiga. Assim, a gente somos... Meu! Muito amigas! **Então a gente vive bem assim, nós três! Eu, ela e a mulher dela** [grifo meu]. A gente mora... Na verdade assim a gente mora, nos três, bem pertinho uma da outra. A gente convive nós três juntas. Só que... A minha convivência é com as duas. E o relacionamento é bem bom!. (D. C. G., 2013).

Através do exemplo de D. e sua família percebo a possibilidade de desconstrução do modelo familiar patriarcal e heteronormativo, por muitos ainda visto como o único modelo familiar aceito. D. ao dizer que sua família é composta por ela, a mãe dela e a mulher da mãe aponta para diferentes modelos familiares e redes de afetividades, que se tornaram possíveis pelo fato de morarem em um presídio de mulheres. O., mãe de D., antes de ser presa nunca tinha tido uma experiência homoafetiva. Era casada com um homem, pai de seus 6 filhos. Ambos foram presos por tráfico de drogas e ela fazia visitas semanais para ele, deslocando-se da Ala Feminina para a Ala Masculina. Com o passar do tempo, O. com seus 40 anos, 6 filhos e marido, que sempre havia se considerado heterossexual se apaixonou por uma mulher e se permitiu transitar em sua sexualidade. No momento da entrevista, O. possuía uma família homoparental há 4 anos. Sua história é conhecida por todas as mulheres e muito respeitada até mesmo pelas mulheres mais conservadoras que não aceitam os casais homoafetivos. Acredito que isso se deve ao fato de O. ser uma das figuras mais respeitadas na Ala Feminina. Percebi isso no dia em que me apresentei para as mulheres da Ala. A psicóloga do presídio me levou até a Ala Feminina, chamou todas as mulheres no pátio para que eu pudesse falar sobre a minha pesquisa. Ao explicar, percebi que algumas mulheres falavam junto. Nesse momento O. chamou atenção de todas que logo ficaram quietas, respeitando o pedido dela. Após a fala, O. ficou responsável por recolher os nomes das mulheres que tinham interesse em participar da pesquisa e passar a lista. Ali percebi que estava falando com uma mulher que exercia muito poder na Ala. Quando recebi a listagem, seu nome estava junto e aos poucos soube que o nome de sua companheira e também o de sua filha compunham a lista. Ali soube que contava com uma aliada, fato que possibilitou que outras mulheres, através de sua influência, quisessem falar comigo sobre suas experiências homoafetivas.

Quando entrevistei O. conversei com ela sobre minhas impressões e perguntei o porquê de sua popularidade e influência. Segundo ela:

Que hoje né, passando cinco anos aqui dentro, eu sou uma conselheira né, de falar que isso não adianta. Na verdade eu falo pras menina, né? Aqui dentro, como eu sou regalia também, dali, que **meu vulgo é Mãe** [grifo meu], na verdade, no presídio. Chamam de mãe, é que como eu caí com a minha filha, que também chama eu de mãe,

entende? Elas já tão entrando e chamando de mãe. É então, assim, eu sempre dou conselho pra elas, que é uma ilusão, assim. [...] Assim, depois eu comecei a ser regalia, elas vinham até mim pedir as coisa, né? Porque tipo assim, eu a C., né? A menina que trabalha comigo. Que a gente que tem contato, na verdade, elas não vem de lá entregam nenhum papel na mão das agentes. A gente quer um médico, quer um dentista, internet, então passa por mim ou por outro pra chegar até algum agente. Então isso, entende? 'A porque eu to doente', então não, a gente vai tentar pedir um médico. Pedir uma internet. Então eles colaboram com a gente e a gente colabora com eles também. (O. S. G., 2013).

Aquilo que, inicialmente, era uma suposição, uma impressão, confirmou-se nesse momento. O fato de O. ter a função de Regalia no presídio, que é um trabalho de liderança, pois estas têm a função de serem organizadoras responsáveis pelos assuntos da Ala, exerce influência para seu reconhecimento. Porém, existem outras Regalias na Ala que não tem o mesmo reconhecimento que O. . Existem outros fatores que contribuem, como o fato de ela estar há mais tempo no presídio e o cuidado que ela tem com as demais como se fossem suas filhas. O fato de ela ter uma de suas filhas presa junto e esta ter a idade muito próxima das demais, fez com que O. acabasse assumindo outras filhas no presídio e cuidando destas, compondo assim uma grande família matriarcal, chefiada por uma mulher. Isso lhe rendeu respeito e consideração entre as demais e até ciúmes no momento em que O. passou a se relacionar com V. Como filhas enciumadas com o novo relacionamento da mãe, algumas presas ficaram com medo de perder a atenção e cuidado que tinham, relembra V.:

E daí comigo foi tudo bem, assim! As **meninas só tinham um pouco de ciúmes por que ela é a mãe da cadeia, né! Todo mundo chama ela de mãe** [grifo meu]. Ela é a mãe da cadeia, assim! Daí no começo as meninas ficaram com um pouco de ciúmes, né! Mais aí depois já ficou tudo claro assim! Por causa que eu acho que... Era só por causa de afeto, assim. Que daí ela começou a dar mais atenção pra mim. Daí não dava tanto mais atenção pra elas, né! Acho que elas ficaram assim

por que daí eu tirei um pouco ela delas, né! Daí ela ficava mais comigo. Dava mais atenção pra mim! Daí as meninas ficaram um pouco enciumadas, assim! Mas elas ficaram de boa! Todo mundo ficou feliz. Todo mundo apoiou. (V. G. F., 2013).

Ser reconhecida como a mãe da cadeia fez de O. a mulher mais respeitada entre as mulheres presas na Ala Feminina. Esta se tornou figura de liderança que exercia poder entre as demais, bem como entre as agentes, tendo em vista que ela era o elo de negociações entre as mulheres presas e as/os funcionárias/os. Interessante como a maternidade e a geração funcionam como dispositivos de poder na Ala Feminina. O. assumiu a figura materna de cuidadora das demais, que lhe rendeu o título de “mãe da cadeia”. Ser a “mãe da cadeia” é ocupar posição de liderança, poder e controle entre as demais mulheres e instituição. Faz-se importante ressaltar a observação de que em uma sociedade patriarcal a maternidade não tem o mesmo status de poder assim como em uma sociedade de mulheres. Além desta ordem simbólica de sociedade matrilinear da Ala Feminina, destaco o fato da líder ter uma família homoparental, uma família de mulheres, o que acredito romper também com os modelos de famílias heteronormativos.

Esta rede de apoio entre mulheres me chamou bastante atenção, principalmente se comparada com a realidade machista do mundo do crime. Como o recorte principal da pesquisa eram os relacionamentos homoafetivos que estas tinham ou tiveram em algum momento de suas vidas, encontrei muitos exemplos de arranjos e rearranjos familiares entre mulheres e que rompiam com diversos padrões sociais, como exemplifiquei anteriormente. Porém isso não é regra. Nas bibliografias consultadas sobre sexualidade e presídios femininos, com destaque para o trabalho de Natália Corazza Padovani, os relacionamentos homoafetivos nem sempre são sinônimos de rupturas com a ordem heteronormativa. A autora fala sobre o poder exercido pela figura das “sapatões”, mulheres masculinizadas e algumas transhomens em relação a outras mulheres (PADOVANI, 2010). Em algumas situações, estas abordadas melhor no terceiro capítulo, há a reprodução da heteronormatividade e de relações de poder. Contudo, foi perceptível também, desconstruções destas masculinidades no exemplo das 'paizinhos' que foram entrevistadas. As paizinhos, que se comparam às “sapatões” de Padovani, são mulheres masculinizadas, alguns transhomens, que segundo as entrevistadas são muito desejadas/os e

disputadas/os no presídio. Estas/es exercem poder entre as demais, muitas continuam a reproduzir situações heteronormativas, mas ao mesmo tempo em várias situações rompem com certos essencialismos. Como o caso da maternidade e a posição de cuidadoras. Dentre estas histórias, devem ser destacadas as de G. e Ga. para exemplificar estas desconstruções.

Na história de G., ela, ao ser presa, envolveu-se com uma mulher que tinha uma filha fora do presídio. Como G. saiu primeiro que ela, assumiu sua filha como se fosse sua e passou a criá-la como conta no fragmento abaixo:

Eu vinha pra trazer a filha dela porque a filha dela foi morar comigo, né, quando eu fui embora. Sim, daí eu trazia, tanto que conversei aqui com a Dona Daiana, e a Dona Daiana liberou aqui a minha visita, né. Pra mim vim ver ela e trazer a filha dela. Daí eu vinha, visitava ela, trazia a filha dela toda sexta-feira. [...] Eu tava trabalhando na eleição, que era época de eleição quando eu saí, daí era eleição pra prefeito, e eu tava trabalhando e a gente ganha até bem, ganha cento e pouco por semana. Daí é onde que, com esse dinheiro eu vinha ver ela, né. (G.M.S., 2013).

Ao sair do presídio, G. poderia ter se envolvido com outra mulher, ou ter esquecido a companheira no cárcere, assim como muitos companheiros abandonam suas companheiras. Mas G. não só continuou o relacionamento com sua companheira, como passou a trabalhar para arcar com seus gastos de cadeia e assumiu sua filha. Levou a filha da companheira para sua casa, criou esta no tempo em que a companheira continuava presa e manteve as visitas regulares. Assim como a história de G., chama muito a atenção, a história de Ga. também surpreende. Esta se relacionou com uma mulher no cárcere. Esta mulher na época já estava grávida de um homem e Ga. não se importou e assumiu o relacionamento e a gravidez da companheira como demonstra em sua fala:

Praticamente quem criou o menino fui eu. Hoje em dia ele vai fazer três anos. Isso quando ele tava na barriga quem fez o enxoval dele fui. Fui tudo eu. Eu cuidava dela. Vi a barriga crescer! [...] Ela ficou acho que um mês com a criança, aí depois

ela mandou embora. [...] A mãe dela vinha visitar ela com o neném. Aí depois eu fui embora. Eu saí da cadeia, né! [...] Eu saí, era eu que cuidava dele. [...] Ficava na casa da mãe dela. Mas era eu que dava de tudo pra ele... Neston. [...] Só que daí eu ia ver ele todos os dias, né! Eu vinha... Eu vinha no presídio visitar ela. Daí eu trazia ele. Eu e a mãe dela. O neném nós trazia pra ela ver, toda semana. (G. C. O. G., 2013).

Considero a ação de Ga. feminista, pois ela desconsiderou o fato de poder ser motivo de chacota da cadeia por estar se envolvendo com uma mulher que estava grávida. Assumiu esta gravidez, coisa que o pai biológico não fez, passou a cuidar da companheira e da criança que a companheira esperava. Outras entrevistadas me contaram que Ga. neste período somente se dedicava a esta “barriga”. Após o nascimento e mesmo depois de sua saída do presídio continuou a cuidar da criança como se fosse seu filho. Assim como manteve contato com a companheira nas visitas semanais.

Nas histórias de G. e de Ga., percebe-se como estas de certa forma rompem com certos essencialismos. Ambas se identificam com o universo masculino, são consideradas masculinizadas e em certas situações exercem relações de poder entre as demais por serem consideradas entre algumas como os homens do presídio. Mas ao mesmo tempo são estas as que mais prestam assistência às suas companheiras, incluindo a questão da maternidade. São elas que mesmo ao saírem do presídio continuam mantendo vínculo com suas companheiras, visitando estas, cuidando de seus/suas filhos/as e mantendo suas famílias. Esta atitude pode ser considerada como se estas estivessem assumindo a figura de liderança da família, a posição masculina. No entanto, se comparamos com as famílias heteronormativas, esta não é, comumente, a postura adotada pelos homens. Estes abandonam suas companheiras, não assumem a maternidade, não prestam assistência financeira, muito menos afetiva. Enquanto as paizinhos fazem todo um trabalho contrário, demonstrando zelo. Desta forma, considero muitas mulheres, em determinadas situações, como a relatada anteriormente, subversivas em suas ações.

Ao adotarem estas posturas, percebi que estas esperavam de suas companheiras amor eterno, ou que suas famílias continuassem. Porém, nestas duas situações, deparei-me com histórias de relacionamentos rompidos e mágoas que nem mesmo outros

relacionamentos que vieram depois conseguiram romper. Como arremata Ga:

[...] Toda a vida eu falei pra ela que caso nós viesse a terminar, né, a única coisa que eu queria dela é que ela me mandasse foto do neném. [...] ela mandou só uma vez foto dele. Aí depois disso não sei como é que... Ele vai fazer três anos e não sei como é que... como é que ele tá! Às vezes eu falo pra minha visita ligar pra ela, mas ela nunca atende. [...] Ela não tem consideração nenhuma por tudo o que eu fiz por ela. Nem por mim e nem pela minha mãe ela tem consideração! Bem magoada com ela eu fiquei! [...] Me apeguei muito, né! Desde nenenzinho, ele, né! Fui eu que... Meu! A dor, tudo que ela passava, eu sempre tava perto... cuidando! Depois que ele nasceu também. (G. C. O. G., 2013).

O mesmo cuidado que os “paizinhos” têm por suas companheiras, parece não ser retribuído por elas. Há casos em que a companheira sai e nunca mais volta para visitá-las. Algumas são trocadas por homens, o que é a grande mágoa destas. No caso de Ga. ela diz lamentar por não poder mais ver a criança que ela assumiu como se fosse sua, porém a lei não lhe assegura nenhum direito para que possa manter o contato. Notei que esta era uma lembrança para Ga., tanto em sua narrativa quando em marcadores corporais. Em certo momento, ao me contar sobre o ocorrido, ela levantou o braço e me mostrou dois nomes tatuados, um nome feminino de sua ex-companheira e outro nome masculino do filho que ela cuidou e amou como seu. Sobre a manutenção da tatuagem que remete a tantas lembranças ela relembra:

Eu vinha aqui visitar ela. Eu fiz uma surpresa pra ela. Ela não sabia que eu ia fazer a tatuagem. Quando eu saí de vez, eu vim aqui visitar ela, e eu mostrei pra ela a tatuagem que eu tinha feito! Ficou feliz, né! Mas até hoje não apaguei ainda! Vou apagar só o nome dela! O nome dele eu vou deixar! Não sei ainda! Só quando eu sair eu vou fazer um desenho em cima. Só o do neném eu vou deixar. Só vou tirar o nome dela. [...] Até quando eu sair daqui eu vou procurar. Eu sei onde é que ela mora. Eu sei onde é que a mãe dela mora. Pra

poder ver a criança, né! Por que ela... (G. C. O. G., 2013).

A tatuagem pode ser compreendida como um marcador simbólico importante ao falar sobre uma pessoa. Principalmente as chamadas tatuagens de cadeia. Nomes de filhos, companheiros e companheiras aparecem estampados no corpo destas mulheres narrando histórias, amores e dores. Como o exemplo de Ga. que carrega as lembranças da família que se dedicou como sua e que hoje só resta nas tintas cravadas em sua carne.

O que pretendo dizer com estas diferentes histórias narradas por estas mulheres é que não há como considerar que estas sujeitas sejam sempre figuras coadjuvantes. Muitas das narrativas desta pesquisa apontam para protagonismos. Algumas foram entender este processo, ou se libertar de uma situação opressora que possuíam em relação a um homem, ou aos homens de sua vida e da sociedade, apenas no momento em que foram presas. Foi nesse “mundo de mulheres” que estas tiveram a oportunidade de se empoderar de suas vidas e se tornarem agentes, independentes do aval masculino. Foi nesse lugar que elas romperam com certas normativas que aprisionavam seus corpos e ações. Um lugar construído com a finalidade de aprisionar paradoxalmente possibilitou a libertação de certas normas construídas socialmente. Como os exemplos das mulheres desta pesquisa que se permitiram, algumas somente no presídio, a transitarem em sua sexualidade ao se relacionarem com outras mulheres, constituírem novos modelos familiares e romperem com normativas constituídas ao longo da história.

3 CAPÍTULO 2 - ELAS E ELAS: A SEXUALIDADE EM DISCURSO NA ALA FEMININA

3.1 A EMERGÊNCIA DE DISCURSOS E PRÁTICAS

Quando iniciada a pesquisa no Presídio Regional de Joinville, no ano de 2013, cheguei ao campo com muitas questões. No entanto, não sabia se encontraria mulheres dispostas a falar sobre suas experiências, assim como não sabia como a instituição lidava com a questão da homossexualidade. Desta forma, a pesquisa teve início com conversas informais com profissionais que trabalhavam na instituição, bem como vendo a disponibilidade de outras fontes que pudessem oferecer informações, como o Livro de Ocorrências que trazia registros diários da Ala Feminina desde o ano de 2003.

Nestes primeiros contatos, a psicóloga do presídio me falou sobre a existência de alguns relacionamentos assumidos, mulheres que recebiam visitas conjugais de suas companheiras e que possuíam papéis de união estável oficializada. Além daquelas que traziam marcadores como cabelos curtos, roupas, assessorios e comportamentos masculinizados que indicavam sua sexualidade. Estas últimas eram os “paizinhos”, denominação específica do presídio de Joinville⁴³, que, pelo que tudo indicava, tratava-se de uma expressão que surgiu no ambiente prisional para denominar as mulheres que se relacionam afetivamente e sexualmente com outras mulheres e possuem características consideradas masculinizadas. Foi perceptível, pelas indicações, que existiam vários casos de relacionamentos entre mulheres e que a instituição parecia aceitar, tendo em vista a realização de visitas conjugais e a oficialização e aceitação de papéis de uniões estáveis.

Ao realizar as entrevistas constatei, através das narrativas, que minhas impressões sobre a ala se confirmavam. A Ala Feminina do PRJ se revelava um ambiente tolerante para que mulheres tivessem as mais diferentes experiências afetivas e/ou sexuais com outras mulheres. Uma das entrevistadas, demonstrando senso de humor, afirmou que “se você entra lésbica, você sai mais lésbica do que nunca, né? E se você entra

⁴³ Digo isso tendo em vista o levantamento bibliográfico que realizei. Dentre as pesquisas que revelam categorias nativas de mulheres que se relacionam com mulheres nos presídios encontrei das mais variadas como: sapatões, caminhão, sapatilha, roçadeira, heterossexuais limpas e sujas, entre outros. Destes, destaco as identificações de “sapatões” e “caminhão” atribuídas às mulheres masculinizadas que se relacionavam com outras mulheres. Em Joinville estas são identificadas como “paizinhos”. Sobre esta questão explorarei melhor no terceiro capítulo.

hetero, pelo menos bissexual você vai sair daqui de dentro... [risos]” (A.N.S.F.O., 2013). Ou seja, a Ala Feminina do PRJ parecia ser um ambiente de possibilidades para que mulheres vivenciassem sua sexualidade, e mais, parecia que poucas mulheres passavam pelo presídio imunes à experiência de se relacionar com outras mulheres.

Segundo as entrevistadas, algumas mulheres apenas “ficavam” com outras mulheres para experimentar, já outras namoravam e casavam com suas companheiras. O casamento em alguns casos consistia em troca de alianças e solicitação para viverem na mesma cela, enquanto outras oficializavam a união através de documentos que comprovavam a união estável. No terceiro capítulo estas experiências foram abordadas mais detalhadamente, mas no momento gostaria de me ater ao fato destas mulheres terem estes direitos garantidos e respeitados na Ala Feminina.

Iniciada a pesquisa documental um pouco antes de realizadas as entrevistas, constatei que nem sempre esta tinha sido a realidade na instituição. Os Livros de Ocorrência, com registros entre os anos de 2003 a 2010, apontavam para alguns momentos da história da ala onde houve perseguição e repressão às mulheres que se relacionaram afetivamente e/ou sexualmente com outras mulheres. Estes relacionamentos, por muito tempo, tiveram que ser mantidos na clandestinidade para que não fossem reprimidos, fato que se contrastava com a realidade que encontrei em 2013. Buscou-se, então assim, apontar transformações ocorridas ao longo destes anos que resultaram nestas transformações.

Primeiramente, é preciso entender que o limiar entre o “dentro” e “fora” do presídio é tênue. Estas mulheres presas não estavam alienadas aos discursos recorrentes na mídia, as transformações no campo jurídico ou as discussões de movimentos sociais em prol de direitos. Historicamente, o cárcere foi concebido como uma sociedade à parte, na qual as pessoas que não estivessem aptas a viverem com as demais deveriam ser isoladas. No entanto, trata-se de uma mesma sociedade. O presídio e as pessoas que lá vivem mantêm, de alguma forma, a comunicação com o ambiente externo, fazem parte do mesmo momento histórico e partilham de acontecimentos.

Como quando as mulheres entrevistadas acionavam e partilhavam, durante as entrevistas, notícias que haviam assistido na televisão sobre a temática LGBT, como o exemplo abaixo:

A gente tava escutando Faustão domingo e ele falou, ‘se você não aceita, né? Então se cala’. [...]

A menina tava no Faustão no sábado... domingo, a Thammy [...]. Ela falou bastante sobre a transformação que ela teve. A mãe dela ta fora do Brasil também né? E tava falando sobre o preconceito que ela sentiu, na verdade né? Perante a sociedade. Que hoje ainda, hoje, na época que nós estamos hoje, ainda existe um preconceito sem limite né? Não adianta a gente falar que existe as lei agora e parou o preconceito que isso... [pensa] é tampar, na verdade é tampar o sol com a peneira (O.S.G, 2013).

O exemplo se referia ao programa “Domingão do Faustão” apresentado por Fausto Silva, que no domingo do dia 15 de abril de 2013 trouxe ao palco no quadro “Eu acho” a atriz Thammy Miranda, mais conhecida como Thammy Gretchen⁴⁴. Na ocasião, não havia assistido o programa, mas as redes sociais traziam algumas informações sobre a participação de Thammy. Esta já havia participado de outros programas de televisão e falado sobre sua sexualidade, mas a questão era que desta vez ela havia discutido o tema em um tradicional programa da televisão brasileira, exibido todos os domingos à tarde. A abordagem, em rede nacional, fez com que muitas pessoas tivessem acesso àquela informação, como foi o caso da entrevistada. Acionar esta figura pública homossexual e sua fala em um programa tradicional da televisão brasileira foi o respaldo que a entrevistada encontrou para falar sobre a sua realidade.

Para Tania Navarro-Swain,

O mundo em que vivemos é construído de imagens, não apenas as visíveis, mas igualmente as representacionais carregadas de valores, de hierarquias, de posições, de normas nas quais a vida individual se desloca, decodificando, analisando e adequando-se, com maior ou menor pertinência, aos perfis preestabelecidos. (NAVARRO-SWAIN, 2004, p. 69).

⁴⁴ Thammy ficou conhecida por ser filha de Gretchen e se apresentar integrando o grupo de bailarinas/os da cantora. Ganhou grande destaque da mídia ao se assumir homossexual e se apresentar com características estéticas masculinizadas, diferente de como se apresentava no início de sua carreira. Atuou na novela “Salve Jorge” da Rede Globo, exibida entre os anos 2012 e 2013, onde ganhou maior destaque com sua atuação.

Em nossa sociedade ocidental, há modelos preestabelecidos de como as pessoas devem ser e agir, indicados através de imagens concretas ou subjetivas. Para aqueles/as que não se encaixam dentro de um padrão de gênero binário, ocidental, branco, classe média, heterossexual, não portador de deficiência e magro, por exemplo, é destinado o fardo de tentar se adequar ou viver na clandestinidade da norma. A pouca visibilidade para aqueles modelos que não se encaixam na norma dificulta com que as pessoas construam outros referenciais de identificação.

A escritora feminista Teresa de Lauretis defende a ideia de que o cinema e a literatura, por exemplo, contribuem para perpetuar as diferenças estereotipadas impostas para diferenciar masculino e feminino. O que vai ser chamado por ela de “tecnologia de reprodução do gênero” (LAURETIS, 1987). Nesse sentido, há tecnologias de reprodução de modelos de ser e agir que resultam em normas. Quando outros modelos ganham visibilidade, há a possibilidade de construção de outras tecnologias e consequentemente a identificação com estas. Como foi o caso da entrevistada que encontrou respaldo para falar de si e da questão LGBT através de uma figura pública como a de Thammy.

A partir do momento em que se cria identificação, há a possibilidade de posicionamento coletivo, de visibilidade e de luta por reconhecimento. Ao partir da premissa de que o reconhecimento em um Estado de Direito é alcançado através da legislação, é necessário que se aprovelem leis que ofereçam estas garantias. Destaco a importância do movimento LGBT e as lutas travadas diariamente para que sujeitos/as sejam reconhecidos.

Ao longo dos anos 2000 aconteceram debates significativos do movimento que repercutiram com maior visibilidade nos meios de comunicação. O doutorando em ciências humanas Maurício Pereira Gomes, em dissertação de mestrado defendida no PPGH da UFSC, identificou os anos de 2010 e 2011 como um momento de “explosão de discursos” sobre a temática LGBT, com destaque para as discussões sobre os debates em torno do projeto de lei que pretendia criminalizar a homofobia (GOMES, 2014).

Neste período, também ocorreu a aprovação de decisões históricas com destaque para o ano de 2011 quando houve o reconhecimento do Supremo Tribunal Federal à união estável entre pessoas homossexuais e a publicação da Resolução n. 4 de 29 de junho de 2011 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária -

CNCP, que especificava o direito a visitas íntimas para casais do mesmo sexo⁴⁵.

Segundo o doutor em Ciências Humanas Felipe Bruno Martins Fernandes, os pesquisadores sobre a questão LGBT vão atribuir estas transformações ocorridas ao longo dos anos 2000 ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), no entanto o autor enfatiza que estas foram consequência do papel ativo dos movimentos sociais (FERNANDES, 2011).

A atuação destes movimentos repercutiu em uma maior visibilidade para a questão LGBT, assim como em aprovação de leis que ofereceram garantias para estes/as sujeitos/as interferindo em todo o cenário nacional. Até mesmo nas cidades mais provincianas e conservadoras como é o caso de Joinville, que no ano de 2008 vai contar com a fundação da “Arco-Íris: Associação LGBT de Joinville”⁴⁶.

A fundação destes grupos na cidade vai contribuir para as articulações que resultaram na realização, no ano de 2009, da primeira semana da diversidade e parada LGBT de Joinville, intitulada “Direitos seus, direitos meus = direitos humanos”. No ano de 2010 houve a segunda edição, com o título “Famílias somos todos”⁴⁷.

Estes eventos possibilitaram que houvesse uma semana aberta para discussões com a comunidade sobre diferentes questões ligadas ao movimento como os direitos e a questão da família. Diferentes atividades eram propostas durante a semana com destaque para mesas redondas e debates com convidados ligados à academia e à militância. O evento recebeu apoio da Fundação Cultural da cidade e teve cobertura pela mídia local, fato que auxiliou na difusão do evento. Esta difusão foi extremamente positiva, tendo em vista que durante este período a temática LGBT esteve em questão na cidade. Isso não quer dizer que houve aceitação e que as pessoas concordaram, apoiaram ou participaram em massa do evento, mas houve a abertura para o debate na cidade.

⁴⁵ Esta resolução traz a especificação em seus artigos para uniões homoafetivas – união de casais do mesmo sexo. Anterior a esta, as visitas ficavam a critério da avaliação dos juízes que poderiam interpretar a antiga Resolução nº 01/99 de 30 de março de 1999, que garantia visita íntima para homens e mulheres. Disponível em: <http://atualidadesdodireito.com.br/jorgecesarassis/2012/04/10/novas-consideracoes-sobre-o-direito-a-visita-intima-na-justica-militar/>. Acesso em: 26/08/2013.

⁴⁶ Mais informações sobre a Associação e as Semanas da Diversidade na cidade disponível em: <http://arcoirislgbt.blogspot.com.br/>. Acesso: 19/07/2013.

⁴⁷ Sobre a segunda Semana da Diversidade disponível em: <http://centraldenoticiagays.blogspot.com.br/2010/07/2-semana-da-diversidade-de-joinville-sc.html>. Acesso em 19/07/2013.

É desta forma que o movimento alcança brechas para se infiltrar nas famílias, no Estado, nas instituições e alcançar direitos. Que seja apenas o direito de falar sobre, mas este já implica em uma série de transformações do cotidiano, como a “abertura de espaço” na Ala Feminina do PRJ apontada pela entrevistada:

Temos que agradecer, vocês né? Que vem pra estar abrindo esse espaço, não é? Que eu, como eu tô desde 2005 aqui, né? Uma grande diferença! Uma transformação assim de 100% do que acontecia antes aqui. [...] Nem poderia estar falando. Na verdade se fosse naquela época nem sei se você seria recebida, na verdade. Tirar as detentas pra conversar sobre isso! (O.S.G, 2013).

Em sua narrativa, a entrevistada refere-se a “abertura de espaço” como um movimento vindo de fora para dentro da instituição. Quando cita “vocês” referencia-se ao meu papel enquanto acadêmica, inserida na instituição para falar sobre a temática, mas acredito que cita “vocês” no plural por ter acompanhado, durante estes anos, a interferência e os reflexos de instituições como o CDH e o CCJ. Entre outras influências dos movimentos sociais e a própria academia com suas discussões que alcançaram transformações no campo jurídico, por exemplo, trazendo garantias para estas mulheres se exporem e vivenciarem sua sexualidade.

A aprovação da união estável e a resolução que garantia que casais do mesmo sexo recebessem visitas conjugais no presídio fez com que as instituições prisionais tivessem que se adequar e respeitar estes direitos. Este passou a ser um trunfo para as mulheres do presídio que possuíam relacionamentos homoafetivos, como enfatiza a entrevistada:

Essa coisa mais aberta, na verdade, facilitou bastante o respeito, com os próprios funcionários. Que agora a gente pode procurar nossos direitos, né?[...] Isso mudou, na verdade, a lei mudou, né? Na verdade, a lei mudou. Que eles sabem que se a gente sofrer, esse tipo de... tipo assim, eu tô com a V., e chegam, algemam e diz: 'você vai pro castigo, você vai pro castigo'. Então a gente tem uma defesa, né? Vem um advogado, não é falar mal, a gente sofreu um grande preconceito, né? Além de separarem a gente, a gente foi de castigo

por isso. A gente tem agora, um escudo. (O.S.G, 2013).

Ao falar sobre o “escudo” que as mulheres que se relacionam afetivamente e/ou sexualmente com outras mulheres no presídio tinham no presente faz uma comparação com o que ocorria anterior à regulamentação das leis na instituição. Lembra:

Antigamente era bem difícil. A gente ia pro castigo, se descobrissem que tava com as mulher. Acabavam indo pro castigo. Eu tô feliz, assim, tô feliz também pelo tipo de comportamento dos funcionários, que agora, né? Como eu puxei cadeia desde 2005, não é? 2005, 2006, era nunca que a gente ia estar aqui fazendo o que nós estamos fazendo agora. Falando sobre isso. [...] Tinha castigo. Uma ia pra um X, né? A outra ia pra outro. Ou primeiro ia pro castigo, e depois voltavam e se separavam. Fora de cogitação de ficar juntos (O.S.G, 2013).

A realidade que encontrei no presídio, composta pela aceitação por parte da instituição, dos funcionários e a liberdade com que mulheres se relacionavam e falavam abertamente sobre seus relacionamentos e experiências com outras mulheres parecia ter sido o resultado de disputas travadas ao longo dos anos. Disputas ocorridas dentro e fora da instituição que resultaram na emergência destas práticas e sua aceitação. Segundo Michel Foucault, a emergência de discursos é o resultado de disputas (FOUCAULT, 1996).

A primeira década dos anos 2000, como discutido anteriormente, foi um período marcado por transformações significativas para a questão LGBT, fato que resultou em mudanças na Ala Feminina do PRJ e na vida das mulheres detidas nesta instituição. Ao compreender que estas transformações foram marcadas por disputas, recorri às análises dos Livros de Ocorrência da instituição no sentido de entender como os conflitos que oportunizaram as mudanças. Estes documentos institucionais se revelaram importantes fontes para a presente pesquisa, não somente para entender os discursos sobre homossexualidade na instituição, mas como o presídio lidou, ao longo dos anos, com a questão de gênero e sexualidades.

3.2 RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES EM REGISTROS NOS LIVROS DE OCORRÊNCIAS DA ALA

O Presídio Regional de Joinville, assim como outras instituições do Brasil, não possuía arquivos organizados, nem tinha a prática de receber pesquisadores/as. Ao me propor a analisar documentos institucionais, além das fontes orais, foi um verdadeiro desafio. Não somente pela quantidade de informações a serem sistematizadas e analisadas, mas pela disponibilidade destas fontes e liberdade para trabalhar com elas⁴⁸.

Primeiramente, me informei sobre a existência de arquivos no presídio e a disponibilidade para consulta. Fui informada pelo diretor que a documentação não estava organizada e que boa parte dela tinha se danificado ao longo dos anos por conta da ausência de acondicionamento adequado, fatores climáticos, entre outros problemas. No entanto, havia uma sala onde o material restante tinha sido depositado que eu poderia verificar. Esta sala era chamada de “mofinho”, e como o próprio nome sugere os documentos ali guardados não estão em boas condições.

O “mofinho” servia de depósito de documentos para todo o PRJ e não havia nenhum tipo de organização. Naquele momento compreendi o que o historiador Carlos Bacellar queria dizer com “aventurar-se” em um arquivo (BACELLAR, 2005). Certamente seria uma grande aventura analisar todos aqueles documentos, no entanto o tempo que a dissertação me exigia impedia que uma pesquisa mais aprofundada fosse realizada. Desta forma, resolvi me concentrar nos Livros de Ocorrências específicos da Ala Feminina do PRJ.

Até o ano de 2003 os registros e ocorrências da Ala Feminina eram anotados no mesmo Livro de Ocorrência da Ala Masculina, não contendo informações detalhadas e sistematizadas. É no ano de 2003 que se iniciou a prática de anotações em Livros de Ocorrências específicos para a ala. Prática que se matinha no ano de 2013, quando realizei a pesquisa. Obtive autorização para analisar os livros entre os anos de 2003 até o ano de 2010, pois os livros mais recentes estavam em uso ou arquivados na sala do diretor. Sendo assim, as análises realizadas compreendem este recorte temporal, mas revelam informações

⁴⁸ Diferente de Arquivos Públicos que estão acostumados a receber historiadores/as em suas dependências, um presídio em funcionamento não possui esta prática. A figura do pesquisador/a pode ser interpretada como um/a intruso/a querendo investigar a instituição.

importantes para entender as transformações e permanências nos discursos e normas institucionais.

Os livros são documentos de registros das ocorrências diárias da Ala Feminina. Estes registros são feitos pelas agentes prisionais durante seu turno de trabalho na ala. Através destes registros é possível perceber os discursos institucionais, o posicionamento de agentes ao registrarem suas impressões, bem como as interferências de discursos externos que refletem nas normas institucionais. Destaco aqui que estas anotações feitas nos Livros de Ocorrências não são informações neutras, pois é um documento produzido dentro de uma instituição, feito por diferentes agentes prisionais e em um determinado período. Este é marcado por subjetividades.

Em meio a tantos registros diários relacionando números de entradas e saídas, discursos sobre gênero e sexualidade emergiam de diferentes formas. Seja nos registros sobre as visitas íntimas, as observações sobre os corpos, os crimes, as práticas cotidianas e o destaque para os registros sobre homossexualidade.

Inicialmente, um dos registros que se repetia frequentemente começou a me chamar atenção, tratava-se da “conjugal”⁴⁹. Junto ao registro vinha à listagem de nomes de mulheres que naquele dia tinham realizado suas conjugais. Geralmente, se deslocando para as alas masculinas do presídio, onde muitas possuíam seus companheiros. Já aquelas que recebiam visitas conjugais, quando o companheiro vinha de fora do presídio, as visitas eram realizadas na Ala Feminina.

Os presídios, de forma geral, não foram instituições planejadas para a realização de visitas conjugais, até porque este não era um direito claramente estabelecido e praticado historicamente nos presídios. Foi apenas com a LEP em 1984 que houve a regulamentação da visita íntima. O Art. 41 inciso X previa “visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados”⁵⁰. No entanto, esta lei era facilmente interpretada como visita de familiar e não necessariamente em visita íntima. É somente com a resolução de 30 de março de 1999 do Ministério da Justiça que há a recomendação e garantia de visitas íntimas para ambos os sexos. O Art.1º declarava que “A visita íntima é entendida como recepção pelo preso, nacional ou estrangeiro, homem ou mulher, de cônjuge ou outro parceiro, no estabelecimento prisional em

⁴⁹ Conjugal é o mesmo que Visitas Íntimas.

⁵⁰ Lei de Execuções Penais – LEP de 1984.

que estiver recolhido, em ambiente reservado, cuja privacidade e inviolabilidade sejam assegurados”⁵¹.

Através desta resolução houve a especificação ao direito da mulher de ter visitas, o que é bastante significativo tendo em vista que anterior a esta lei as mulheres não tinham garantia alguma deste direito. Segundo Natália Corazza Padovani anterior a 1999 a visita íntima em presídios femininos era “esquecida” (PADOVANI, 2010). Ou era “moeda de troca” quando havia bom comportamento, como constatou Cláudia Priori (PRIORI, 2012). Enquanto para os homens esta era uma concessão feita muito antes da lei ser revista.

Nesse sentido considero fundamental o uso da categoria gênero, como nos ensina Joan Scott (1990), no sentido de pensar as relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres. Para o homem o direito a visita íntima é visto como uma necessidade, enquanto para a mulher não. Posto que historicamente as mulheres seriam menos sexuais que os homens. De acordo com a historiadora Margareth Rago “a construção de um modelo feminino universalizante foi imposta historicamente pelo discurso médico vitoriano, pelo direito, pela família, pela igreja, enfim, pelo olhar masculino reforçado, principalmente nos centros urbanos, pelos estímulos da indústria de consumo.” (RAGO, 2004, p.04). Este ideal de feminilidade “dessexualizava” as mulheres, privando estas do desejo sexual e do prazer. No entanto, as lutas feministas, segundo a historiadora, vão contribuir para que estas imagens fossem desconstruídas.

A garantia da visita íntima é uma prova desta desconstrução. Inserida na Resolução de 30 de março de 1999 do Ministério da Justiça à mulher passa a receber os mesmos direitos que os homens. Simbolicamente é reconhecido que as mulheres em condição de cárcere também possuem desejos sexuais.

Como a Ala Feminina do PRJ foi inaugurada em 2001, as mulheres já possuíam seus direitos de visitas íntimas garantidos. No Livro de Ocorrências do ano de 2003 havia vários registros em relação às visitas conjugais. As mulheres que tinham seus companheiros presos, no mesmo Complexo Prisional, eram deslocadas para as Alas Masculina ou Penitenciária, para realizarem as conjugais. Quando o companheiro não estava detido no complexo e vinha de fora para fazer as visitas, estas eram realizadas na Ala Feminina. A partir dos registros, foi possível perceber que era mais comum às mulheres terem visitas dentro do

⁵¹ Disponível em: http://www.abglt.org.br/port/res01_300399.html. Acesso em 25/01/2015.

presídio, se deslocando para as Alas Masculinas, do que visitas vindas da rua.

Alguns registros revelaram momentos de transtorno em relação ao número de homens vindo visitar e o espaço disponível para tal, como o exemplo a seguir: “Visitas de maridos para as presas normais, porém está difícil conciliar horário, pois temos somente um quarto para visitas íntimas e tiveram oito maridos visitando neste domingo”⁵². Apesar deste exemplo indicar um número expressivo de homens para as visitas, é perceptível que estas não são tão significativas como no caso contrário, de mulheres para homens. As visitas das mulheres para os homens presos eram bem mais expressivas. O que ainda indicava o reflexo das concepções atribuídas historicamente para homens e mulheres. Discutirei mais sobre isso ao longo do capítulo, através de outros exemplos encontrados nos registros. Como, por exemplo, como as normas impostas para as visitas íntimas eram mais rígidas para as mulheres se comparado com os homens.

As visitas íntimas aconteciam dentro de condições impostas, dentro de um modelo heteronormativo e regulador simbolizado através de papéis legais que indicassem e garantissem o matrimônio e/ou a união estável entre o casal. Isso se expressava de forma declarada através dos regimentos internos e esta era uma condição para que as conjugais acontecessem. O que indica princípios ligados a moral religiosa aliada à medicina e as práticas higienistas. Pois a prática do sexo regulada pela instituição do matrimônio, o sexo ligado ao casamento, ao casal, é uma prática que se distancia da promiscuidade e rotatividade entre parceiros/as. A ausência destes papéis legais que declarassem a união entre estas pessoas resultava em julgamentos e proibições como esta: “M. e J. foram visitar seus maridos (suposto), somente irão para conjugal mediante papéis legais”⁵³. O fato destas mulheres não possuírem ou não terem apresentado “papéis legais” coloca seus relacionamentos em questionamento. Isso fica claro com a observação entre parênteses, sugerido um “suposto” relacionamento, fato que impossibilitava a realização das conjugais.

Com a intenção de evitar que estas práticas pudessem acontecer algumas medidas foram adotadas, como esta: “Foi proibido pelo chefe

⁵² LIVRO DE OCORRÊNCIAS DO PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE – ALA FEMININA, 12 out. 2008.

⁵³ LIVRO DE OCORRÊNCIAS DO PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE – ALA FEMININA, 19 dez. 2003.

da segurança qualquer tipo de ‘patuá’⁵⁴ que não seja para esposa ou esposo. Sendo encontrado haverá punição”⁵⁵. Esta foi uma das medidas com a intenção de diminuir o contato entre os/as detentos/as evitando assim que solicitações para conjugais fora das normas acontecessem.

A sexualidade era regida por uma série de exigências que indicavam comportamentos a serem seguidos. Aquilo que fugisse a norma era repreendido e tornava-se passível a julgamentos. Principalmente, quando se tratava de mulheres rompendo com lógicas matrimoniais, de fidelidade, cuidado, atenção e afeto para com seus companheiros. A antropóloga Mirian Goldenberg, que a mais de 20 anos se dedica as discussões sobre a questão da fidelidade nos relacionamentos entre homens e mulheres, chama atenção para os problemas contidos na instituição do casamento. Ao dialogar com a filósofa Simone de Beauvoir e a clássica publicação feminista “O segundo Sexo”, a autora chama atenção para a “dissimetria e a dupla moral sexual que permite ao homem ‘trazer para seu leito escravas, concubinas, amantes e prostitutas’ enquanto a esposa ‘deve-lhe a virgindade e uma fidelidade rigorosa’”. (GOLDENBERG, 2013, p.14). Nas entrevistas em que realizou em suas pesquisas a autora constatou que “os homens se justificam por terem uma natureza propensa à infidelidade.”. (GOLDENBERG, 2013, p. 19). A traição masculina seria algo construído pelo patriarcado como “natural” fazendo com que homens justificassem suas traições e estas fossem mais toleradas pela sociedade.

Os discursos presentes nos Livros de Ocorrências refletem as subjetividades das agentes que faziam os registros e expunham suas opiniões e julgamentos em relação à sexualidade das mulheres, reproduzindo a moral sexual. Já em relação aos homens este comportamento parecia ser tolerado. Nesse sentido, me proponho aqui comparar alguns destes registros que revelavam a concepção diferenciada para homens e mulheres e sua sexualidade.

As visitas íntimas eram realizadas mediante a comprovação de união estável ou certidão de casamento. Sendo estas uma vez apresentadas, indicavam que estas pessoas estariam comprometidas e teoricamente não poderiam se relacionar com outras, como expressa o alerta da agente:

⁵⁴ Nome utilizado no presídio para se referir a bilhetes e cartinhas trocadas entre detentas e detentos.

⁵⁵ LIVRO DE OCORRÊNCIAS DO PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE – ALA FEMININA, 10 abr. 2004.

A reclusa M. cancelou a visita de S., pois o mesmo não tem vindo mais visitá-la. Porém eu já deixei claro para a mesma, que ela não poderá fazer conjugal com outra pessoa, pois sua pasta já está a documentação de união estável com o S.⁵⁶.

Neste caso, ela já havia apresentado um papel de união estável, fato que leva a crer que já existia um relacionamento. Cancelando este, pela ausência de visitas de seu companheiro, foi alertada pela agente que não poderia solicitar outro. Há uma espécie de aviso da agente para com a detenta, como se questionasse sua decisão. Convém lembrar que não seria aceito outro pedido de conjugal com outra pessoa, pois o papel da primeira união apresentada valia mais do que os sentimentos e as sensibilidades presentes neste contexto. O fato de não receber visitas do companheiro, alegado como motivo, não rompe com esta união, impossibilitando existir outros laços com outras pessoas, pois este relacionamento já estava engessado.

Esta que parecia ser uma regra fixa para uma mulher em condição de cárcere, parece encontrar fluidez quando se trata do ambiente masculino:

O detento D. casado com L. também presa neste ergástulo, possui em sua pasta: certidão de casamento com L. e escritura de união estável com R. Esses documentos certificam a bigamia de D. que quinta-feira recebia L. e aos sábados recebia a amante R. Conforme orientação do Cabo., a visita de R. foi cortada e o mesmo ficará 30 dias sem a visita da esposa L., até 27/02/2005.⁵⁷

Ao comparar estes dois casos é possível identificar as relações de gênero desiguais estabelecidas. No primeiro exemplo a mulher foi alertada, quando quis cancelar sua conjugal, que esta não teria direito de solicitar outra, pois já possuía um relacionamento. Enquanto no segundo exemplo, o homem recebia visitas de duas mulheres, mediante comprovação que indicava casamento e união estável. Este recebeu a punição de 30 dias e teve a visita da “amante” suspensa, como punição.

⁵⁶ LIVRO DE OCORRÊNCIAS DO PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE – ALA FEMININA, 7 out. 2007.

⁵⁷ LIVRO DE OCORRÊNCIAS DO PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE – ALA FEMININA, 27 jan. 2005.

Mas em nenhum momento houve julgamento sobre sua pessoa, personalidade ou postura. Este teve o direito de continuar com sua esposa – documento de certidão de casamento, e teve a sua outra relação com a “amante” cancelada – documento de união estável.

Não houve questionamento em relação às mulheres envolvidas. Seria uma a esposa e a outra a amante destruidora de lares? Ambas teriam conhecimento e consentimento desta relação? A esposa estaria de acordo em continuar o relacionamento? Faço aqui uma especulação, pois não obtenho respostas, mas julgo necessário pensar sobre elas tendo em vista a margem que o registro abre com palavras como esposa e amante, resolvendo a relação através de um respaldo documental e a ausência de questionamentos sobre o posicionamento do homem bigamo.

Imagino que não seria uma prática aceita e consentida deliberadamente no presídio, mas em algum momento foram consentidas ou burladas. Mas o que mais chama atenção nestes casos é como os julgamentos e distinções entre homens e mulheres aparecem nestes registros.

Nesse outro exemplo o homem cancelou sua visita, pois reatou com sua esposa: “A Assistente Social da Penitenciária R. comunicou que o detento V. cancelou a visita da detenta P., porque reatou com sua esposa”⁵⁸. Diferente do exemplo citado anteriormente, onde a mulher é alertada para o cancelamento da visita, neste o homem cancela e reata sua antiga união. Ele possui liberdade de escolha entre seus relacionamentos e não é emitida nenhuma opinião, julgamento ou advertência em relação a sua decisão.

Quando há registros sobre traição ou bigamia praticada pelos homens, eles não tinham suas ações e práticas sexuais questionadas, pois estas estavam dentro do que era considerado “natural” para um homem. Quando se trata de mulheres e as práticas sexuais há concepções diferentes. Se a mulher possui matrimônio ou união estável dentro ou fora do presídio, tem direito a visitas, mas alguns dos julgamentos descritos sugerem que as visitas acontecem por conta dos homens e suas necessidades sexuais. As mulheres possuírem desejos sexuais era algo que fugia daquilo que se esperava para uma mulher, ainda mais se estes se distanciassem dos ideais de matrimônio e monogamia. Quando este comportamento ocorria, a mulher passava a ser vista como a sedutora e causadora de confusões através do uso de seu sexo, sua sexualidade,

⁵⁸ LIVRO DE OCORRÊNCIAS DO PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE – ALA FEMININA, 10 jun. 2010.

suas artimanhas. Estas personagens começam a aparecer nos livros, fato que chama atenção, pois por mais que um comportamento seja estabelecido e esperado de uma mulher, não necessariamente estas se adequam a norma.

Por se tratar de um presídio misto, contendo alas masculinas e a Ala Feminina, há contato entre detentos e detentas no cotidiano. Há registros sobre trabalhos considerados masculinos realizados por detentos na Ala Feminina, como trocar chuveiros, transportar materiais pesados, desmontar e montar coisas. Assim como registros dos trabalhos realizados por mulheres, como atividades ligadas a limpeza ou cozinha. O que demonstra as marcas de gênero na divisão dos trabalhos. Mas o que quero chamar atenção neste momento é para a circulação de homens e mulheres pela instituição e contato entre estes. Fato que desperta preocupação entre as agentes: “Peço para que todas as agentes fiquem mais atentas às bolsas, levando e fechando e abrindo só na hora de entrar dando só 15 min. de tolerância para limpar e lavar a louça, pois o serviço não vem rendendo mais, e as detentas estão muito de fofoca com os homens de galáxia, e fora outros fatos que vamos averiguar.”⁵⁹.

Observo que novamente o comportamento das mulheres é visto como preocupante, além destas ganharem alguns adjetivos adicionais como “fofoqueiras”. O alerta sugere um cuidado maior, pois “outros fatos” estariam acontecendo. Que fatos seriam estes? Que outros fatos poderiam ser preocupantes entre estes homens e mulheres? Não há uma resposta específica para estas reticências deixadas nestas anotações, contudo outros registros apontam para os perigos destes contatos e as consequências destes. Muitas vezes o contato nem acontece diretamente entre os envolvidos, mas há algumas alternativas, como esta encontrada pela detenta: “Não permiti a visita da detenta P., pois a mesma levava uma carta escondida dentro da bíblia para arrumar conjugal para A.”⁶⁰. Neste caso uma das detentas utiliza da bíblia para levar uma carta para conseguir uma conjugal, destacando-se não somente pelos arranjos desenvolvidos entre as/os detentos/as, mas as formas utilizadas para tal prática. Neste caso ela utiliza a bíblia, um instrumento religioso, tido como livro incontestável entre os religiosos, e que pelo que tudo indicava seria um ótimo lugar para esconder algo.

As peças íntimas, que como o próprio nome sugere, são peças de roupas que não ficam em exposição pública, e por isso tornam-se

⁵⁹ LIVRO DE OCORRÊNCIAS DO PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE – ALA FEMININA, 27 jun. 2004.

⁶⁰ LIVRO DE OCORRÊNCIAS DO PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE – ALA FEMININA, 8 abr. 2005.

também um instrumento para transporte e circulação de diferentes materiais proibidos dentro do presídio. Como este outro exemplo indica:

A visita da Â. está cortada na próxima sexta-feira dia 24/10 para seu marido no seguro, pois a mesma trouxe 2 cartas para 2 reclusas da ala feminina para arranjar conjugal para elas. A mesma agiu de má fé escondendo as cartas na parte de trás do sutiã. Sugiro as demais agentes que mandem tirar toda a blusa e sutiã, pois as presas estão escondendo ‘coisas’.⁶¹

Tanto a bíblia quanto as peças íntimas são ressignificadas nestes contextos. Possivelmente, fora do presídio não seriam objetos de investigação tão minuciosa. Porém, neste contexto, aquilo que era íntimo é público e está sob vigilância e investigação da instituição. Esta vai investigar, punir e tomar providências para que estas práticas não continuem a acontecer. Em 2008, por exemplo, há a proibição da circulação de “patuás” pela instituição: “Por determinação do administrador e do chefe de segurança a partir desta data esta proibido as correspondências entre detentos da cadeia masculina com a ala feminina”.⁶²

Esta proibição inscrita nos registros em 2008 não quer dizer que a prática era aceita anteriormente, tendo em vista as análises anteriores que indicam as punições para as mulheres que trocaram “patuás”. Provavelmente foi uma especificação para enfatizar os cuidados que se deveria ter com estas práticas. Fato que não impediu que as circulações continuassem a acontecer das mais diferentes formas encontradas para obter comunicação:

Foi encontrado um bilhete enrolado a um desodorante no pátio perto da cozinha que possivelmente veio dos detentos. Depois foi visto a detenta L. conversando pela janela com os detentos que estavam no pátio. Os fatos foram todos informados ao diretor, agentes e policiais de plantão.⁶³

⁶¹ LIVRO DE OCORRÊNCIAS DO PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE – ALA FEMININA, 17 set. 2004.

⁶² LIVRO DE OCORRÊNCIAS DO PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE – ALA FEMININA, 4 abr. 2008.

⁶³ LIVRO DE OCORRÊNCIAS DO PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE – ALA FEMININA, 20 out. 2009.

Outro exemplo recorrente destes arranjos e contatos entre homens e mulheres na prisão são os contatos através das visitas. Não somente nos exemplos citados acima, quando uma mulher vai até as alas masculinas em sua visita e faz os contatos para aquelas/es que não tem, mas através de visitas vindas da rua. Há repetidos registros de familiares que veem da rua para realizar visitas na Ala Feminina e acabam se envolvendo com alguma detenta. Estes contatos são repreendidos e na maioria dos casos a responsável é a mulher detenta, que utilizou de suas armas de sedução, como o caso a seguir no qual a agente informa que: “Foi trocada a detenta M. para a Ala B, por que a mesma desrespeita a visita de algumas detentas e estava se insinuando para algumas visitas masculinas, o que provocou revolta na Ala A. Foi advertida e colocada na B”.⁶⁴ Neste caso a mulher foi trocada de ala, pois estava “se insinuando” para os maridos de suas companheiras. Fato que segundo as agentes despertou a “revolta” entre as outras mulheres.

Há mulheres que são marcadas por seus atos, indicados como impróprios, como se destas já pudesse esperar tal comportamento. São indicadas como verdadeiras ameaças para as visitas, para os internos e agentes da instituição. É o caso de Z. , que aparece várias vezes nos Livros de Ocorrências por questões ligadas a sua sexualidade. Analisando os envolvimento entre internas e visitantes, Z. aparece na seguinte situação transcrita: “Coloquei a Z. no castigo, pois estava namorando com a visita da D. e para não dar mais atritos no X gostaria que a mesma permanecesse lá até a 2ª ordem ou alguma atitude da direção”.⁶⁵ Neste caso, há o indicativo de envolvimento entre internas e visitas vindas da rua. Porém, não são aceitos, como fica claro na observação de que esta interna deveria ser punida.

Em relação à visita parece nada ter acontecido, pois um mês depois há um registro que sugere se tratar dos mesmos personagens, por apresentar semelhança nos nomes e situação parecida. O que muda é o envolvimento com outra detenta e não mais com Z. e a condução da história por parte da agente, que anota da seguinte forma: “Foi pego, quando entrei na cadeia pela parte da tarde, no X6 da reeducanda V. encontrei o irmão da reeducanda D. acariciando e beijando. Como não havia castigo disponível, só conversei e disse que se ele quer visitar a

⁶⁴ LIVRO DE OCORRÊNCIAS DO PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE – ALA FEMININA, 11 abr. 2008.

⁶⁵ LIVRO DE OCORRÊNCIAS DO PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE – ALA FEMININA, 5 set. 2004.

V., vai ter que fazer os papéis, caso contrário será cortado sua vinda a feminina”⁶⁶.

Neste caso, é oferecida a possibilidade de uma união estável, diferente do caso de Z. . Esta pode ter sido apenas uma condução diferente por parte das agentes de plantão, ou pode também estar relacionada à forma com que cada detenta é vista, como sua reputação é reconhecida na instituição. Digo isso, pensando no caso de Z. . Ao prosseguir com as análises do material, o nome de Z. tornou a repetir. No início do ano desta ocorrência, do envolvimento com a visita, esta aparece na seguinte situação:

Foi descoberto que a detenta Z. que saía para fazer conjugal com seu marido estava no X de outro detento, fazendo conjugal com este. Fica então cancelada sua visita ao marido. Como o castigo esta ocupado, pedimos as demais agentes que assim que o desocupem ela seja colocada. [...] A detenta M. apresentou um atestado médico, onde o médico atesta que a mesma tem problemas de saúde e necessita dormir em cama, por causa da umidade. Sendo assim, dei a cama que era da Z. para a M., já que a Z. só tem aprontado.⁶⁷

Ou seja, meses antes de Z. se envolver com uma visita, esta traiu seu marido com outro detento. Ela troca de “X” no dia da conjugal, segundo os registros, para se relacionar com um outro detento, que não era seu marido. Há várias especulações que podem ser feitas através deste registro em relação às concepções sobre matrimônio, monogamia e fidelidade, tendo em vista que estas são vistas de forma distinta entre homens e mulheres, como indicado em casos citados anteriormente. Afinal, esta é uma ação tolerada quando se tratam de homens e não de mulheres inseridas em um contexto matrimonial. Fato que leva a crer que a punição neste caso acontece por esta mulher ter se utilizado do mesmo dia de visitas de seu marido para obter conjugal com outro homem.

As mulheres são marcadas por estas ações e a punição vem não somente através do castigo – aqui me refiro à cela especial do castigo, mas através da reverberação do ato de punir, como fica claro no

⁶⁶LIVRO DE OCORRÊNCIAS DO PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE – ALA FEMININA, 28 out. 2004.

⁶⁷ LIVRO DE OCORRÊNCIAS DO PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE – ALA FEMININA, 2 e 8 mai. 2004.

momento em que Z. perde sua cama para outra detenta, com a justificativa que “esta só tem aprontado”. Neste momento o registro aponta para o histórico de Z. , pois, acredito que este “só tem aprontado”, não remetia apenas a sua ação do tempo presente, mas sim de seu histórico, tendo em vista registros anteriores a estes fatos.

No ano de 2003 Z. aparece novamente protagonizando práticas, consideradas indevidas, ligadas a sexualidade:

No dia 21/09 pela manhã as detentas Z. e A. foram para o seguro sem autorização para visitar P.L. e (Ge. - apelido) O., os mesmos tem suas esposas e no domingo é dia de conjugal. Quando soube do ocorrido, pois estava lá na frente, tirei as duas e coloquei de castigo.⁶⁸

Mais uma vez as mulheres são repreendidas pelos seus atos, enquanto para os homens é feita apenas a observação de que estes são casados. Estas mulheres desafiam as regras da instituição, não somente em relação às condições para se ter uma visita, mas desafiam os enlaces do matrimônio e por isso são punidas através do castigo.

O destino dos castigos é algo que se repete na vida de Z. , alguns meses depois. Desta vez Z. não se envolve diretamente com nenhum homem na instituição, mas utiliza-se de seu corpo. Segundo as agentes: “Horas depois da briga entre Z. e M., a detenta Z. chamou o agente J. e tira a blusa para mostrar os seios, e por esse desrespeito, a mesma deverá ficar mais tempo que a M. de castigo”.⁶⁹ O contexto leva a entender que houve uma briga entre as detentas e Z. , após a briga, mostra seus seios para um agente masculino. O agente aparece na história como um personagem aleatório, que sem motivos visualizou tal cena. Mas por qual motivo Z. mostrou seus seios para um agente? Seria esta uma forma de se indignar pela briga? Seria uma forma de chamar atenção para o que estava acontecendo? Estaria este agente envolvido na situação? Não há nenhuma informação que leve a algumas possíveis respostas e versões sobre o que houve, no entanto há o resultado da ação para Z. , que foi punida duplamente. Seu castigo foi acrescido de mais tempo pela atitude “desrespeitosa”.

⁶⁸ LIVRO DE OCORRÊNCIAS DO PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE – ALA FEMININA, 24 set. 2003.

⁶⁹ LIVRO DE OCORRÊNCIAS DO PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE – ALA FEMININA, 30 dez. 2003.

Dentro do contexto prisional mostrar o corpo, principalmente partes sexualizadas como os seios, muitas vezes está inserido em um contexto de protesto, resistência, uma forma de chamar a atenção. Até porque esta ação é reconhecida como algo “desrespeitoso”. Portanto, ser desrespeitosa vai contra aos princípios e esta é uma forma de resistir.

O último registro que obtive de Z. foi no ano de 2004, quando esta, após exibir seu corpo, visitar homens casados, trair seu marido e se envolver com visitas aparece na situação seguinte: “A detenta Z. refez a documentação de União Estável com seu marido V. . Porém ela só poderá receber visitas após o resultado do exame de HIV. E por determinação do da S. , ele é que virá até a ala feminina, para evitar que a Z. arrume confusão como já aconteceu anteriormente”.⁷⁰ Esta última aparição de Z. nos registros confirma minhas especulações iniciais sobre a construção da reputação de algumas mulheres com práticas sexuais fora da norma. Z. neste momento, ao resolver retornar ao matrimônio, tem o apoio da instituição, com a condição que esta seja esquadrinhada por uma avaliação médica que comprove sua saúde sexual, tendo em vista um histórico promíscuo. Não que estes procedimentos médicos não sejam necessários, mas a observação feita para Z. está relacionada a seu histórico, fazendo relação a sua vida promíscua. Além da observação para que a visita ocorresse na Ala Feminina, de forma a evitar que Z. pudesse retornar a sua antiga vida sexual desregrada, como enfatiza no comentário “para evitar que arrume confusão como já ocorreu anteriormente”. Por meio da análise destes documentos, tive acesso aos registros das agentes, estes marcados pelo discurso institucional e principalmente pelas subjetividades de quem fez o registro. Percebi que os julgamentos e punições ocorridas no cotidiano vão para além das leis e reforçam a produção de normas, contribuindo assim para a construção de normas e anormais (FOUCALT, 2009). Desta forma Z. , assim como outras que não correspondiam com as normas estabelecidas culturalmente para as mulheres, teve sua imagem construída como anormal ao longo de sua passagem pela instituição, muitas vezes tendo seus direitos violados por isso.

Os registros reforçavam normas de gênero e sexualidade através de julgamentos e punições estabelecidas pelas agentes. As mulheres casadas e que tinham suas práticas sexuais com seu companheiro, por exemplo, recebiam tratamento diferente daquelas que mantinham relacionamentos sem configurar matrimônio, aquelas que traíam seus

⁷⁰ LIVRO DE OCORRÊNCIAS DO PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE – ALA FEMININA, 12 nov. 2004.

companheiros ou que buscavam sexo através de arranjos para além dos papéis legais. Contudo, estas não são condições estáticas, há possibilidades de resistências, subversões, empoderamento destas mulheres. Foucault aponta para o poder de subjetivação, o poder do sujeito, que rompe com a ideia de sujeito controlado e assujeitado (FOUCAULT, 1985). Estas discussões vão ao encontro do movimento e teoria feminista, no sentido de empoderamento destas mulheres. É perceptível que diante deste controle por parte da instituição, dos/as agentes e de suas subjetividades impressas nestas anotações há também as resistências e o empoderamento destas mulheres, que através dos mais diferentes arranjos subvertiam as normas impostas.

Gênero e sexualidade se revelaram como discursos emergentes nestes registros. Mulheres através de suas práticas demonstravam que estas também possuíam desejos e reivindicavam o direito a terem práticas sexuais, seja esta dentro de uma união estável certificada pelos papéis exigidos ou nos mais diferentes arranjos estabelecidos. Contudo, estes registros analisados indicavam apenas práticas sexuais entre casais heterossexuais. Até porque a análise que fiz partiu dos registros sobre as conjugais, que segundo as regras do presídio reivindicam papéis que comprovassem o matrimônio ou a união estável entre estas pessoas e entre os anos de 2003, quando se inicia os registros da ala, até 2009 não existia nenhum relato que remetesse a visitas entre casais do mesmo sexo. Isso não quer dizer que as práticas homossexuais não aconteciam e emergiam da mesma forma em que se falava sobre as práticas heterossexuais. Da mesma forma com que notei que se falava sobre a sexualidade entre os heterossexuais se falava sobre as práticas homossexuais. Estas apareciam inicialmente reivindicando cuidado, pois nestes casos não se tratavam de mulheres que fugiam da norma por praticarem sexo com outros homens de forma indevida. Estas além de fugirem da norma por sentir desejos e reivindicar o sexo, faziam isso com pessoas do mesmo sexo. Desta forma, julguei necessário analisar estes registros.

3.3 A “CAÇA” AS LÉSBICAS

O Sgt. B. juntamente com o Cb. da S. estiveram no isolamento verificando o espaço e a maneira de tirar as presas lésbicas de dentro da cadeia e transferi-las ao X0, assim devendo ter direito a banho de sol durante a manhã, fechando elas dentro do pátio da cadeia sem a companhia das

outras reclusas, assim poderá manter a ordem e a disciplina (sem confirmação). Sgt. B. pediu a relação das presas lésbicas que são: [cita a relação de 7 nomes de mulheres]. Se houver mais alguma presa que seja lésbica e que não esteja relacionada acima favor informar ao Sgt. B. ou Cb. da S.⁷¹

Segundo a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT, em 17 de maio de 1990 a Organização Mundial da Saúde – OMS retirou a homossexualidade da classificação internacional de doenças⁷². Embora, 24 anos depois, ainda seja possível evidenciar psicólogos oferecendo a “Cura Gay”, pastores políticos ou políticos pastores condenando a prática, o uso do sufixo “ismo” (indicativo de doença) na palavra “homossexualismo” que ainda é usada, além de grupos declaradamente homofóbicos promoverem a violência. Desta forma não é estranho pensar que a situação transcrita no início do texto ocorreu no Presídio Regional de Joinville, no ano de 2005.

Nesta situação o administrador da instituição, diante de ocorrências sobre as “lésbicas” da Ala Feminina, resolveu criar uma medida de segurança que consistia em separá-las das demais, transferindo estas para um mesmo espaço. São registrados os nomes destas mulheres com a intenção de evidencia-las. Como se fossem portadoras de uma doença que pudesse causar uma epidemia na instituição. Certamente, não eram somente estas as mulheres que haviam tido alguma experiência afetiva e/ou sexual no cárcere com outra mulher, porém estas pareciam ser as hospedeiras da lesbianidade. A historiadora Tania Navarro-Swain ao discutir sobre a construção da representação da homossexualidade feminina, fala sobre a concepção da “homossexual inata”. Estas teriam as preferências sexuais “inscritas em seus genes” (NAVARRO-SWAIN, 2004, p. 55).

Deixa-las isoladas das demais seria uma forma de estabelecer controle sobre os corpos e contê-los. Assim a existência das lésbicas ficaria restrita, alheia do cotidiano da Ala Feminina. Além de evitar que pudessem contagiar as demais detentas, como demonstra o registro seguinte: “Foi trocada a detenta R. do X01 para o X05, pois a mesma já estava de caso com a V. . Para inibir a proliferação do Lesbianismo

⁷¹ LIVRO DE OCORRÊNCIAS DO PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE – ALA FEMININA, 5 jan. 2005.

⁷² Disponível em: <http://www.abglt.org.br/port/homofobia.php>. Acesso em 27/01/2015.

dentro da cadeia.”⁷³. Este registro foi feito, aproximadamente, dois meses depois da determinação do administrador para isolar as lésbicas e os nomes de R. e V. não constavam no levantamento de lésbicas feitos pelas agentes. O que reflete a política de controle adotada pelas agentes ao fiscalizar tais comportamentos e coibi-los.

Esta medida preventiva é intensificada durante o período de 2005 e 2006, por determinação deste administrador em específico. No entanto, estas medidas não são restritas ao período desta administração, em específico. Elas apenas se intensificam, tendo continuidade nos anos seguintes. Anteriormente, nos anos de 2003 e 2004, quando tem início os registros de ocorrências da Ala Feminina, já era perceptível registros de advertência e punição para as lésbicas que tivessem mau comportamento, ou seja, que manifestassem comportamentos lésbicos.

Esta é uma medida recorrente em instituições prisionais e se mostra como preocupação em alguns períodos da história em que ainda não existia a regulamentação da visita íntima, como expressa o jornalista Jorge Rizzini em seu livro “*O sexo nas prisões*” da década de 1970. O autor chamava atenção para os casos de pessoas que “se tornavam homossexuais” nos presídios, o que segundo o autor era um problema causado pela

abstinência sexual nos presídios. Resultado: onanismo e homossexualismo coletivo. E com uma agravante, que precisa ser considerada: é que os detentos, ao ganharem a liberdade trarão consigo o vício, e para sempre, o que representa uma temeridade, visto que ninguém poderá negar, cientificamente, que tal vício não aumente a periculosidade criminal (RIZZINI, 1976, p. 47).

A homossexualidade, para o autor, era vista primeiramente como uma doença e também comparada a um vício que poderia ser adquirido no presídio, devido à abstinência sexual. Uma vez este “adquirido” ele poderia continuar presente nestas pessoas quando estas saíssem do presídio, o que para Rizzini era a grande preocupação. Na década de 1970, a homossexualidade era considerada pela Organização Mundial da Saúde – OSM como uma doença. Além disso, estereótipos sexuais e morais associavam a homossexualidade a elementos como a violência, a promiscuidade, a pedofilia, entre outros comportamentos não aceitos

⁷³ LIVRO DE OCORRÊNCIAS DO PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE – ALA FEMININA, 3 mar. 2005.

pela sociedade. Quando a homossexualidade passa a ser vivenciada em um ambiente prisional, o vínculo com a violência aparece em vários momentos, e é uma condição evidenciada nos livros analisados da Ala Feminina.

Nos primeiros livros, referente ao ano de 2003, a homossexualidade aparecia nos registros de forma discreta, indicando incômodo com a postura de mulheres que se interessavam fisicamente ou afetivamente por outras mulheres. Nesse primeiro momento as observações concentram-se em uma personagem específica. Esta era K. , que aparece frequentemente nos registros ligada a confusões, a atitudes violentas e a comportamentos inaceitáveis. Este seria mais um dos casos registrados se não fosse elementos que esporadicamente indicassem sua homossexualidade.

O primeiro registro que encontrei indicando homossexualidade na instituição trazia a seguinte informação: “Devido a problemas no beçário envolvendo a K. , tirei a mesma, pois estava discutindo com a D. e dando indiretas (cantadas) para a J.. Coloquei a K. no X6.”⁷⁴. Neste caso foi transferida devido a problemas, não são somente por discutir com outra detenta, mas por dar “indiretas/cantadas”, indicando seu interesse por J. .

Dias depois, havia outros registros sobre a detenta indicando que esta continuava a agir de forma não aceita: “Troquei a K. do X6 para o X7 por 15 dias se a mesma não mudar só um castigo para a mesma.”⁷⁵. Os registros das agentes indicavam que a postura da detenta não era aceita e que esta deveria mudar. Mas mudar de que forma? Mudar sua sexualidade? Ao que indicava suas ocorrências de mau comportamento estavam ligadas também a sua sexualidade, o que se confirma em registros futuros.

Nem sempre havia a observação sobre sua sexualidade, mas após ter a informação sobre esta mulher estar entre as lésbicas do presídio, sua sexualidade parecia estar ligada ao seu mau comportamento. Como se fosse algo de se esperar de alguém, cuja sexualidade fugia a normalidade.

Seu caso em específico me chamou atenção, pois quando vi seu primeiro registro, lembrei de jornais que havia analisado anteriormente, sendo que uma das matérias, intitulada “*De orfanato para a cela do*

⁷⁴ LIVRO DE OCORRÊNCIAS DO PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE – ALA FEMININA, 11 nov. 2003).

⁷⁵ LIVRO DE OCORRÊNCIAS DO PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE – ALA FEMININA, 1 nov. 2003).

presídio”, fazia referência a K. . Um breve resumo, que transcrevo a seguir, apresentava a história de K. :

K. tem um passado sofrido e histórias tristes para contar. Abandonada pelos pais em um orfanato, ela foi adotada por três famílias. No Presídio Regional de Joinville, arranhou uma namorada e, depois que saiu, cometeu novo delito para encontrar a companheira. Numa das vezes que foi presa, em 2001, estava grávida de quatro meses. Quando estava próximo de dar a luz, sofreu um aborto. ‘Eu caí e a bolsa estourou. Pedi ajuda para as carcereiras e elas não deram bola. Depois de implorar ajuda é que fui para a maternidade, mas eu já tinha perdido a menina’ lamenta. A ex-detenta conta que os funcionários do presídio não acreditaram na sua história porque já havia fingido um aborto. [...] Sobre o romance que viveu dentro das grades com a homicida M. , condenada a 21 anos, fez pouco comentário. Conta que estava no sistema de albergue e ficou três dias sem comparecer ao presídio. ‘Tomei um porre e furtei duas calças para voltar’, acrescenta. O relacionamento foi interrompido por dois motivos. O primeiro por ter ganho a liberdade e mulheres não tem direito a visita íntima. O segundo por que M. foi transferida para Tijucas, no final do ano passado (SANTOS, 2003, p. 3).

A relação entre elementos como o abandono pelos pais e a vida em um orfanato seriam elementos responsáveis por K. ter se envolvido com a criminalidade. Como se o orfanato fosse o trampolim para a cadeia. Consequentemente, esta informação associada à sexualidade sugere a instabilidade de suas práticas sexuais. Quando associei a matéria de jornal aos registros feitos nos Livros de Ocorrência e percebi que se tratava da mesma pessoa passei a olhar com mais atenção para quando K. era citada. Esta possuía seu nome entre as lésbicas selecionadas como “problema” no presídio no ano de 2005, quando a caça as lésbicas é declarada.

Destaco a história de K. , pois esta é a primeira mulher que aparece nos livros de registros relacionada à homossexualidade. A mesma se destaca por não se condicionar as proibições e reivindicações para a mudança de seu comportamento. Pelo contrário, continua a

manifestar sua sexualidade. Em depoimento para o jornal, citado anteriormente, revela ter “tomado um porre” e “furtado duas calças” para retornar ao presídio e reencontrar sua namorada. O fato de existirem proibições declaradas na instituição, não quer dizer que estas práticas não aconteciam, mesmo correndo o risco de punição.

A homossexualidade aparecia em vários registros, seguida de julgamento, preocupações e punições. A forma de punir muitas vezes aparecia associada à possibilidade de romper com estas manifestações e quem sabe fazer com que estas práticas chegassem ao fim, como o registro seguinte: “Como não foi permitido o convívio de C. com J. que as duas resolveram se assumir. A detenta C. pediu para retornar para o castigo para ficar isolado, como achei justo coloquei até 2ª ordem ou providencias da direção.”⁷⁶ Ou seja, elas se assumiram e isso implicava em não dividirem o mesmo espaço, fato que não é aceito de forma passiva pelas detentas. No entanto, estas criam estratégias de resistência, subvertendo as normas e as ordens através de suas práticas, como os registros que dão continuidade a este relacionamento:

Coloquei a detenta J. no isolamento, pois flagrei a mesma desfilando somente de calcinha nos corredores gritando hinos evangélicos para chamar atenção dos PMS. As Demais presas relataram que a mesma tem feito isso diariamente e que ela não respeita nem as visitas. As próprias visitas vieram reclamar da falta de respeito, já que a mesma ficava se beijando e se agarrando com outras presas. É necessário coibir esse comportamento lesbiano para se manter a ordem e a disciplina, pedida pelas próprias presas que não concordam com esse tipo de comportamento.⁷⁷

Nesta ocorrência, fica registrada a interferência do posicionamento da agente, indo ao encontro da política seguida na instituição em relação a homossexuais, bem como impressões das agentes sobre comportamento que desagrada familiares e as outras detentas. Porém, o que mais chama a atenção é a forma com que a detenta subverte as normas. Ela mostra seu corpo ao mesmo tempo que “grita” hinos evangélicos. Ela rompe com a igreja, com o estado e com

⁷⁶ LIVRO DE OCORRÊNCIAS DO PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE – ALA FEMININA, 14 nov. 2004.

⁷⁷ LIVRO DE OCORRÊNCIAS DO PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE – ALA FEMININA, 18 dez. 2004.

as imposições normativas que regulam sua sexualidade. Lógico que a mesma foi julgada, punida e seu comportamento rendeu um castigo, contudo isso não invalida a subversão que a mesma causou ao romper com as normas estabelecidas, mostrando que estas não são fixas.

Assim como estas mulheres resistem e subvertem as normas estabelecidas, a instituição responde com reelaboração de regras, estabelecendo novas estratégias, medidas de controle e segurança para evitar a proliferação destes casos. A ocorrência transcrita abaixo ilustra esta tensão, que segundo os registros, é desencadeada pelo comportamento das lésbicas:

Foi trocada a detenta R. do X01 para o X05, pois a mesma já estava de caso com a V. Para inibir a proliferação do Lesbianismo dentro da cadeia. [...] Foi determinado para retirar todos os ‘quieto’, cortinas das jegas, sendo permitido apenas as cortinas das portas, que durante o dia devem permanecer abertas, sendo fechadas somente a noite.⁷⁸

Como não podiam se relacionar em público, por despertar a atenção das agentes, estas mulheres se relacionavam em seu ambiente privado. Dentro de suas “casinhas”, em suas “jegas” com os “quietos” fechados. Este seria um ambiente privado se não tratasse de uma prisão, onde os corpos, os espaços são esquadrinhados. Logo, a proibição do uso de quietos foi instituída, como uma política de prevenção para que estas mulheres não criassem estratégias para ficarem juntas e terem momentos de intimidade.

Estes registros aparecem durante os anos seguintes, mas é em 2009 que percebi alguns adendos que dão ideia de transformações, resultantes provavelmente de reivindicações de movimentos sociais, a abordagem da temática pela mídia e conseqüentemente as mudanças do campo jurídico. Destaque para as ocorrências seguintes, que continuam a reproduzir as medidas de precaução e os cuidados com as lésbicas, mas recebiam um adendo que se diferenciava dos demais registros feitos até então:

Devido há muitas reclamações por parte das visitas, que relataram ao diretor que as detentas

⁷⁸ LIVRO DE OCORRÊNCIAS DO PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE – ALA FEMININA, 3 mar. 2005.

estão com atitudes libidinosas, se beijando e fazendo carícias em atitudes de desrespeito na frente de crianças e familiares. Resolveu-se tirar todas as cortinas (quietos) de todas as camas, facilitando a visualização de toda a Ala. Foi avisado que autorização para visitas homossexuais somente com ordem judicial. Nesse caso, foi cortada a visita de M. para D., que não tiveram comportamento respeitoso no dia da visita, ficando somente 1 hora no parlatório com D., e somente no dia de hoje. [no mês seguinte há outro registro referente a este relacionamento e comportamento que transcrevo em seguida]. M. promoveu desordem e confusão na portaria desrespeitando os funcionários e demais visitantes. Gritando que não teria ninguém que a impedisse de entrar no presídio para visitar a D., já que era só ela ligar para o juiz.⁷⁹

A homossexualidade continuava não sendo aceita entre os registros e práticas de funcionários/as da instituição, pelo que indica as subjetividades contidas nestes registros. No entanto, aqui aparecem elementos novos que anteriormente não haviam aparecido. Há o registro de que visitas entre casais homossexuais aconteciam e que estas poderiam solicitar respaldo jurídico. Mas o grande destaque nesta ocorrência é a resistência e o empoderamento destas mulheres, neste momento, dialogando e acionando o campo jurídico. Provavelmente, esta não era uma reivindicação e exposição coletiva, não foram todas contempladas e o preconceito continuou e continua reverberando, mas houve a possibilidade e mecanismos de acionar outros meios de resistência.

No ano de 2013, ao entrevistar estas mulheres em condição de cárcere que possuíam relacionamentos, práticas afetivas e sexuais com outras mulheres, percebi não somente a emergência dos discursos sobre a homossexualidade, mas uma forma diferente de falar sobre. Tinham mulheres que recebiam visitas íntimas de suas companheiras que estavam fora da instituição, mulheres que possuíam união estável com suas companheiras de cela, mulheres que gostavam de mulheres e se relacionavam livremente.

⁷⁹ LIVRO DE OCORRÊNCIAS DO PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE – ALA FEMININA, 13 mar. 2009 e 10 abr. 2009.

Ao longo destes dez anos (2003-2013) aconteceu uma série de transformações, como discuti no início deste capítulo. Seja na visibilidade que o movimento LGBT alcançou, a “explosão discursiva” evidenciada nos meios de comunicação e conseqüentemente a reformulação de leis e a incorporação de resoluções que passaram a oferecer direitos jurídicos para a população LGBT. A Ala Feminina não se manteve alheia a estas discussões e isso é evidenciado através destes discursos que vão mudando ao longo dos anos apontando para algumas permanências, mas principalmente rupturas. Através destas rupturas foi possível evidenciar no ano de 2013 a emergência de narrativas que apontavam para as mais diferentes experiências afetivas e/ou sexuais entre mulheres na Ala Feminina do PRJ.

4 CAPÍTULO 3 – (C)ELAS: POSSIBILIDADES DE DESCONSTRUÇÕES DE NORMATIVAS DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Neste Capítulo procurei apresentar as narrativas das oito mulheres que entrevistei na Ala Feminina do Presídio Regional de Joinville, a fim de problematizá-las no sentido de compreender em que ponto estas podiam enunciar novos discursos sobre gênero e sexualidade. Em comum, todas estas mulheres tinham as experiências afetivas e/o sexuais com mulheres. Algumas sempre se viram desta forma, outras no presídio passaram a se permitir a vivenciar estas experiências. No presídio, sentiram-se confortáveis para vivenciar diferentes possibilidades de ser. Seja em relação aos seus papéis de gênero, sua sexualidade ou sua identidade. Esta fluidez de corpos e suas ações denunciava a construção cultural de nosso sexo, gênero e sexualidade, mostrando que estas diferentes experiências vivenciadas no presídio possibilitaria desconstruções neste sistema de verdades sobre o gênero e a sexualidade.

O capítulo está metodologicamente dividido em dois subtítulos. Neste primeiro, “Um mundo de mulheres e possibilidades” procurei organizar as narrativas de A., B., D., O. e V., mulheres consideradas e que se consideram como femininas e que em grande maioria tiveram sua primeira experiência afetiva e sexual com mulheres somente no presídio. No segundo subtítulo, “Os paizinhos e a masculinidade”, organizei as narrativas de G., Ga., que são mulheres e M., um transhomem, consideradas como mulheres masculinizadas, ou os “homens” do presídio, como algumas entrevistadas se referiram. Estas/es estão em minoria no presídio. No momento em que realizei a entrevista tinham aproximadamente quatro paizinhos. Estes têm em comum a masculinidade como característica desde a infância e sempre tiveram experiências afetivas e sexuais somente com mulheres.

4.1 UM MUNDO DE MULHERES E POSSIBILIDADES

A demarcação dos espaços é uma constante no universo das instituições fechadas, onde o estar “dentro” sempre esteve em relação ao estar “fora” (GOFFMAN, 2005), delimitando assim os espaços da instituição e da sociedade, respectivamente. Ao longo das entrevistas foi uma constante nas narrativas esta relação dicotômica entre estes espaços que se apresentam como dois mundos distintos. Digo isso tendo em vista a forma com que muitas delas se referiam a Ala Feminina do presídio,

chamada por elas de “mundo de mulheres”, em oposição ao mundo externo. Este, por sua vez, marcado pelos homens e suas leis.

Assim como nos livros e filmes de ficção científica, ir para o presídio é para estas mulheres como deixar o mundo que sempre viveram para habitar um outro mundo. Um novo mundo composto de novos regimentos, diferentes daqueles que regem nossa sociedade. É claro que esta é uma visão metafórica para falar deste espaço que coexiste em uma mesma sociedade. Diferente de alguns teóricos, como Goffman, que em vários momentos se refere às instituições fechadas como uma sociedade à parte, na qual a/o interno/a passa por um processo de “aculturação”, não vejo o presídio como uma sociedade à parte. O presídio faz parte da mesma sociedade que o criou, assim como as pessoas que habitam o presídio fazem parte desta sociedade. Não existe um tipo de criminoso/a, tratam-se de pessoas como todas as outras, que por algum motivo desrespeitaram as normas de convívio em sociedade e se encontram nesta instituição.

No presídio, há pessoas que todos os dias entram e saem, incluindo detentas que estão no semi-aberto. Além de televisões e não há como negar a existência de tecnologias como os telefones e acesso à internet, que apesar de proibidos estão presentes nas instituições do país. Sendo assim, não há como dizer que estas instituições estão isoladas constituindo uma sociedade à parte. Trata-se de uma mesma sociedade. No entanto, compreendo quando estas mulheres estabelecem esta relação entre seu mundo de presidiárias em relação ao mundo externo, tendo em vista que estas criam novas organizações em seu cotidiano em relação ao ambiente em que vivem.

Ainda em diálogo com Erving Goffman, penso nestas novas organizações. Segundo o autor, a instituição total causa para os internos a “[...] ruptura inicial profunda com os papéis anteriores e uma avaliação da perda de papel. [...] o internado descobre que perdeu alguns dos papéis em virtude da barreira que o separa do mundo externo.”. (GOFFMAN, 2005, p.24). Há, de fato, a ruptura com alguns papéis, considerando um aprisionamento em regime fechado. Ao serem presas, muitas das mulheres com filhos, por exemplo, se distanciam da maternidade e de seu papel social como mãe, pois não podem acompanhar seus filhos/as cotidianamente. Este papel muitas vezes é assumido por alguma outra pessoa da família. Assim como o papel social de dona de casa e esposa. Foram utilizados exemplos relacionados ao matrimônio e maternidade tendo em vista a imposição destes como papéis sociais como naturais para as mulheres. Eram exemplos comuns

entre as entrevistadas ao falarem de certos papéis sociais e sua ruptura após serem presas.

A perda de alguns papéis sociais, que pode ser vista como uma consequência ruim das instituições, pode ser entendida, neste caso, como abertura para outras possibilidades e vivências de outros papéis. Se há uma ruptura com papéis anteriores, não poderia existir uma brecha para a (des)construção de papéis? Para muitas destas mulheres, foi neste mundo à parte, constituído de mulheres que puderam vivenciar certas experiências, que puderam assumir outros papéis sociais e identidades de gênero. Fato que fez com que a vivência neste mundo de mulheres revelasse um universo de muitas possibilidades.

Ao longo dos capítulos anteriores, entrou em pauta o momento em que quando as mulheres presas na Ala Feminina do Presídio Regional de Joinville passaram a se empoderar através do negócio do tráfico de drogas, estabelecendo redes de mulheres que muitas vezes dispensam a figura dos homens. Foram destacadas também, as experiências e relacionamentos amorosos/sexuais entre mulheres que aconteciam livremente na ala. O fato é que muitos destes posicionamentos e vivências nem sempre foram assim na vida destas mulheres. Muitas destas se deram conta disso e passaram a se posicionar se empoderando das situações somente dentro do presídio, somente neste “mundo de mulheres”. Por mais que a ala esteja inserida dentro de um espaço que abriga o presídio masculino, dirigido por um diretor homem, possua muitos agentes e policiais homens que circulam pela instituição, ao fechar da “tranca”, um mundo longe dos homens e de suas leis é compartilhado por estas mulheres que vivem na Ala Feminina. Um mundo de mulheres e diferentes possibilidades, vivenciadas para muitas apenas no presídio justamente por existir uma nova organização afastada dos códigos sociais.

No presídio, muitas adotam posturas de liderança, poder, relacionam-se afetivamente e sexualmente com outras mulheres, se permitem vivenciar situações que fora do presídio jamais vivenciariam e são estas experiências, estas diversas possibilidades de ser outra ou de ter outra vida que pretendo analisar neste capítulo. Para isso, adotei metodologicamente uma divisão entre as mulheres entrevistadas e neste primeiro tópico do capítulo resolvi trabalhar com as mulheres que se consideravam e eram consideradas como mulheres, femininas, cisgênero⁸⁰ e que em algum momento se permitiram relacionar-se com

⁸⁰ Pessoas que se identificam com o gênero designado em seu nascimento. Seria a concordância entre identidade de gênero e sexo biológico.

outra mulher. Cinco, das oito mulheres entrevistadas, estavam inseridas dentro destas características. Para melhor compreender suas histórias e facilitar a conexão entre elas, é apresentado, no próximo item, um breve resumo das narrativas compostas oralmente por elas sobre si mesmas.

4.1.1 – A história de A.

Quando A., mulher branca de 24 anos deu entrada no presídio para cumprir sua pena de aproximadamente 12 anos por tráfico de drogas, considerava-se uma mulher “super hétero”, como enfatizou no momento da entrevista: “É, na rua assim, eu era hétero, totalmente hétero, me considerava super hétero né.” (A.N.S.F.O., 2013). Casada sempre com homens, mãe de 2 filhos, jamais teria pensado em se relacionar homoafetivamente com uma mulher, tendo em vista todo seu histórico de envolvimento com homens e manifestações de desejo pelo sexo oposto. Foi casada/amigada com seu primeiro marido aos 14 anos, quando teve seu primeiro filho. O relacionamento durou aproximadamente um ano. Depois conheceu no Hotel que trabalhava um homem austríaco com quem passou a se relacionar e foi morar junto na Áustria.

Enquanto estava com este homem teve experiências sexuais com mulheres atendendo pedidos de seu companheiro que tinha fetiches em ver duas mulheres transando junto com ele. Quando lembra deste momento diz que as mulheres eram muito bonitas e femininas, mas que não despertavam nenhum desejo ou interesse sexual nela. Seu prazer era ver a satisfação do companheiro. Essa prática se repetiu várias vezes e, mesmo assim, ela continuava se identificando como heterossexual, pois não existia identificação. Interessante nesse caso que ela desconstrói a ideia da prática sexual ligada à identidade. Como o exemplo dos HSH (homens que fazem sexo com outros homens), que mesmo tendo a prática sexual com outros homens não se identificam como homossexuais ou bissexuais.

Este relacionamento que tinha com este homem terminou, segundo ela, pois não pôde levar seu filho junto e a distância fez com que o relacionamento terminasse. Logo após este relacionamento, conheceu um outro homem com quem se envolveu por aproximadamente um ano e meio e teve seu segundo filho. O relacionamento também chegou ao fim. Após esses envolvimento, conheceu o homem com quem passou a se envolver e foi a porta de entrada para o crime. No presídio continuou casada com este homem, fazia visitas regulares até resolver dar um basta que foi possível graças a

transferência deste para outra unidade prisional, pois ele não aceitava muito bem o término. Disse que mesmo depois da transferência chegavam cartas e mais cartas dele para ela. Foi nesse momento que uma nova e inesperada situação aconteceu em sua vida. Foi quando pela primeira vez se viu sentindo interesse por uma pessoa do mesmo sexo, coisa que nunca antes tinha sentido.

Logo que chegou ao presídio se deparou com situações atípicas que nunca tinha se deparado, relembra:

[...] quando entrei aqui, que comecei a ter uma noção assim, de muitos casais. Porque aqui dentro é um choque. Você sabe na rua né, que tem mulheres, mas você não vê. E aqui é totalmente, é um mundo só de mulheres. Elas se beijam se abraçam na tua frente. Tudo como se fosse totalmente normal. Elas né, tem relações sexuais bem diversificadas, uma com a outra, depois, já não querem mais. Amanhã com a outra, tudo muito natural. E aí quando você não tá acostumado a ver aquilo tão assim, tão nítido, tão vivo, assim na tua frente você se choca. Não foi um assim, de né, o meu psicológico, a minha opinião, não né. Mas eu fiquei chocada de ter mulheres parecidas com homens, desde tudo, não era só a roupa. Era a maneira de se comportar, de falar, de se cumprimentar. É não tem o que dizer. E aí você ali no meio de um monte de homem, um monte de mulher, você começa a enxergar dois, três, quatro homens.?. (A.N.S.F.O., 2013).

Neste Mundo de mulheres A. percebeu que outras formas de amor, outros arranjos afetivos eram possíveis e que muitas das mulheres que ali viviam se permitiam vivenciar tais experiências. Segundo A. ela sabia que estas práticas aconteciam fora do presídio também, mas que naquele mundo de mulheres tudo se tornava muito mais evidente e encarado com naturalidade. Muito diferente do mundo externo no qual estas relações são disfarçadas, maquiadas por não serem tão bem aceitas nos espaços públicos. Além de ficar impressionada com estas relações, o que mais chamou a atenção dela foram as mulheres masculinizadas, os paizinhos. Diz ter ficado impressionada com o fato destes conviverem junto das demais mulheres, pois enxergava nestes figuras masculinas em meio ao mundo das mulheres. Não se tratavam de mulheres somente vestidas com roupas masculinas, mas de mulheres com características

masculinizadas que estavam para além da estética. De certa forma, isso despertou curiosidade em A. que logo passou a receber muitas investidas por parte dos paizinhos, como as de G., que atualmente é sua companheira.

Relembra que, a princípio, achava interessante ser cortejada pelos paizinhos e principalmente pela figura de G., mas levava tudo na brincadeira. Afinal, achava que os paizinhos eram “extraterrestres”, como disse em entrevista, pois um paizinho não era somente um homem, mas também não era uma mulher, era alguma coisa para além do modelo binário e por isso causava tanto estranhamento. Aos poucos percebeu que sentia algo a mais por G., mas nesse momento começou sua briga interna e conflito em relação a sua sexualidade, pois segundo ela vivia:

[...] uma luta com teu próprio psicológico, sabe? Porque eu via nela um menino, via um menino nela, gostava de conversar com ela, né e me sentia atraída por essa imagem. Só que quando vinha a ficha de 'não, é uma menina, é uma mulher', aí dava aquele conflito de... sabe? Se eu chega a ter alguma coisa com ela, não vou tá assumindo pra todo mundo que eu tô com um rapaz, eu vou tá assumindo pra todo mundo que eu estou com uma mulher, né. Porque todo mundo sabe que ela é uma mulher. [...] Aí essa ideia de 'não vai ser uma coisa, não vou estar com ela pra alimentar o apetite sexual de uma outra pessoa, de um homem', é uma coisa só eu e ela. E essa outra... Esse terceiro que tem que tá ali no meio. Sempre tinha um terceiro entre eu e essa outra mulher, né. Onde tá assim, esse terceiro, vai ficando uma coisa muito estranha e inimaginável, não tem como, sabe? (A.N.S.F.O., 2013).

Esta luta de A. reflete aquilo que todas/os que não se encaixam nos padrões heteronormativos impostos socialmente sentem. Se posicionar fora da norma é abrir margem para questionamentos, negação, preconceito, até mesmo tratando-se de um mundo de mulheres. Possivelmente, quantas pessoas no mundo, ao longo da história, perceberam-se nesta mesma posição que A., mas trataram de ignorar, desconsiderar, ou interpretar de uma outra forma. É possível que, de um modo utópico, se estes códigos e imposições não existissem, as pessoas

simplesmente se interessariam por pessoas, independente do sexo ou identidade de gênero delas. Percebam que a maior briga de A. para consigo mesma era quando lembrava que G. nunca seria um menino, pois apesar de todas suas características masculinizadas era biologicamente uma mulher.

Tanto que A. não excluía a possibilidade de se relacionar com G., conta que como resposta para as investidas dizia: “‘tá, tá bom, o dia que tu virar menino, eu caso né’.” (A.N.S.F.O., 2013). Não excluía, mas também não aceitava a situação. Se G. fosse o que fosse, como fosse, mas com a diferença de reconhecimento perante a sociedade, recebendo título de homem para A. seria o necessário, pois assim não teria que se colocar em uma situação anormal. Assumir que estava com G. era declarar sua homossexualidade, era declarar que gostava de uma mulher. Se G. fosse menino não estariam “desviando da normalidade”.

Apesar disso, A. resolveu se permitir vivenciar aquilo que sentia por G. e assumir isso para o presídio. Estar no presídio foi fator decisivo para vivenciar aquilo que sentia e se permitir entrar nesse relacionamento, pois, como ela mesmo disse, neste mundo de mulheres viu muitos outros casos de relacionamentos entre mulheres vivenciados com naturalidade. No momento da entrevista, fazia 2 anos que A. estava casada com G., através de uma união estável que fizeram no presídio com o consentimento da direção para que pudessem morar no mesmo X., tendo em vista que no início do relacionamento elas moravam em X separados. Com a convivência cotidiana, A. foi percebendo cada vez mais que não estava casada com um homem e nem com uma mulher. Estava casada com G. que, ao mesmo tempo que usava cuecas e cabelo curto, chorava, menstruava e agia de forma cuidadosa. O que em seus outros relacionamentos com homens não eram características presentes. Para além de categorias, o que realmente importava no cotidiano destas pessoas era a cumplicidade e o amor.

Aos poucos, A. passou a ficar confortável com aquela figura que anteriormente lhe despertava receio por se tratar de uma “coisa meio homem, meio mulher”, como havia mencionado ao longo da entrevista. Achava G. “extraterrestre”, por não ser definitivamente um homem ou mulher. Ou seja, se esta não se enquadrava dentro dos padrões binários ela não seria um ser deste planeta. Com a convivência, passou a considerar a condição que a companheira assumia como algo interessante. Destaca:

E aí tudo foi sendo assim... engraçado. Ao mesmo tempo diferente, sabe? Você tava com uma

pessoa... era mais assim... era tudo junto, sabe? É uma parceira, tanto sexual, quanto uma parceira do cotidiano, né. Porque era a primeira vez... até hoje eu brinco com ela, né. É a primeira vez que eu tô casada com alguém que usa absorvente junto comigo. Até hoje eu falo isso pra ela. E era muito hilário isso, sabe? Era muito hilário, mesmo. Dela dizer pra mim... tinha dias que eu tava meio chata, ela dizer: "Ah, amanhã você vai ficar menstruada". Eu dizia: 'Capaz, eu sei do meu ciclo e não tá, tá muito longe'. E eu amanhecia menstruada. Porque ela sabia, ela já conhecia as coisas melhor do que eu, sabe?'. Melhor do que eu... E aí foi ficando coisas que a minha melhor amiga tinha, de me conhecer, ela foi pegando. Porque é uma mulher também. E é um vínculo que com homem você nunca vai ter isso. Nunca você vai ter isso, sabe? De você dizer: 'Ai, não tô bem, não tô legal, tô com dor de cabeça' e a pessoa vir com remédio, com café na cama... É coisa que homem é muito raro fazer, sabe? Aquela feminina, aquele cuidado feminino com outra pessoa. Então o mesmo cuidado que a gente dá pro homem, que a gente bate tanto o pé que quer de volta só que né, quase nunca volta, vinha automático, sem você precisar pedir nada. Porque são duas mulheres, o mesmo carinho que eu tenho com ela, ela tem comigo, sabe? E aí a coisa foi andando. Foi andando, eu fui me acostumando com ela, né. (A.N.S.F.O., 2013).

É interessante que foi a estética masculina, o comportamento masculinizado e a posição de ativa nas conquistas e flertes que fez A. se interessar por G., até mesmo porque ela havia constituído sua sexualidade de forma heterossexual e ensinada assim ao longo da vida a se identificar com características consideradas masculinas. Mas no cotidiano, como casal, o que mais chamou atenção de A. foram as características femininas de sua companheira como cuidado, compreensão, carinho e amizade, características que, segundo ela, jamais encontra em homens. Estas características comportamentais em nada estão relacionadas ao biológico, mas levando em conta o padrão binário de gênero aceito socialmente, ao longo da vida as pessoas recebem uma série de imposições de como devem ser, das

características esperadas para um homem e uma mulher. É aquilo que Judith Butler considera como a nossa performance inicial (BUTLER, 2003), que recebemos a partir do momento que um exame de ultrassom identifica um pênis ou uma vagina no feto em formação. Nesse momento, mundos rosas e azuis são construídos e depositados no feto, cravando naquela carne o gênero e as características esperadas deste.

Isso não quer dizer que mulheres não possam assumir características consideradas masculinas ou que homens não possam assumir características consideradas femininas e isso não necessariamente implica em homossexualidade ou transexualidade. Todas estas características são adquiridas culturalmente ao longo da vida, porém é mais comum encontrar homens masculinos e mulheres femininas, pois isto é imposto antes mesmo destas pessoas chegarem ao mundo.

Ao longo da vida, A. somente tinha se relacionado com homens dentro dos padrões masculinos, homens que tinham comportamento machista, que para ela era aquele o comportamento esperado de um homem. Quando passou a se relacionar com uma pessoa que possuía características físicas masculinas, mas que se comportava de modo feminino foi quando percebeu que poderia se relacionar de igual para igual com alguém, sem hierarquias ou diferença. Esta é uma fala recorrente para as mulheres que se viam como heterossexuais e que passam a se relacionar com mulheres. Estas dizem sentir carinho, cuidado, companheirismo, amizade, entre outras características positivas que não encontravam nos relacionamentos que tiveram com homens.

No presídio, as duas dividem a mesma cela e a mesma cama. Compartilham suas vidas juntas. Ambas trabalham no presídio e na “casinha”, como A. se refere à cela, onde dividem as funções. Porém, A. se diz mais cuidadosa para estas atividades domésticas se comparada à companheira. Em relação à maternidade, diz que a companheira leva jeito com crianças.

Apesar deste ter sido o relacionamento mais interessante de A., justamente pela cumplicidade que encontrou com G., na eminência de ganhar sua liberdade condicional, começavam a surgir dúvidas sobre a continuidade do relacionamento para além do presídio. No momento em que fiz a entrevista as duas tinham acabado de passar por um final de semana um tanto turbulento, pois discutiam sobre a continuidade do relacionamento. A princípio, a única que tinha dúvidas sobre a continuidade era A., pois esta teria que sair do armário para além da comunidade do presídio. Para G. isso não faria diferença nenhuma, pois

G. já era assumida desde a infância, pois desde esta época tinha que lidar com seus marcadores masculinizados e interesse pelo mesmo sexo.

Enquanto estão no presídio, muitas se permitem ficar com mulheres, namorar e até mesmo casar e constituir famílias, independente do sexo ou gênero que a companheira pertence. Porém, conforme o tempo de cadeia passa e o cumprimento da pena em regime fechado chega ao fim, as lembranças dos padrões de se viver em sociedade emergem na vida destas mulheres, fazendo com que questionem seus relacionamentos e a continuidade deles. A explicação é que, para que a relação tenha continuidade fora do presídio, implicaria na 'saída do armário' e na exposição da relação para familiares, amigos e sociedade de forma geral. O que para as mulheres que sempre foram vistas como heterossexuais significa desconstruir todo o sistema de sexo/gênero/desejo que estavam inseridas.

Ao conversar com A. percebi muita incerteza em relação a exposição de seu relacionamento fora do presídio, apesar de sua mãe e irmã já terem conhecimento, contudo este não implica em reconhecimento. Para a família de A. esta é uma fase de cadeia, reforçando aquela ideia do presídio como um “não lugar” e por isso possibilita que as pessoas tenham comportamentos não considerados como “normais”. Muitos relacionamentos acabam seguindo esta lógica, até mesmo como forma de se defender das ações vivenciadas. Segundo A., “99% leva como uma experiência, como se diz, um amor de cadeia né, acontece aqui uma experiência e morre aqui, experiência, rotatividade e só sabe. Pra conhecer pra experimentar”. (A.N.S.F.O., 2013). Ou seja, por mais que a experiência tenha sido vivenciada no presídio, perante a sociedade o que ocorreu lá morreu lá, garantindo assim que a heterossexualidade destas mulheres seja preservada. O amor aconteceu até o momento em que estas alcançaram a liberdade e puderam retornar para o convívio em sociedade. Retornando para uma sociedade onde este tipo de relação ainda encontra as barreiras do preconceito, automaticamente as relações se dissolvem e aquilo que aconteceu no presídio ficou no presídio.

Contudo, é complicado estabelecer esta relação dicotômica entre o “dentro” e “fora” do presídio, como se tudo que acontecesse lá dentro não estivesse em contato com o ambiente externo e vice-versa. Todos os dias são inúmeros os/as funcionários/as, as/os visitantes, as/os advogados/as, entre tantas outras pessoas que circulam livremente entre o espaço fechado e o externo todos os dias. Levando e trazendo informações, construindo relações e emitindo opiniões. Estas relações de certa forma rompem com a concepção de isolamento das instituições,

mas ao mesmo tempo elas constroem fronteiras simbólicas que relembram os limites entre o mundo interno e externo. Quando perguntei a A., por exemplo, qual seria a diferença para ela em continuar sua união de dois anos com G. fora do presídio, tendo em vista que elas já possuíam papéis de união estável e boa parte da família já sabia, ou seja, não seria novidade o relacionamento, ela me respondeu:

O mundo que tá ao redor da gente. Porque aqui é totalmente comum, totalmente normal. [...] Mas não precisa nem eu sair no mundo lá fora, ali mesmo na administração, quando eu comecei a trabalhar, que eu falava, ‘- ah minha mulher que tá passando ali na janela agora!’. Ali mesmo as pessoas já estranhavam, não demonstram o preconceito mas ‘- o que?’, ‘- ah, tu é casada com uma mulher’. Não preciso sair do presídio pra ter o contato, as próprias pessoas que não são presas, que trabalham na administração já têm esse espanto, imagina o mundo inteiro lá. Aqui ainda né, pessoa se espanta ali na frente você se refugia de volta no teu mundo onde tudo é normal aqui dentro. E lá fora não vai ter esse refugio, lá fora todo mundo é né, vai ser essa selva de pedra e não vai ter onde correr né. (A.N.S.F.O., 2013).

Através da fala de A. é possível identificar esta fronteira simbólica que separa o mundo do presídio e o mundo fora dele, as pessoas do presídio e as pessoas fora dele, assim como as leis do presídio e para além dele. O relacionamento das duas, apesar de todo o reconhecimento dentro do presídio, fora dele correria o risco de não ter validade alguma. Enquanto ele acontece no presídio é até tolerado e considerado como “um amor de cadeia”, porém levar este para fora da cadeia é infringir a fronteira entre os mundos, seus habitantes e códigos sociais. Interessante que para vivenciar tal conflito entre os mundos, A. não precisou sair do presídio, pois como discuti anteriormente estes dois mundos em certos momentos interagem, se comunicam, sem que as pessoas precisem sair para além dos muros da prisão.

Esta situação se faz perceptível no momento em que A. fala sobre a reação dos/as funcionários/as do presídio quando ela contou sobre seu relacionamento. Ali ela disse ter tido a prova do que esperava ela fora, pois ali estava uma pequena amostragem do mundo para além dos portões da prisão. Desta forma, concluí que assumir o

relacionamento ao sair do presídio seria lidar não somente com algumas pessoas de seu convívio, mas com todo este outro mundo, cheio de pessoas e códigos sociais. Teria que lidar com um mundo heterossexual e sexista, no qual, segundo ela, não existiria outros mundos, outro refúgio para recorrer. No presídio, ela podia sempre recorrer ao seu mundo particular de mulheres, onde estar com outra mulher não seria motivo para ser considerada estranha ou anormal; afinal, como a mesma diz, “tudo é normal aqui dentro”.

Estes questionamentos implicam, quase sempre, nas crises dos relacionamentos das mulheres da Ala Feminina e muitas vezes têm como consequência o fim destes. Triste que estes terminam, não porque o sentimento destas mulheres chegou ao fim, mas porque estas se sentem forçadas a romperem a relação do presídio com medo do mundo para além das celas, no qual terão que assumir sua condição de mulher, ex-presidiária e “nova lésbica”. O que para um mundo heteronormativo e sexista como o nosso não é uma das tarefas mais fáceis.

Em contraposição ao medo deste mundo preconceituoso que terão que lidar, estas mulheres também vêm acompanhando as transformações ocorridas na sociedade em relação às leis, ao movimento social, a abordagem da mídia em relação a homossexualidade, como discutido no capítulo anterior. A partir do momento em que elas se veem nestes casos, há um movimento de empatia, de se reconhecer nos pares, encorajando planos de continuidade destas relações para além do presídio. Como no caso de A. e G. que, apesar de todas as discussões sobre possíveis términos, já se viam fazendo planos para a continuidade do relacionamento. Dentre estes planos identifiquei muitas estratégias criadas por elas para vivenciarem seu relacionamento fora do presídio, principalmente por A. que nunca tinha se relacionado com mulheres, fato que implicaria em uma relação diferente, pois esta sempre vivenciou o mundo como uma pessoa heterossexual. Diferente de G. que, desde criança, trazia marcadores e preferências que denunciavam sua orientação sexual. Este era um ponto que incomodava A., pois as pessoas claramente identificam G. como uma mulher que gosta de mulheres, principalmente pela sua estética masculinizada. Desta forma, a primeira estratégia que ambas desenvolveram foi em relação à transformação da estética de G., como conta A.:

A gente conversou bastante sobre isso agora, né, que na rua, pra ela tentar se vestir um pouco mais feminina, que vai ser mais fácil as pessoas me verem andando com uma outra mulher, do que

com uma mulher vestida de homem né, vai ser mais difícil. E ela aceitou numa boa. Ela é super, sabe, é, eclética. Pra ela se vestindo de menina tá bom, se ela acha que também, tem que mudar um pouco o visual dela também tá tudo certo sabe. Pra mim, eu me acostumo com ela tanto vestida de homem quanto de mulher agora né, e ela também se acostuma de ambos os jeitos. (A.N.S.F.O., 2013).

A estratégia que A. encontrou para a companheira mudar sua estética e se vestir “mais feminina” foi à forma encontrada para que as duas pudessem continuar juntas sem causar tanto estranhamento, sem levantar tantas suspeitas, pois duas mulheres femininas juntas são duas amigas e não necessariamente um casal. Nossa sociedade aceita que duas amigas morem juntas em uma mesma casa, criem seus filhos e dividam suas vidas, desde que como amigas. Assim, duas mulheres femininas, sendo vistas juntas não seria algo que levantaria suspeitas.

Se enquadrar e aceitar a lógica da condição binária é a condição para ser mais aceita pela sociedade seja na hora de se relacionar com as pessoas, conseguir um trabalho ou frequentar os ambientes sem chamar atenção e sem causar estranhamento. A princípio pensei que esta poderia ser uma imposição de A. para G. e que esta poderia se sentir mal em ter que mudar sua estética, seus gostos, sua forma de se vestir e ser. Mas ao mesmo tempo lembrei da fala de A. quando disse que foi justamente a estética e comportamento masculinizado de G. que lhe chamou atenção e fez se sentir atraída, desta forma pedir para mudá-lo era ter que lidar com a estética feminina, que nunca havia despertado interesse em A. . Ao conversar com ambas e analisar suas narrativas percebi que a questão estética era o que menos preocupava para elas. Pelo contrário, senti na atitude de ambas, para além de uma tentativa de se enquadrar no sistema e serem aceitas, um desprendimento dos modelos binários que caminha para um Estado fluido do gênero. Se assumir uma nova performance social para serem aceitas era a condição, esta seria aceita. Quando A. fala sobre como elas se aceitam, seja vestida de homem ou mulher, deixa margem para pensar que o gênero é apenas uma roupagem social que vestimos e nos comportamos como manda o figurino. Se para ambas ficarem juntas a condição era encenar certas situações, vestir certos figurinos e assumir certas posturas, ambas estavam dispostas.

4.1.2 – A história de B.

Mais do que a possibilidade de vivenciar novas experiências em relação à sexualidade estar no presídio para B. foi um processo libertador de seus papéis gênero. Mulher, branca, 29 anos, natural de Joinville/SC. Pertencente a uma família humilde, cursou até a 5ª série do Ensino Fundamental e, quando adulta, trabalhou nas empresas da cidade como auxiliar de produção e operadora de máquina. Casou muito jovem com seu primeiro e único homem, como ela enfatizou ao longo da entrevista, com quem permaneceu casada por aproximadamente 12 anos e teve dois filhos. Ao longo destes 12 anos teve que lidar com uma série de traições do marido, além deste ser traficante e usuário de drogas. Apesar de não concordar com a situação, B. acreditava que tinha que aceitá-la, como justifica em sua narrativa: “[...] eu sempre vim lutando pelo meu casamento, né? Por causa dos filhos, por causa dele ser meu primeiro homem, sempre sofri mais, dessa parte assim [...]”. (B.C., 2013). Ou seja, não era uma situação que encarava com naturalidade, ou que ela concordasse com as traições, com o uso da droga ou a comercialização desta, mas, sendo decisão de seu marido, ela entendia que deveria ser conivente.

Apesar de tantos avanços nas discussões feministas, o machismo ainda se faz muito presente em nossa sociedade e as cobranças em relação ao matrimônio e à maternidade ainda recaem sobre as mulheres. Estas são cobradas ao longo de sua vida para que consigam um homem, um casamento e filhos. Além disso, são responsáveis pela manutenção da instituição familiar. Negar o matrimônio e a maternidade, ou não conseguir dar continuidade a estes, é sinal de fracasso feminino. Ao longo da narrativa de B., tornou-se evidente que ela não era feliz em seu casamento, este marcado por uma série de violências simbólicas, mas ao mesmo tempo mostra seu esforço e orgulho de ter superado estas dificuldades e feito o casamento com seu primeiro e único homem durar 12 anos.

Esta poderia ser tranquilamente a sinopse da história de vida de inúmeras mulheres, pois como lembrado anteriormente, o machismo ainda se faz presente em nossa sociedade independente da classe social, embora a questão de classe passe a ser um agravante que deve ser levado em consideração. No caso de B., por exemplo, assim como ela destaca seu papel de defensora do casamento, ela também fala em outros momentos que pensou em pedir a separação, mas a questão financeira era um problema, pois ela não tinha uma família com boas condições financeiras que lhe oferecessem suporte. Apesar dela trabalhar fora, seu salário não seria o suficiente para a manutenção dela e de seus filhos e mesmo não concordando com o tráfico de drogas, era este que

movimentava a economia familiar e trazia o retorno mais rápido. Assim, B. permaneceu casada até o momento em que foi presa, antes mesmo que seu marido fosse preso, pois ela estava sozinha em casa quando houve uma batida policial. Ele foi preso algum tempo depois, já em outra cidade. No momento da entrevista ela cumpria pena por tráfico de drogas.

Havia significativa diferença na fala de B. quando esta contava sobre sua história antes e depois do presídio. Pareceu-me que, apesar de presa sob regime fechado, no momento da entrevista, ela, paradoxalmente, estava livre. Livre de muitas amarras que sua identidade de gênero havia lhe aprisionado ao longo da vida. Disse ser somente no presídio que passou a compreender que poderia se separar, ver-se livre daquela relação que tinha com seu ex e fazer aquilo que tivesse vontade.

Sobre vontade, isso era o que não faltava em B., porém apenas vontades que nunca tivera coragem de realizar. Uma delas estava relacionada à sexualidade. Conta que em sua família sempre lhe chamou atenção a relação que sua tia, lésbica assumida, tinha com sua companheira. Lembra:

[...] ela conversava muito comigo, e eu sou muito curiosa, sabe? Aí às vezes eu chegava com ela, e começava a perguntar como é que é. E meu, o convívio delas é muito bom, sabe? Sempre conversando, sempre sentando, era uma coisa bem interessante assim. E eu senti vontade de ... É, tipo assim, nas conversas dela, na verdade, eu perguntava assim: ‘ - porque elas se dão tão bem e eu com o meu marido?’. Será que se eu tivesse casado com uma mulher eu ia ser feliz? Será que ia ser melhor? Ela ia me entender melhor? Porque tem muito aquilo, a mulher, sabe [...] uma quer ver a outra bem, é totalmente diferente, tipo um casal de mulher com mulher e homem com mulher. Por causa do meu sofrimento, porque eu via as outras, as amigas delas, não é? Eu via a felicidade delas, a união delas, a onde uma ia a outra ia junto, também: ‘ - ah, vamos numa praia’. E eu não tinha isso, no meu casamento. E eu não podia se meter, sempre ele, no meio dos amigos dele, jogar sinuca, beber, e eu sempre sozinha em casa. Daí aquilo foi me despertando um interesse,

de ver se eu seria mais feliz, assim, sabe?’. (B.C., 2013).

Percebe-se que o modelo que B. tinha como referência de família, de casamento que deu certo, era uma união homoafetiva de duas mulheres, sua tia e a companheira dela. E não o modelo hegemônico de casal heterossexual. Pelo contrário, os modelos de casamentos heterossexuais de sua família sempre foram referências ruins, incluindo o seu próprio. Disse ter sempre ouvido a avó falar que odiava homens e que eles eram todos iguais só mudavam de endereço. Infelizmente, os modelos de homens que passaram pela vida de B., realmente, só mudavam de endereço, pois todos reproduziram modelos machistas já vistos por ela em seu avô, pai e marido.

Ao passar a conviver entre o ciclo de amizades das tias, viu que outros modelos de famílias existiam e que estes pareciam ser muito mais felizes se comparados aos modelos que ela conhecia, fato que levou a mesma a se questionar se a felicidade que ela esperava em um relacionamento não estaria em uma relação homoafetiva. Via que entre estas mulheres existia carinho, compreensão, amizade e companheirismo. Estas compartilhavam dos espaços públicos e de prazeres, algo que ela nunca teve com seu marido, pois somente ele usufruía. Diante destas comparações, B. passou a se questionar sobre a possibilidade de se relacionar com uma mulher, pois este relacionamento parecia sinônimo de felicidade, mas disse nunca ter tido coragem. Lembrou que já havia sentido desejo por mulheres, mas que sempre foi algo reprimido. Segundo ela “era uma coisa que eu tinha vontade, mas não tinha coragem. Meu pai é evangélico, eu falava, ‘meu, meu pai, como ele vai reagir?’”. (B.C., 2013).

Até ser presa, B. nunca tinha se permitido vivenciar seus desejos. Chegou a se interessar por mulheres, teve oportunidades de ter algo a mais, mas nunca se permitiu. Como forma de reprimir seus desejos chegou até mesmo a sair de seu antigo trabalho onde estava se envolvendo com uma mulher. Esta havia se declarado para B. e até feito proposta para elas ficarem juntas e serem felizes, mas B. disse que não teve coragem de continuar com aquela história, pois era casada e tinha medo principalmente da reação de seu pai. Deu um beijo nesta mulher e logo depois pediu a conta da empresa para não ter que lidar com a situação.

A vida de B. havia sido marcada por muitas repressões até sua entrada no presídio que foi o momento em que ela passou a desconstruir normas de gênero e sexualidade. Quando se libertou de uma relação

opressora e machista que levava em seu casamento heterossexual, na qual ela como mulher havia assumido a posição de dona de casa e mantenedora da instituição matrimonial, cuidadora do lar e dos filhos. Além disso, foi o momento em que ela se permitiu transitar em suas práticas sexuais e vivenciar seus desejos, há muito tempo reprimidos.

Logo que chegou ao presídio disse ter ficado surpresa com a beleza das mulheres, muito diferente dos estereótipos que ela havia construído sobre, com auxílio da televisão. Uma destas mulheres acabou se tornando muito próxima e logo as duas já estavam se relacionando. Conta que tinha medo, mas era um medo diferente do que sentia quando estava fora do presídio. Agora ela não tinha mais medo do pai, do casamento ou da reação da sociedade, seu medo estava muito mais relacionado a proximidade do contato com uma mulher para além do campo dos desejos. De forma prática havia apenas dado um beijo em uma mulher e não sabia como era uma relação sexual. Esta que é uma das principais curiosidades e medo entre todas as pessoas ao se relacionarem a primeira vez umas com as outras, em particular quando se trata de sexo homossexual, uma série de estereótipos entram em cena, como as discussões de passividade e atividade, popularmente conhecido como “quem come e quem dá”. Como se o sexo homossexual necessariamente precisasse reproduzir o sexo heterossexual, mas que na prática as pessoas vão percebendo que existem outras ressignificações do sexo e do desejo, incluindo o próprio sexo heterossexual que pode ser ressignificado. Este foi mais um ritual de passagem do qual B. passou e se permitiu então se relacionar sexualmente e afetivamente com uma mulher.

A princípio, projetou o modelo que havia construído com base no relacionamento de sua tia e a companheira dela, esperando que o seu fosse igual. Como se com qualquer mulher que ela viesse a se relacionar aquele modelo de família que ela idealizava se concretizaria. Foi quando teve sua primeira decepção, pois teve que lidar com uma companheira ciumenta e possessiva. Conta:

Eu via dela, da minha tia, da mulher dela, não tinha essas coisas, de ficar cuidando, eu não quero isso. Eu já via um relacionamento de mulher com mulher como um relacionamento, pra entender, pra uma compreender a outra, pra uma ajudar a outra. Eu vejo isso. [...] Ah se eu to no pátio, ela me pega, me puxa, me leva lá pro X. E na verdade não é assim, o relacionamento de mulher que eu

conheci, não é assim. As minhas tias tem a união delas, elas não brigam. Deus o livre. Então, eu vejo assim, eu converso muito, eu falei pra ela: ‘- meu, o meu casamento, toda vida foi atribulado, com brigas, com traição, com coisa assim. Eu quero uma pessoa que me entenda, uma pessoa que me leve pra frente, que me faça feliz. Não voltar tudo de novo assim, num relacionamento com mulher. Se com homem já é ruim, imagina com mulher.’. (B.C., 2013).

Diante das experiências machistas e heteronormativas que B. teve ao longo da vida, seja no relacionamento com o marido ou na relação familiar, esta visualizou no relacionamento entre mulheres a ruptura desde modelo hegemônico no qual as mulheres sempre se sujeitaram aos desejos masculinos. Contrastando estas ideias de B. com algumas correntes da teoria feminista é possível estabelecer diálogos interessantes. A teórica feminista francesa Monique Wittig, por exemplo, via nas relações lésbicas a recusa ao patriarcado. A subversão da ordem heteronormativa e possibilidade de se construir para além das normas ditadas pelo desejo masculino (WITTIG, apud NAVARRO-SWAIN, 2004). Muitas mulheres feministas passaram a adotar este discurso político e se assumirem como lésbicas como forma de resistência e subversão. Mas se assumir como lésbica ou ter uma relação de mulher com mulher seria sempre sinônimo de subversão?

Teoricamente, em um relacionamento entre mulheres existiria o princípio da solidariedade, pois estas compactuariam dos mesmos males e desigualdades presentes em nossa sociedade. Contudo, esta não seria a garantia para que estes relacionamentos estivessem livres da reprodução de normas e relações de poder. E é nesse sentido a decepção de B., ao constatar que se relacionar com mulheres não era garantia de ter uma relação livre de ciúmes, posse, controle, violência, entre outras situações que vivenciava em seu casamento heterossexual.

Apesar de sua primeira experiência não ter dado certo, isso não fez com que B. desistisse de se relacionar com mulheres, pois compreendeu que esta situação não era algo que se aplicava a todo relacionamento. Continuou a ter como referência positiva a união de mulheres em contraposição à união heterossexual, pois segundo B., “o homem é muito machista. Eles são muito machistas. E eu não me vejo mais casada com homem, não quero mais. Eu sofri demais, sabe?”. (B.C., 2013). Através desta colocação, B. compreende o homem como o causador do machismo, as mulheres são muito mais vítimas desta

situação do que causadoras. Isso não quer dizer que em um relacionamento entre mulheres não existam também relações de poder de diferentes formas ou que um relacionamento heterossexual não seja possível se constituir para além destas, mas, de forma geral, os homens ainda estão em situação de privilégio em nossa sociedade, assim como ser heterossexual, branco e ocidental. Isso B. percebeu vendo como se davam as relações desiguais em sua família entre os homens e mulheres. Não querer mais ser casada com homens foi a forma que encontrou de se opor aquela situação de submissão que levou nos 12 anos que ficou casada. Foi a negação aos modelos de matrimônio heteronormativos. Contudo, disse ainda sentir desejos por homens, porém apenas desejos sexuais. Já com as mulheres, mais do que desejos sexuais, esperava encontrar uma companheira com quem pudesse construir um relacionamento.

Anterior à passagem pelo presídio, B. já possuía estes desejos, porém havia reprimido todos eles por ser casada, por ser mãe, pela sua família, pelo seu pai, pelo que a sociedade iria falar. Sua passagem pelo presídio foi paradoxalmente libertadora. Foi nesse “mundo de mulheres”, como ela se referia a Ala Feminina, onde ela se libertou de sua sexualidade e dos papéis de gênero que havia assumido. Quando perguntei a ela sobre como ela pretendia lidar com isso tudo ao sair, tendo em vista que ela ainda estava falando de um lugar no qual estas práticas eram comuns e aceitas, ela me disse: “[...] agora, na verdade, eu não tô nem ai pra o que eles vão falar. Porque agora já tô falada, né?” (B.C., 2013). Acrescentou ainda ao longo da entrevista: “[...] E dai aqui, eu senti que eu podia sozinha. Eu posso sozinha, entendeu?”. (B.C., 2013).

Estas falas serviram para arrematar aquilo que existia como hipótese inicial, de que o presídio funcionou como um dispositivo de empoderamento para B. . Aquela mulher que outrora vivia com o fardo de carregar seu casamento, reprimindo seus desejos e com o medo do fracasso, após a experiência no presídio percebeu que poderia assumir seus desejos. Estar no presídio foi a possibilidade de olhar para si e se distanciar de alguns papéis sociais que ela havia assumido ao longo de sua vida. Se este posicionamento continuaria após sua saída é uma especulação que não há como prever, mas que não vai ser mais como era antes é uma afirmação possível a ser feita. Como ela mesmo disse, agora já estava falada. Toda a família sabia que ela estava presa e a maioria soube de seu relacionamento com uma mulher. Conta que a informação chegou até mesmo ao seu ex-marido que estava preso em outra instituição, através de comentários entre os presos. Desta forma, caso

viesse a se interessar novamente por uma mulher não seria mais uma grande revelação a ser feita. E assim, como as outras entrevistadas, relacionou algumas estratégias de como se relacionar com alguém do mesmo sexo para além do presídio. Segundo B.:

[...] tu tem que saber o teu lugar. Não é lá no centro que tu tá, num shopping se agarrando se beijando, com a tua mulher, sendo que tem um monte de família, um monte de casal [...] então a minha tia sempre teve cuidado de não fazer isso. Agora numa boate, que nem na YVYX, na PIXEL, é uma boate que é pra isso, pra esse pessoal. Ali já é, já fica abraçada, já [...] tipo, já no Floresta? Eu sei que não é o ambiente, que ali tem família, tem pai, tem filho ali, então tu, tu faz o teu preconceito. Tu faz as pessoas ter preconceito de ti. Que na verdade: ‘ah ta liberado’. Então eles abusam, mostram, soltam a franga, não é? [risos]. (B.C., 2013).

Apesar de B. em outras colocações dizer admirar o relacionamento da tia e almejar uma relação nos mesmos moldes, na colocação acima quando fala de família faz referência à família heteronormativa. Quando diz que duas mulheres não podem se beijar em público, em locais onde tenham famílias e casais, subjetivamente reproduz o entendimento de que casal é apenas a união entre homens e mulheres cisgênero. A estes são garantidos os direitos, estes possuem domínio da instituição familiar, dos locais privados e públicos. Enquanto aqueles/as que não se encaixam dentro destes modelos têm que se reservar nos espaços específicos para este público, os guetos e circuitos LGBT, onde uma demonstração de carinho não desperta grandes atenções.

Mesmo discordando do posicionamento de B., por entender que todos os espaços podem e devem ser acessados por todas/os da mesma forma, infelizmente sei que ainda não há como afirmar que nossa sociedade deixou de ser heteronormativa e que todas as pessoas possuem os mesmos direitos e acessos. É inegável que há uma série de transformações acontecendo, como discuti no capítulo anterior, com destaque para o campo jurídico que passou a compreender que existem outros modelos de casais e de famílias, por exemplo. Estes são grandes passos que fazem nossa sociedade mudar e ser menos heteronormativa,

mas ainda está longe de igualar os mesmos direitos e acessos a todas as pessoas.

Um casal heterossexual cisgênero andando de mãos dadas nas ruas do centro, trocando carícias no shopping ou dançando pelas boates da cidade, passa despercebido em relação a sua sexualidade, afinal, trata-se de mais um casal heterossexual usufruindo livremente do espaço da cidade. O mesmo não ocorre se a situação for protagonizada por um casal de LGBTs. Para estes/as sua sexualidade sempre será motivo de investigação, sendo que a insegurança também se constrói por conta do risco de ataques homofóbicos.

A justiça brasileira ainda não é clara em relação aos crimes de homofobia. Há o Projeto de Lei da Câmara nº 122/06, mais conhecido como PL 122, que tem como objetivo alterar a Lei de Racismo que abrange, atualmente, a discriminação por cor de pele, etnia, origem nacional ou religião, incluindo, assim, a discriminação a orientação sexual ou identidade de gênero, mas que ainda não deixou de ser um projeto para se tornar realidade⁸¹. Esta é uma das bandeiras atuais do movimento LGBT, bem como dos Direitos Humanos, tendo em vista a violência contra os LGBTs. Como não há nenhum retorno específico e respaldo jurídico muitos/as acreditam serem os causadores da violência ao se assumir perante a sociedade e como defesa se utilizam estrategicamente de armários. Como no exemplo de B. que, ao estar no presídio, sentiu-se em um ambiente seguro para poder assumir seus desejos e transitar em sua sexualidade. Isso fez com que ela se sentisse livre para perceber sua sexualidade, no entanto sabe que quando sair no presídio não poderá usufruir da mesma liberdade que paradoxalmente encontrou atrás das grades.

4.1.3 – A história de D., O. e V.

Nas narrativas que apresentei anteriormente, trabalhei individualmente as histórias de cada uma das mulheres, apresentando suas principais percepções sobre os relacionamentos que tiveram no presídio. Nesta última narrativa decidi reunir três histórias por se tratar de um caso diferente que encontrei em campo, que foi o caso desta família de mulheres. No capítulo I, ao problematizar as redes de mulheres criadas na Ala Feminina, chamei atenção para a história de O. , V. e D. , três mulheres ligadas por diferentes laços afetivos que

⁸¹ Mais informações sobre a PL 122 disponível em: <http://www.plc122.com.br/entenda-plc122/#axzz3OpUPtEhD>. Acesso em 14/01/2015.

resultaram na organização de uma família homoparental dentro do presídio.

Para entender como esta família foi constituída procurei relacionar as três narrativas, começando pela história de D. Mulher, branca, 25 anos, natural de Joinville, D. trabalhava como cabeleireira no momento que foi presa pela primeira vez por tráfico de drogas, junto com seu marido. E foi esta sua primeira passagem pelo presídio que possibilitou com que D. passasse a transitar em sua sexualidade. Com 25 anos, D. já havia sido casada por três vezes, apenas com homens. Disse até ter tido curiosidade sobre mulheres, mas nunca havia estado com uma. Achava estranho a ideia de ficar com uma mulher. Após duas semanas que estava no presídio conheceu uma mulher com que passou a se relacionar. Conta:

Ela tinha marido e eu também tinha marido. Na verdade, nós duas era... Meio que só uma amizade colorida. A gente tinha... Nós duas ficava né? Namorava dentro da cadeia. Mas fora da cadeia não porque nós duas éramos casadas. [...] Na verdade nós ia junto para conjugal. Nós descia lá pra baixo, na penitenciária, nós duas junto, no mesmo dia pra fazer visita conjugal. Depois nós vinha pra cadeia denovo. [...] O meu meio que... assim... meio que soube, mas ele não se impôs por que ele achou que era uma coisa que ia sair da minha cabeça logo e... Sabe? (D.C.G, 2013).

Esta situação narrada por D. é uma das mais comuns nos presídios. Mulheres casadas, que continuam a manter seus relacionamentos com seus maridos, que geralmente estão presos, mas na Ala Feminina tornam-se próximas de mulheres com quem criam redes afetivas, amizades, namoros e matrimônios. Estes envolvimentos fariam destas mulheres bígamas? Depende da forma com que seus cônjuges veem estes relacionamentos. No caso de D., seu marido soube de seu relacionamento com uma colega de cela, mas não interpretou como traição e sim como uma experimentação. Como se o relacionamento entre mulheres não fosse algo para se levar a sério, fosse apenas uma “amizade colorida”. Esta seria uma forma de desqualificar o relacionamento entre mulheres, como se não fosse um relacionamento completo. Mas também pode ser uma estratégia de defesa, como no exemplo acima. Como as duas eram casadas e não tinham intenção de deixar de seus maridos utilizavam-se da estratégia da “amizade

colorida” para ficarem juntas, mas sem abalar seus relacionamentos. As duas concordavam com isso, tanto é que iam juntas para as visitas conjugais. Lá, cada uma encontrava seu companheiro e na volta se reencontravam e voltavam juntas para a cela que compartilhavam.

Esta foi vista por D. como uma experiência que o presídio possibilitou que ela vivenciasse. Em sua fala, pontua a existência entre o dentro e o fora. Dentro do presídio ela pode namorar com aquela mulher, mas fora não, pois lá as duas eram casadas. Quando ela faz esta colocação sugere que o presídio é uma outra possibilidade de vida. Uma vida na qual pode se distanciar da vida que levava fora, pode vivenciar algumas situações, mas que quando saísse deste confinamento voltaria para sua antiga vida. Mas não contava que esta experiência seria a abertura para que ela passasse a perceber sua sexualidade e que isso não necessariamente ficaria no presídio com sua saída.

Assim que D. saiu, o relacionamento entre as duas acabou terminando como imaginavam e já estavam se preparando para tal, afinal ambas tinham outros relacionamentos. D. acabou indo morar sozinha, pois seu marido ainda continuava preso. Foi quando encontrou uma mulher que havia conhecido no presídio. As duas passaram a se aproximar como amigas e D. convidou ela para morar junto. Logo, D. se viu envolvida novamente com uma mulher e agora estava fora do presídio. As duas, que já moravam juntas, assumiram o relacionamento publicamente. Conheceu a família de sua companheira e apresentou ela para seus familiares e amigas. Disse não ter tido problemas com estas situações, mas despertou estranhamento para algumas pessoas, afinal todos/as sempre tinham-na visto com homens.

Como uma de suas amigas expressou, lembra: “ela só não entendia por que eu tava com uma mulher se eu ficava com tantos homens!”. (D.C.G., 2013). Fala extremamente simbólica por conter duas questões muito importantes para este trabalho. Primeiro, ela revela o estranhamento quando alguém rompe a fixidez do gênero e da sexualidade. Para a amiga foi estranho ver D. com uma mulher, porque ela nunca tinha estado antes com uma. Uma mulher sentir-se atraída por outra mulher já é algo passível de questionamento pela sociedade por não corresponder à matriz heterossexual, agora se esta mulher se construiu heterossexual ao longo de sua vida, mas em certo momento da vida adulta ou na velhice manifesta desejos sexuais por outra mulher, o questionamento passa a ser muito maior. Pois o que teria acontecido para aquela pessoa heterossexual desviar? Este que é justamente o questionamento levantado pela amiga de D. ao se perguntar como uma

mulher que sempre teve muitos homens estava se relacionando com uma mulher, conduz à segunda questão.

As ideias de que toda lésbica é lésbica porque sofreu uma grande decepção com um homem, porque é feia e não foi bem quista pelos homens ou porque não conseguiu de alguma forma agradar ou atrair este público, são alguns dos estereótipos que servem em muitas situações para justificar a existência das lésbicas (NAVARRO-SWAIN, 2004). Por isso o espanto da amiga de D. quando vê ela com uma mulher, tendo em vista que ela sempre teve muitos homens. A recusa destes homens para ficar com uma mulher subjetivamente fere o domínio dos homens sobre a sexualidade e os prazeres. Ela poderia ter escolhido ficar com um outro homem fora da prisão, mas acabou se envolvendo com uma mulher. Seu exemplo desconstrói a ideia de que as mulheres que se permitem estar com uma mulher na prisão fazem por não ter outra opção. Esta é só mais uma justificativa para não reconhecer que duas mulheres podem se apaixonar e querer ficar juntas. Neste caso, as duas se conheceram no presídio, onde permaneceram como amigas. Foi no momento em que se reencontraram, já fora do presídio, que acabaram iniciando um relacionamento. Este que durou mais de 2 anos e foi para D. um de seus relacionamentos mais intensos.

Conta que logo percebeu que o comportamento da companheira era muito agressivo e possessivo, o que ela atribui ao fato dela ser uma mulher masculinizada. Segundo D. isso acontecia porque “[...] ela é um paizinho. Ela age como um homem. Então ela pensa como um homem e muitas vezes ela tem aquele jeito mulher e daí acaba com tudo. Ela começou a ficar muito possessiva, muito ciumenta, agressiva. Muitas vezes ela vinha bater e eu reagi.” (D.C.G., 2013). Esta era uma situação nova para ela, pois o relacionamento que havia tido no presídio com uma mulher era muito diferente e até mesmo suas experiências com homens não tinha sido desta forma. O fato da companheira ser uma mulher masculinizada fez com que concluísse que tal comportamento era porque uma mesma pessoa vivenciava os dois gêneros, carregando assim características de ambos.

A situação só se agravou quando D. resolveu que continuaria visitando seu marido que ainda estava preso, assim como fazia enquanto estava no presídio e se relacionava com uma mulher. Só que desta vez não houve negociação, pois sua companheira não aceitou. Até que as duas, por continuarem realizando atividades criminosas, retornaram juntas ao presídio. Novamente na instituição D. resolveu solicitar a conjugal, mas não conseguiu levar adiante. Conta que:

[...] devido ao comportamento dela violento aqui dentro e agressivo assim nas palavras, e não aceitava que eu ficasse com ele, eu fui duas vezes e cortei minha carteirinha, não fui mais. Parei. Daí ele descobriu. Daí foi onde... Meu deus né? Daí ele descobriu. Não aceitou. Nós estamos separados por causa disso. Não estou com ela, mas também não to com ele. (D.C.G., 2013).

Quando D. teve sua primeira experiência seu marido aceitou, pois acreditou não passar de curiosidade. Porém, no momento em que D. cancelou a visita, devido aos ciúmes da companheira, ela tomou um partido. Ela fez uma escolha na qual ele não havia sido o escolhido. Complementa: “[...] ela conseguiu me tirar dele, e é isso que ele não aceita. Ele soube, mas né, ele achou que seria só uma curiosidade”. (D.C.G., 2013). Quando uma situação como estas acontece este homem vira chacota entre os demais detentos, afinal este perdeu sua mulher para uma mulher, fato que atinge sua masculinidade.

Após fazer sua escolha, as duas continuaram por mais algum tempo juntas, mas não conseguiram levar adiante o relacionamento que já estava muito desgastado pelas brigas. Chegou um momento em que D. passou a sentir que estava em uma prisão dentro da prisão, pois não podia usufruir de pequenas liberdades como ir até a cela das amigas ou ir até o pátio sem despertar atitudes violentas da companheira. Foi assim que tomou a decisão de terminar e sua companheira sem conseguir viver ao seu lado sem estar junto pediu um bonde para outra instituição. Mesmo com o fim, D. contou que continuou a receber algumas cartas “dizendo que ela não aguentava, que sem mim ela preferia se matar...”. (D.C.G., 2013).

Após a experiência, revela-se traumatizada, pois teve três maridos e em nenhum desses relacionamentos teve estes problemas. Além disso, repensa suas escolhas, tendo em vista que ficou sem seu marido e sem sua companheira. No momento da entrevista já fazia algum tempo que estava sozinha e preferiu não se envolver com mais ninguém no presídio tendo em vista a intensidade que foi sua última relação. Porém, não excluía a possibilidade de ter relacionamentos com mulheres futuramente, pois se sentia atraída por elas e via outros exemplos de relacionamentos darem muito certo, como o caso de sua mãe.

Quando D. chegou ao presídio, sua mãe já cumpria pena na instituição, também por tráfico de drogas. Mais conhecida como a mãe

do presídio, entre as detentas, O. era a presidiária mais antiga da instituição. Mulher parda, 41 anos, natural de Joinville, traficava drogas junto com seu marido. Após a prisão deste continuou com a atividade do tráfico até ser presa, mais de uma vez. Mãe de 6 filhos, sendo D. a mais velha, ficou casada por aproximadamente 23 anos, até seu marido morrer. Sempre se viu como uma mulher heterossexual e nunca havia pensando se envolver com mulheres. Por ser a detenta mais antiga do presídio viu uma série de relacionamentos iniciarem e chegarem ao fim. Atuou como conselheira em muitas destas situações, mas nunca havia pensado que isso pudesse acontecer com ela, afinal era heterossexual. Até a chegada de V., mulher branca, 27 anos vinda de Itajaí que deu entrada no presídio também por tráfico de drogas. No momento da entrevista, após mais de 4 anos de relacionamento, O. lembrou do momento em que V. chegou ao presídio, narrando com alegria a situação que transcrevo abaixo:

Na hora que ela chegou eu já achei ela linda. Na verdade, ela é a mais linda do presídio. Mais linda. As meninas falam: 'não ela é linda', porque ela é bem linda, ela é loira natural, na verdade, nunca pintou o cabelo nem nada, tem um cabelo bem longo assim, loiro, tem os olhos bem azuis, é assim... Na verdade é natural, ela é bem... Pois é, as vezes a gente, né? Como eu não tinha experiência disso, eu só achei ela linda e já vi, que né? Já tava começando a ... (O. S. G., 2013).

Como nunca havia sentido isso por outra pessoa, “não tinha experiência”, achou simplesmente que aquela mulher que havia acabado de chegar ao presídio era muito bonita. Porém, ao revisitar a lembrança acreditou ser aquele o momento em que algo já estava começando. As duas acabaram logo se aproximando e ficando muito amigas. V. disse que já sabia estar atraída por O., mas como sabia que ela não ficava com mulheres demorou a aproximação. Para V., tudo era muito mais natural, pois já havia vivido várias experiências com mulheres, mais do que com homens. Antes de ser presa, estava casada com um homem, com quem teve um filho. Disse gostar da pessoa e por isso se acostumar com o fato dele ser um homem, mas sua preferência continuava sendo mulheres. Tanto é que criavam algumas situações em seu casamento para que V. pudesse ter contato com mulheres. Conta: “Eu tinha uma menina, lá! Que daí eu sempre ficava com ela, sabe? Daí um dia eu convidei ela e daí nós ficamos, assim! Eu, ela e meu marido [...] Mas meu marido não

tocava nela! Só eu! Eu e ela assim, e ele só assistia! [risos]”. (V. F., 2013).

Esta é uma situação que acontece em vários relacionamentos, afinal fazer sexo com duas mulheres é um dos fetiches mais populares entre o público masculino. Muitas mulheres, mesmo se entendendo como heterossexuais fazem sexo com outras mulheres, ou permitem que estas participem da relação sexual para agradar seus companheiros. Como no exemplo da história de A., abordado anteriormente, no qual ela se permitiu estar com uma mulher mas sem sentir prazer nesta situação. O que lhe dava prazer era saber que através desta situação estava proporcionando prazer ao seu companheiro. Agora no caso de V., a situação era ao contrário, pois era ela quem tinha interesse em estar com mulheres. Proporcionar esta situação era a maneira que ela achou de poder ter sexo com mulheres, garantindo assim seu prazer. A prática do sexo a três neste caso passou a ser resignificada, pois não existia com a finalidade de agradar ao homem da relação. O que leva a pensar que nem sempre o sexo a três, com a participação de duas mulheres acontece atendendo às expectativas do fetiche masculino. As mulheres envolvidas podem estar mais interessadas em fazer sexo entre si do que em agradar o homem envolvido. Como no exemplo desta mulher.

Como disse anteriormente, V. já tinha noção de sua sexualidade. Havia se permitido estar com homens e mulheres desde sua adolescência. Sua primeira experiência sexual, por exemplo, tinha sido com uma mulher. Já havia namorado com mulheres e tido várias outras experiências antes de ser presa. Desta forma, quando chegou ao presídio, a realidade que ali encontrou de várias mulheres ficando entre si para ela não era uma novidade. Acabou ficando com algumas meninas quando chegou, mas logo se viu interessada em O., porém não investiu muito na situação, pois todos/as diziam que ela era heterossexual. “Uma vez uma menina tentou beijar ela. Ela deu uma surra na menina.” (V. F., 2013), relembra. No entanto O., também já estava interessada em V., mesmo sem saber o que estava sentindo realmente, por se tratar de uma situação nova. Assim, aos poucos foram se aproximando como amigas e através desta amizade acabaram ficando juntas.

No momento que entrevistei as duas, fazia 4 anos que estavam juntas. Já haviam trocado alianças e tinham planos de continuarem seu relacionamento fora do presídio. Para V. esta não era uma situação nova, tendo em vista suas experiências anteriores. Já para O. esta tinha sido sua primeira experiência. Ela aos 41 anos que sempre havia se relacionado com homens, havia se construído culturalmente como heterossexual, se ver com uma mulher foi uma experiência totalmente

nova. Isso não só para ela, mas para a comunidade de mulheres da Ala que enxergavam em O. a figura de mãe. Saber que a mãe estava namorando com uma mulher foi mais chocante para algumas mulheres do presídio do que para D., filha biológica de O. que lidou muito bem com a situação.

Assim como muitos filhos/as, a figura da mãe não é dotada de sexualidade, como consequência de uma reprodução de discursos acerca da maternidade. Ver esta mãe em um relacionamento causou estranhamento. O fato de ser com uma mulher também despertou curiosidades e especulações, afinal nem O. sabia que sua heterossexualidade não era um dado fixo. O fato de estar no presídio há muito tempo e ser a detenta mais antiga da instituição contribuiu para o surgimento de algumas teorias, que para O. não tinham fundamento. Segundo ela:

[...] colocam a culpa: 'ai porque a gente tá aqui, a gente tá carente', mas eu acho que, encontrou a pessoa certa. Né? Encontra a pessoa certa. Eu na verdade, eu penso assim. Não é porque eu tô aqui dentro do presídio. Eu acho que se talvez eu tivesse encontrado lá fora, talvez eu teria ficado com ela também. Eu não tinha preconceito. (O. S. G. 2013).

Para O. , não foi o presídio que fez com que ela transitasse em sua sexualidade, mas sim o interesse que ela teve naquela pessoa. Isso, segundo ela, poderia ocorrer dentro ou fora dali. O que é um ponto bem interessante para se pensar sobre o que se pretende discutir neste capítulo. O presídio pode ser um dispositivo para que mulheres se permitam transitar em sua sexualidade, porém isso não está relacionado ao fato delas não terem outras opções, serem carentes ou não terem homens. Está relacionado ao simples fato de que todas as pessoas estão sujeitas a se interessarem por pessoas, independente da construção que elas tenham sob seu sexo, sua identidade de gênero e desejo. Como em nossa sociedade esta não é uma situação aceita, tendo em vista a fixidez que nossos sexos, gêneros e desejos estão condicionados, estar em um “não lugar” como o presídio seria o momento de se permitir vivenciar certas situações que em sociedade poderiam ser passíveis de repreensões, julgamentos, críticas, preconceito, entre outras situações desagradáveis.

O presídio, por sua vez, não faz parte de uma outra sociedade. Existem novos códigos dentro desta instituição, mas isso não faz com que as pessoas esqueçam de como era viver fora do presídio. Tanto é que algumas pessoas estranharam o fato de O. estar com uma mulher e apesar desta dizer nunca ter tido preconceito e acreditar que poderia vivenciar tal situação em qualquer lugar, no início do relacionamento se sentiu preocupada e se questionava. “O que vão falar na cadeia, de mim. Ou se descobrir lá na rua, que eu tô envolvida com uma mulher. Que na verdade vem aquele... né? Que a gente sabe, que as pessoas têm muito preconceito sobre isso.” (O.S.G., 2013). E são estes questionamentos que fazem com que muitas mulheres não deem continuidade aos relacionamentos, com medo do que as pessoas possam falar ou do que venham sofrer. Mas isso não impediu que as duas ficassem juntas e assumissem sua relação.

No presídio foi mais o estranhamento inicial de algumas mulheres, o que V. considera que foi ciúmes em ver que a “mãe” delas estava em um relacionamento: medo de perder a atenção. Como viram que isso não ocorreu resolveram inserir V. e hoje todas vivem em uma grande família matriarcal. Este apoio veio também da família consanguínea destas mulheres. No caso de V. , que pertence a uma família formada basicamente por mulheres, todas já sabiam e lidaram muito bem com a situação, até mesmo por que segundo V.:

A minha mãe também fica com mulher! Há pouco tempo ela descobriu isso! Aham! Eles se separaram quando eu tinha dezesseis anos. Eles se separaram. Daí ela ficava só com homem. Daí esses tempos atrás... Ano passado que ela começou a se relacionar com mulher. Minha mãe. Ah! Quando ela me contou eu fiquei surpresa, né! [risos]. Eu disse: ‘Nossa! Mãe!’. A minha irmã também às vezes fica, sabe! [...] Normal! Fica com meninas, meninos! (V. F. , 2013).

O exemplo da família de V. soa com uma naturalidade incrível, como deveria de ser. Ficar com meninos ou meninas deveria ser somente um detalhe, nada que impedisse que pessoas pudessem se apaixonar e sofressem por isso. Já na família de O. , nem todos os familiares sabiam. Sua filha mais velha, D. , mulher que tem sua história contemplada no início desta história, foi a primeira a saber e assim como a mãe e irmã de V. foi solidária, tendo em vista sua própria experiência com mulheres. Esta rede de mulheres, esta família construída por

mulheres fortaleceu o relacionamento destas duas mulheres que sonhavam, tinham planos em continuarem juntas para além do presídio, independente dos problemas que poderiam vir a enfrentar. Pois, como disse O. o que realmente importava para ela era: “[...] o respeito da minha família, as outras pessoas eu acho que, elas vão ter que engolir nós”. (O.S.G., 2013).

Por mais que vozes tentem calar e vozes sejam caladas pela homofobia nossa de cada dia, estas histórias continuam a acontecer. Estas mulheres continuam constituindo famílias, permitindo se amar e com isso fazendo através de suas resistências diárias que estas vozes continuem a reverberar.

4.1.4 – Histórias Cruzadas

Estar no presídio, pelo que tudo indica, foi o que fez com que estas mulheres se permitissem transitar em diferentes papéis de gênero e orientação sexual, tendo em vista que todas, com exceção de apenas uma, vinham de um relacionamento heteronormativo anterior à passagem por esta instituição. As demais, foi no presídio que tiveram suas primeiras experiências com mulheres. Mas afinal, por que somente no presídio ocorreu tal transformação para estas mulheres, se para algumas este já era um desejo, uma curiosidade, uma possibilidade? Logo no presídio, instituição historicamente concebida para atuar como dispositivo disciplinar com a tarefa de controlar e corrigir os anormais (Foucault, 2009).

Nas narrativas apresentadas acima, por exemplo, todas as mulheres foram presas por tráfico de drogas, ou seja, infringiram as normas de se conviver em sociedade. Sendo assim, foram presas com o objetivo de corrigir sua anormalidade. Segundo Foucault, a prisão atuaria como “[...] uma empresa de modificação dos indivíduos que a privação de liberdade permite fazer funcionar no sistema legal. Em suma, o encarceramento penal, desde o início do século XIX, recobriu ao mesmo tempo a privação de liberdade e a transformação técnica dos indivíduos.” (FOUCAULT, 2009, P. 219). Desta forma, estas mulheres ao serem presas foram privadas de sua liberdade com a finalidade de serem punidas, mas também com o propósito de serem transformadas. Através de suas narrativas é possível afirmar que todas passaram por transformações e retornarão modificadas para o convívio em sociedade após estas experiências, mas de um modo distante dos objetivos esperados pela instituição. Afinal, não era o objetivo da instituição que estas mulheres desconstruíssem seus papéis de gênero e sua orientação

sexual. Ao contrário, o objetivo da prisão foi, desde o início, ser um dispositivo disciplinador com o objetivo de criar corpos dóceis. Estas mulheres ao terem experiências sexuais e amorosas com outras mulheres é uma forma de profanar⁸² este dispositivo, fazendo assim com que, paradoxalmente, uma instituição que tinha como finalidade docilizar corpos, os libertasse. Principalmente se considerarmos que, anterior ao presídio, estas eram consideradas livres, partindo da premissa que a liberdade é o que todos/as temos em comum. Se eram livres por que não se posicionaram livremente em relação aos seus corpos, gênero e desejo?

Apesar de nossa sociedade ocidental ter a liberdade como um dos direitos fundamentais garantidos desde a concepção dos direitos humanos, esta não se aplica de forma plena. Esta mesma sociedade que concebeu este como um direito fundamental foi a responsável por regular e administrar a sexualidade. Segundo a historiadora cultural Tamsin Spargo:

A Igreja e a Lei Divina há muito preocupavam-se com a regulação da sexualidade, mas durante o Iluminismo foram desenvolvidos novos regimes governamentais que tiveram como enfoque o indivíduo corporificado e sexual. [...]. Foi nesse contexto que muitas das maneiras de entender a sexualidade ainda hoje dominantes começam a ser formuladas, inclusive a oposição entre homossexualidade e heterossexualidade. (SPARGO, 2006, p. 15).

Com estes novos regimes governamentais, toda uma produção de saberes sobre os corpos passa a ser construída, disposta a regular e fixar estes. Aquelas/es que passam a se entender fora deste modelo dominante simplesmente não são aceitos. Ser uma mulher e manifestar desejos sexuais e afetivos por outra mulher, por exemplo, até hoje é algo que se constitui fora do modelo de sexualidade dominante. Por mais que existam avanços, seja de ordem científica, movimentos sociais, transformações no campo judicial ou que a mídia tenha aderido, em partes, a causa homossexual, a matriz heterossexual ainda é o modelo

⁸² Profanação é um termo utilizado pelo filósofo Giorgio Agamben. Segundo o autor, o ato de profanar um dispositivo seria uma ação que como consequência provocasse “a restituição ao uso comum daquilo que foi capturado e separado nesses” (AGAMBEN, 2009, p.51). Neste caso entendendo a ação destas mulheres como uma profanação, pois estas não se deixaram ser docilizadas. Elas libertaram seus corpos que haviam sido capturados por dispositivos.

aceito hegemonicamente. Sendo assim, a resposta para a pergunta que fiz acima é não. Não, estas mulheres não eram totalmente livres para manifestarem seus desejos. Agora, quando estas se viram no presídio, com um certo distanciamento da sociedade e suas normas, de seus familiares e de seus papéis sociais, o deslocamento se tornou possível.

Não se pretende dizer com isso que as pessoas não subvertam a matriz heterossexual fora do presídio e que as mais diferentes práticas, mesmo não sendo consideradas como normais, não aconteçam em nossa sociedade. No entanto, não é tão simples vivenciá-las sem ter que lidar com certas privações sociais, como um simples ato de carinho em público sem que este não venha a chamar atenção das pessoas. Em oposição, no presídio, os corpos agem livremente. Ou seja, a instituição, cujo a principal finalidade é a privação da liberdade, paradoxalmente liberta corpos aprisionados pela sociedade.

Nas narrativas das entrevistadas, a comparação entre o estar dentro e fora é uma constante, como já discuti anteriormente. Tratando-se de sexualidade, estas não hesitam em eleger o presídio como um ambiente muito mais inclusivo se comparado à sociedade de forma geral. Como revelam nas narrativas abaixo:

Então quando e entrei aqui, que comecei a ter uma noção assim, de muitos casais. Porque aqui dentro é um choque. Você sabe na rua né, que tem mulheres, mas você não vê. E aqui é totalmente, é um mundo só de mulheres. Elas se beijam se abraçam na tua frente. Tudo como se fosse totalmente normal. Elas né, tem relações sexuais bem diversificadas, uma com a outra, depois, já não querem mais. Amanha com a outra, tudo muito natural. (A.N.S.F.O., 2013).

É! Aqui eu vejo mais do que na rua! Tanto é que porque na rua eu talvez não... Talvez não tivesse essa visão na rua, né? De ver, ou de... Ou também de as pessoas se assumirem. Né? Aqui já, não! Por que aqui se a pessoa ficou a gente já sabe! Se assumem já rápido! Aham! Um não se assumem... Ficam ali se... Né? Mas a gente sabe! Mesmo que a pessoa não se assuma, mas a gente sabe! Talvez por que aqui dentro as pessoas já têm essa mente mais aberta quanto a isso! Por que elas vê... Na verdade faz parte da nossa rotina! A gente vê isso no dia a dia aqui né? Acho que é por causa

disso! Lá fora já não... Já tem toda aquela sociedade que já não aceita! Às vezes a pessoa tem medo de enfrentar, de encarar! (D.C.G., 2013).

Nas duas narrativas é possível identificar a comparação entre o cárcere e a rua, na qual o cárcere aparece como um local de visibilidade em oposição à rua, onde ambas disseram não ver tantos casos de mulheres se relacionando com mulheres. Não ver, não significa que estes não existam. Eles existem, porém muitas vezes são silenciados por não serem considerados com a mesma normalidade e naturalidade assim como no presídio. Não é em todos os espaços da cidade que encontramos casais de mulheres andando de mãos dadas, trocando carinho ou comentando sobre sua vida. Não é em qualquer situação social que estes assuntos podem ser comentados ou vivenciados. Diferente do presídio, onde estas situações fazem parte do “dia a dia”, o que resulta na construção de uma sociedade mais plural, tolerante e livre. Fato que causa estranhamento nas novatas ao chegarem ao presídio tendo em vista a situação oposta que estavam acostumadas a vivenciar fora do presídio.

Deparar-se com esta sociedade plural, tolerante e livre foi o que possibilitou que estas mulheres se permitissem a novas formas de relacionamento. Neste mundo de mulheres, era normal encontrar mulheres em posições de liderança, mulheres se relacionando sexualmente e afetivamente com outras mulheres, tudo acontecendo com naturalidade. Estar inserida neste ambiente fez com que estas se sentissem seguras e pertencentes a um lugar onde a homossexualidade não era vista como anormal. Nesse sentido, o presídio parece estar muito mais à frente que a sociedade como um todo. Como a entrevistada acima disse, no presídio as pessoas têm a “mente mais aberta”. Ao transitar em sua sexualidade, permitir-se a novas experiências dentro do presídio é somente mais um caso entre tantos outros. Diferente de fazer isso fora do presídio, pois nesse caso é ter que lidar com as consequências de uma sociedade que ainda não aceita.

Os casos de homossexualidade nas instituições totais sempre foram motivos de discussões e repressão. Consideradas por muitos como reflexo de isolamento e abstinência sexual, as práticas sexuais foram alvo de punições ao longo da história das instituições. Discursos reivindicando a visita íntima como solução para inibir tais práticas estão presentes nos documentos e bibliografia sobre a temática ao longo do século XX. Principalmente no que se refere aos presídios masculinos,

pois havia o entendimento de que o homem estava muito mais propenso aos desejos sexuais.

A visita íntima masculina foi garantida, no final do século XX, a visita íntima feminina também, o que indica que durante o século XXI todas as instituições teoricamente passaram a cumprir a lei nesse sentido. Contudo, as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo continuaram, assim como relacionamentos homoafetivos passaram cada vez mais a acontecer e serem oficializados. A mesma instituição que perseguia tais relacionamentos passou a considerar estes como oficiais e oferecer garantias para estes. Isso tudo me faz pensar sobre duas questões. Primeiro que continuar a alegar na contemporaneidade que relações homoafetivas que acontecem dentro dos presídios são fruto de carência, é o mesmo que justificar que duas mulheres ficam juntas porque não há homens. Um dos exemplos mais significativos para desconstruir tal ideia é a história de D. que apresentei acima. Tanto D. quanto sua companheira tinham seus maridos presos no mesmo presídio. Ambas iam juntas visitá-los e na volta se encontravam e retornavam para sua cela juntas. Estas tinham o contato com seus maridos, no entanto, sentiram-se atraídas e, num ambiente onde tal comportamento era permitido, permitiram-se.

A outra questão é em relação aos avanços pertinentes às discussões sobre homossexualidade. O presídio em seu cotidiano se mostra à frente se comparado à sociedade como um todo. Uma instituição que perseguia e isolava homossexuais e que atualmente aceita estes relacionamentos e permite que uniões homoafetivas sejam realizadas demonstra uma transformação significativa.

O momento da saída é tão complicado para muitos casais que se constituem dentro do presídio, pois será o momento em que terão que decidir se estarão dispostas a enfrentar a sociedade como um todo. Não somente carregando o estigma de serem ex-presidiárias, mas de terem um relacionamento homoafetivo. É perceptível, em suas narrativas, que o momento da saída é um problema para a continuidade dos relacionamentos. Em todas as entrevistas que realizei nenhuma delas disse não querer mais se relacionar com mulheres ou terminar seus relacionamentos a partir da saída do presídio, mas para isso elaboraram uma série de estratégias. Uma das mais utilizadas é a amizade.

A amizade entre mulheres é uma relação permitida e incentivada pela sociedade. Foucault em uma de suas entrevistas concedidas na década de 1980, intitulada “Da amizade como modo de

vida”, comenta sobre o livro de uma escritora norte americana⁸³ sobre a amizade entre mulheres. Segundo o autor:

Este livro mostra também até que ponto o corpo da mulher desempenhou um grande papel e os contatos entre os corpos femininos: uma mulher penteia outra mulher, ela a ajuda a se maquiar e se vestir. As mulheres tinham direito ao corpo de outras mulheres, segurar pela cintura, abraçar-se. O corpo do homem estava proibido ao homem de maneira mais drástica. Se é verdade que a vida entre mulheres era tolerada, é somente em certos períodos e a partir do séc. XIX que a vida entre homens foi, não somente tolerada, mas rigorosamente obrigatória: simplesmente durante as guerras. (FOUCAULT, 1981, p.04).

Isso quer dizer que em uma amizade entre mulheres estas têm o direito de se amar, trocar carinho, dormir juntas, morar juntas, compartilhar de uma vida, sem que isso implique em uma relação homossexual. Para as mulheres foi garantido o direito ao corpo de outras mulheres, diferente dos homens que geralmente procuram manter certo distanciamento do corpo do amigo para evitar que tal comportamento seja atribuído à homossexualidade. Nem toda a amizade entre mulheres e esta “trama afetiva” pode implicar em homossexualidade, mas a amizade pode servir como pano de fundo para que relacionamentos homoafetivos possam acontecer. Se utilizar da amizade para relacionamentos homoafetivos entre mulheres que não queiram tornar seu relacionamento público pode ser uma estratégia.

Nas narrativas apresentadas nesse capítulo, com exceção de V., todas as outras se viam como heterossexuais quando chegaram ao presídio, mas após estas experiências nenhuma delas tinha certeza sobre sua sexualidade. No caso de A. que estava casada com G. no presídio, os planos de dar continuidade ao relacionamento existiam, porém continuar significaria ter que assumir isso para seus filhos, familiares e sociedade como um todo. Afinal, ela havia entrado no presídio como heterossexual e sairia casada com uma mulher. Quando conversei com G. ela me contou sobre as estratégias encontradas pela companheira e a amizade aparece entre estas. Segundo G.: “ela não quer chegar assim direto e

⁸³ Segundo a referencia presente no texto tratava-se de: Lillian Faderman. *Surpassing the Love of Men*. New York: William Marrow, 1980.

falar: 'ó a mãe tá casada com uma mulher', né? Ela quer, tipo, no caso, me mostrar como uma amiga dela.” (G. M.S., 2013). A amizade parece conveniente nesse sentido. Ela permite com que estas mulheres possam continuar morando juntas, tendo sua vida privada como um casal e a vida pública como amigas.

Os espaços públicos, fora do presídio, aparecem como uma das preocupações entre as entrevistadas, pois em uma sociedade heterossexual estas não poderão usufruir dos espaços assim como em seu mundo de mulheres. Agora, sendo amigas elas poderão acessar todos estes espaços e serem aceitas. Outra estratégia utilizada é a de reconhecimento dos espaços LGBT e os espaços heterossexuais. Na fala de B., por exemplo, ela explora a geografia da cidade e percebe quais são os espaços em que ela poderia assumir o relacionamento e os espaços em que ela deveria se policiar quanto a sua sexualidade. Quando ela fala das boates de Joinville, ela faz referência aos guetos LGBT, onde é possível que esta comunidade fique, namore, troque carícias em um ambiente público. Diferente de outros espaços da cidade onde somente o público heterossexual pode acessar livremente.

Desta forma, é possível entender o presídio como um ambiente muito mais inclusivo e subversivo em relação à sociedade em geral. No presídio, estas mulheres se sentiram livres em relação à sexualidade para vivenciá-la por completo em seu cotidiano, diferente de como estas se percebem fora do presídio, onde ainda é necessário se utilizar de estratégias e vigilância. Pelo que tudo me indicava, o presídio, este mundo à parte, apesar de não ser, permitia o distanciamento das normas de nossa sociedade fazendo com que estas mulheres pudessem se deslocar de seus papéis sociais, orientação sexual ou quem sabe identidades de gênero. Sendo assim, o “mundo de mulheres” se revelava um local extremamente transgressor que implica em desconstruções tão complexas para nossa sociedade constituída em sistemas fixos e binários.

4.2 OS PAIZINHOS E A MASCULINIDADE

Ao chegar ao presídio, muito antes de abordar as mulheres para saber quem tinha interesse em participar da pesquisa, soube da existência dos paizinhos. Quando contei para a psicóloga do presídio sobre o tema da pesquisa, ela prontamente procurou me ajudar tentando lembrar os casos de mulheres que se relacionavam com mulheres ou daquelas que eram assumidas. Entre histórias sobre um casal que havia

feito união estável e algumas meninas que já haviam recebido visitas de suas companheiras, ela me falou sobre os paizinhos. Consultou as fichas de registro⁸⁴ para se certificar de que alguns nomes para me passar, quando pude visualizar rapidamente algumas fotos. No momento em que vi as fotos tive a compreensão de quem eram os paizinhos. Nas fotos que vi identifiquei mulheres com cortes de cabelos curtos, roupas e postura masculinizadas. O que me levou a crer que paizinho era uma categoria nativa daquele ambiente para se referir às mulheres masculinizadas que se relacionavam com mulheres no presídio, tendo em vista que nenhum dos paizinhos que conversei disse se identificar como paizinho antes de ter passado pelo presídio.

Nenhuma das entrevistadas ou membros da instituição souberam me falar quando e como surgiu tal tratamento. Nos Livros de Ocorrência que analisei, as mulheres que se relacionavam com outras mulheres eram classificadas como lésbicas. Em nenhuma passagem encontrei alguma referência sobre os paizinhos. No entanto, no cotidiano do presídio, os paizinhos se identificam como paizinhos e são identificados por todos/as os demais como tal. Tudo indica que esta foi uma forma de tratamento que surgiu no cotidiano da instituição, assim como tantos outros nomes e gírias surgem e fazem parte daquela comunidade. Paizinho não é uma identidade política utilizada no cotidiano das pessoas fora do presídio ou reivindicada por estas mulheres. Estas recebem esta denominação ao chegarem ao presídio e enquanto estão inseridas nesta instituição se identificam como tal.

O presídio cria seus próprios códigos e diferentes formas de identificação em relação à sexualidade. É possível afirmar isso pensando não somente na corrente pesquisa, mas na bibliografia sobre presídios consultada. Isso não quer dizer que estes códigos e identidades sejam totalmente diferentes daqueles concebidos em sociedade. A antropóloga Mirella Alves de Brito em sua dissertação de mestrado, cujo campo foi realizado no presídio feminino de Florianópolis, identificou divisões de papéis de gênero e identidades entre as mulheres presas que reproduziam os padrões masculino e feminino. Cita exemplos de falas de entrevistadas que consideravam as colegas com características muito mandonas e que não faziam as atividades domésticas como homens, as outras em oposição eram mulheres. Além disso, os marcadores físicos,

⁸⁴ Ficha elaborada no momento em que as mulheres dão entrada no presídio. Nestas contêm as informações pessoais da pessoa, bem como os motivos pelo qual esta foi presa. Junto a estas informações há uma foto de identificação. Não tive acesso a este material para análise, pois não foi liberado para a pesquisa, mas pude ver rapidamente algumas fotos que acompanhavam as fichas.

estéticos e desejos sexuais também eram parâmetro para a classificação destas mulheres. Brito encontrou duas diferentes formas de identificação em relação a sexualidade destas mulheres, consideradas como “sapa” ou “caminhão”. De acordo com a autora:

Os adjetivos de sapa e caminhão correspondem a características associadas à prática sexual e/ou trejeitos, também vinculados à sexualidade. A sapa é geralmente aquela que mantém uma relação homoafetiva, declarada ou não, e também trata dos cabelos, usa vestuário feminino. Já caminhão é como denominam aquelas que, além de manter relação homoafetiva, traveste-se de homem ou possui trejeitos masculinos: anda de perna aberta, senta de pernas abertas e só usa calças e blusas largas. (BRITO, 2007).

Estas duas formas de identificação, sapa/caminhão, retomam os modelos de casais heteronormativos. Na qual as sapas assumem o papel de mulheres enquanto os caminhões assumem os papéis dos homens. Remontam o clássico modelo de casal de mulheres “butch/femme” discutido por Butler (2003) e Navarro-Swain (2004). Que seria o casal lésbico em termos binários onde butch (masculino) estaria para femme (feminino).

Diferente dos exemplos encontrados por Brito, na dissertação de Natália Corazza Padovani sobre a penitenciária feminina de São Paulo, outras identificações apareceram e estas pareciam desconstruírem tais modelos. Segundo Padovani:

Encontrei na Penitenciária Feminina da Capital ao menos seis formas de identificação relacionadas à sexualidade as quais, de acordo com Prado (2003), são recorrentes em todas as prisões femininas de São Paulo: Toda mulher que chega à cadeia sem nunca ter feito sexo com mulheres é chamada de *heterossexual suja*, para ser *limpa* ela deve manter relações com outras presas passando, assim, a ser chamada de *heterossexual limpa*. Significativo dizer que as *heterossexuais* sujas se identificam somente como *heterossexuais* procurando manter-se afastadas das identidades estabelecidas dentro do cárcere. (PADOVANI, 2010, p. 52).

Além das heterossexuais limpas e sujas, existiam aquelas que se apresentavam como homossexuais, são elas:

Os sapatões e as sapatilhas, ou roçadeiras, como são chamadas as meninas que ficam com os meninos da prisão feminina; as mulherfssimas e as homossexuais ou lésbicas, as mulheres que transam com mulheres sem configurar relações nas quais sejam performatizadas posições socialmente reconhecidas como de esposa e marido. (PADOVANI, 2010, p. 93).

Nestes exemplos encontrados por Padovani, é possível identificar outras identidades relacionadas à sexualidade, bem como outras possibilidades de relacionamentos que não necessariamente remontam padrões heteronormativos. Não são todos os casais, por exemplo, que remontam posições sociais de marido e mulher. Além disso, a autora reforça ainda a ideia de que, apesar destes modelos serem identificados desta forma, eles não são estanques, eles não tornam os comportamentos sexuais rígidos dentro da prisão.

Através destes exemplos creio que tenha sido possível demonstrar como o presídio é um lugar onde diferentes identidades relacionadas à sexualidade são produzidas e como estas podem em algum momento reproduzirem normas sociais, mas também podem subvertê-las. O que me faz olhar com muita atenção para os paizinhos.

Na presente pesquisa, foi identificada a existência de mulheres heterossexuais e mulheres que gostavam e/ou se relacionavam afetivamente e/ou sexualmente com mulheres. Entre as heterossexuais, segundo as entrevistadas, sempre tinha uma ou outra que tinha alguma experiência aleatória com alguma mulher no presídio, mas era algo que muitas vezes acabava sendo negado por elas. Entre as que assumiam a condição de se relacionar com mulheres ou já terem se relacionado, estavam aquelas mulheres consideradas femininas, por reproduzirem padrões de feminilidade e os paizinhos, em oposição, reproduzindo padrões de masculinidade.

O nome paizinho é o diminutivo da palavra pai. Em uma sociedade patriarcal a figura do pai é a representação da liderança, é o pai quem chefia a família. Estas mulheres, ao receberem este nome e se identificarem desta forma, reproduzem os papéis destinados aos homens nas famílias patriarcais. No entanto, estas são chamadas de paizinhos, no diminutivo; o que pode remeter a duas situações em relação a este

tratamento. Penso que paizinho no diminutivo possa representar um tratamento de carinho, mas também pode ser no sentido de inferioridade e incompletude. Chamar estas mulheres masculinizadas de paizinhos seria uma forma de indicar que estas são uma “paródia” do original (BUTLER, 2003), pois mesmo assumindo características masculinas biologicamente são consideradas mulheres e lembradas disso através deste indicativo no diminutivo.

Em contraposição, os paizinhos romperem com as convenções de feminilidade e adotarem padrões considerados masculinos em seus corpos biologicamente considerados femininos contribuem para a exposição da artificialidade da masculinidade e da feminilidade (HALBERSTAN apud LACOMBE, 2007). Muito mais que reproduções de normas, estas mulheres, ao vivenciarem as masculinidades, mostram o quanto todos estes códigos são construídos culturalmente e performatizados por nós (BUTLER, 2003).

Desta forma, Jack Halberstan indica pensar a masculinidade muito mais como uma categoria teórica do que uma concepção da natureza, pois esta não está apenas relacionada aos corpos biologicamente masculinos (HALBERSTAN, apud LACOMBE, 2007). Assim é possível pensar sobre a masculinidade de mulheres, ou nesse caso os paizinhos e a masculinidade e como estas podem desconstruir modelos hegemônicos que engessam a sexualidade. Disposta a promover estas discussões apresento abaixo algumas das narrativas destes paizinhos ao falarem sobre si e sua relação com a masculinidade vivenciada em seus corpos.

4.2.1 – A história de G.

[...] só coisa de menino eu brincava e essa coisa de casinha que eu era o papai, que ai eu brinco com as meninas, né? Eu já era paizinho [risos]. (G.M.S., 2013).

As primeiras lembranças que G., mulher de 26 anos, negra, imigrante, presa por tráfico de drogas, teve sobre sexo, gênero e sexualidade remetem a sua infância. Foi nesta fase da vida que percebeu que existiam meninos e meninas e que para cada um destes grupos era oferecido um leque diferente de possibilidades. Os meninos tinham suas brincadeiras, como jogar futebol, peca e pião, enquanto para as meninas restavam brincar de casinha e boneca, coisas que ela disse não gostar. Sabendo que era uma menina e que seus interesses

pertenciam ao grupo dos meninos, G. criou suas estratégias. Lembra: “Eu me vestia de menina, certinho, mas não muito assim feminina. De querer botar saia, eu queria brincar de menino, jogar futebol.” (G.M.S., 2013).

Ou seja, o impedimento naquele momento era a saia, o vestido, as roupinhas delicadas que a impediam de sentir seu corpo livre para praticar as brincadeiras de meninos. Se este era o problema, era só abdicar das saias e “brincar de menino”. Ao se permitir brincar das brincadeiras de menino, ela percebeu que poderia brincar de ser um menino. Tanto que quando brincava com as meninas de casinha, encenava ser o pai. Como em uma boa atuação performática teatral, G. contava com um aparato de figurinos e objetos que lhe oferecessem veracidade em sua cena. O acervo de sua casa lhe proporcionava tal construção, conta: “[...] minha mãe tinha um cinzeiro assim [...], que aí fica uma bola assim, aí eu usava aquilo. [...] Eu queria brincar que eu era o pai, então 'vem cá com o pai' [risos]. Daí eu pegava aquele chapéu, e o cinzeiro da mãe e brincava um monte.” (G.M.S., 2013).

Quando me contou sobre o uso do cinzeiro, fez gestos para deixar claro de que se tratava de um objeto fálico. Ao usar tal objeto dentro de sua calça, simulava a existência de um pênis no lugar de sua vagina. Se ter um pênis era o que fazia com que as pessoas pudessem acessar o mundo dos homens, um pênis ela teria. Este cinzeiro funcionou como um “dispositivo performático” que utilizado desta forma substituiu o pênis. A antropóloga Andrea Lacombe, em suas pesquisas sobre mulheres masculinizadas, utiliza o termo “dispositivo performático” ao falar sobre o uso de pochetes⁸⁵. Compreende que estas são usadas por mulheres masculinizadas como a representação de um falo (LACOMBE, 2007). O que comprova que a ausência da carne pode ser substituída. Um objeto como uma banana, uma meia, uma pochete ou um cinzeiro podem ser “dispositivos performáticos” e atuarem como um falo.

Além do uso do cinzeiro, G. fala do chapéu, acessório utilizado por ela no momento de encenar seu papel masculino na brincadeira. Fazia parte de seu figurino, na composição deste personagem masculino, o uso de acessórios que reforçassem a ideia de seu personagem. Quando Judith Butler fala sobre performatividade⁸⁶ de gênero (BUTLER, 2003)

⁸⁵ Pequena bolsa usada abaixo da linha da cintura.

⁸⁶ O uso deste conceito, feito por Butler, remete aos estudos sobre *performance*. Estes que são estudos interdisciplinares envolvendo diferentes áreas como Ciências Sociais, Antropologia, Drama, Linguística, Filosofia, Estudos Culturais, Literatura Comparada, Dança, Música e Arte, e uma grande variedade de conceitos. São estudos considerados recentes, tendo uma maior

não há como não pensar em um espetáculo teatral, na qual os atores e atrizes envolvidos encenam papéis, decoram roteiros, vestem figurinos, tudo para que seu papel fique o mais próximo da verdade e assim convença o espectador. Desta mesma forma, a autora afirma que sexo e gênero são construídos culturalmente e performatizados, encenados por nós. Lembrar destas brincadeiras de infância remete ao momento em que a entrevistada se deu conta que poderia atuar em diferentes papéis.

As noções sobre sua sexualidade vieram logo no início da adolescência, quando percebeu que o fato de achar todas as meninas bonitas, gostar de todas elas e querer agradá-las, como em uma vez que passou a torcer para o São Paulo indo contra toda sua família de corintianos, não se tratava somente de amizade. Foi aí que passou a ficar com meninas e desde então só se relacionou com mulheres. Nunca teve experiências com homens, pois disse gostar do mesmo que estes gostam. Quando deu entrada ao presídio, foi presa junto com sua companheira, na época. Este relacionamento de sete anos terminou no presídio, onde ela se envolveu com uma outra mulher por mais quatro anos e, no momento da entrevista, estava casada (união estável) há dois anos com A., cujo a história já foi problematizada neste trabalho.

Quando chegou ao presídio, conta que não se vestia tão masculina, mas com o tempo passou a utilizar roupas mais masculinizadas como bermudões, camisetas e regatas, por exemplo. No entanto, outros marcadores já a denunciavam quanto a sua sexualidade fazendo com que as demais mulheres lhe reconhecessem como um paizinho. O que de certa forma fez com que ela despertasse ainda mais seu interesse em adotar tal estética:

E aí, na cadeia as guria viam um paizinho, né? Ai eu acabei vestindo mais masculino, mas ai foi dentro da cadeia mesmo, que na rua eu não me vestia tanto, eu me vestia mais em casa, ia trabalhar normal vestida de mulher. Eu tinha a minha sexualidade mas eu andava normal. Só em casa me vestia com bermudão, essas coisas. Na realidade eu me sinto bem me vestir assim, né? Não tenho preconceito de quem se veste de mulher e gosta de mulher, e também de eu estar me vestindo assim. Mas tem alguns lugares que

nem, ainda hoje por mais que tenha evoluído, né? Esse homossexualismo evoluiu muito, mas ainda há preconceitos, então ainda tem muito preconceito. Então se você vai procurar um serviço, eu acho assim, a gente quer estar no meio da sociedade, né? Você tem que estar mais, não totalmente feminina, mas nem masculina, você está unissex, você está representando, né? (G.M.S., 2013).

Apesar de ter sua sexualidade assumida na rua, ter sido casada com mulheres e ser uma mulher masculinizada, G. tratava de se cuidar em relação a sua forma de se vestir. Como disse, vestia-se mais “normal” em certos ambientes públicos e principalmente nos ambientes relacionados a trabalho para evitar que sua masculinidade se tornasse perceptível. Se vestir “normal”, seria se vestir de acordo com os ideais de feminilidade. Afinal, se vestir como uma mulher masculinizada poderia ser uma autodenúncia sobre sua sexualidade. Agora quando eu perguntei sobre suas roupas íntimas ela me disse que estas eram:

Masculinas! A gente usa cueca e top, né? A gente não usa sutiã, calcinha essas coisas, mesmo que tu queira se vestir, um pouco mais representado pra sociedade, você, a tua peça íntima não vai mudar. Você vai usar a mesma coisa. Simplesmente você só está representando para estar em um serviço, entendeu? Pra não haver críticas e etc. (G. M.S., 2013).

Ao falar sobre suas roupas íntimas aciona uma identidade coletiva. Quando diz “a gente usa” se refere às mulheres que, assim como ela, sentem-se masculinas, identificam-se com o universo masculino. Através da analogia das roupas, G. descreve como a vida de pessoas é feita de representações, de performances. Quando ela diz usar uma roupa unissex para trabalhar, está exercendo uma performance de acordo com o que as pessoas naquele lugar esperam dela. Diferentemente de quando ela está com o seu íntimo, seja na sua casa ou debaixo de suas roupas onde ela pode assumir a performance que mais lhe agrada. Em seu íntimo, em suas roupas íntimas, as pessoas não têm liberdade para investigar, ali ela pode ser aquilo que ela realmente deseja ser.

Não expor sua sexualidade era uma precaução tomada, tendo em vista o preconceito que poderia sofrer. Mesmo reconhecendo que as coisas mudaram, lembra que ainda há muito preconceito. Fato que com sua prisão muda consideravelmente. Assim como as mulheres heterossexuais que no presídio se libertaram de sua sexualidade, se sentindo mais livres se comparado com a vida que levavam anterior ao presídio, da mesma forma para esta mulher foi libertador. No presídio, G. pôde usar as roupas que sempre quis usar sem ser olhada de forma pejorativa por isso, ao contrário, passou a chamar mais atenção e fazer sucesso com as mulheres. Diverte-se ao lembrar: “As menina vê um paizinho, elas começam a dar em cima. O paizinho é o que mais faz sucesso. Daí tipo, se veste de homem, e daí as menina tão carente também.” (G.M.S., 2013).

Esta posição de destaque para os paizinhos implica em relações de poder nos relacionamentos entre estas mulheres. Como há menos paizinhos no presídio, estes são muito disputados entre as mulheres. Como estes possuem características masculinizadas, há muitas mulheres que se interessam somente por este tipo de mulher. Sendo assim, quando chega um paizinho no presídio pode ser motivo de disputa, o que faz com que estes paizinhos tenham muitas opções. Lembra que no seu caso se deslumbrou com a novidade: “ai aqui era tudo novo pra mim, pra mim com um monte de mulher? Eu fiquei louca, né? [risos].

Esta situação faz com que muitos paizinhos adotem a postura de “galinhas”. O termo “galinha” é usado tanto para homens como para mulheres que se envolvem com muitas pessoas. A diferença é que quando usado para mulheres sempre é em tom depreciativo, enquanto para os homens “pegar” muitas mulheres, ser “galinha” é algo que pode fortalecer sua imagem e despertar interesse de outras mulheres. Desta forma, os paizinhos sendo reconhecidos como “galinhas” não é algo ruim para sua imagem. Quem sofre com isso são suas companheiras ou as mulheres que se envolvem com estes. Segundo G.:

a mulher acaba sofrendo porque paizinho que nem eu aqui, ele trai muito, né? Ele é muito galinha. Ele quer ser homem, então ele acaba traindo a mulher que ele tá. E as mulheres já tem aquele negócio de quando tá com uma pessoa, estar mais com aquela mulher. E os paizinhos já querem ser homem, já querem ser galinha, entendeu? (G.M.S., 2013).

Ao adotarem esta postura, os paizinhos se colocam diferente das outras mulheres. Como a estes é atribuída a imagem das figuras masculinas do presídio, muitas vezes utilizam desta posição para desencadear relações de poder em relação às outras mulheres. Enquanto os paizinhos são vistos como naturalmente suscetíveis à traição, assim como os homens; já as mulheres são vistas como mais fiéis. Nessa situação, é possível identificar a reprodução de relacionamentos dentro da ordem heteronormativa. Os paizinhos, por vivenciarem a masculinidade em seus corpos, acabam tendo acesso a certas posições de poder em algumas situações, como neste caso.

No entanto, isso não quer dizer que esta seja uma regra e que estes paizinhos não sejam traídos e trocados por outros paizinhos, por mulheres femininas ou por outros homens. Fato recorrente que apareceu nas narrativas dos paizinhos. No caso de G., ela foi traída por sua companheira anterior que a deixou para ficar com um homem que estava preso nesta mesma instituição. Ambos se conheceram na cozinha do presídio, pois ambos trabalhavam juntos. A notícia chegou para G. algum tempo depois e este foi o motivo da separação. Enquanto ela como paizinho foi fiel, sua companheira a traiu. Ela mesma disse que sua posição de “galinha” era muito mais uma brincadeira do que realmente uma ação, pois em seus relacionamentos sempre foi fiel. Trocar galanteios com as outras mulheres era muito mais uma brincadeira. Uma atuação que sua performance masculina exigia.

Quando chegou ao presídio encontrou na identidade dos paizinhos a possibilidade de vivenciar plenamente sua masculinidade e sua sexualidade. Assim pode romper com a atuação que se submetia fora do presídio, para se encaixar em padrões de normalidade quando necessário. Contudo, ao assumir sua identidade de paizinho, outras cobranças em relação a esta identidade passaram a ser feitas. Cobranças em relação a sua masculinidade e sexualidade, como: ser ativa, viril, forte, “galinha”, dominante, entre outras. Não necessariamente G. se via contemplada desta forma. Não se ver inserida nos padrões de feminilidade não fazia com que esta mulher tivesse que engessar seu comportamento no campo das masculinidades e vice-versa.

Desta forma, compreendo G. muito mais como transgressora em suas ações do que reprodutora de normas e modelos. Ela se permite deslocar em sua masculinidade e feminilidade de acordo com as situações. Em todo momento chamei G. de mulher masculinizada justamente por isso, pois em nenhum momento ela manifestou se sentir como um transhomem. Quando perguntei a ela como se identificava ela me disse: “não vou dizer que eu sou homem porque eu não sou

homem.”. (G.M.S., 2013). Complementou ainda: “Eu sou assim, né, eu gosto de me vestir de menino”. (G.M.S., 2013). Exercer sua masculinidade não faz desta mulher um homem, afinal a masculinidade não é uma concepção da natureza.

4.2.2 – A história de Ga.

Sempre me envolvi com os meninos nas atividades, mas sempre tive relacionamento com mulher. (G.C.O.G., 2013).

A análise das narrativas de Ga. revelou muitas semelhanças se comparadas à história de G.. Entre tantas semelhanças, foi oportuno não se aprofundar nas questões em comum entre as histórias, mas ressaltar algumas diferenças encontradas na história de Ga., disposta a discutir outras questões não abordadas anteriormente.

Assim como G., Ga., 26 anos, morena, natural de São Francisco do Sul, presa por tráfico de drogas, tinha a infância como o primeiro momento em que passou a perceber o quanto o mundo dos meninos lhe agradava mais que o mundo das meninas. Queria estar envolvida nas atividades dos meninos, brincar das mesmas brincadeiras, ter seus brinquedos e usar suas roupas. Mas, ao tomar consciência da existência de sua sexualidade, percebeu que interesse desta ordem ela não tinha nos meninos, pois quem lhe interessava realmente eram as meninas. Assumiu sua sexualidade na adolescência e, desde então, relacionou-se apenas com mulheres. Teve muitos relacionamentos fora do presídio e dentro do presídio também, o que lhe rendeu uma lista grande de términos. Quando perguntei a ela a causa, a resposta foi: ciúmes.

Era notável que, no presídio, Ga. chamava atenção entre as demais. Em minha primeira visita ao presídio já havia visto Ga. circulando pelo pátio. Logo me chamou atenção, pois identifiquei alguns marcadores masculinos em sua postura e vestuário que denunciavam sua sexualidade. Com um bermudão, camiseta, cabelos curtos e piercing, andava pelo pátio. Com algumas mulheres em sua volta ficou apenas observando de longe enquanto eu contava, para algumas mulheres, um pouco sobre a pesquisa. Chamava atenção entre as outras por ter marcadores masculinos, ser jovem, bonita e ter estilo. Com estas características e, sabendo o quanto os paizinhos fazem sucesso no presídio, era fácil imaginar que Ga. provavelmente era bastante cortejado entre as mulheres. Quando conversamos, reforçou esta ideia, dizendo: “Hoje, aqui no presídio, tem muitas mulheres que são casadas,

que se interessam por mim. Eu não quero mais mulher casada também! [risos]. Não! Porque se não daqui a pouco esses homem tudo vão me matar quando eu sair!”. (G.C.O.G., 2013).

Com esta colocação, Ga. reforçava sua imagem de “pegadora” e seu sucesso não somente entre as mulheres homossexuais, mas também entre as heterossexuais. Sobre seu sucesso com estas últimas complementa: “Não sei se elas vê um homem na frente delas!”. (G.C.O.G., 2013). Referindo-se ao fato de ser uma mulher masculinizada e por isso atrair mulheres que gostavam de homens. Seus marcadores anunciavam sua sexualidade.

Até aqui sua história se assemelhava muito com a de outros paizinhos e mulheres masculinizadas, até que no auge do discurso sobre sua masculinidade ela me contou sobre já ter participado de concursos de beleza:

eu já fui rainha do carnaval em São Francisco! Cabelo comprido, é! Eu tinha, mas eu era casada com uma mulher! Eu fui rainha do carnaval em 2003. Em 2003 rainha do carnaval. Em 2002 eu fui princesa da Festilha, em São Francisco. [...] Por que eu me vestia, mas não muito masculina. Eu me vestia com bermuda masculina, mas com top, né? Aí eu... Pra eu concorrer né, eu tinha que botar o biquíni! No carnaval eu tive que ir bem feminina! Aí eu mostrava meu corpo, mas não gostava muito. Por que minha família queria que eu fosse. Aí como eu gostava de sambar, essas coisas assim, eu peguei e resolvi concorrer a rainha do carnaval. Ganhei! [risos]. É bem difícil! Complicado! Eu ia... tinha que me apresentar em cima dos palcos, né! Então eu era bem assediada. Até pros meus amigos até que sabiam que eu não gostava de homem. Eles também... que nunca tinham me visto, né! Eles sempre me viam roupas largas, essas roupas assim... Eles nunca tinham me visto de biquíni. Eu era bem assediada. Era bem difícil pra mim! Mas quando vinham, eu já falava, já, que eu não gostava de homem. Ah! Eles ficavam chamando de gostosa. Eles queriam... Eu falava que não adiantava e que de mim eles nunca iam ter nada porque eu não gostava de homem. (G.C.O.G., 2013).

No momento em que Ga. narrou sobre sua performance feminina nos concursos de beleza era possível perceber Ga. como a própria representação da subversão. Ao nascer e ser identificada como uma menina, por ter uma vagina, Ga. foi enquadrada socialmente em um universo de feminilidade. Na infância lhe foram ofertadas possibilidades dentro desse universo, o que por ela foi recusado. Afinal, ela se interessou pelo universo dos meninos. Desta forma, constituiu-se dentro deste universo de masculinidades. Na adolescência, sua sexualidade despertou pelas mulheres e ela logo, ao se assumir, tornou esta informação pública para as pessoas que conviviam com ela. Assim, todas as pessoas ao seu redor tinham se acostumado a entender Ga. como uma mulher masculinizada que se relacionava com mulheres. Quando ela resolveu, aos 16 anos, participar de concursos de beleza causou um choque, principalmente em seus amigos que sempre a viam como uma menina/menino. Neste caso o que causou estranhamento não foi sua performance masculina e sim sua performance feminina. Pois ao longo de sua vida já havia fixado sua performance masculina. Quando rompe isso através da participação do concurso demonstra mais uma vez como masculinidade e feminilidade em nada tem a ver com natureza. Esta é apenas uma atuação com base em nosso sexo, que por sua vez também é outra invenção.

Quando Ga., que em seu cotidiano vestia bermudões, bonés e top, resolveu subir em uma passarela de concurso de beleza feminina vestida de biquíni, exibindo seu corpo, sendo feminina, ela estava exercendo um ato performático. Estava atuando como uma mulher. A atuação foi tão boa que acabou recebendo títulos de rainha e princesa por isso, ganhando o concurso.

Esta história no presídio é a sensação entre suas colegas. Conta: “Às vezes as meninas aqui dentro querem botar, porque elas viram minhas fotos do carnaval, elas querem me vestir, botar uma calça coladinha. Só que eu não me sinto. Já botei, pra elas... né... verem, mas eu não consigo. Eu não me sinto bem daquele jeito.” (G.C.O.G., 2013). O que para as demais mulheres é algo comum do cotidiano ao vestir uma saia, um vestido ou uma calça coladinha, quando se trata de um paizinho é uma atração. Pois, aquela não é uma peça pertencente ao seu guarda-roupa, geralmente composto por peças consideradas masculinas. Se vestir com estas peças que não fazem parte de seu cotidiano é uma performance. Uma forma de se travestir. Suas fotos de rainha do carnaval causam tanto furor, pois ela aparece “vestida de mulher”, diferente de como se veste em seu cotidiano.

Apesar de não se ver inserida em um universo feminino e assumir a identidade de paizinho, Ga. não se considera um transhomem. Argumenta: “Eu me sinto como uma mulher, né! Só que eu me visto de homem! [...] Eu hoje, me sinto como Ga., como eu mesma. Só que... que eu me visto diferente, né!”. (G.C.O.G., 2013). Conclui mostrando através de sua experiência quanto nossos papéis de gênero e identidades são performáticos, são construídos e podem ser desconstruídos.

4.2.3 – A história de M.

todo mundo achava que eu era um menino, sabe? Dai as menina vinham falar comigo, ai minha mãe me derrubava, não é?: ‘- M., M., M.’ [imitando a mãe ao chama-la pelo nome de registro feminino], e eu, - ‘que M., mulher? Quieta!’ [RISOS]. (M.F.P., 2013).

Ao ouvir M. contar sobre sua história de infância, foi inevitável não lembrar de *Tomboy* (SCIANMA, 2011). Filme que conta a história de Laure, uma menina que resolve se apresentar como Mikael para seus novos vizinhos. Como ela possuía cabelos curtos e não se vestia de forma que a denunciasse foi bem aceita como um menino entre os demais e passou a despertar interesse em uma menina da vizinhança. Assim como Laure, M. passava tranquilamente como um menino em sua infância e segundo ele aproveitava destas situações para experimentar a vida como um menino, até sua mãe aparecer e acrescentar uma vogal em seu nome, o que fazia toda a diferença em sua performance. Ao experimentar o mundo como um menino, M. pode brincar de certas brincadeiras, interagir em certos grupos e principalmente despertar o amor de suas amiguinhas.

Assim como os outros paizinhos entrevistados, M., 25 anos, branco, preso por roubo e latrocínio, disse se ver desta forma desde sua infância. Neste período experimentou diversas performances em companhia de seu irmão. Relembra:

Já trocava de roupa, entre meu irmão, com ele. Meu irmão também é. Hoje em dia também ficou né? É homossexual, né?[...] Ai quando o pai chegava, nós se escondia rápido, se trocava rapidinho. Muitas vezes a minha avó, assim, pegou ele: - vai guri, vai tirar essa saia! [...] ‘Dá mano, dá tua calça pra mim que eu quero jogar

bola'. Dai jogar bola. Eu era muito viciada em jogar bola. Meu deus do céu! Dai ele mais era as partes de menina, ai tipo assim, quando era carrinho, ele já não era muito dos carrinhos. Essas coisas, nós tinha casinha de bonecas, ele ficava mais na barbie. Ficava mais nas barbies e eu dava pra ele, não é? E ficava com os carrinhos dele. (M.F.P., 2013).

Mais uma vez a ideia de trocar de roupa, trocar a saia pela calça, a calça pela saia, representa simbolicamente a troca dos papéis de gênero e identidades. Ao trocar de roupa com seu irmão M. automaticamente se via autorizado a assumir os papéis sociais de seu irmão e também sua identidade ao se apresentar para os/as amiguinhos/as como um menino. Assim como ele fazia ao usar suas saias e brincar com suas bonecas. Ao trocar de roupas, estas crianças em suas brincadeiras pareciam compreender muito mais facilmente a artificialidade de seu sexo e gênero. Para eles, tudo acontecia naturalmente até a intervenção dos pais ou da avó lembrando que aquilo era errado.

Na infância é muito comum as crianças agirem livres dos padrões e normas sociais. Lembro sempre da fala de uma criança que conheci. Um sobrinho de uma amiga, que na época do ocorrido tinha uns três anos. Este adorava a cor rosa. Um dia uma professora de sua escola o advertiu sobre o uso desta cor, dizendo que esta era uma cor de menina. Ele prontamente respondeu: “então eu sou um menina!”. E continuou a gostar da cor. Para ele, no momento, o mais importante era usar seu lápis de cor rosa. Se isso implicaria em outra classificação não seria um problema. Seria apenas uma estratégia para acessar seu lápis rosa e se divertir. Estas são experiências que muitas crianças vivenciam em sua infância. Contudo, ao serem advertidas por tantas vezes passam a considerar estas ações como erradas.

Todos os paizinhos com quem conversei lembram destas suas livres performances na infância. Porém, ao longo de suas vidas entenderam que o fato de possuírem uma vagina fazia deles uma mulher. Não abdicaram por isso do universo das masculinidades e por isso se veem como mulheres masculinas. O caso de M. considerei diferente, se comparado com os outros paizinhos com quem conversei. Mesmo sendo advertida sobre seu sexo, carregando um nome feminino e na adolescência vendo as transformações que seu corpo, este não se via

como uma mulher. Para além de seus desejos e performances dentro do campo das masculinidades, M. me disse que sempre se entendeu como:

Menino, se eu pudesse andar o tempo inteiro sem camisa eu andava. Antigamente eu até fazia isso. Ficava viajando assim, égua! [...] As vezes eu me olho e penso assim: meu deus do céu, porque deus não fez um homem, não é? Não sei, eu não preciso de homem pra nada, faço tudo sozinho. Só vou dizer, se tu não me conhecesse, e me visse assim? Tu ia achar que eu era uma menina? Agora tu pode até dizer não tá parecendo uma menina, mas? (M. F. P., 2013).

Não se tratava de acessar o universo masculino, ter preferência pelas roupas, estética e modelo de agir. Para M., ele se via como um homem, mas em um corpo biologicamente feminino. Como diz acima, quando se olhava no espelho, questionava deus porque ele não havia feito um homem. Afinal, no momento de se olhar no espelho era o momento de confrontar vagina, seios, curvas que para M. não faziam sentido, tendo em vista como se sentia. Perguntei a ele, assim como perguntei aos outros paizinhos se ele gostaria de modificar seu corpo, fazer cirurgias e a resposta foi certa:

Mudaria! Meu Deus do céu! [RISOS]. Eu faria. Uhum. É eu, só que tem uma coisa em tudo isso, né? Como eu posso dizer, que eu sou conhecedora da palavra de Deus, isso daí nos olhos de Deus, abomina! Eu sei disso. Que isso daí, é meio, que diz que não tem perdão, não é? É porque Deus fez eu assim, então ele me provou também, mais uma, ele provou que eu sou uma mulher. Que eu não sou um menino. Assim como ele mandou o meu filho, no mundo, né? (M. F. P., 2013).

Sua fala representa todo o resquício da intervenção religiosa no campo da sexualidade. Segundo Foucault (1988), o cristianismo desenvolveu códigos morais e interdições no sentido de construir uma “Verdade do Sexo”. Em sua infância, M. participava com seus pais da igreja evangélica “Deus é Amor” onde foi catequizada, ou seja, teve o “conhecimento da palavra”. Saber da palavra é internalizar todos estes códigos morais e interdições. É internalizar este saber tido como verdade absoluta. Desta forma, mesmo nos dias atuais, M. se diz

“desviada” da religião, por ter deixado ainda na infância de participar dos cultos, mas ainda mantém os ensinamentos internalizados e a “culpa cristã” consigo. Por isso julga sua forma de ser errada. Esta é considerada errada, pois não está dentro desta rede de saberes sobre os corpos imposta através do discurso religioso como verdade. O fato de M. ter tido um filho, independente das circunstâncias em que isso aconteceu (fato abordado em detalhes em outro parágrafo), segundo M. é uma prova divina da verdade sobre seu corpo.

Ao longo de sua vida, M. somente se relacionou afetivamente e sexualmente com mulheres. Disse se sentir interessada por mulheres desde sua infância. O filho que ele se refere, que foi enviado por deus para mostrar que ele era uma mulher, foi resultado de um estupro. O fato de se ver como um homem, se portar como um homem, mas ter um corpo de mulher sempre manifestou indignação nos homens com quem ele convivia. Sobre este desconforto dos homens para com ele relembra: “Tem muitos que andavam com as minhas irmãs, e iam lá em casa, e falavam: - tua irmã é tão bonita, né? Porque tua irmã é assim, não é? Ela podia até arranjar um casamento melhor pra ela”. (M. F. P., 2013).

Para muitos homens era inconcebível verem M., pois ele era uma provocação. Afinal, como “uma mulher” poderia viver como um homem, sem precisar de um homem ou esnobar um homem. Além do mais ele era visto como “uma mulher bonita”. Como se esta posição pudesse ser assumida apenas por pessoas consideradas feias, por não terem outra opção, ou por serem recusadas pelo público masculino. Desta forma, comentários deste tipo eram recorrentes. Vindos até mesmo de sua família, como de seu cunhado.

Conta que um dia foi na casa dele e os dois beberam juntos. Depois disso, M. disse ter passado muito mal e ter ficado desacordado. Enquanto passava mal lembra de ter ouvido comentários de seu cunhado sobre seu corpo, enquanto tentava tocá-lo sem sua autorização. Mesmo no estado em que estava disse ter tentando impedir, mas depois disso só lembra de ter acordado no sofá da casa no outro dia. Estava vestido, mas tinha dores em seu corpo. Sem entender muito bem foi embora e tempos depois começou a passar mal. Pelos seus sintomas a família começou a falar em gravidez, mas para ele isso não fazia sentido. Após fazer o teste, por insistência da família, descobriu que estava grávida. O que foi uma surpresa para ele, pois nunca havia estado com um homem. No entanto, lembrou do ocorrido na casa de seu cunhado e esta era a única possibilidade de isso ter acontecido.

Disse que sua família cobrou um posicionamento de seu cunhado, que negou, mas curiosamente quis casar com M. e assumir o filho. Ao

lembrar dos comentários de seu cunhado, antes do ocorrido, M. conclui: “Decerto quis provar pra mim que eu era uma mulher, entendeu? Eles, como diziam, ‘vou te mostrar pra ti que tu é uma mulher, tu não é um homem’”. (M. F. P., 2013). Estuprá-lo foi a forma que encontrou de dominar aquele corpo que desafiava sua masculinidade.

O estupro nunca foi denunciado e M., que se via como um homem, teve que lidar com o fato de ser estuprado e estar grávida. Sua maior preocupação naquele momento, mais do que com o estupro, era com aquele corpo estranho dentro de seu corpo e o quanto aquilo desafiava sua construção social masculina, lembra: “‘Porra, uma criança! Agora, do jeito que eu sou, e agora?’”. Eu me senti envergonhada. Porque o que iam pensar? Que eu gosto dos dois?”. (M. F. P., 2013). Mesmo sendo a vítima da situação, a preocupação de M. era com o que iriam falar sobre ela, sobre sua sexualidade, sobre sua masculinidade. Preocupação que tinha muitos fundamentos, afinal em uma sociedade machista como a que vivemos, a vítima de violência sexual é acusada de ser responsável pela violência sofrida. Além disso, denunciar a violência e assumir a gravidez era tornar público o fato de que M. havia tido contato sexual com um homem, o que para ele era ter sua identidade questionada pelas pessoas. Desta forma, escolheu esconder a gravidez. “Eu fiquei bastante encolhida. Bastante. Tem gente que nem sabe se é meu filho ou não é. Sabia? Porque barriga minha tipo nem aparecia. Minha barriga.”.

A sequência de períodos traumáticos para M. ainda não tinha se findado e uma nova violência ele sofreu quando chegou a hora de ir para a Maternidade e ter que lidar com os procedimentos do parto. Conta: “Fiquei com um nojo daquele médico. É com essas coisas né? De toque, esses bagulho aí. Fiquei com nojo disso.”. (M. F. P., 2013). Novamente, o corpo de M. estava exposto e sendo esquadrihado por um homem que com sua autoridade médica podia penetrar seu corpo. Tendo em vista que os direitos básicos a saúde dos/as transexuais ainda é algo restrito a este grupo e que a classe médica, em sua grande maioria, pouco se esforça para entender as especificidades de seus pacientes é possível imaginar como este corpo marginalizado foi tratado.

Além disso, é importante pensar que em uma Maternidade, independente da situação que uma pessoa grávida chegue, ela será tratada como mãe e M. foi lembrado disso logo após o nascimento, relembra:

‘- oh mãe, é um menino.’. Sabe? Dai eu olhei assim, e não falei nada, sabe? Ai depois eu fui lá

pro outro quarto deram banho, depois vieram, eu não sabia nada. Ai a mulher ensinou como é que era, sabe? É, meu deus do céu! Mãe? Que que é isso? [RISOS] É muito assim, ao mesmo tempo era meio coisa, ao mesmo tempo era bonitinho, né cara. (M.F.P., 2013).

A maternidade, assim como a feminilidade e a masculinidade não são dados naturais, é algo construído. Desta forma, qualquer pessoa pode construir sua maternidade ou não. No caso de M., ele não se considerava como mãe, mulher ou dotado de maternidade. Porém, na maternidade, quem concebe uma criança é mãe. Como ele não sabia nada sobre como ser mãe ali recebeu os primeiros ensinamentos. E assim, M. construiu este novo papel em sua vida. Esta nova performance, a de mãe. Como disse: “Dai eu fiz tudo que uma mãe faz”. (M. F. P., 2013). Fazer o que uma mãe faz é agir de acordo com um modelo. Ninguém nasce sendo mãe, as pessoas se constroem como tal e atuam de acordo com um modelo pré-estabelecido culturalmente. Assim, M. foi aprendendo através de observação como uma mãe deveria ser e o que deveria fazer. Aprendeu a amamentar seu filho, como dar banho, tratar cólicas e gripes. Nesse processo aprendeu a amar aquela criança que como disse “era tudo” para ele. No momento em que realizei a entrevista disse que seu filho já estava com oito anos e vivia com sua família enquanto ele estava preso.

Mais do que a violência sofrida para M. esta experiência em sua vida foi a prova de deus de que ele era uma mulher. A gravidez, resultante de um estupro, para ele foi um lembrete de deus ao indicar a verdade sobre seu corpo. O que fomentou todo o discurso que ele havia ouvido ao longo de sua vida, seja da sua família, dos amigos de suas irmãs, entre tantos outros que indicavam que biologicamente ele era uma mulher. No entanto, apesar de considerar esta situação como um aviso não deixou de se sentir como um homem. Continuou se sentindo da mesma forma, embora tenha se tornado um homem-mãe. Criando seu filho sozinho sem ajuda de nenhum homem, como ele enfatizou na entrevista.

Ao chegar ao presídio, M. encontrou uma realidade de muitas possibilidades. Lá viu que existiam outros paizinhos, outras pessoas que assim como ele se identificavam com o gênero oposto. Além disso, percebeu que ser um homem na Ala Feminina não era ser anormal. Naquele mundo de mulheres ser um homem era estar em evidência. Era um artifício para conseguir ficar com as mulheres. Disse que se sentiu

em casa, por encontrar muitas mulheres e, segundo ele, muitas mulheres que gostam de ficar com mulheres. Desta forma, acredito que se sentiu mais confortável para considerar sua sexualidade. Digo isso pensando em sua narrativa quando me disse que tinha repensado seu nome no presídio. No início da entrevista M. se apresentou como M. (nome de batismo feminino). No entanto, devido a suas colocações ao longo da entrevista, sobre se identificar como homem, perguntei a ele como gostaria de ser chamado e se preferia que eu me referisse a ele utilizando o artigo “o” ou “a”, que indicam respectivamente masculino e feminino na língua portuguesa. Foi quando ele me contou sobre sua nova estratégia. Explica:

O, né? Ah eu botei Alex agora! [RISOS]. Meu vulgo é Alex. É, é Alex, porque tem duas M., né? Ai falei não, pow, chama ela e vem eu. As menina chama ela de M. né? Também, dai não, vamo botar então M., não agora meu nome é Alex, e pronto. Alex? Daquele desenho. Daquele desenho lá do bichinho. É, dai, igual agora, e lá, chamou a M., a M. tava lá em cima da jega, arrumando a jega sabe? Dai – ‘Hei Alex, tão te chamando aqui’. [RISOS]. Já sabem, já, já. Ai teve uma pessoa assim: - ‘Hei o cara tá te chamando, Alex’. Dai bem assim, dai agora eu fui. Se chama M. não. ‘Não vou tá podendo, não, não’. Tem gente que fica brava: - ‘Eu conheci tu como M., vai ser M.. Tu não vais mudar.’. Sabe? (M.F.P., 2013).

Um dos significados para a palavra “Vulgo” nos dicionários de Língua Portuguesa é "o que é costume". A forma com que uma pessoa é costumeiramente chamada e conhecida pode ser chamada de vulgo. Este não necessariamente é o nome de batismo da pessoa. Um vulgo pode ser outro nome adotado pela pessoa, um apelido ou outra forma de tratamento que seja mais popularmente conhecida. No presídio, os vulgos são muito utilizados entre as/os detentos/as. Nas pesquisas documentais realizadas, por exemplo, foi muito comum encontrar junto aos registros de uma pessoa o seu vulgo ou junto ao vulgo o nome de batismo da pessoa. Chamou-me atenção, principalmente, dois exemplos que transcrevo a seguir. Neste primeiro uma anotação do ano de 2005 informava: “veio de Florianópolis permuta Z. M. A., vulgo

(Joanzinho).”⁸⁷. No segundo, já no ano de 2010, novamente uma anotação similar dizia: “o regalia da farmácia de nome A. M. M. P. ‘vulgo Sabrina’ foi flagrado pela agente B. tentando repassar a detenta I. G. três celulares embalados em caixas de remédios”.⁸⁸.

Nestes dois exemplos o nome de batismo da pessoa não correspondia ao vulgo no que se refere a identidade de gênero. No primeiro caso tratava-se de um nome de batismo feminino e um vulgo que indicava um nome masculino. Já no segundo um nome de batismo masculino para um vulgo feminino. Sobre o primeiro caso não sei falar sobre quem era “Joanzinho”, pois não obtive maiores informações. Já no segundo caso tratava-se de “Sabrina”, uma mulher transexual que ainda estava detida no momento em que a pesquisa estava sendo realizada. Sabrina estava na Ala Masculina, mas em algumas informações aleatórias seu nome aparecia no Livro de Registros da Ala Feminina, isso porque mantinha contatos com as mulheres, quando possível. Como neste registro onde seu nome aparece quando ela negociava com as outras mulheres da ala.

Usar um vulgo é a possibilidade de ser outro/a, de assumir outra identidade e no caso de transexuais é a oportunidade de assumirem um nome social condizente com a identidade de gênero que estes/as se sentem pertencentes. Por mais que a instituição insista em chamar estes/as pelo seu nome de batismo, em seu cotidiano é através dos vulgos que são reconhecidos/as. Por isso a importância destes serem anotados nos livros, afinal todos/as reconhecem estas pessoas pelos seus vulgos e não por seu nome de batismo. No exemplo de M. ao escolher ser chamado por “Alex”, um nome que não denota ser masculino ou feminino⁸⁹, foi a forma que encontrou de se desvincular de seu nome de batismo. Pois assim, como em sua infância, quando sua mãe denunciava seu nome feminino para suas amiguinhas, ao ser chamado de M., no presídio, continuou a ser lembrado disso. Utilizar este vulgo, portanto, é a forma que encontrou de ser tratado por um nome condizente a sua identidade.

4.2.4 – Histórias Cruzadas

⁸⁷ LIVRO DE OCORRÊNCIAS DO PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE – ALA FEMININA, 04 jan. 2005.

⁸⁸ LIVRO DE OCORRÊNCIAS DO PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE – ALA FEMININA, 12 mai. 2010.

⁸⁹ Em português o nome Alex é usado para meninos, mas na língua inglesa, por exemplo, é usado tanto para meninos como para meninas. O sotaque utilizado por M. me levou a crer que se referia à língua inglesa. Provavelmente o desenho que o inspirou para a escolha do nome era alguma produção estrangeira.

Muito mais do que reprodutores de normas e padrões construídos socialmente sobre sexo/gênero/desejo vejo os paizinhos como figuras subversivas. Estes, através de suas diferentes experiências ao longo de suas vidas, comprovam não só a artificialidade da masculinidade, ao vivenciá-la livremente, independente do sexo que foram designadas ao nascerem, mas a artificialidade da feminilidade. Comprovam como o sexo, o gênero e o desejo são artificiais. Por mais que reproduzam em suas performances modelos masculinos e, em seus relacionamentos, comportamentos heteronormativos, ao fazerem isso comprovam antes de tudo que a masculinidade não é algo natural e inerente aos corpos biologicamente masculinos. Questionam a própria concepção de corpo masculino ao recriarem este através de dispositivos performáticos, como quando G. utiliza um cinzeiro em formato fálico para simular um pênis. Além disso, demonstram através de suas narrativas e diferentes experiências que mais do que reproduzir modelos hegemônicos, transitam entre papéis de gênero e identidades livremente.

Ser uma mulher masculinizada ou no caso de M. ser um transhomem não impediu com que estas/es pudessem ao longo de suas vidas transitarem entre papéis masculinos e femininos. Afinal, como G. afirmou em dado momento da entrevista, trata-se de “representações”. Através de suas narrativas é possível identificar como estas em determinadas circunstâncias quebram com esta fixidez do gênero. Como quando Ga. após ter sua imagem masculina estabelecida e reconhecida socialmente, resolve concorrer em um concurso de beleza sambando de biquíni pela cidade no Carnaval. Ou quando M., após ter seu filho, constrói sua maternidade e o amor de mãe.

Outro ponto importante a ser considerado é, mais uma vez, a atuação do presídio como dispositivo para (des)construções de papéis e identidades de gênero. Todos os paizinhos já haviam assumido sua homossexualidade desde o final da infância e início da adolescência. Já haviam “saído do armário” há muito tempo e todos tinham em comum a masculinidade. Porém, no presídio se sentiram livres para adotarem outras posturas em relação a seus papéis e identidade de gênero. Como quando M. disse ter decidido usar outro nome (vulgo) mais condizente com sua identidade de gênero. Ou quando G. disse assumir no presídio uma forma mais masculinizada de ser. Como perceberam que a Ala Feminina era um lugar que a sexualidade podia ser vivenciada livremente, permitiram-se transitar e assumir novos papéis e identidades.

Todas já possuíam características masculinizadas, por isso receberam a identidade de paizinhos. Porém adotar uma postura mais masculina, como no caso de G. é uma estratégia na ala, tendo em vista

que os paizinhos são disputados entre as demais mulheres, justamente por possuírem estas características. O que implica em certa relação de poder para os poucos paizinhos existentes na ala. Contudo, notei que esta relação de poder acontece somente no que se diz respeito ao campo dos flertes e conquistas amorosas. Não percebi nenhum dos paizinhos como uma figura de liderança para as demais mulheres.

Por último, é pertinente destacar o fato de M. ter expressado seu desejo em assumir sua transexualidade e como sua condição é diferente dentro de um presídio de mulheres se comparado ao caso de mulheres transexuais. Para transexuais viverem em um presídio masculino, para onde geralmente são encaminhadas, é ter que lidar com ameaça de violência e ataques homofóbicos constantes. Além de assumirem posições geralmente inferiores, pois representam a figura feminina. Isso também é muito comum acontecer com os detentos homossexuais. Tendo em vista esta realidade do sistema prisional, denunciados através de movimentos sociais, alguns presídios do Brasil passaram a adotar políticas públicas para esta população, construindo alas específicas para homossexuais e transexuais. A primeira Ala LGBT foi construída em 2009 no estado de Minas Gerais, como resultado do projeto elaborado pela secretária de desenvolvimento social Walkíria La Roche⁹⁰. No ano de 2012 foi criada a Ala GBT no Presídio Central de Porto Alegre⁹¹ e em 2013 foram criadas alas LGBTs em três presídios da Paraíba⁹².

Apesar de algumas destas siglas contemplarem a população lésbica e transexual (mulher transexual ou transhomem), as alas são constituídas em sua grande maioria por mulheres transexuais, homens bissexuais e gays, já que são vistos como população de risco quando estão na ala masculina. Nesse sentido a população carcerária feminina convive muito melhor com a homossexualidade e transexualidade. Os paizinhos fazem sucesso com as mulheres por serem masculinizados, muito diferente do que ocorre com as mulheres transexuais na ala masculina.

⁹⁰ Walkíria La Roche é uma importante militante LGBT que ficou conhecida por ser a primeira transexual a ocupar um cargo executivo no governo mineiro. É responsável pela criação do projeto da primeira Ala LGBT em presídios brasileiros e também criou a Coordenadoria de Políticas de Diversidade Sexual do governo de Minas Gerais. Mais informações disponível em: <http://colunas.revistaepoca.globo.com/mulher7por7/2011/06/03/do-movimento-gblt-ao-governo-de-minas/>. Acesso em: 02/02/2015.

⁹¹ Disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=415579>. Acesso em: 02/02/2015.

⁹² Disponível em: <http://noticias.r7.com/cidades/fotos/paraiba-cria-alas-para-gays-em-presidios-apos-denuncias-de-estupros-12092013?foto=3#1/foto/1>. Acesso em: 02/02/2015.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar estas fontes percebi que a Ala Feminina do Presídio Regional de Joinville se mostrou um lugar onde os discursos sobre gênero e sexualidades emergiam. Isso por conta de um movimento de transformações que ocorreram ao longo destes dez anos analisados (2003-2010). Seja a visibilidade que o movimento LGBT adquiriu ao longo destes anos, a maior exposição da temática nos meios de comunicação e consequentemente as mudanças no campo jurídico, que passou a oferecer respaldo a sujeitos/as LGBT na garantia de seus direitos através da aprovação de leis e resoluções. Se no ano de 2013 encontrei facilidade em conversar com estas mulheres sobre suas mais diferentes experiências afetivas e/ou sexuais com outras mulheres, além de evidenciar que estas possuíam seus direitos reconhecidos em relação às visitas íntimas e uniões estáveis, foi uma consequência de rupturas ocorridas ao longo destes anos que refletiram na instituição prisional e em seus posicionamentos. No entanto, isso não quer dizer que estas já não vivenciassem estas práticas anteriormente e não resistissem diariamente. Através dos registros dos Livros de Ocorrências foi possível identificar várias mulheres que subvertiam as normas impostas aos seus corpos e suas ações, apontando para desconstruções de normativas de gênero e sexualidade.

Segundo o filósofo Jacques Derrida é através da ruptura com a metafísica ocidental que há a possibilidade de construir novos discursos (DERRIDA, 1995). Tendo em vista que o atual sistema sexual faz parte desta construção se saberes e verdades é necessário promover uma desconstrução neste sistema, para que outros discursos possam emergir. Esta linha promovida por Jacques Derrida e também por Michel Foucault vai servir de base para diferentes pensadoras/es no campo do gênero e sexualidade, como Judith Butler. A autora promove sua discussão ao problematizar o gênero e a sexualidade através de corpos que desconstroem o sistema de saberes e verdades. Estes tem o poder de perturbar o sistema convencional, as normas e padrões. Nesse sentido, procurei pensar sobre estas mulheres nos presídios e se estas através de suas experiências e práticas abalam o sistema de verdades sobre os corpos ou se continuam a reproduzirem normas.

Para a antropóloga Mirella Alves de Brito não há rupturas significativas em um presídio, pois tratasse de uma mesma sociedade. Segundo a autora: “são partes de uma mesma forma de conhecer, apreender, significar, repensar, revistas ou apenas reafirmadas, a partir

de situações particulares, eventuais, contextuais” (BRITO, 2007, p.55). Assim, notou em seu campo de pesquisa que as atividades tidas como femininas (trabalhos de cozinha, organização das celas, cuidados com higiene e corpo), bem como as relações de amizade, solidariedade e maternidade permeavam os discursos das presas, sendo que aquelas que se recusam a agir nestes modelos eram consideradas malandras. Ou aquelas que só queriam mandar, na fala de uma das entrevistadas, eram consideradas homens. Estas mulheres reproduziam as mesmas normas impostas pela sociedade em seu cotidiano e aquelas que rompiam com as normas esperadas para uma mulher eram consideradas homens. Ou seja, Brito havia encontrado situações que não rompiam com os binarismos.

Da mesma forma que esta autora, também encontrei uma série de repetições de padrões tanto masculinos como femininos entre as narrativas das entrevistadas. Mas, mais que reproduções percebi ressignificações de papéis de gênero e identidades. Como nos exemplos de mulheres que ao serem presas romperam com o matrimônio e a maternidade, se permitiram ter outras experiências quanto a sua sexualidade e constituíram novos arranjos familiares.

Percebo muito mais significativa as rupturas com a heterossexualidade compulsória tendo em vista que a Ala Feminina por si só já é um espaço que não se constrói de forma heterossexual. Assim como não se constrói sobre o ponto de vista patriarcal, tendo em vista que estas reconhecem o espaço como um “mundo de mulheres” e vem na figura de uma mulher, cujo “vulgo” é mãe, a figura de liderança. Categorias são reafirmadas, no entanto elas são ressignificadas. Assim como acontece com os paizinhos.

Estes muito mais que reproduzirem as masculinidades em sua performance demonstram a artificialidade desta ao vivenciarem ela em corpos considerados biologicamente femininos. Rompem também com as noções de corpos e prazeres, mostrando que estes também são artificiais e podem ser ressignificados através de outros “dispositivos performáticos”.

Além destas rupturas em normas de gênero e identidade, penso também na ressignificação do prazer nestas relações de mulheres. Onde não há a figura masculina ditando o tempo de começar uma relação e termina-la. Como uma das entrevistas disse: É diferente. Homem já não quer nem saber não é? Se tá com prazer ou não tá, ele tá, não é?. (B.C., 2013). Em muitas situações o sexo heterossexual é sinônimo do tempo do homem heterossexual que escolhe quando fazer e como terminar uma relação sexual, independente de como a mulher esteja se sentindo antes,

durante ou depois. O sexo entre mulheres também desconstrói a ideia falocêntrica, mostrando que há ressignificações do corpo e dos prazeres. Outros “dispositivos performáticos” podem atuar, não necessariamente sendo um falo.

As posições de atividade e passividade também marcam subversões nestas relações. Entre as mulheres que entrevistei não necessariamente estas assumiam a posição de ativas e passivas. Os paizinhos procuravam salientar sua atividade nas relações, no entanto uma das entrevistas ao contar sobre sua relação com um paizinho desconstrói esta imagem de atividade. Conta:

Mas na verdade a gente fazia as mesma coisa! Por eu gostar de mulheres, e ela teria que... Ser... Né?... Ela queria ser que nem homem, mas ela tem que agir que nem mulher. Porque eu não gosto! Eu não ia me sentir bem, só eu... Né? No caso... Então ela.. Eu preferia que ela... Eu e ela... Nós duas, fosse... Ativa e passiva. Mesmo ela sendo um paizinho!(D.C.G., 2013).

Este exemplo expõe como as representações dos papéis podem ser fluidas dependendo das circunstâncias. Nenhum papel ou identidade é fixo. Há possibilidades de desconstruções.

Diante destes exemplos e das mais diferentes narrativas abordadas ao longo desta dissertação percebo o presídio como um lugar que também pode ser vista como um ambiente de desconstruções e não somente de reprodução de normas. Desta forma, estar inserida nesta instituição foi à possibilidade que estas mulheres tiveram para romperem os saberes e verdades sobre sexo, gênero e desejo. Não que fora desta instituição estas não pudessem fazê-lo, mas este ambiente ao dar a ideia de distanciamento da sociedade possibilitou com que estas se distanciassem de certas normas e modelos, de certos saberes e verdades.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- ANGOTTI, Bruna. *Entre as leis da ciência, do estado de deus*. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Centro de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- BACELLAR, Carlos. *Uso e mau uso dos arquivos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- BIELLA, Janete Brígida. *“Trajetórias e rotina de prisioneiras por tráfico de drogas: autoras e coadjuvantes”*. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- BRITO, Mirella Alves de. *O caldo na panela de pressão: um olhar etnográfico sobre o presídio para mulheres em Florianópolis*. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- BUTLER, Judith. Acerca del termino “queer”. In: *Cuerpos que importan: Sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- _____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COELHO, Ilanil. *Pelas tramas do cotidiano de uma cidade migrante*. Programa de Pós-Graduação em História (Doutorado em História Cultural). 310 f. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.
- COSTA, Iara de Andrade. *A cidade da ordem: Joinville 1917 – 1943*. In: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo(Org). *História de (I)migrantes: o cotidiano de uma cidade*. 2. ed. Joinville, SC: UNIVILLE, 2005.

DAUFEMBACK, Valdirene. *Condições de Aprisionamento e Condições de Aprendizagem de Encarcerados*. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

DENARDI, Adriano Francisco. *As Casas de Luz Vermelha: canções e representações das prostitutas através de letras de músicas*. In: FÁVERI, Marlene; SILVA, Janine Gomes da; PEDRO, Joana Maria (Org). *Prostituição em áreas urbanas: histórias do Tempo Presente*. Florianópolis: UDESC, 2010.

DERRIDA, Jacques. *A Escritura e a Diferença*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1995.

DREYFUS, Herbert L.; RABONOW, Paul. Michel de Foucault: *Beyond Structuralism and hermeneutics*. Chicago: The University Of Chicago Press, 1982.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. *A agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010)*. 2011. 375f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FOUCAULT, Michel Foucault. *De l'amitié comme mode de vie*. Entrevista de Michel Foucault a R. de Ceccaty, J. Danet e J. le Bitoux, publicada no jornal Gai Pied, nº 25, abril de 1981, pp. 38-39. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento.

_____. *História Da Sexualidade I: A Vontade De Saber*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *História da Sexualidade 3: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. 36ª. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

_____. *O Verdadeiro Sexo*. In: Ditos e escritos (vol. V). Rio de Janeiro: Forense, 2004.

- GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo (org). *Histórias de (D)migrantes: o cotidiano de uma cidade*. 2. ed. Joinville: UNIVILLE, 2005.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. Trad. Dante Moreira Leite. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- GOLDENBERG, Mirian. *Amor, casamento e fidelidade*. Gênero na Amazônia, Belém, n. 3, p. 13-24, jan./jun., 2013.
- GOMES, Maurício Pereira. *A força de uma palavra: homofobia nas páginas da Folha de São Paulo (1986-2011)*. Dissertação de Mestrado em História Cultural. Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.
- LACOMBE, A. *De entendidas e sapatonas: sociabilizações lésbicas e masculinidades em um bar do Rio de Janeiro*. Cadernos Pagu, Campinas, n.28, pp. 207-226, 2007.
- LAQUEUR, Thomas. *Inventado o Sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LAURETIS, Teresa de. *A tecnologia do gênero*. In HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.) *Tendências e Impasses – o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994
- LISBOA, Teresa Kleba. *O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais*. Disponível em: https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/6-empoderamento-teresa_kleba_lisboa_11.pdf. Acesso em: 27/01/2015.
- LOPES, Rosalice. *Prisioneiras de uma mesma história: O amor materno atrás das grades*. Tese de Doutorado em Psicologia Social. Universidade de São Paulo, 2004.
- LOURO, Guacira Lopes. *Teoria Queer – Uma política pós-identitária para a educação*. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, ano 9, Jul/Dez. p. 541 -553. 2001.
- MAGNANI, Guilherme Cantor. *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

NAVARRO-SWAIN, Tania. *O que é lesbianismo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

NUÑEZ, Martín Paradelo. *Mulher, trabalho e anarquismo*. In: RAGO, Luzia Margareth. *Gênero e História*. Compostela: CNT, 2012.

ORLANDI, Eni. P. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2009.

PADOVANI, Natalia Corazza. “*Perpétuas Espirais*”: Falas do Poder e do Prazer Sexual em Trinta Anos (1977-2009) na História da Penitenciária Feminina na Capital. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

PASSERINI, Luisa. *A memória entre a política e a emoção*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*; tradução de Denise Bottmann. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral*. São Paulo: Projeto História, 1997. p.13 – 49.

PRECIADO, Beatriz. *Testo Yonqui*. Madrid: Espasa Calpe, 2008.

PRIORI, Cláudia. *Mulheres Fora da Lei e da Norma: Controle e Cotidiano na Penitenciária Feminina do Paraná (1970-1995)*. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

RAGO, Margareth. *Feminismo e Subjetividade em Tempos Pós-Modernos*. In: COSTA, Claudia Lima; SCHMIDT, Simone Pereira. (Org.). *Poéticas e Políticas Feministas*. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2004.

RICH, A. *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*. Disponível em: http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art01_rich.pdf. Acesso em 19/02/215.

RIOUX, Jean-Pierre. *Pode-se fazer uma história do presente?* In: CHAUVEAU, A. ; TÉTART, Ph. (Org.) *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999. p. 39-50.

RIZZINI, Jorge. *O sexo nas prisões*. São Paulo: Nova Época Editorial LTDA, 1976.

RUBIN, Gayle. *“Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade”*. Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes. Disponível em: <http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/rubin_pensando_o_sexo.pdf?>. Acesso em: 20 nov. 2011.

RUBIN, G. *O tráfico de mulheres: Notas sobre a “Economia Política” do Sexo*, Cadernos Pagu, Campinas, v.21. 2003.

SILVA, Janine Gomes da. *Casas, esquinas e ruas “do pecado”*: lugares de prostituição, memórias sobre um “discurso caminhante”. In: FÁVERI, Marlene; SILVA, Janine Gomes da; PEDRO, Joana Maria (Org). *Prostituição em áreas urbanas: histórias do Tempo Presente*. Florianópolis: UDESC, 2010.

SIMAS, Sara. *“Sou pai, sou a mãe”*: Famílias chefiadas por mulheres pobres em Joinville/SC (1997 a 2009). Dissertação de Mestrado em História, Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez.1990.

_____. *Experiência*. In: SILVA, Alcione Leite; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Orgs.). *Falas de Gênero*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999.

SOARES, Bárbara Musumeci; ILGENFRITZ, Iara. *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SPARGO, Tamsim. *Foucault e a Teoria Queer*. Rio de Janeiro: Editora UFJF, 2006.

STERLING, Anne Fausto. “*Dualismos em Duelo*”. In: Cadernos PAGU, vol.17/18. SP: Campinas, NEG/Unicamp, 2001: p. 9-79.

TERNES, Apolinário. Joinville: *A construção da cidade. Joinville, SC*: Do autor: 1993.

VENERA, Raquel Alvarenga Sena. *Cortina de Ferro: quando o estereótipo é a lei e a transgressão feminina (processos crimes de mulheres, em Itajaí – décadas de 1960 a 1999)*. Dissertação de Mestrado em História Cultural, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

PRESÍDIO REGIONAL DE JOINVILLE – ALA FEMININA. Livro de Ocorrências da Ala Feminina (2003 – 2010).

ENTREVISTAS ORAIS

A.N.S.F.O. **A.N.S.F.O.:** entrevista [abr. 2013]. Entrevistadora: Camila Diane Silva. Joinville, 2013. Entrevista concedida ao Projeto Celas e Elas: uma possibilidade de trânsitos de identidades de gênero e sexualidades de mulheres em condição de cárcere no Presídio Regional de Joinville (2003 – 2013).

B.C. **B.C.:** entrevista [28 mai. 2013]. Entrevistadora: Camila Diane Silva. Joinville, 2013. Entrevista concedida a Pesquisa (C)elas e elas: desconstruções de normativas de gênero e sexualidades na Ala Feminina do Presídio Regional de Joinville (2003 – 2013).

C.S. **C.S.:** entrevista [out. 2008]. Entrevistadora: Camila Diane Silva. Joinville, 2008. Entrevista concedida ao Projeto Crimes, celas e elas: memórias de mulheres sobre a condição de cárcere na cidade de Joinville.

D.C.G. **D.C.G.:** entrevista [8 mai. 2013]. Entrevistadora: Camila Diane Silva. Joinville, 2013. Entrevista concedida a Pesquisa (C)elas e elas:

desconstruções de normativas de gênero e sexualidades na Ala Feminina do Presídio Regional de Joinville (2003 – 2013).

G.M.S. G.M.S.: entrevista [abr. 2013]. Entrevistadora: Camila Diane Silva. Joinville, 2013. Entrevista concedida ao Projeto Celas e Elas: uma possibilidade de trânsitos de identidades de gênero e sexualidades de mulheres em condição de cárcere no Presídio Regional de Joinville (2003 – 2013).

G.O.G. G.O.G.: entrevista [8 mai. 2013]. Entrevistadora: Camila Diane Silva. Joinville, 2013. Entrevista concedida a Pesquisa (C)elas e elas: desconstruções de normativas de gênero e sexualidades na Ala Feminina do Presídio Regional de Joinville (2003 – 2013).

LUZ, Cynthia Maria Pinto da. Cynthia Maria Pinto da Luz: entrevista [set. 2008]. Entrevistadora: Camila Diane Silva. Joinville, 2008. Entrevista concedida ao Projeto Crimes, celas e elas: memórias de mulheres sobre a condição de cárcere na cidade de Joinville.

M.F.P. M.F.P.: entrevista [3 jun. 2013]. Entrevistadora: Camila Diane Silva. Joinville, 2013. Entrevista concedida a Pesquisa (C)elas e elas: desconstruções de normativas de gênero e sexualidades na Ala Feminina do Presídio Regional de Joinville (2003 – 2013).

O.S.G. O.S.G.: entrevista [abr. 2013]. Entrevistadora: Camila Diane Silva. Joinville, 2013. Entrevista concedida ao Projeto Celas e Elas: uma possibilidade de trânsitos de identidades de gênero e sexualidades de mulheres em condição de cárcere no Presídio Regional de Joinville (2003 – 2013).

V.G.F. V.G.F.: entrevista [mai. 2013]. Entrevistadora: Camila Diane Silva. Joinville, 2013. Entrevista concedida ao Projeto Celas e Elas: uma possibilidade de trânsitos de identidades de gênero e sexualidades de mulheres em condição de cárcere no Presídio Regional de Joinville (2003 – 2013).

JORNAIS

MEYER, Roberta. Cadeia está superlotada de mulheres. *A Notícia*, Joinville, 29 nov. 1992.

Marginais X Polícia: Nesse jogo, crave coluna um. Você vai acertar. *Jornal Hora H*, 16 fev. 1980, p.15

Zacarias, Aires. Cadeia do bairro Boa Vista não passa de um barril de pólvora. *Jornal de Santa Catarina*, 28 abril 1986, p. 18.

A cadeia de Joinville ainda não começou a ser levantada. *Jornal de Santa Catarina*, 7 e 8 dezembro 1986, p. 20.

SANTOS, Poliana. De orfanato para cela de presídio. *A Notícia*, Joinville, 26 out. 2003, p. 03.

RELATÓRIOS

BUSARELLO, Daiane. Relatório sobre a Ala feminina. Joinville: Presídio Regional de Joinville, 2012.

FILMES E DOCUMENTÁRIOS

TOMBOY. Direção: Celine Scianma. França: Pandora Filmes, 2011. 1 DVD (82 min).

GLOSSÁRIO

Glossário elaborado com base nas palavras encontradas nas entrevistas e no Livro de Ocorrências e seus diferentes significados atribuídos no ambiente prisional.

Ala A, Ala B e Ala C: grandes celas com vários beliches para onde as mulheres foram realocadas por um determinado momento.

Berçário: local onde ficam as mães, os bebês e as gestantes.

Boca: Ponto de tráfico.

Bonde, “vir de bonde” ou “ir de bonde”: transferência.

Bucha: pequena quantidade de droga embalada para venda.

Casinha: celas.

Castigo: cela isolada para castigo.

Conjugal: visita íntima.

Convívio: ambiente de convivência cotidiano das/dos detentas/os.

Cubicão: ala maior com várias detentas no mesmo espaço.

Cubículo: cela.

Isolamento: cela separada das demais para isolamento.

Jega: Cama.

Mofão: depósito ou arquivo.

Mofinho: depósito ou arquivo.

Pagar: entregar algum alimento, refeição ou produtos para as detentas. Exemplo: “Foi pago laranja e banana para a cadeia”.

Patrão: Traficante líder de uma boca.

Patuá: bilhetes e cartinhas.

Puxar Cadeia: Cumprir sua sentença.

Quieto: cortinas usadas nas camas.

Regalia 1: espaço onde ficam as mulheres em casos especiais como semiaberto; Regalia 2: nome dado as mulheres que exercem a função de regalia no presídio, trabalhando na organização da Ala, porta voz das demais detentas.

Reeducanda: nome que aparece nos livros a partir do ano de 2007 como forma de nomear as detentas.

Seguro: cela para isolamento e garantia de segurança para presos/as que correm riscos.

Social: visita.

Vulgo: A forma com que uma pessoa é costumeiramente chamada ou conhecida.

X: cela.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevistas

Proposta de roteiro semi-estruturado de entrevista oral⁹³

Introdução: Hoje (dia/mês/ano), eu Camila Diane Silva mestranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, estou no Presídio Regional de Joinville, na ala feminina, entrevistando uma mulher que será identificada pelas iniciais – inserir iniciais, que se encontra detida nesta instituição e vai falar um pouco sobre suas experiências de vida relacionadas ao cárcere e sexualidade.

- 1)Qual sua idade?
- 2)Qual sua raça?Cor de pele que se identifica?
- 3)Qual sua escolaridade?(cursou até qual nível, série?)
- 4)Qual sua nacionalidade?Nasceu no Brasil? (Se imigrante perguntar quando veio para o Brasil e os motivos que implicaram na imigração)
- 5)Qual estado e cidade você nasceu?(Se migrante quando veio para Joinville e os motivos que implicaram na migração).
- 6)Qual sua profissão ou profissões?E aqui no presídio você tem alguma profissão ou divisão de trabalho que é encarregada?
- 7)Qual sua religião?Possui alguma crença?
- 8)Você é ou já foi casada?
- 9)Tem namorado/a?
- 10)Tem filhos?Se sim quantos e suas idades?Moram ou são criados por quem?
- 11)Você pode contar um pouco sobre sua trajetória de vida e o envolvimento com o crime?
- 12)E como é o cotidiano no presídio? Quais suas atividades aqui?
- 13)Como é sua relação com as demais?
- 14) Existem muitas brigas e desentendimentos?Você já se envolveu em alguma? Qual motivo?
- 15)Como é sua relação com as/os agentes prisionais?
- 16)Você recebe visitas?De quem?
- 17)E visitas íntimas recebe?De quem?
- 18)Você se considera praticante de sexo com mulheres, homens, mulheres e homens ou não se considera praticante?

⁹³O processo da realização das entrevistas faz parte da metodologia de História Oral utilizada em meu projeto de mestrado em História Cultural, realizado na UFSC, intitulado inicialmente como: “A performatividade do cárcere: uma possibilidade de trânsito no intransitável!”. Este recebe a orientação da professora Janine Gomes da Silva.

19)Você se considera heterossexual ou homossexual?

20)Pode contar um pouco sobre suas experiências fora do presídio?
(envolvimentos amorosos)

21)E no presídio, você pode compartilhar alguma de suas histórias e envolvimentos?

22)Você esta atualmente em algum relacionamento?Pode contar um pouco da história de vocês? Caso não esteja em algum relacionamento, tem/ou já teve práticas sexuais no presídio com alguém?Pode contar um pouco sobre?

23)Como são as práticas relacionadas a sexualidade e relacionamentos dentro e fora do presídio?

24)Como as outras mulheres aqui do presídio te vem?(Tem preconceito? Se sentem atraídas?). E como era fora?

25)Como a instituição te vê em relação a sua sexualidade e como era fora com a sociedade de forma geral?

26)E quando sair daqui pensa que vai mudar alguma coisa?Pretende continuar, mudar?

27)Em relação as doenças sexualmente transmissíveis, existe alguma campanha de prevenção no presídio?

28)Você gostaria de falar mais alguma coisa?

Agradecimentos.

**APÊNDICE B – TCLE (Termo de Consentimento Livre e
Esclarecido)**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
Conforme Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996 (Conselho
Nacional de Saúde)**

Eu, _____, aceito livremente participar da pesquisa intitulada: **“A performatividade do cárcere: uma possibilidade de trânsito no intransitável”**⁹⁴, a ser realizada sob responsabilidade da pesquisadora Camila Diane Silva, e orientação da Prof^a Dra. Janine Gomes da Silva, do Programa de Pós-Graduação em História Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Esta pesquisa tem como objetivo problematizar narrativas de mulheres em condição de cárcere, identidades de gênero transitórias e sexualidades. Minha participação neste estudo se resume a responder um roteiro de perguntas elaboradas pela pesquisadora, e que serão realizadas de acordo com a Metodologia de História Oral, com a utilização de um gravador de voz e, posteriormente, com a transcrição da entrevista para o papel. Estou ciente de que a pesquisadora responsável pelo estudo prestará esclarecimentos sobre todos os procedimentos a serem realizados e que esta pesquisa não trará nenhum risco à minha integridade física ou moral. As informações obtidas neste estudo serão utilizadas cientificamente, especialmente para a área de história e poderão ser divulgadas em publicações e congressos, bem como, na escrita final da dissertação. Em qualquer momento do estudo poderei solicitar maiores esclarecimentos sobre o seu desenvolvimento e serei prontamente atendido pela pesquisadora responsável. Minha participação é, portanto, voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem qualquer ônus ou consequência para mim. Será garantido sigilo quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa e meu nome será substituído por iniciais. Poderei me recusar a participar ou retirar meu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo. Como a temática de pesquisa envolve aspectos referentes à criminalidade e vivências íntimas sobre a sexualidade dentro e fora do ambiente prisional, ao me sentir desconfortável ou abalada de forma psicoemocional ao lembrar certas experiências, tenho a clareza que poderei interromper a entrevista, me negar a responder as questões ou

⁹⁴ Título do Projeto inicial. A versão final da dissertação recebeu outro nome.

solicitar apoio com a assistência psicológica da instituição. Como já descrito anteriormente, minha participação é voluntária, corro riscos mínimos e não sofrerei qualquer represália em minha participação, lembrando que minha identidade será preservada. Ao participar desta pesquisa contribuo com a sistematização de dados referente a mulher no sistema carcerário e as especificidades que isso demanda. Com isso contribuo diretamente com a produção de materiais de consulta, referencias bibliográficas e a sistematização de dados que possibilita a elaboração de políticas publicas e contribui diretamente para órgãos que trabalham com esta questão diretamente, como é o caso do Conselho Carcerário da Comunidade de Joinville e Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Brás, fato que me beneficia diretamente, pois são instituições preocupadas com os direitos humanos e fazem atendimentos semanais no presídio. Para outras informações, esclarecimentos ou reclamações, entrar em contato com Camila Diane Silva, através do telefone (47)88483384 ou (48)96872868 ou pelo e-mail camiladiane@gmail.com.

ATENÇÃO: A SUA PARTICIPAÇÃO EM QUALQUER TIPO DE PESQUISA É VOLUNTÁRIA, EM CASO DE DÚVIDA QUANTO AOS SEUS DIREITOS, ESCREVA PARA: COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFSC. ENDEREÇO: Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, Trindade - Florianópolis - Santa Catarina – Brasil.CEP: 88040-900. (Biblioteca Universitária Central – Setor de Periódicos (térreo), atrás dos arquivos deslizantes.

Data: ____/____/2013 , Joinville, SC.

Assinatura do participante ou responsável

Pesquisador responsável

APÊNDICE C – Tabelas para análise de categorias

Tabela I – Origem

Nome	Idade	Naturalidade	Etnia	Classe Social	Religião
A.N.S.F. O.	24 anos	Natural de Jaraguá do Sul/SC.	Branca	Família Simples. Conta que sua mãe era mãe solteira e que trabalhava fora para criar os 4 filhos. Lembra da preocupação da mãe com a honestidade.	Nasceu pertencendo à religião católica. No presídio se diz evangélica. Sua companheira ministra cultos.
G. M. S.	26 anos	Natural de São Paulo/SP (Penápolis). Veio para São Francisco/SC em 1995, com 9 anos.	Negra	Não aciona a classe diretamente como um motivo para o crime. O envolvimento com o tráfico, segundo ela, foi por perceber como amigos estavam se dando bem, tendo retorno rápido financeiro.	Diz crer em Deus. E sobre as religiões manifesta preferência pelos cultos da Assembleia de Deus. Ministra cultos no presídio.
O. S. G.	41 anos	Natural de Joinville/SC.	Parda	Não aciona a classe como motivo do envolvimento com o crime. Diz ter se envolvido por ambição, “por querer mais e mais.”.	Evangélica. Ministra cultos no presídio também.
V. G. F.	27	Natural de	Branca	Mãe tinha	Evangélica

		Itajaí/SC. Veio para Joinville quando foi presa.	(descendência italiana)	uma panificadora. Não aciona a classe como motivo para se envolver no crime.	
D. C. G.	25 anos	Natural de Joinville/SC.	Branca	Filha de O. não aciona a classe como motivo para o envolvimento com o crime.	Evangélica
B. C.	29 anos	Nasceu em Joinville/SC. Morou sempre nesta cidade no bairro Itinga.	Branca	Disse que a família não tinha condições, um dos motivos que contribuía para ela não se separar de seu ex, pois não tinha condições sozinhas e não tinha uma família que podia ajuda-la financeiramente. Este motivo fazia com que ela fosse conivente no envolvimento com venda de drogas de seu ex-companheiro.	Católica. No presídio participa dos cultos evangélicos.
G. C. O. G.	26 anos	Nasceu em São Francisco do Sul/SC e veio para Joinville quando foi presa.	Morena	Família composta apenas por mulheres (ela, mãe e avó). A mãe também	Católica. No presídio diz participar das missas.

				estava presa por tráfico. Não aciona diretamente a questão de classe como motivo, mas diz que sentiu dificuldades de encontrar emprego quando saiu da cadeia pela primeira vez. Sempre encontrou dificuldades por conta de seu modo de ser masculinizada	
M. F. P.	25 anos	Nasceu em Joinville.	Branca	Se envolveu com o crime aos 13 anos. Não menciona a questão de classe como um dos motivos.	Se considera desviada da igreja Deus é Amor, que pertencia desde criança. No presídio participa dos cultos.

Fonte: desenvolvida pela autora.

Tabela II - Trajetória pessoal e o envolvimento com o crime

Nome	Escolaridade	Profissão	Trajetória de envolvimento com o Crime
A.N.S.F.O.	2º Grau Completo (cursou fora do presídio).	Recepcionista de rede hoteleira, tradutora e interprete quando morou fora do país (auxiliando seu companheiro que	Crime/condenação: Oito anos e dez meses de regime fechado por tráfico e formação de quadrilha.

		era engenheiro e mantinha contato com empresas no Brasil) e auxiliar de vendas em uma revendedora de carros importados. No presídio auxilia na área de arquivos e documentações.	
G. M. S.	2º grau completo (cursou fora do presídio).	Trabalhava como estagiária em um colégio. No presídio, como já estava no semiaberto trabalhava durante o dia fora do presídio e a noite retornava. No momento da entrevista G. trabalhava no “Parque da Cidade”, com limpeza.	Crime/condenação: Tráfico de Drogas. Por ser reincidente foi condenada a 11 anos.
O. S. G.	Segundo Grau Completo (cursou anterior ao presídio).	Fora do presídio era vigilante. No presídio é cabelereira e também Regalia.	Crime: Tráfico de Drogas.
V. G. F.	Segundo Grau Completo (cursou anterior ao presídio)	Sua mãe tinha uma panificadora e ela trabalhava nesta desde os 15 anos. No presídio é Regalia interna.	Crime: Tráfico de Drogas.
D. C. G.	Segundo Grau Incompleto (cursou anterior ao presídio).	Fora do presídio era cabelereira. No presídio é Regalia interna.	Crime: Tráfico de Drogas.
B. C.	Cursou até a 5ª série. Começou fora do presídio e deu	Fora do presídio era Auxiliar de Produção em uma das empresas da	Crime: Tráfico de Drogas.

	continuidade aos estudos no presídio.	cidade. Também foi Operadora de Máquina.	
G. C. O. G.	Segundo Grau Completo (cursou anterior ao presídio).	Fora do presídio era motoboy. Entregava documentos de firmas. Ao longo da entrevista revela que também trabalhou em uma casa de prostituição. Foi gerente.	Crime: Tráfico de Drogas.
M. F. P.	Cursou até a 7ª série do Ensino Fundamental. Estudou anterior ao presídio e cursou no presídio também.	Fora do presídio chegou a trabalhar como Diarista. Dentro do presídio ajuda a manter a organização do “X” (limpeza, organização).	Crime: Disse ter sido presa por vários motivos e por várias vezes. Geralmente os crimes estavam relacionados a roubo; Latrocínio.

Fonte: Desenvolvida pela autora.

Tabela III - Relacionamentos Amorosos, Conjugais e Familiares

Nome	Orientação Sexual/ Identidade	Estado Civil	Filhos	Relacionamentos
A.N.S.F.O	Na rua se considerava “super hétero”. No presídio passou a se considerar bissexual.	Possuía união estável com G. (mulher que conheceu no presídio) há dois anos.	Dois filhos.	Casada sempre com homens. Teve quatro casamentos com homens, antes de se envolver com G., com quem fez união estável no Presídio. G. que é reconhecida no presídio como um “paizinho”.
G. M. S.	Não aciona nenhuma categoria política.	Possui união estável com A.	Não tinha filhos.	Se relacionou somente com mulheres.

	Disse ser uma mulher que gosta de mulheres. No presídio é um “Paizinho”.			
O. S. G.	Era hétero. Após sua experiência no presídio disse ser Homo. Disse ser uma mulher que gosta de mulheres.	Casada a quatro anos com V. . Decidiram não fazer a união estável ainda. Vão deixar para fazer quando uma delas sair e for necessário para a realização de visitas.	Seis filhos/as. Uma delas é D., que estava presa e também participo u das entrevistas.	Foi casada por 23 anos com um mesmo homem, que faleceu há um ano. No presídio se envolveu com uma mulher com quem esta a quatro anos casada. Casada com V. que foi sua primeira experiência com mulheres. Sua companheira já havia tido experiência tanto com homens como com mulheres. As duas se dizem “femininas”.
V. G. F.	Se considerava Bissexual, antes do presídio. Hoje em dia diz gostar somente de mulheres e não querer mais homens. Se sente um pouco confusa com as identidades e o que elas representam.	Casada com O. no presídio há quatro anos.	Um filho.	Sua primeira experiência foi com mulheres, depois com homens. Foi casada tanto com homens, como com mulheres. No presídio é casada com O. há quatro anos e diz não querer mais homens. As duas se consideram femininas. V. diz gostar de mulheres mais unissex, mais femininas.
D.C.G.	Diz que pode	Solteira.	Não	Foi casada três

	<p>ser lésbica (por gostar de mulheres femininas), mas também gosta de homens. Se sente confusa com as identidades políticas.</p>		<p>tinha filhos.</p>	<p>vezes com homens. Se relacionou com uma mulher quando foi presa a primeira vez e teve um casamento com outra mulher (um ano e três meses). Não se relaciona com ninguém no momento. Esta solteira depois de seu último relacionamento com mulher (“paizinho”) e se diz traumatizada.</p>
B. C.	<p>Não aciona nenhuma identidade política. Diz gostar de homens e mulheres.</p>	<p>Solteira</p>	<p>Dois filhos</p>	<p>Foi casada com um homem por 12 anos. Se relacionou com mulheres no presídio. Havia se separado de sua ex por motivos de ciúmes excessivos.</p>
G. C. O. G.	<p>Se considera homossexual, mas não aciona identidades políticas. Confunde as identidades. Nunca teve experiências com homens. No presídio é um “Paizinho”.</p>	<p>No momento estava solteira</p>	<p>Não tinha filhos. No entanto, cuidou do filho de sua ex companheira como se fosse seu, desde o período da gestação. Possui o nome dos dois</p>	<p>Só teve relacionamentos com mulheres (namoros e casamentos). Estava solteira. Segundo suas colegas de celas sofreu muito pelo termino com sua ex, que voltou a ficar com homens. A perda foi pela companheira e pela filho que ela havia assumido.</p>

			tatuado no braço.	
M. F. P.	Se relacionou, sempre, a com mulheres. Disse se identificar com o gênero masculino e identidade masculina. É um paizinho.	No momento estava solteiro.	Um filho.	Somente teve relacionamentos com mulheres e relações sexuais com mulheres. Seu filho foi fruto de um estupro. Já foi casado com mulheres e também teve experiências de relacionamentos no presídio com mulheres. No momento estava solteiro.

Fonte: Desenvolvida pela autora.

ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética da UFSC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A performatividade do cárcere: uma possibilidade de trânsito no intransitável.

Pesquisador: Janine Gomes da Silva

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 10018212.5.0000.0121

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Patrocinador Principal: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 208.991

Data da Relatoria: 18/02/2013

Apresentação do Projeto:

Trata-se de resposta as pendências do Projeto de dissertação de mestrado do Programa de Pós graduação e História da UFSC que pretende investigar acerca de questões relacionadas a sexualidade de mulheres presidiárias.

Objetivo da Pesquisa:

Problematizar os trânsitos das identidades de gênero e sexualidades presentes nas relações sociais performatizadas na *Ala Feminina* do Presídio Regional de Joinville (1991 2011), considerando a possibilidade de subversão da ordem heteronormativa ou a reprodução de discursos e práticas reprodutoras da heteronormatividade. Objetivos secundários: Verificar o histórico da *Ala Feminina* do Presídio Regional de Joinville (1991 2011); Identificar através de entrevistas orais informações referentes as sexualidades destas mulheres, suas identidades e performances vivenciadas no cárcere. Perceber as possibilidades de subversões de identidades e/ou reproduções de discursos de poder por meio da análise destas performances. Viabilizar novas fontes de pesquisa que possam contribuir para os estudos de gênero, subjetividades e sexualidade.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Como benefícios as pesquisadoras apontam: contribuir significativamente para o campo dos estudos de gênero e sexualidade, tendo em vista uma carência bibliográfica no campo historiográfico que problematize estas questões, mais especificamente sobre sexualidades.

Endereço: Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima

Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-900

UF: SC **Município:** FLORIANÓPOLIS

Telefone: (48)3721-9206 **Fax:** (48)3721-9696 **E-mail:** cep@reitoria.ufsc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



Viabiliza novos olhares no campo da história, bem como subsídios políticos, ao problematizar questões pertinentes como as identidades de gênero e sexualidades. Segundo as pesquisadoras não existem riscos a saúde física e mental dos sujeitos de pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto encontra-se com boa fundamentação teórica e relativamente bem descrito do ponto de vista metodológico. As pesquisadoras atenderam as pendências do parecer anterior inserindo no TCLE a possibilidade de desconfortos de natureza psicoemocional relacionados aos questionamentos, bem como do seu encaminhamento caso ocorram. De igual forma apresentaram o roteiro de entrevistas para os funcionários da instituição e apresentaram informações relacionadas a pesquisa documental a ser realizada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

TCLE readequado a natureza do estudo e de acordo com o exigido pela Resolução 196/96. Presença de roteiro de entrevistas para os funcionários.

Recomendações:

atendeu as pendências solicitadas. Sem recomendações no momento.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

FLORIANOPOLIS, 01 de Março de 2013

Assinador por:
Washington Portela de Souza
(Coordenador)

Endereço: Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-900
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-9206 **Fax:** (48)3721-9696 **E-mail:** cep@reitoria.ufsc.br